

UFRRJ

**INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR / INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

TESE

**A Contribuição do Centro Latino-Americano de Administração
para o Desenvolvimento (CLAD) na Reconfiguração da Gestão
de Sistemas Públicos de Ensino no Brasil**

Bruno de Oliveira Figueiredo

2019



UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR / INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**A CONTRIBUIÇÃO DO CENTRO LATINO-AMERICANO DE
ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (CLAD)
NA RECONFIGURAÇÃO DA GESTÃO DE SISTEMAS
PÚBLICOS DE ENSINO NO BRASIL**

BRUNO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

Sob a Orientação do Professor
Dr. José dos Santos Souza

Tese submetida como requisito parcial à obtenção do título de **Doutor em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Linha de Pesquisa: Desigualdades Sociais e Políticas Educacionais

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Junho de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com dados fornecidos pelo (a) autor (a)

Figueiredo, Bruno de Oliveira, 1977-

F475c A contribuição do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) na reconfiguração da gestão de sistemas públicos de ensino no Brasil / Bruno de Oliveira Figueiredo. - Nova Iguaçu (RJ); Seropédica (RJ)- 2019.

285 f. il.

Orientador: José dos Santos Souza.

Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2019.

1. Reforma do Estado. 2. Política Educacional. 3. Organismos Internacionais. 4. Gerencialismo. 5. Gestão Educacional. I. Souza, José dos Santos, 1966-, orient. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

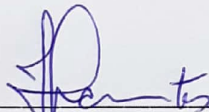
This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E
DEMANDAS POPULARES

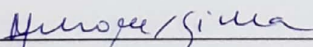
BRUNO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

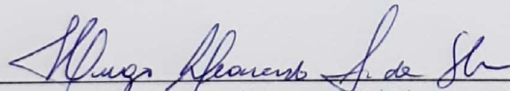
TESE APROVADA EM 11/06/2019.



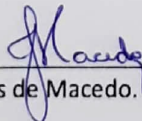
José dos Santos Souza. Dr. UFRRJ
(Orientador)



Miriam Morelli Lima. Dra. UFRRJ



Hugo Leonardo Fonseca da Silva. Dr. UFG



Jussara Marques de Macedo. Dra. UFRJ



Marcela Pronko. Dra. FIOCRUZ

*Para Shirley, mãe zelosa e força que me sustenta,
seu amor é a fonte do que sou e construo.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Shirley de Oliveira Figueiredo, pelo suporte, amor, carinho e dedicação, como estrutura essencial para a realização desse trabalho. Além da paciência para compreender a falta de atenção nesse período de construção da tese.

Ao meu companheiro e amigo Bruno Lima, pelo amor presente e incondicional, pelo companheirismo e cumplicidade, pelo suporte emocional e em todos os momentos de minha vida, pela paciência e mediação em momentos difíceis.

Ao meu amigo e orientador, Prof. Dr. José dos Santos Souza, pela potencialidade de sua concepção formativa e construção de conhecimento coletivo; pela amizade, carinho e compreensão; pelos momentos divertidos e alegres; pelo apoio em momentos difíceis; pelo suporte à minha construção como sujeito político autônomo. A gratidão é imensa e a amizade mais sólida a cada dia.

À Jussara Marques de Macedo pela amizade sólida, pelo constante incentivo profissional e pessoal, pelo apoio emocional, pelas interlocuções consistentes e precisas.

À Célia Cristina Pereira da Silva Veiga pelo companheirismo, amizade e constante interlocução. Nossas discussões foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos amigos Miriam Morelli Lima, Igor Andrade da Costa, Fabíola Leonor de Paula Ramos, Paula Macedo dos Santos, Alex Kossak, Rodrigo Coutinho Andrade, Carlos Henrique Avelino Veiga, Nelma Bernardes Vieira, pelo acolhimento, momentos divertidos, pelo apoio e a forma coletiva de construção de conhecimento, pela construção de uma relação social de trabalho sem competição.

Agradeço a todos os membros do Grupo de Pesquisa sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS), pela dinâmica de construção de conhecimento coletivo, com atividades regulares de estudos e reflexões, que tem ampliado continuamente meu

horizonte como pesquisador. Agradeço os momentos de descontração, confraternização e pelas amizades construídas, como elementos singulares desse Grupo.

Aos amigos Jairo Raimundo dos Santos e Césio Sotero, que estão presentes em todos os momentos de minha vida.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pelo apoio.

À CAPES, pelo apoio financeiro que foi fundamental para a realização desse trabalho. Esse agradecimento fica ainda mais necessário em função da ofensiva generalizada para destruir a ciência brasileira e reordenar as relações de poder em torno da manutenção das relações de dominação entre sociedades hegemônicas e periféricas do capital.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”. *"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"*.

Por fim, agradeço ao povo brasileiro que, por meio de impostos, garantiram as condições para que este trabalho fosse concluído em uma instituição pública, gratuita e de qualidade. Esse agradecimento fica ainda mais importante na atual conjuntura de destruição de direitos e ofensiva do capital na educação como forma de privar os brasileiros do direito à Educação, ampliando a exclusão de amplas camadas da população do acesso a esse direito.

[...] o materialismo histórico, compreendido corretamente, isto é, não como mero economicismo [...], mas sim como aquela dialética real, que compreende a história superando-a com a ação, e que não separa história e filosofia, mas — colocando os homens sobre seus pés — faz destes os artífices conscientes da história, e não os joguetes da fatalidade, na medida em que os seus princípios, isto é, os seus ideais, centelhas que brotam das lutas sociais, são precisamente estímulos à práxis que, mediante a sua ação, se subverte.

[Antonio Gramsci]

RESUMO

FIGUEIREDO, Bruno de Oliveira. **A contribuição do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) na reconfiguração da gestão de sistemas públicos de ensino no Brasil**. Nova Iguaçu (RJ); Seropédica (RJ): 2019. 285 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.

Na década de 1990, a intensificação da precariedade social do trabalho escolar se faz presente em todas as dimensões e níveis dos sistemas públicos de ensino brasileiros, com impactos na Educação Básica, Superior e Profissional. Essa intensificação envolve as dimensões socioeconômicas e políticas, com formas de expropriação, proletarização e rebaixamento da consciência política de docentes e trabalhadores da educação escolar brasileira. Em relação ao trabalho docente, esse rebaixamento tem o sentido de desprofissionalização, como movimento de despolitização e repolitização materializado nas alterações da natureza da educação e do trabalho docente. A legitimidade dessas mudanças na educação brasileira possui a mesma fundamentação da contrarreforma do Estado brasileiro. Nesse sentido, a ineficiência da administração pública e a ausência de “qualidade” na prestação de “serviços públicos” vão legitimar a reconfiguração administrativa do Estado brasileiro e seus desdobramentos na administração dos sistemas públicos de ensino. A compreensão dessas mudanças ganha contornos mais amplos com a materialidade de uma crise orgânica do capital, evidenciada no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Com base nessa evidência, a contrarreforma do Estado brasileiro se caracteriza como ofensiva do capital ou recomposição burguesa para a manutenção da sua hegemonia política e econômica. Nessa ofensiva do capital, a articulação de organismos internacionais vem se caracterizando como uma frente móvel em defesa da hegemonia burguesa, evidenciada na formulação do projeto neoliberal de sociabilidade e em sua mediação pela Terceira Via. Como parte de uma rede articulada de organismos internacionais, o Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) vem desenvolvendo ações e formulações voltadas para a “reforma” dos Estados latino-americanos. Com essa problemática, definimos como objeto a dinâmica da pedagogia política renovada nas ações e formulações dos organismos internacionais voltadas para a reforma dos Estados latino-americanos e do Estado brasileiro com desdobramentos na reconfiguração administrativa pública e dos sistemas públicos de ensino. A partir da definição do objeto, tomamos como referência empírica as ações e formulações do CLAD e do Estado brasileiro, com foco na disseminação do gerencialismo nas reconfigurações administrativas e educacionais brasileiras. Nosso objetivo é explicar o papel político-ideológico do CLAD na contrarreforma dos Estados latino-americanos, com foco na reconfiguração administrativa do Estado brasileiro e seus desdobramentos na administração dos sistemas públicos de ensino brasileiros. Com esse objetivo, desenvolvemos uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo, com os seguintes instrumentos: a) revisão de literatura; b) levantamento, análise de fontes primárias (documentos governamentais, legislações, revistas setoriais e específicas etc.) e fontes secundárias. A título de conclusão, evidenciamos que o CLAD vem se afirmando como intelectual orgânico coletivo do capital, voltado para educar os Estados latino-americanos para o consenso em torno do atual projeto burguês de sociabilidade. Com esse objetivo de educar para o consenso, a dinâmica pedagógica desse Organismo Internacional envolve ações e formulações voltadas para a contrarreforma dos Estados latino-americanos, por meio da formação-qualificação de quadros nas administrações públicas, como lideranças políticas formuladoras e lideranças políticas difusoras do *ethos* gerencial em todos os níveis dessas administrações. Assim, os impactos dessas ações e formulações se voltaram para a naturalização e intensificação da precariedade social do trabalho nas administrações públicas e sistemas públicos de ensino brasileiros.

Palavras-Chave: Reforma do Estado – Política Educacional – Organismos Internacionais – Gerencialismo – Gestão Educacional.

ABSTRACT

FIGUEIREDO, Bruno de Oliveira. **Latin American Administration Center for Development contribution for the reconfiguration of the management of public education systems in Brazil**. Nova Iguaçu (RJ); Seropédica (RJ): 2019. 285 p. Thesis (Doctorate in Education) – Postgraduate Program in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands. Federal Rural University of Rio de Janeiro, 2019.

In the 1990s, the intensification of social precariousness regarding schoolwork is a reality among all dimensions and levels of the Brazilian public educational systems, impacting basic, higher and professional education. Such increase involves both socioeconomic and political dimensions, with forms of expropriation, proletarianization and the political awareness downgrade from professors and employees of Brazilian school education. In relation to academic work, such downgrade means de-professionalization, as a movement of depoliticization and repoliticization materialized in the modifications within the nature of educational and teaching work. These changes legitimacy regarding Brazilian education possess the same ground as the counter-reformation of the Brazilian State. For that matter, the inefficiency of public administration and the lack of “quality” in providing “public services” will legitimize the administrative reconfiguration of the Brazilian State and its splits in the administration of public educational systems. The understanding of such changes gains broader outlines with the materiality of an organic crisis of capital, highlighted by the end of the 1960s and beginning of the 1970s. Based on this evidence, the counter-reformation of the Brazilian State is characterized as a capital offensive or bourgeois reconstitution in order to maintain its political and social hegemony. In this capital offensive, the articulation of international bodies has been characterized as a moving front in defense of the bourgeois hegemony, highlighted by the development of the neoliberal project of sociability and by its mediation by the Third Way. Being part of an international bodies network, the Latin American Administration Center for Development (originally *Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo*, CLAD) has been developing actions and formulations aiming at the “reform” of Latin American States. Considering these problems, we have defined as object the political pedagogy dynamics renewed by the actions and formulations of international bodies aiming at the reform of Latin American States and the Brazilian State with developments in the public administrative reconfiguration and the public educational systems. Subsequently to the object’s definition, we took as empirical basis the CLAD and Brazilian State actions and formulations, focusing on the managerialism dissemination in the Brazilian administrative and educational reconfigurations. Our goal is to explain CLAD’s political and ideological role in the counter-reformation of Latin American states, focusing on the administrative reconfiguration of the Brazilian State and its splits regarding the administration of Brazilian public educational systems. To that end, we will develop a basic research, of quantitative analysis, of exploratory nature, with the following research instruments: a) bibliographic review; b) data collection, primary sources analysis (government documents, legislation, sectoral and specific magazines etc.) and secondary sources. In conclusion, we highlight CLAD has been affirming itself as organic intellectual collective of capital, focusing on educating the Latin American States for a consensus about the current bourgeois project of sociability. With the goal to educate for a consensus, the pedagogical dynamics of this international body involves actions and formulations focused on the counter-reformulation of Latin American States through formation-qualification of frameworks within public administration, as political leadership formulators and political leadership diffusers of managerial ethos in all levels of such administrations. This way, the impact of those actions and formulations reverted to the naturalization and intensification of social precariousness of work in public administrations and Brazilian public educational systems.

Keywords: Reform of the State – Educational Policies – International Bodies – Managerialism – Educational Management.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AECI	⇒ <i>Agencia Española de Cooperación Internacional</i>
AFD	⇒ Alternativa para a Alemanha
AID	⇒ Associação Internacional de Desenvolvimento
ANPED	⇒ Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação
BDTD	⇒ Banco Nacional de Dissertações e Teses Digitais
BIRD	⇒ Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	⇒ Banco Mundial
CAPES	⇒ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCQs	⇒ Círculos de Controle da Qualidade
CEET/PS	⇒ Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
CEET/SP	⇒ Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo
CEPAL	⇒ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CLAD	⇒ Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento
CME	⇒ Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu/RJ

CNPQ	⇒ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Collor	⇒ Fernando Collor de Mello
COMJIB	⇒ Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos
CONSED	⇒ Conselho Nacional de Secretários de Educação
DASP	⇒ Departamento Administrativo do Serviço Público
DAT	⇒ Departamento de Administração e Turismo
EAESP	⇒ Escola de Administração de Empresas de São Paulo
EBAP	⇒ Escola Brasileira de Administração Pública
Educ@	⇒ Indexador Online de Periódicos na Área da Educação
EIAP	⇒ Escola Ibero-Americana de Governo e Políticas Públicas
EIAPP	⇒ Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas
ENAP	⇒ Escola Nacional de Administração Pública
EPSJV	⇒ Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
ESACAP	⇒ Escola Superior de Administração Pública da América Central
FAETEC	⇒ Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro
FALCONI	⇒ Falconi Consultores de Resultado

FAT	⇒ Fundo de Amparo ao Trabalhador
FDG	⇒ Fundação de Desenvolvimento Gerencial
FEBF	⇒ Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
FGV	⇒ Fundação Getúlio Vargas
FHC	⇒ Fernando Henrique Cardoso
FIES	⇒ Programa de Financiamento Estudantil
FIIAPP	⇒ <i>Fundación Internacional e Iberoamericana para la Administración y las Políticas Públicas</i>
FIOCRUZ	⇒ Fundação Oswaldo Cruz
FISIG	⇒ Faculdade Internacional Signorelli
FMI	⇒ Fundo Monetário Internacional
FN	⇒ Frente Nacional na França
FPO	⇒ Partido da Liberdade da Áustria
GAO	⇒ <i>General Accounting Office</i>
GIDE	⇒ Gestão Integrada da Escola
GTPS	⇒ Grupo de Pesquisa sobre Trabalho, Política e Sociedade
IBERGOP	⇒ Programa Escola Ibero-americana de Governo e Políticas Públicas
IBICT	⇒ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ICAP	⇒ Instituto Centroamericano de Administração Pública
IDEB	⇒ Índice de desenvolvimento da Educação Básica
IES	⇒ Instituições de Ensino Superior
IIPE	⇒ Instituto Internacional de Planejamento Educacional
IM	⇒ Instituto Multidisciplinar
INDG	⇒ Instituto de Desenvolvimento Gerencial
INEP	⇒ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	⇒ Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LGBT	⇒ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros
MARE	⇒ Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MEC	⇒ Ministério da Educação
MPOG	⇒ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OCDE	⇒ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	⇒ Organização dos Estados Americanos
OEI	⇒ <i>Organización de los Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura</i>
OIJ	⇒ Organismo Internacional de Juventude para Ibero America

OISS	⇒ Organização Ibero-Americana de Segurança Social
OMC	⇒ Organização Mundial do Comércio
ONG	⇒ Organizações Não Governamentais
ONU	⇒ Organização das Nações Unidas
OREALC	⇒ Oficina Regional de Educação para a América Latina e Caribe
OTAN	⇒ Organização do Tratado do Atlântico Norte
PBQP	⇒ Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade
PC	⇒ <i>Plan de Cooperación</i>
PDV	⇒ Planos de Demissão Voluntária
PHE	⇒ <i>Proyectos hemisféricos en educación</i>
PIBIC	⇒ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNUD	⇒ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PREALC	⇒ <i>Proyecto Regional de Educación para América Latina y el Caribe</i>
PRODEM	⇒ Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio e Superior de Curta Duração
PRÓ-QUALIDADE	⇒ Programa de Melhoria da Qualidade da Educação Básica
PROUNI	⇒ Programa Universidade para Todos

PSL	⇒ Partido Social Liberal
REUNI	⇒ Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SciELO	⇒ <i>Scientific ElectronicLibrary Online</i>
SEEDUC	⇒ Secretaria de Estado de Educação
SEGIB	⇒ Secretaria Geral Ibero-Americana
SEPE/RJ	⇒ Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro
SNAP	⇒ <i>Ministerio de Hacienda de Bolivia y el Servicio Nacional de Administración de Personal</i>
UAB	⇒ Universidade Aberta do Brasil
UERJ	⇒ Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRRJ	⇒ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNESCO	⇒ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	⇒ Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID	⇒ <i>United States Agency for International Development</i>

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de Produções Científicas por Palavras-Chave - 2018.....	41
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1. PARTINDO DA REALIDADE CONCRETA PARA A IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA E CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA INVESTIGATIVA. 23	
1.1. O Problema Investigado.....	25
1.2. Acerca da Relevância da Investigação	38
1.3. Acerca dos Procedimentos Metodológicos.....	43
1.3.1. Delimitação do Objeto de Estudo.....	43
1.3.2. Percurso Analítico Adotado.....	43
1.3.3. Metodologia e Instrumentos de Coleta de Dados.....	45
1.4. Quadro Teórico e Conceitual da Análise.....	47
2. TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E POLÍTICA NA SOCIEDADE DE CLASSES.....	54
2.1. A Ontologia do Trabalho, da Educação e da Administração	55
2.2. Administração e Educação como Práxis Humana.....	65
2.3. Ontologia da Racionalidade Instrumental	74
2.4. Administração, Educação e Mediação do Conflito de Classes	79
2.5. A Fábrica como Dimensão da Pedagogia Política do Capital.....	97
2.6. Burocratização Administrativa e Educacional na Sociedade de Classes.....	112
3. IMPERIALISMO, CRISE ORGÂNICA DO CAPITAL E RECOMPOSIÇÃO BURGUESA.....	120
3.1. Capitalismo Monopolista e Imperialismo.....	121
3.2. Crise Orgânica e Crise Estrutural do Capital.....	131
3.3. Reestruturação Produtiva e Intensificação da Precariedade Social do Trabalho.....	145
3.4. A Pedagogia Política Renovada como Estratégia do Estado Educador	157
4. O CLAD COMO INTELLECTUAL ORGÂNICO DO CAPITAL.....	200
4.1. Fundamentos Sócio-Históricos da Contrarreforma dos Estados Latino-Americanos....	200
4.2. O Clad e a Educação dos Estados Latino-Americanos	212
4.3. A Contrarreforma do Estado Brasileiro e o Modelo Gerencial de Administração Pública.....	241
4.4. Contrarreforma da Educação e Os Impactos dos Organismos Internacionais na Gestão de Sistemas Públicos de Ensino no Brasil.....	250
CONCLUSÃO.....	266
REFERÊNCIAS.....	270

INTRODUÇÃO

Essa investigação se confunde com minha trajetória de vida acadêmica e profissional iniciada na graduação em administração de empresas, no Instituto Multidisciplinar (IM) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Já no 2º período, ingressei no Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS), na condição de bolsista de iniciação científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ocasião em que desenvolvi atividades de pesquisa no período compreendido entre agosto de 2006 e julho de 2008, desenvolvendo um subprojeto intitulado *“Diálogo Social na Gestão Tripartite e Paritária dos Recursos do FAT no Município de Nova Iguaçu/RJ”*, vinculado ao Projeto de Pesquisa intitulado *“Análise Qualitativa da Aplicação dos Recursos do FAT em Qualificação Profissional no Município de Nova Iguaçu/RJ”*, coordenado pelo Prof. Dr. José dos Santos Souza. Nesta atividade, descrevemos e analisamos o diálogo social estabelecido no órgão do poder local que gere recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), a Comissão Municipal de Emprego de Nova Iguaçu/RJ (CME).

Como parte integrante da construção e consolidação do GTPS, a formação para a pesquisa se desenvolveu como compromisso com o trabalho coletivo e rompimento com a lógica competitiva predominante no meio acadêmico e social. Em um ambiente de companheirismo e cumplicidade a formação me potencializou o desenvolvimento autônomo, com capacidade de compreender meu papel social e reafirmar meus compromissos com minha origem de classe. Nesse contexto, descobri a utopia como projeto político em detrimento de seu rebaixamento como sonho. É nesse ambiente fraterno e acolhedor estabelecido por meu amigo e orientador que pude construir uma trajetória acadêmica.

Durante o desenvolvimento do trabalho, na área de Políticas Públicas de Trabalho, Qualificação e Geração de Renda, foram publicados os resultados das pesquisas

realizadas, em anais de congressos nacionais e internacionais, seminários e jornadas científicas. Além dessas atividades, participei da organização de eventos como o “*I Seminário sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas da Baixada Fluminense*”, em 2007, e o “*II Seminário sobre Trabalho, Educação e Políticas Públicas da Baixada Fluminense*”, em 2009, promovido pelo GTPS, e em suas outras construções. Essa participação ocorreu tanto na organização quanto na mediação de mesa redonda do Seminário. Esse período de envolvimento com atividades científicas consistiu em um momento rico de formação para a pesquisa, proporcionando-me acúmulo de conhecimentos e experiências que culminaram no ingresso no Curso de Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ.

Para o desenvolvimento do meu trabalho de dissertação, contei com bolsa de mestrado financiada pelo Programa de Bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O trabalho de dissertação foi gestado de forma integrada às atividades de pesquisa do GTPS. Dessa forma, ocorreu em um ambiente de construção coletiva de conhecimento, com um processo de estudos e reflexões proporcionado pela dinâmica deste Grupo de Pesquisa. Essa dinâmica tem ampliado consideravelmente meu horizonte como pesquisador. Nesse processo de formação coletiva, participei das atividades de pesquisa no projeto intitulado “*Mediações entre a Escola e o Mundo do Trabalho na Formação de Técnico de Nível Médio: experiências de estágio curricular na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*”.

Em fevereiro de 2012, concluí o curso de mestrado em Educação, recebendo o título de mestre em Educação, com a dissertação intitulada “*Diálogo Social e Políticas Públicas de Trabalho, Qualificação e Geração de Renda: aspectos da nova institucionalidade da conformação das classes subalternas*”. Foi com esse trabalho que tive contato com o conhecimento em torno da engenharia institucional do diálogo social, com amplitude mundializada. Na trajetória formativa do trabalho coletivo do GTPS pude construir as bases teóricas e políticas de minha profissionalização. Como resultado dessa construção coletiva, em 2012, comecei minha carreira como professor substituto do Departamento de Administração e Turismo (DAT) da UFRRJ e, em 2013, como professor da Faculdade Internacional Signorelli (FISIG), no Curso de Administração. Além da graduação, trabalhei na pós-graduação da FISIG, sendo responsável pela elaboração e desenvolvimento da especialização em gestão pública. Nessa especialização desenvolvi o projeto “As

Influências da Administração Gerencial na Gestão de Pessoas do Setor Público”, como projeto “guarda-chuva” para orientação de alunos na especialização. Essa forma de construção de conhecimento foi proporcionada pela apreensão da metodologia de pesquisa no interior do GTPS, como construção coletiva. Além dessas instituições, em 2013 e 2014 lecionei na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no Curso de Pedagogia. No final de 2014, tomei posse como professor efetivo da rede estadual de educação profissional, na Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC). A minha trajetória profissional foi construída com a potencialidade da construção de conhecimento no GTPS.

Esta trajetória acadêmica marcada pela iniciação científica, durante a graduação; a permanência em atividades integradas de pesquisas no GTPS, durante o mestrado, foram o que me levaram à busca de continuidade dos estudos em nível de doutorado. A construção que apresento neste trabalho de doutorado é fruto do acúmulo teórico e de experiências formativas fundamentadas em um trabalho contínuo e coletivo. As primeiras aproximações com o Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), como objeto de investigação, deram-se no mestrado e nas atividades do projeto desenvolvido na especialização. Estas primeiras aproximações tomam formas consistentes nas discussões travadas no GTPS, voltadas para compreender os impactos do modelo gerencial na gestão da produção e do trabalho educacional brasileiro. Assim, o projeto de investigação para a seleção de doutorado se inseriu na construção em torno de um projeto maior intitulado *“Novos modelos de gestão de sistemas públicos de ensino e precariedade do trabalho docente: um estudo sobre o impacto do modelo gerencial na dinâmica do trabalho escolar”*. É como fruto de uma trajetória de trabalho coletivo e das oportunidades proporcionadas pela dinâmica de construção do GTPS que apresento o projeto de investigação. Nessa construção, pude contar com bolsa de doutorado financiada pelo Programa de Bolsas da CAPES.

Em tempos de contrarrevolução preventiva, a afirmação do compromisso político com a ótica do trabalho se tornou elemento crucial para evidenciar o caráter político-ideológico das noções de “sociedade pós-moderna”, “sociedade pós-capitalista” e “sociedade do conhecimento”, além da negação do trabalho e das classes sociais. Nesse sentido, a reafirmação da centralidade do trabalho como categoria de análise social se

tornou importante instrumento para desvelar os sentidos e significados políticos-ideológicos da negação e ataque direto à teoria marxista e aos movimentos de vanguarda revolucionários. E esse desvelar deve ser apreendido na conjuntura de crise orgânica do capital e na decorrente ofensiva burguesa para a recomposição de suas bases de acumulação e manutenção de seu poder de classe.

Nesse contexto, nossa proposta de investigação tem o objetivo de explicar o papel político-ideológico do CLAD na contrarreforma dos Estados latino-americanos, com foco na reconfiguração administrativa do Estado brasileiro e seus desdobramentos na administração dos sistemas públicos de ensino brasileiros.

No primeiro capítulo, fizemos a apresentação da nossa proposta de investigação, evidenciando suas principais dimensões, como: problema de pesquisa, a relevância, objeto e objetivos de estudo, os procedimentos metodológicos e nosso quadro teórico e conceitual de análise.

A partir dessa apresentação, no segundo capítulo retomamos o trabalho como categoria central de análise, com objetivo de compreender as relações entre trabalho, administração, educação e política na sociedade de classes. A compreensão dessas relações tem como direção a evidência da administração como “ciência” subordinada ao capital e da educação como campo de disputa por hegemonia, com especificidade na sociedade de classes, tomando a forma de política social voltada para a formação/conformação de um trabalhador de novo tipo.

As relações estabelecidas foram analisadas no terceiro capítulo, buscando evidenciar as particularidades das sociedades heteronômicas latino-americanas, com relações de dominação expressas no padrão dependente de desenvolvimento do capital e nas formas totalizadoras de dominação imperialista. Com base nessa evidência, nossa compreensão da crise orgânica do capital trará elementos singulares para a compreensão da recomposição burguesa e sua materialidade nas sociedades dependentes. A propriedade desses elementos singulares foi essencial ao desenvolvimento do próximo capítulo, permitindo explicar as ações do CLAD e do Estado brasileiro em torno da gestão da produção e do trabalho escolar em sistemas públicos de ensino brasileiros.

Para responder ao nosso problema de pesquisa, em nosso último capítulo aplicamos a síntese do conhecimento teórico-metodológico realizada nos capítulos anteriores, evidenciando suas contribuições para explicar as estratégias político-pedagógicas do CLAD na contrarreforma dos Estados latino-americanos. A materialidade dessas estratégias foi explicada no conjunto das mudanças socioeconômicas e político-culturais do imperialismo total, evidenciando suas singularidades para as sociedades dependentes. Com esse objetivo, evidenciamos esse Organismo Internacional como intelectual orgânico coletivo do capital e suas estratégias envolvendo a ampliação articulada de escolas e institutos de formação em administração pública, em níveis nacionais e supranacionais. Essas escolas representam a ampliação de aparelhos privados de hegemonia voltados para a formação de dirigentes e administradores públicos, em todos os níveis de poder, com objetivo de construção de consenso em torno do atual projeto de sociabilidade burguesa. Com essa direção, pudemos explicar os sentidos e significados das estratégias desenvolvidas pelo CLAD na formação/conformação de um novo tipo humano.

1. PARTINDO DA REALIDADE CONCRETA PARA A IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA E CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA INVESTIGATIVA

Nesse primeiro capítulo, apresentamos a proposta de investigação em seus principais aspectos, como: o objeto de estudo, a problematização, o problema de pesquisa, a relevância, os procedimentos metodológicos e nosso quadro teórico e conceitual de análise.

Como ponto de partida, tomamos a realidade na forma como se apresentava, para compreender a sua materialidade, por meio da elevação ao conhecimento científico e filosófico. Nesse processo, a formulação do problema de pesquisa representou o estágio inicial em que a realidade aparente foi questionada e suas contradições foram apresentadas em forma de problema a ser investigado. Essa forma de construção de conhecimento tem como fundamento a dialética do concreto, com a seguinte concepção:

A dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem de imediato, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; o conhecimento é que é a própria dialética em uma das suas formas; o conhecimento é a decomposição do todo. O “conceito” e a “abstração”, em uma concepção dialética, têm o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa. (KOSIK, 1976, p. 18).

A partir da identificação de nosso problema de investigação, a relevância se tornou consequência dos questionamentos e contradições que envolveram a realidade em que se inseria nosso objeto de pesquisa. Nesse sentido, a trajetória de investigação foi vista com dimensões maiores que os procedimentos metodológicos de uma investigação.

A visão ampliada dos procedimentos metodológicos possuiu as seguintes dimensões: delimitação do objeto de estudo; percurso analítico adotado; e metodologia e instrumentos de coleta de dados. A compreensão da metodologia e dos instrumentos de coleta de dados como parte dos procedimentos metodológicos teve como objetivo posicionar a técnica e os instrumentos como dimensões de uma trajetória de investigação

ampla. Nesse sentido, dimensionamos a técnica e os instrumentos como meios e não como finalidade da investigação. Esse dimensionamento tem o sentido de distanciamento do empirismo, com a seguinte posição da totalidade: a posição da totalidade, que compreende a realidade nas suas íntimas leis e revela sob a superfície e a casualidade dos fenômenos as conexões internas, necessárias, coloca-se em antítese à posição do empirismo (KOSIK, 1976, p. 41).

Assim, optamos por esse movimento por acreditarmos que os procedimentos metodológicos devem ser apresentados antes do início do desenvolvimento teórico e da aplicação de instrumentos. A partir dessa referência, realizamos a delimitação do objeto de estudo com objetivo de compreender e estabelecer o percurso analítico da investigação.

O estabelecimento do percurso analítico da investigação possibilita a definição da natureza da investigação e os aspectos metodológicos e instrumentos de coleta de informações necessários ao processo investigativo. Como decorrência dessa definição, é possível estabelecer o quadro ou referencial teórico da investigação. A distinção entre quadro teórico e o desenvolvimento do texto em si partiu da compreensão de momentos distintos no processo investigativo. Dessa forma, o quadro teórico tem como objetivo estabelecer as principais referências que nortearam a investigação. Porém, na dinâmica do processo investigativo, outras referências serão incorporadas ao texto, ampliando a compreensão e permitindo a liberdade na escolha teórica em função da necessidade de trazer respostas ao problema investigado. Nessa construção, a dinâmica do processo investigativo toma por base a seguinte compreensão da dialética da totalidade: “a compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo *se cria a si mesmo* na interação das partes” (KOSIK, 1976, p. 50, grifos do autor).

Todo esse movimento tem como objetivo a visão de totalidade da investigação para seu desenvolvimento e aprofundamento. Nesse sentido, seguimos partindo da realidade concreta.

1.1. *O PROBLEMA INVESTIGADO*

Na década de 1990, a intensificação da precariedade social do trabalho passa a ser evidenciada em todas as dimensões e níveis dos sistemas públicos de ensino brasileiros, impactando a Educação Básica, Superior e Profissional (SOUZA, 2017). Essa intensificação envolve o aumento e diversificação das formas de expropriação do sobretrabalho e controle sobre o trabalho escolar (MACEDO, 2017; SOUZA, 2017; SILVA JÚNIOR e SGUISSARDI, 2013; OLIVEIRA, 2004). Como efeitos dessa intensificação, podemos apontar os seguintes: a diversificação das formas de vinculação institucional de trabalhadores da educação escolar; o alargamento das funções docentes, com elevação e modificações constantes em objetivos e metas; o enxugamento do quadro técnico-administrativo; redução salarial, neutralização de avanços na conquista de direitos do trabalho e desmonte de direitos conquistados, como o desmonte de planos de cargos e salários; desmontes de sistemas de previdência; aumento da relação professor/aluno, com inchaço das salas de aula; a alteração da natureza e definição do trabalho docente (MACEDO, 2017; OLIVEIRA, 2004).

A intensificação da precariedade social do trabalho escolar envolve dimensões político-ideológicas como as formas de desconstrução da natureza da educação e da identidade docente, caracterizando formas de destruição de direitos, expropriação e a decorrente proletarização (MACEDO, 2017; SOUZA, 2017). Em relação à destruição de direitos, a natureza da educação como direito vem se transformando nos discursos governamentais e do empresariado em bens e serviços a serem prestados. Essa mudança representa a alteração do papel da educação escolar na transmissão de conhecimentos humanos acumulados ao longo do processo histórico (MACEDO, 2017; SOUZA, 2017). Nesse sentido, a alteração do papel da educação escolar vai determinar o distanciamento entre teoria e prática, configurando uma formação superficial e voltada para a cotidianidade.

O novo professor da educação atomizada passa a ser um cumpridor de tarefas – pautadas em objetivos e metas com definição estranhada, externa à comunidade escolar –, com funções atreladas à solução de conflitos e problemas sociais. Em uma relação de causalidade, Macedo (2017) evidencia que essas mudanças são decorrentes da implantação dos novos modelos de administração pública escolar.

Os novos modelos de administração pública escolar são direcionados pelo paradigma gerencial, apresentado como elemento principal para a suposta “modernização” dos sistemas públicos de ensino brasileiros. Nessa concepção de “modernização”, a exaltação à suposta “excelência” da administração privada vem diluindo os limites entre o público e o privado e estabelecendo a lógica de mercado como regulação do trabalho escolar (MACEDO, 2017; SOUZA, 2017). Assim, valores como pragmatismo, imediatismo e foco em resultados configuram o conteúdo e a forma da gestão do trabalho e da produção escolar, com fomento à competitividade dissimulada em políticas atribuídas ao mérito individual.

Como podemos perceber, a implantação do modelo gerencial nos sistemas públicos de ensino brasileiros representa a reconfiguração da racionalização de recursos materiais e a radicalização da concepção do humano como recurso “racionalizável”. Essa racionalização fundamentada no ideário de flexibilização de processos e recursos imprime a fragmentação como forma de controle totalitário sobre o trabalho. A legitimidade da implantação do modelo gerencial na administração escolar é construída a partir da noção de ineficiência e ausência de qualidade na educação pública brasileira. Nesse sentido, ineficiência e ausência de qualidade configuram o “mantra” propagado pelo Estado brasileiro, empresariado e organismos internacionais (MACEDO, 2017; SHIROMA, 2006, 2011; SOUZA, 2017). O “mantra” propagado para identificar as causas dos problemas educacionais acompanha outro “mantra” para propagar o modelo gerencial como salvação. Nesse contexto, todos os problemas da educação pública brasileira passam a ser vistos como problemas ligados à má gestão.

Na apresentação de solução para os problemas dos sistemas públicos de ensino, a elevação da qualidade do trabalho escolar envolve padrões característicos da qualidade total¹ desenvolvida no setor privado. Esse tipo de “qualidade” no trabalho escolar se torna questionável, porque a reformulação da “participação” e da “autonomia” do trabalho escolar passa a ser regulada e limitada a metas e objetivos estabelecidos por

¹ A qualidade total se refere á uma lógica de controle do trabalho desenvolvida de forma restrita ao toyotismo japonês que passa a ser disseminada como paradigma organizacional a partir da crise estrutural do capital. Essa lógica pressupõe o engajamento estimulado do trabalhador, significando a subsunção real do trabalho ao capital. Fundamentada na *lean production*, com inovações gerenciais e tecnológicas essa lógica passa a ser fundamento das mudanças na racionalização do trabalho necessárias ao modelo flexível mais adaptado às necessidades de um capitalismo mundializado (ALVES, 1999, p. 95-96).

indicadores de desempenho definidos de forma externa aos sistemas de ensino². Neste contexto, a reconfiguração da participação e da autonomia política caracteriza limitações ao poder decisório, à capacidade crítica de professores e diretores e significa formas voltadas para a neutralização de possibilidades alternativas de gestão e educação com objetivo de transformação social (MACEDO, 2017; SHIROMA, 2006, 2011). Com esse sentido, supomos que seria incompatível o desenvolvimento de uma gestão democrática coerente com o modelo gerencial. Talvez, essa incompatibilidade nos permita evidenciar a resignificação da “gestão democrática” a necessidades de regulação e limites impostos pela concepção da democracia restrita burguesa.

A incompatibilidade entre o modelo gerencial e a gestão democrática fica cada vez mais explicitada na análise de mudanças na natureza do trabalho de docentes e diretores escolares. Em relação a essas mudanças na natureza, Shiroma (2006) evidencia a transformação dos diretores em gestores executivos, voltados para administrar as escolas como empresas, com metas e objetivos estabelecidos de forma centralizada e externa às comunidades escolares (SHIROMA, 2006). Nesse sentido, o diretor como gestor executivo assume a função de mediar conflitos, crises e o caos. A natureza das mudanças na regulação docente exige um perfil de professor racionalizado, eficiente em desenvolver seu trabalho, fazendo sempre “mais com menos”, e eficaz no alcance de metas e objetivos estranhados e externos. Com essa modificação, a avaliação externalizada do professor tende a se distanciar do domínio do conhecimento e capacidade de reflexão crítica, para a valorização da capacidade de resolver as demandas da comunidade escolar e mediar os possíveis conflitos surgidos nessa relação (MACEDO, 2017). A conformação desse novo perfil de trabalhador docente vem sendo promovida por formação continuada estabelecida como objetivo de profissionalização, legitimada por uma concepção de valorização docente (MACEDO, 2017; SHIROMA, 2006, 2011, SOUZA, 2017). Esse tipo de profissionalização tem fundamento na ideologia pós-moderna, com a concepção de vivência tecnológica em uma suposta “sociedade do conhecimento” (MACEDO, 2017). Essa vivência exige o desenvolvimento de um conjunto de ideias caracterizadas como valores fetiche de mercado, com caráter de desprofissionalização docente, com mudanças na

² Os indicadores formulados na ótica gerencialista se tornam paradigmas na avaliação da educação pública brasileira, pela atuação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) na avaliação da Educação Básica e Superior brasileiras. Além do INEP, a CAPES desenvolve a lógica gerencialista de avaliação nos programas de pós-graduação brasileiros.

natureza do trabalho e perda de identidade. Podemos elencar algumas delas, como: competências; habilidades; saberes pedagógicos diversos com base nas tecnologias de informação e comunicação; empreendedorismo; competitividade.

Os impactos da reconfiguração das formas e do conteúdo do trabalho e da produção escolar evidenciam o caráter totalizador do modelo gerencial. Assim, o desenvolvimento do modelo gerencial indica o controle sobre o trabalho escolar como elemento principal em mudanças promovidas nos sistemas públicos de ensino brasileiros. Esse caráter decorre de uma centralização na gestão do trabalho e da produção, assumindo formas estruturais, regulatórias e político-ideológicas (MACEDO, 2017; SOUZA, 2017). A centralização na gestão expressa os mecanismos de intensificação e mediação da precariedade social do trabalho educacional. Essa intensificação da precariedade social do trabalho é centrada nos professores, porém estendidas a todos os envolvidos no trabalho escolar. Assim, podemos perceber as mudanças desencadeadas pelo modelo gerencial na educação como amplo processo de reconfiguração dos sistemas públicos de ensino brasileiros (MACEDO, 2017; SHIROMA, 2006, 2011, SOUZA, 2017). A evidência da intensificação da precariedade social do trabalho escolar, com forma ampliada, caracteriza o movimento de reconfiguração da educação brasileira como uma contrarreforma³ educacional.

A contrarreforma educacional brasileira fica evidente no caráter totalizador da reconfiguração administrativa dos sistemas públicos de ensino. Como vimos até o momento, esse caráter envolve formas de expropriação e proletarização ampliadas dos trabalhadores da educação centradas nos docentes (MACEDO, 2017; SHIROMA, 2006, 2011, SOUZA, 2017). Essas formas de expropriação e proletarização ampliadas envolvem a intensificação das formas de subsunção do trabalho escolar, com as seguintes estratégias de flexibilização: fragmentação e desestabilização dos vínculos institucionais e de identidade profissional; intensificação de tempos e movimentos; destruição de direitos políticos e sociais com caráter universal; redução de salários e direitos ligados à carreira. Na dimensão política ideológica, a despolitização vai promover a alteração da natureza da educação e da identidade docente. Essa despolitização vai expressar a limitação política em sentido ampliado, configurando a perda de autonomia docente na direção e definição

³ Para a compreensão dessa suposta “reforma”, nossa análise está fundamentada no conceito de contrarreforma burguesa elaborado por Fernandes (2006).

do processo de ensino-aprendizagem e na construção de conhecimento. Como movimento dialético, a despolitização ocorre ao mesmo tempo em que a repolitização se volta para conformar um trabalhador docente de novo tipo com forma subsumida de participação política, com caráter fragmentado, pontual e sem poder decisório. Esse movimento de subsunção, como conformação de um trabalhador docente de novo tipo tem como fundamento a noção de responsabilização ou *accountability* como forma de repolitização (atomização política) no trabalho docente.

A conformação social à precariedade social do trabalho pode ser evidenciada na disputa por projetos educacionais. Assim, com o objetivo de naturalizar a precariedade social do trabalho e estabelecer mecanismos de despolitização e repolitização o projeto de educação burguesa deve acompanhar a necessidade de atomização da educação. Como afirma Souza (2010, 2017, 2018), o modelo gerencial na educação tem como objetivo a implantação de uma educação interessada, pragmática e imediatista, distanciada da reflexão crítica e voltada para a formação de competências para atuação em um mercado de trabalho instável e incerto (SOUZA, 2010, 2017, 2018).

As mudanças políticas e econômicas que evidenciamos na contrarreforma educacional brasileira fazem parte da reconfiguração administrativa do Estado brasileiro. Nesse quadro de mudanças, as dimensões da educação e da administração pública se configuram como dimensões estratégicas de um movimento mais amplo de contrarreforma do Estado brasileiro. A contrarreforma estatal vem sendo apresentada como “modernização do Estado brasileiro” fundamentada no pressuposto de necessidade de adequação do aparelho de Estado ao fenômeno da globalização. Essa adequação se configura como contrarreforma do Estado por envolver mudanças em todas as dimensões da relação entre Estado e sociedade civil. Esse caráter ampliado da contrarreforma do Estado brasileiro já pode ser visualizado no começo dos anos 1990, no Governo Fernando Collor de Mello (Collor). Como elementos dessa suposta “modernização do Estado brasileiro”, podemos apontar os seguintes: Programa de Desestatização; Programa de Demissão Voluntária; Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) (CHIARELLI, 1990). Esses programas se destinam a mudanças em todas as dimensões da relação entre o aparelho de Estado brasileiro e a sociedade civil, atreladas aos pressupostos, princípios e diretrizes do projeto neoliberal de sociabilidade burguesa.

O protagonismo do Governo Collor na implantação do projeto neoliberal no Brasil configura o caráter ampliado da contrarreforma estatal. Além dos programas que apresentamos, podemos evidenciar o caráter ampliado dessa contrarreforma no envolvimento e direção de organismos internacionais e no papel atribuído à educação pública brasileira. Em relação aos desafios que cabem ao Ministério da Educação (MEC), a suposta “modernização” envolve a mobilização dos organismos governamentais e organismos internacionais como o Instituto Internacional de Planejamento Educacional (IIPPE), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Oficina Regional de Educação para a América Latina e Caribe (OREALC) (CHIARELLI, 1990).

Como concepção da suposta “modernização”, o Ministro da Educação Carlos Alberto Gomes Chiarelli, no Governo Collor, estabelece a seguinte:

O Ministério da Educação saberá responder a esses desafios. Não devemos esquecer que a qualidade e, por extensão, a produtividade são atributos que se localizam, primeiramente, no comportamento e nas atitudes do cidadão, seja ele operário, industrial, pesquisador, professor, administrador público, profissional liberal, consumidor, e em relação aos quais o processo de ensino-aprendizagem ocupa posição estratégica. O esforço de modernização passa, necessariamente, pela escola, em todos os seus níveis, afetando e sendo afetada de modo idêntico pelas estruturas de gestão do processo educacional. Em outras palavras, qualidade e produtividade dizem respeito, não somente às atividades finalísticas do MEC, mas também às suas estruturas-meio (CHIARELLI, 1990, p. 5).

Na compreensão dos desafios a serem enfrentados pelo MEC, Chiarelli (1990) expõe o papel estratégico da educação e da administração escolar para a suposta “modernização” do setor público. Assim, a elevação da produtividade e “qualidade” do trabalho de forma ampliada exige a formação de um trabalhador de novo tipo, considerando a totalidade social brasileira. Nesse movimento, a natureza da administração escolar precisa ser reconfigurada para atender ao ideário de transformação social, envolvendo a totalidade dos sistemas de ensino brasileiros. A implantação do Programa de Desestatização (privatização), em abril de 1990, a concepção de educação como bem e serviço (mercadorização da educação) e de amplo enxugamento no quadro do funcionalismo público federal expressam a construção de consenso em torno do projeto neoliberal de sociabilidade. Com base nesses elementos, os desafios do MEC passam a ter sentido de conformação social à intensificação da precariedade social do trabalho, evidenciando o papel educador do Estado brasileiro.

A incapacidade política do Governo Collor em levar adiante o projeto neoliberal de sociabilidade burguesa vai culminar com seu *impeachment* em dezembro de 1992. Na conjuntura mundial de reformulação do projeto da socialdemocracia para o século XXI, em meados dos anos 1990, o projeto neoliberal mediado por esse partido político foi apresentado como uma Terceira Via, uma suposta alternativa ao projeto neoliberal (GIDDENS, 2005). Com base no ideário desse projeto, a reconfiguração administrativa do Estado brasileiro foi impulsionada no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) e a implantação do *Plano Diretor da Reforma Administrativa* (1995). Como elementos legitimadores dessa reconfiguração, a ineficiência estatal e a ausência de qualidade na prestação de serviços à população expressam os mesmos “mantras” propagados para a reconfiguração dos sistemas educacionais brasileiros. Além disso, esses “mantras” propagados também tem sua causa atribuída à má gestão pública e são voltados para legitimar a suposta necessidade de desburocratização do Estado (BRASIL, 1995). Assim, o modelo gerencial é apresentado como “antídoto” para todos os problemas da administração pública brasileira. Nesse sentido, Souza (2017) vem questionando essa suposta desburocratização e como resposta afirma a implantação do modelo gerencial como uma burocratização de novo tipo.

Em relação às formas de expropriação e proletarização, as mudanças propostas pela reconfiguração administrativa do aparelho de Estado vão desencadear a ampliação dos elementos que evidenciamos na intensificação da precariedade social do trabalho escolar. Como elementos dessa intensificação, evidenciamos as seguintes medidas classificadas como “impopulares”: formas de flexibilização da estabilidade e gestão do trabalho, destruição de direitos e desestabilização de vínculos institucionais, além de ataques ao sistema previdenciário. Na dimensão política, a profissionalização aparece como suposta medida de valorização do trabalhador da administração pública (BRASIL, 1995). Essa suposta profissionalização tem como fundamento a formação de um novo tipo de trabalhador adaptado à concepção de “sociedade do conhecimento”, exigindo novas formas de participação política em uma democracia participativa (BRASIL, 1995). A resignificação da participação nessa democracia participativa vai exigir uma nova postura política, como participação individualizada com responsabilização ou *accountability*. Se essa política for evidenciada com o mesmo sentido atribuído à profissionalização docente,

esta terá o sentido de rebaixamento ampliado da consciência política dos trabalhadores da administração pública brasileira. Esse rebaixamento terá o sentido de mudança na natureza do trabalho e na proletarização ampliada do trabalhador da administração pública brasileira. Essa estratégia terá como objetivo a mediação do conflito de classes e conformação à intensificação da precariedade social do trabalho.

As dimensões política e econômica da contrarreforma do Estado brasileiro apontam para o movimento analisado por Fernandes (2006) como contrarrevolução burguesa. Assim, a suposta “modernização do Estado brasileiro” parece se configurar como um movimento de contrarrevolução burguesa, desencadeado por uma crise orgânica do capital. Nesse sentido, as mudanças que evidenciamos como contrarreforma educacional e contrarreforma estatal fazem parte de uma ofensiva do capital em todas as dimensões do Estado brasileiro.

A partir da crise orgânica do capital, evidenciada no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, Souza (2015, 2016, 2017) analisa a ofensiva do capital como uma recomposição burguesa, com dimensões estruturais e superestruturais. Esse movimento é composto da reestruturação do trabalho e da produção, de forma ampliada, e da reconfiguração dos mecanismos de mediação do conflito de classes (SOUZA, 2015, 2016, 2017). Essas mudanças alteram profundamente a dinâmica das relações de produção, com a inserção intensa de ciência e tecnologia e o desenvolvimento de novos modelos de gestão do trabalho e da produção. Os efeitos decorrentes dessas mudanças são a redução contínua e substancial do trabalho vivo, o enxugamento dos tempos mortos e a flexibilização do trabalho e dos processos produtivos, delineando a intensificação da precariedade social do trabalho (SOUZA, 2015, 2016, 2017).

A compreensão das mudanças evidenciadas na contrarreforma do Estado brasileiro e seus desdobramentos nas dimensões administrativas e educacionais exige a análise em relação à crise orgânica do capital. Essa exigência tem o sentido de visão de totalidade do fenômeno que envolve as mudanças na relação entre o aparelho de Estado e sociedade civil. Para compreendermos a disputa por hegemonia em torno de projetos de sociabilidade e seus desdobramentos nas reconfigurações da administração pública e

dos sistemas públicos de ensino brasileiros, as ações dos organismos internacionais⁴ são essenciais. Segundo Shiroma (2011), as ações de uma rede de organismos internacionais pressionam a contrarreforma dos Estados na América Latina. Essas ações são fundamentadas nas premissas do projeto neoliberal mediado pela Terceira Via (SOUZA, 2010, 2017, 2018). Como exemplo de ações, segundo Shiroma (2011), os organismos internacionais vêm financiando projetos⁵ que envolvem a educação, como dimensão estratégica para a conformação da sociabilidade necessária à atual conjuntura do capital. As ações desses organismos podem ser evidenciadas em todos os níveis da educação brasileira. No nível superior, Macedo (2017) aponta a intensificação das formas de privatização da educação pública brasileira, com o empresariamento da educação superior. No âmbito da educação básica, Hypolito (2008) evidencia a aproximação do Banco Mundial no desenvolvimento de projetos com o discurso de melhoria na Educação Básica em estados brasileiros. Fontes (2010) caracteriza essa rede de organismos internacionais como uma frente móvel do capital-imperialismo voltada para manter a hegemonia da sociabilidade burguesa.

Como parte da rede articulada de organismos internacionais, em meados dos anos 1990, podemos evidenciar ações do CLAD voltadas para a formulação e articulação da “reforma” dos Estados latino-americanos. Esse organismo público internacional se constitui em uma iniciativa de criação conjunta dos governos do México, Perú e Venezuela, em 1972 (CLAD, 2013). A constituição desse Organismo Internacional se desenvolve em plena evidência da crise orgânica do capital. A crise orgânica foi marcada pelo fim do “milagre mexicano” Nesse contexto, o início das lutas pela redemocratização dos países latino-americanos envolvem estratégias de redemocratização como forma de limitação e contenção de movimentos revolucionários.

⁴ Como exemplo, percebemos ações coordenadas do Banco Mundial – formado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID); Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Fundo Monetário Internacional (FMI); UNESCO; Organização das Nações Unidas (ONU); Organização dos Estados Americanos (OEA); Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); *Organización de los Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura* (OEI); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em muitos dos projetos destinados à América Latina, esses organismos atuam em forma de rede, com um discurso unificado (SHIROMA, 2011).

⁵ Os principais projetos voltados para a formação do professor são: Proyecto Regional de Educación para América Latina y el Caribe (PREALC); Plan de Cooperación (PC); Proyectos hemisféricos en educación (PHE) (SHIROMA, 2011).

No México, esse contexto é marcado pelo período caracterizado pela ação repressiva do Estado contra os movimentos e formas de organização coletiva de esquerda revolucionária. Nesse período, a política mexicana foi caracterizada por um discurso nacionalista com aproximação à esquerda, contra o imperialismo, e movimentos de repressão combinados com a aproximação da Doutrina de Segurança Nacional (DNS)⁶ estadunidense. No contexto mexicano, a DNS foi fundamento para a constituição da Direção Federal de Seguridade (DFS), formada por grupos de elite paramilitares, como corpo formado e integrado nas distintas corporações de inteligência e forças repressivas das polícias e do exército. A contrarrevolução preventiva vai caracterizar uma política repressiva aos grupos opositores, nos períodos dos governos de Gustavo Díaz Ordaz (1964-1970), de Luis Echeverría Álvarez (1970-1976) e de José López Portillo (1976-1982)⁷.

Com o mesmo sentido contrainsurgente, ou seja, uma política contrarrevolucionária preventiva, na Venezuela, o governo de Rafael Caldera (1969-1974) foi caracterizado como um governo de direita, repressivo e implacável com os movimentos opositores. Declaradamente opositor às concepções políticas marxistas, Caldera enfrentou uma conjuntura de crescente mobilização sociopolítica, com movimentos operários reivindicativos, greves nas indústrias estatais de base, intensa mobilização estudantil. Como influência para mobilização estudantil, as lutas com caráter revolucionário envolveu a busca pela legalização do Partido Comunista Venezuelano, as ações do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) e a criação do Movimento ao Socialismo (MAS). A ação governamental se voltou para a repressão sistemática, envolvendo a demissão em massa de operários, intervenção e fechamento da Universidade Central da Venezuela, entre 1970 e 1971, considerando as manifestações e protestos como prolongamento da luta armada.

⁶ Essa doutrina ganha caráter de contrarrevolução preventiva e estabelece sentido teórico-metodológico para a criação de Escolas de Formação Militar voltadas para a formação de militares de escalões superiores com estrutura de pensamento e ação articulada à política de segurança nacional com caráter preventivo de contenção de movimentos insurgentes na Região. No caso brasileiro, a Escola Superior de Guerra (ESG) faz esse papel integrador das três forças armadas, com uma formação alinhada com o pensamento de defesa nacional norte americano, espelhada na *National War College* (NWC), como unidade da Universidade de Defesa Nacional dos Estados Unidos.

⁷ No Governo de Ordaz, a repressão ao movimento estudantil, de caráter revolucionário, culminou no Massacre de Tlatelolco em que as forças armadas mexicanas abriram fogo contra civis desarmados, em 02 de outubro de 1968, na cidade do México, assassinando um número estimado entre 200 e 300 pessoas. Esse massacre encoberto pelo Governo Ordaz nunca esclareceu os culpados e a divulgação do número de mortos.

Essa característica contrarrevolucionária preventiva destoa no Governo de Juan Francisco Velasco Alvarado (1968 a 1975), no Peru. Esse político-militar sobe ao poder por meio de um golpe de Estado, destituindo o presidente Fernando Belaúnde Terry, em 03 de outubro de 1968. Com um discurso de oposição à polarização capitalismo-socialismo, Alvarado promoveu mudanças alinhadas com o socialismo soviético, estatizando as empresas peruanas, principalmente as de petróleo, mineração e pesca, além da reforma agrária acabando com os latifúndios⁸.

É nesse contexto de crise orgânica do capital e nas contradições entre o alinhamento ideológico entre México, Venezuela e Peru que o CLAD é instituído em 30 de junho de 1972. Nessa data, o estabelecimento de objetivos e instrumentos para a adesão dos outros países latino-americanos passa a estruturar a Ata Constitutiva do CLAD (CLAD, 1972). Como estratégia de adesão, a necessidade de otimização de recursos humanos e materiais escassos e a centralidade na formulação de problemas gerais e específicos focados na administração pública latino-americana são acionados como elementos comuns e passíveis de consenso. Assim, a constituição do CLAD é apresentada como necessidade levantada em consulta aos países latino-americanos. Desde sua criação, suas ações foram direcionadas para a “reforma” dos Estados latino-americanos, com a direção de uma suposta “modernização da administração pública”. Suas ações estão centradas na construção de uma institucionalidade voltada para dar suporte e impulsão à “reforma” estatal na América Latina. Essa construção envolve acordos firmados com outros organismos multilaterais ou bilaterais, acordos e convênios firmados com Estados e instituições governamentais (CLAD, 2013).

A definição da sede do CLAD ficou estabelecida como determinação da cidade latino americana determinante no Conselho Diretivo, por um período de 3 anos. O protagonismo do governo venezuelano fica evidente na definição da sede na cidade de Caracas, pela construção que materializa a Lei nº 2.718 de 30 de dezembro de 1980, com a definição da sede em uma casa Avenida Principal de Los Chorros, junção com a Av. 6. Casa CLAD, Urb. Los Chorros, Caracas 1071, Venezuela. A criação deste Organismo Internacional foi referendada pela Assembleia Geral das Nações Unidas com sentido de

⁸ Essas mudanças foram revertidas pela segunda fase do governo militar, com o golpe entre as lideranças militares e a destituição de Alvarado em 29 de agosto de 1975, pelo major-general Francisco Morales Bermúdez, até então presidente do Conselho de Ministros.

constituição de uma institucionalidade regional voltada para a suposta “modernização” das administrações públicas latino-americanas, legitimada pelo elemento comum estabelecido como processo de desenvolvimento econômico e social.

A estrutura diretiva do CLAD é formada por um Conselho Diretivo, um Conselho e Comissão de Programação e Avaliação. O Conselho Diretivo se constitui em um colegiado como instância máxima formada por representantes governamentais dos países membros, um membro de cada país, indicados em função do vínculo com a reforma administrativa do aparelho de Estado. Esse conselho possui funções normativas gerais, de políticas e de direção e avaliação das atividades. O Conselho é constituído pelo Presidente, por três Vice-Presidentes e pelo Secretário-Geral. Neste Conselho são resolvidos os assuntos com propostas e soluções necessárias anteriores a reunião do Conselho de Direção. A Comissão de Programação e Avaliação é um órgão consultivo e de delegação do Conselho Diretivo, composto pelo Presidente, os três Vice-Presidentes, três representantes dos países membros e o Secretário-Geral. Este Organismo Internacional também possui a Revista do CLAD Reforma e Democracia como meio de divulgação dos produtos de sua articulação política.

A influência do CLAD se faz presente na constituição de ministérios da reforma do Estado por toda a América Latina. Como parte de suas ações, a articulação entre o CLAD e o MARE, no Governo FHC (1995-2002)⁹, materializa o I Congresso Internacional do CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, em novembro de 1996, no Rio de Janeiro (CLAD, 2004). A partir de meados dos anos 1990, a regularidade na realização do Congresso Internacional do CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública e da Conferencia Ibero-americana¹⁰ de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado demonstra o interesse em aprofundar as mudanças na relação entre Aparelho de Estado e sociedade civil em toda a América Latina (CLAD, 2017). Na suposta “modernização das administrações públicas” dos países latino-americanos, a educação aparece como dimensão estratégica para ampliação das formas

⁹ Essa articulação fica clara quando verificamos o nome de Luiz Carlos Bresser-Pereira, como presidente do CLAD, no mesmo período de sua liderança na formulação e implementação da contrarreforma do Estado brasileiro.

¹⁰ Essa nomenclatura tem o sentido de uma articulação internacional entre os países de Língua Portuguesa e espanhola, como países Ibero-americanos. Com direção e fundamento no ideário da ONU, essa articulação internacional dá forma à um conjunto de organismos internacionais com propostas setoriais, para: Educação, Ciência e Cultura; Juventude; Segurança Social; e Justiça.

de atuação e articulação entre o CLAD e os Estados latino-americanos. Nesse sentido, a ampliação tem sido desenvolvida com a articulação entre escolas e institutos de formação em administração ligados a governos, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), e a criação de novas escolas, como a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e a Escola Ibero-americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP) como escola supranacional. A formação desenvolvida por essas instituições tem sido apresentada com o propósito de aprimoramento da capacidade de gestão do Estado e profissionalização das funções públicas. Se confirmado o alinhamento do CLAD ao projeto neoliberal mediado pela Terceira Via, a profissionalização terá o sentido de desprofissionalização e proletarização dos servidores públicos de forma ampliada. Assim a educação terá como função estratégica na formação de intelectuais orgânicos e difusores, como diretores e administradores públicos, do projeto neoliberal mediado pela Terceira Via. Com sentido ampliado, a pedagogia política materializada nesse projeto político terá o objetivo de manutenção das relações de dependência dos Estados latino-americanos e interesses dos países hegemônicos do capitalismo mundializado. Além do sentido ampliado de mediação do conflito de classes e conformação à intensificação da precariedade social do trabalho. Nesse contexto, podemos questionar sobre o papel político ideológico do CLAD nas mudanças promovidas pela contrarreforma dos Estados latino-americanos e seus desdobramentos nas reconfigurações administrativa do Estado brasileiro e dos sistemas de ensino brasileiros.

Nossa hipótese é de que o CLAD vem se afirmando como intelectual orgânico coletivo do capital, voltado para educar os Estados latino-americanos para o consenso em torno do atual projeto burguês de sociabilidade e da decorrente contrarreforma estatal, com foco na contrarreforma administrativa dos aparelhos de Estado latino-americanos. Com esse objetivo de educar para o consenso, acreditamos que a dinâmica pedagógica desse Organismo Internacional envolve ações e formulações voltadas para viabilizar a contrarreforma administrativa dos Estados latino-americanos, por meio da formação-qualificação de quadros nas administrações públicas, como lideranças políticas formuladoras e lideranças políticas difusoras do *ethos* gerencial em todos os níveis dessas administrações.

Nos anos 1990, a evidência da atuação direta do governo brasileiro No CLAD, por meio do MARE, e a articulação institucional entre escolas nacionais e supranacionais

de administração pública e escolas ligadas a governos brasileiros nas diferentes esferas de poder Federal, Estadual e Municipal apontam para a constituição de uma rede de aparelhos privados de hegemonia voltados para a formação-qualificação de intelectuais difusores do gerencialismo em todos os níveis da administração pública brasileira. Acreditamos que a formação-qualificação desenvolvida por essas escolas possuem forma interessada, fragmentada, tecnicista e pragmática, afinada com a ideologia gerencialista. Dessa forma, evidenciaremos a forma com que as ações e formulações desse Organismo internacional influenciam e direcionam as reconfigurações administrativas do Estado e dos sistemas públicos de ensino brasileiros.

1.2. ***ACERCA DA RELEVÂNCIA DA INVESTIGAÇÃO***

A apreensão da totalidade do fenômeno que envolve a contrarreforma educacional brasileira possui a relevância de evidenciar as formas atuais da luta de classes, com relações de dominação que impulsionam a intensificação da precariedade social do trabalho escolar. O movimento dialético entre o mais geral e o local tem o potencial para a análise da luta de classes, evidenciando as estratégias burguesas com caráter internacional. Dessa forma, nos propomos a explicitar a construção de um pensamento único evidenciado em projetos de sociabilidade com caráter mundial, como estratégia da burguesia mundial para a formação de um trabalhador de novo tipo.

Em relação à luta dos trabalhadores, nossa investigação tem a contribuição social de desvelar os movimentos de construção da hegemonia burguesa e evidenciar as estratégias, possibilidades e limites da luta de classes dentro da ordem burguesa. Essa contribuição terá o sentido de significar as estratégias de atomização da classe trabalhadora, como estratégias de dominação de classe, ofuscando a necessidade de ampliação da consciência política e de projetos políticos de emancipação humana em o âmbito internacional. Esse conhecimento tem como objetivo municiar a luta de classes e os organismos de representação da classe trabalhadora com a possibilidade de elevação da consciência política dos trabalhadores da educação. Entender as raízes da intensificação da precariedade da existência humana permite estabelecer pontos de partida para a construção de outro projeto de sociabilidade com a ótica da classe

trabalhadora. Essa intensificação tem relações diretas com o cotidiano da vida, das relações sociais de trabalho, no dia a dia do trabalho escolar. Assim, a contribuição dos estudos da administração do trabalho educacional no setor público visa desmistificar as formas da precariedade e informalidade no cotidiano do trabalho escolar.

O foco nas ações e formulações de organismos internacionais tem o potencial de contribuir com a análise ampliada sobre políticas públicas, políticas sociais e, principalmente, a reconfiguração das políticas educacionais brasileiras. Com a apreensão dos sentidos e significados das mudanças socioeconômicas e políticas e seus impactos na reconfiguração da administração de sistemas públicos de ensino, o conhecimento a ser produzido tem o potencial para o desenvolvimento futuro de políticas educacionais voltado para os interesses nacionais. Além disso, pretendemos contribuir com os estudos da área de trabalho e educação, gestão educacional, da sociologia do trabalho, da sociologia da educação, evidenciando as relações sociais que envolvem o trabalho educacional.

A identificação da relevância científica de nossa investigação foi construída com base na busca do *Scientific Electronic Library Online* (SciELO); no Indexador Online de Periódicos na Área da Educação (Educ@), da Fundação Carlos Chagas Filho; no Banco de Teses da CAPES; nos trabalhos apresentados em reuniões anuais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPED) e no Banco Nacional de Dissertações e Teses Digitais (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Como ponto de partida para a realização da busca nos bancos mencionados, definimos palavras-chave pertinentes ao problema e objeto de investigação. Essas palavras-chave são as seguintes: “gerencialismo”; “nova gestão pública”; “pedagogia política”; “pedagogia da hegemonia”; “organismos internacionais”; “organismos multilaterais”; “escolas de governo”; “CLAD”.

Em relação à palavra gerencialismo, nossa escolha partiu de seu significado no fenômeno da reconfiguração da administração dos sistemas públicos de ensino brasileiros e, de forma ampliada, na reconfiguração administrativa do Estado brasileiro. Esse significado está na evidência da intensificação da precariedade social do trabalho escolar e do trabalho na administração pública brasileira, em todos os níveis e dimensões. A terminologia “nova gestão pública” foi escolhida por expressar a forma adotada pelo

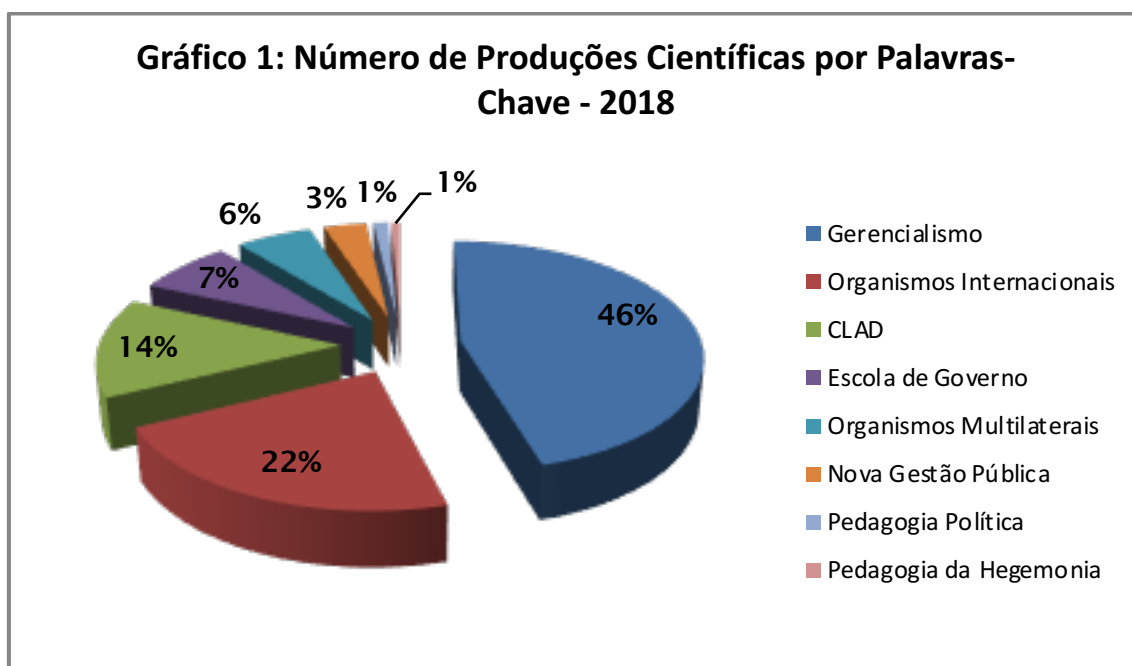
projeto burguês de sociabilidade para a reconfiguração administrativa dos Estados nacionais. Assim, essa escolha complementa os estudos não contidos na terminologia “gerencialismo”. A palavra-chave “pedagogia política” expressa o conceito gramsciano contendo o significado de um conjunto de mecanismos de mediação do conflito de classes. Esse conceito tem relevância fundamental para a compreensão das estratégias desenvolvidas por Organismos Internacionais, com objetivo de educar para o consenso em torno da concepção de mundo burguês e seu projeto de sociabilidade. Nossa escolha pela terminologia “pedagogia da hegemonia” se deve à predominância em publicações da forma cunhada pelo Coletivo de Estudos de Política Educacional¹¹ para o conceito gramsciano de “pedagogia política”. Escolhemos as palavras “organismos internacionais” e “organismos multilaterais” por ter relação direta com o nosso objeto de estudo, pois todo organismo internacional é multilateral. Além dessas palavras-chave, as formulações e ações do nosso objeto de estudo estão relacionadas à ampliação de escolas de governo, em nível nacional e supranacional. A partir dessa evidência, escolhemos a terminologia “escolas de governo” por significar essa ampliação. Como última definição, escolhemos o “CLAD” como busca essencial para verificar os trabalhos produzidos sobre esse Organismo Internacional.

Em nossa busca, encontramos nos bancos mencionados o número total de 8.296 produções científicas. Esse total encontrado está distribuído com as seguintes quantidades relacionadas às palavras-chave: gerencialismo com 3.792; organismos internacionais com 1.832; CLAD¹² com 1.147; escolas de governo com 618; organismos multilaterais com 484; nova gestão pública com 272; pedagogia política com 95; e

¹¹ Esse Coletivo coordenado pela Professora Dr^a. Lúcia Maria Wanderley Neves é um Grupo de Pesquisa da EPSJV/FIOCRUZ que é vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Como direcionamento para as pesquisas desenvolvidas, as investigações estão estruturadas em duas linhas de pesquisa principais: a Educação Política e a Educação Escolar. Como resultado da produção científica deste Coletivo, a partir de 2002, podemos evidenciar os seguintes livros: “O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990” (2002); “Reforma universitária do Governo Lula: reflexões para o debate” (2004); “A nova pedagogia da hegemonia - estratégias do capital para educar o consenso” (2005); “Educação superior: uma reforma em processo” (2006) “Direita para o social e esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia de hegemonia no Brasil” (2010). A formação deste Grupo de Pesquisa é composta por pesquisadores da EPSJV, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Campus Campina Grande.

¹² Como critério para a busca nos bancos de produções científicas, utilizamos a sigla e o nome por extenso do CLAD, utilizando o nome em português e espanhol.

pedagogia da hegemonia com 86. Podemos visualizar essa distribuição em percentual no gráfico abaixo:



Fonte: Elaboração do autor.

A produção científica levantada é composta aproximadamente de 95% entre teses e dissertações e 5% de artigos em periódicos e trabalhos completos em anais da ANPED.

Em um movimento inicial, analisamos a produção das reuniões nacionais da ANPED, pelos títulos dos trabalhos publicados. Nessa análise não encontramos publicações relacionadas às palavras-chave “organismos internacionais”, “organismos multilaterais”, “nova gestão pública”, “escolas de governo” e “CLAD”. Encontramos produções relacionadas às palavras-chave “pedagogia política”, “pedagogia da hegemonia” e “gerencialismo”. Com a palavra-chave “gerencialismo”, encontramos 6 trabalhos e um trabalho de cada para “pedagogia política” e “pedagogia da hegemonia”. A produção encontrada sobre “pedagogia política” estava relacionada à experiência alternativa de formação educacional, com base na pedagogia política de Rousseau. Com o trabalho encontrado sobre “pedagogia da hegemonia”, o professor é analisado como intelectual disseminador da nova pedagogia da hegemonia. A produção encontrada com

a palavra gerencialismo foi categorizada da seguinte forma: gerenciamento de risco, reforma educacional, tecnologias na gestão educacional, modelos de gestão universitária, gestão escolar. O trabalho categorizado como gerencialismo de risco não tem pertinência à nossa temática de investigação. Assim, nessa busca encontramos 5 trabalhos pertinentes, com a palavra-chave “gerencialismo”, e 1 trabalho, com a palavra-chave “pedagogia da hegemonia”. Com o critério de pertinência, os trabalhos encontrados têm como elo os impactos do gerencialismo no trabalho escolar. Nesse sentido, a escassa produção encontrada dialoga com nosso objeto de estudo, mas nenhum trabalho tem como objeto de análise os organismos internacionais.

Com objetivo de evidenciar a produção sobre o CLAD como objeto de estudo e sua relevância para a investigação científica, partimos para a análise das produções encontradas nos bancos mencionados anteriormente. Apesar do número elevado encontrado no total de produções, a análise demonstrou a ausência de produção pertinente ao CLAD em todos os bancos pesquisados. Toda a produção encontrada está voltada para a área agrária e rural, como estudos sobre filogenética. Esse resultado parcial de nosso levantamento bibliográfico já demonstra a relevância de nosso objeto de estudo para a investigação científica. Além desse resultado, em buscas sobre a relação do CLAD com o Estado brasileiro, encontramos no portal da transparência 186 entradas relacionadas às despesas com participação de trabalhadores da administração pública federal em eventos e processos de formação e capacitação voltados para a reforma do aparelho de Estado. Além desses elementos, encontramos despesas relacionadas a convênios entre o Estado brasileiro e o CLAD, com regularidade na emissão de recursos do Estado brasileiro para esse Organismo Internacional (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2018). Essas informações encontradas deverão ser aprofundadas em nossa análise, para que possamos evidenciar os laços estreitos entre o Estado brasileiro e o CLAD na condução da contrarreforma do Estado brasileiro.

Na continuidade de nosso levantamento bibliográfico, temos percebido poucos estudos relacionados aos efeitos do gerencialismo na gestão do trabalho educacional. Essa percepção fica ainda mais evidente em relação às formas atuais fundamentadas na flexibilização do trabalho, na precarização e informalização do trabalho. Esses poucos estudos encontrados não têm evidenciado as relações político-pedagógicas acionadas pelo Estado brasileiro, com a direção de organismos

internacionais, com objetivo de educar a população brasileira para o consenso em torno da sociabilidade neoliberal mediada pela Terceira Via. Além disso, os trabalhos encontrados têm em sua maioria forma acrítica e não evidenciam o processo de precariedade social do trabalho educacional e tendência à informalidade nas relações sociais de trabalho.

1.3. ACERCA DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.3.1. Delimitação do Objeto de Estudo

Com objetivo de estabelecer o percurso analítico da investigação, nossa referência histórica da investigação envolve as mudanças e transformações na gestão do trabalho e da produção da existência humana de forma ampliada e especificamente do trabalho educacional no conjunto das ações desencadeadas pela crise orgânica do capital. Nesse contexto, nossa periodização tem referência na evidenciada dessa crise no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Sem essa referência não será possível compreender os significados e formas reconfiguração da administração dos sistemas de ensino brasileiros e suas relações com a reconfiguração da administração pública e a contrarreforma do Estado brasileiro.

Como referência empírica, estabelecemos as ações do Estado brasileiro – em torno da reconfiguração da administração pública e seus desdobramentos na reconfiguração administrativa sistemas públicos de ensino – e o CLAD – pela influência e importância que possui na direção das reformas dos Estados na América Latina, com foco na reconfiguração administrativa.

1.3.2. Percurso Analítico Adotado

O objetivo da pesquisa é explicar o papel político-ideológico do CLAD na contrarreforma dos Estados latino-americanos, com foco na reconfiguração administrativa do Estado brasileiro e seus desdobramentos na administração dos sistemas públicos de ensino brasileiros. Para alcançar este objetivo, estabelecemos alguns objetivos específicos, são eles: 1) definir a ontologia do trabalho como práxis humana e

categoria central de análise social, com foco nas relações da práxis com a administração, educação e política, evidenciando suas particularidades na sociedade burguesa; 2) caracterizar as relações entre imperialismo, crise orgânica do capital e recomposição burguesa, delineando as particularidades dessa crise nas sociedades heteronômicas da América Latina; 3) explicitar a recomposição burguesa, com amplo processo de reestruturação produtiva e reforma do Estado em âmbito mundial, evidenciando as estratégias político-pedagógicas voltadas para a formação/conformação de um trabalhador de novo tipo; 4) explicar a dinâmica político-pedagógica do CLAD na contrarreforma dos Estados latino-americanos, com foco na reconfiguração administrativa do Estado brasileiro e da decorrente implantação do modelo gerencial na administração de sistemas públicos de ensino brasileiros.

A classificação da investigação tem como referência o que pretendemos alcançar como objetivos gerais e específicos. Nesse sentido, nos amparamos em critérios de pesquisa apresentados por Silva e Menezes (2001). Nessa classificação, partimos da natureza da pesquisa que se constitui em básica, por diferenciar-se de uma pesquisa aplicada. Com essa classificação pretendemos gerar conhecimentos novos para o avanço científico na área de trabalho e educação, gestão educacional, sociologia do trabalho, sociologia da educação.

A categoria qualitativa foi atribuída à forma de abordagem do problema, porque “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (SILVA; MENEZES, 2001). Nesse sentido, mesmo que houver a utilização em alguma fase da investigação de métodos e técnicas estatísticas, o foco de análise define a abordagem. Assim, a fonte direta de coleta de dados está no ambiente natural, de modo que o pesquisador será compreendido como elemento principal na interpretação e análise de dados coletados, com um referencial predefinido (SILVA; MENEZES, 2001).

Com relação ao ponto de vista de seu objetivo, a investigação será definida como de caráter explicativo, pois se propõe a identificar os fatores determinantes ou que contribuem para a ocorrência de fenômenos. Nesse sentido, a investigação se propõe a explicar a causa, o “porquê” dos fenômenos, com objetivo de aprofundar o conhecimento

sobre estes (SILVA; MENEZES, 2001, p. 21). Com essa perspectiva, pretendemos explicar o papel político-ideológico do CLAD na contrarreforma dos Estados latino-americanos e sua articulação com o Estado brasileiro voltado para a disseminação do gerencialismo na administração pública e em sistemas de ensino brasileiros.

Em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa será bibliográfica, documental, buscando compreender as concepções político-ideológicas e metodológicas contidas nos principais documentos, estudos e referências bibliográficas. Assim, os instrumentos de coleta de informações utilizados na investigação serão os seguintes: revisão de literatura sobre o tema; análise de fontes primárias (cartilhas, documentos institucionais e governamentais, legislações e revistas setoriais e específicas, materiais de treinamento, divulgação, folders e etc.) e fontes secundárias envolvendo discussões relacionadas às fontes primárias.

1.3.3. Metodologia e Instrumentos de Coleta de Dados

Os documentos coletados para análise serão compostos pelos principais relatórios e documentos orientadores do CLAD e do Estado brasileiro direcionados à “reforma” do Estado e da administração pública. Em relação ao CLAD que é nosso foco de investigação, os documentos serão compostos pelos relatórios e consensos de seus congressos, documentos orientadores, além dos documentos publicados na Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB).

A revisão de literatura foi direcionada pelas seguintes temáticas gerencialismo na educação, gestão democrática, reconfiguração da administração de sistemas de ensino brasileiros; a reconfiguração administrativa do aparelho de Estado brasileiro; e organismos internacionais nas reconfigurações administrativas e educacionais. Além dessas áreas, a revisão de literatura abrangeu a compreensão das mudanças no trabalho educacional com a ótica da nova morfologia do trabalho, apreendendo a base teórica para análise e discussão do fenômeno. A partir dessas bases, buscamos a compreensão das tendências da informalidade no trabalho formal, caracterizando o quadro de intensificação da precariedade do trabalho escolar.

A análise das informações coletadas será centrada nas categorias e conceitos de trabalho, práxis, administração, educação escolar; ordem social capitalista

de produção e reprodução da vida material; metabolismo social; precariedade do trabalho; precarização do trabalho; flexibilidade; informalidade; ocidentalização; hegemonia; sociedade civil; sociedade política; Estado ampliado; aparelho privado de hegemonia; consentimento ativo; mecanismo de mediação do conflito de classes.

Para a análise política dos documentos do Estado brasileiro e dos organismos internacionais, fizemos o mapeamento das seguintes concepções e categorias: “reforma” do Estado, Estado, sociedade civil, política social, educação, política educacional, práxis política e gerencialismo ou reconfiguração administrativa.

Nesse sentido, a partir do conceito de trabalho, buscamos a compreender de trabalho precário e sua elevação ao patamar de categoria, com dimensões contraditórias na dinâmica da recomposição burguesa. Nesse sentido, a categoria flexibilidade dará sentido histórico aos processos de intensificação da precariedade social do trabalho e suas relações com a informalidade. As contradições entre a informalidade e a formalidade, serão caracterizadas pela informalidade permeada no trabalho formal, expressando as formas atuais do trabalho flexibilizado e precário. Nas formas e conteúdo do trabalho estranhado e precário, evidenciaremos a atomização humana como estratégia de dominação de classes e formação de um novo homem-prático. A racionalidade instrumental será importante para analisar a essência pedagógica do capital, as formas da administração capitalista e da educação interessada, como dimensões da pedagogia política do capital e forma mediadora do conflito de classes. O conceito de consentimento ativo foi essencial para a compreensão dos mecanismos de subsunção real do trabalho ao capital, a conformação de um novo individualismo, um suposto novo “Estado Democrático” e a construção da sociedade civil ativa na salvação do ordenamento social capitalista. A categoria imperialismo total foi essencial para qualificar as ações e formulações de intelectuais orgânicos coletivos voltados para a contrarreforma dos Estados latino-americanos, a dinâmica do reordenamento da divisão internacional do trabalho e a dimensão dessa divisão no trabalho educativo.

1.4. **QUADRO TEÓRICO E CONCEITUAL DA ANÁLISE**

Com objetivo de apreender o objeto investigado, nossa análise parte do conceito de trabalho e como categoria central de análise social. Esse ponto de partida tem como finalidade a apreensão das relações entre trabalho, administração, educação e política na sociedade de classes. Em relação à ontologia do trabalho e suas particularidades nas formas das relações sociais capitalistas, nos referenciamos nas obras de Engels (2004), de Braverman (1987), de Marx (2013), de Marx e Engels (1998 e 2007), de Lukács (2012), Castel (2009). Para apreender a administração como “ciência” atrelada aos interesses do capital, com fundamentos positivistas e na racionalidade instrumental, nos amparamos nas obras de Souza (2016, 2017), Gaulejac (2007), Paro (1993), Löwy (2009), Kosik (1976), Châtelet (1994) e Wood (2003). Em relação à educação como política social e sua relação com a administração, tomamos como referência as obras de Souza (2002, 2009), Neves (1999), Paro (2010) e Behring (2006).

Nossa análise tem como evidência a crise orgânica do capital e a recomposição burguesa com amplo processo de reestruturação produtiva e reforma do Estado. Para a análise da crise orgânica do capital nas sociedades latino americanas, consideramos as relações de dependência e a dominação imperialista com caráter totalizador. Com objetivo de compreender as relações entre capitalismo dependente, imperialismo e crise orgânica do capital, nossas referências estão nas obras de Lênin (2011), Trotsky (2007), Gramsci (1989, 2007), Fernandes (2009), Marini (1977, 2005), Iasi (2010), Fontes (2010). Essa crise orgânica do capital provoca o aumento do desemprego estrutural e os decorrentes problemas sociopolíticos e econômicos. Como expressão desse movimento, a informalidade passa a ser tendência global de uma nova morfologia do trabalho, afetando o mundo do trabalho de forma ampliada. Essa compreensão permite estabelecer relações com as mudanças no trabalho educacional. Acerca da dimensão estrutural deste processo, nos fundamentamos na obra de Mészáros (1999, 2006), Antunes (1999, 2002, 2004, 2005, 2006, 2007, 2013, 2014), de Chesnais (1996), de Harvey (2006), Souza (2002, 2003, 2009, 2010, 2015, 2016, 2017), Alves (2005, 2007, 2011) e de Druck (2011).

Em movimento dialético, mudanças profundas também ocorrem no campo superestrutural, materializando-se na hegemonia do modelo neoliberal de regulação

social, desencadeando a reforma do Estado, ou seja, da reformulação do papel do Estado e sua relação com a sociedade civil. Como principal objetivo, esse modelo pressupõe o desmantelamento do modelo de Estado de Bem-Estar Social, com o aprofundamento da ideologia do Estado mínimo. Com o impacto desse projeto de sociabilidade no contexto social, como o alto desemprego estrutural, a precarização do trabalho e das condições materiais de existência de uma grande parcela da população mundial, a socialdemocracia desenvolve como alternativa ao neoliberalismo um projeto apresentado como uma Terceira Via. Assim em meados dos anos 1990, os teóricos da Terceira Via reformulam o projeto neoliberal, mantendo as premissas desse projeto, porém apresentando a possibilidade do desenvolvimento de um capitalismo “mais humanizado”. Em relação à natureza socialdemocrata nos referenciamos nas obras de Mandel (1993), Przeworski (1989) e Giddens (2005). Para compreender essas mudanças, nos amparamos em autores que fundamentam suas análises na teoria gramsciana, principalmente na relação entre Estado e sociedade civil (GRAMSCI, 1989, 2007). Assim, nossa fundamentação está referenciada na obra de Neves (1999, 2005, 2010), Souza (2009 e 2010), Castelo (2013), Martins (2007).

Para compreendermos as relações entre a “reforma” do Estado em âmbito mundial e seus desdobramentos na reconfiguração administrativa do aparelho de Estado brasileiro e a adoção do modelo gerencial na administração pública, nos amparamos nas obras de Abrucio (1997, 2005, 2007), Bresser-Pereira (1998a, 1998b, 2005, 2006, 2009), Matias-Pereira (2009), Paes de Paula (2005).

Com objetivo de apreender a reconfiguração da administração dos sistemas de ensino brasileiros como dimensão da contrarreforma do Estado, nos amparamos nas obras de Bruno (2002), Shiroma (2006, 2011), Hypolito (2008), Souza (2002, 2003, 2009, 2010, 2015, 2016, 2017), Macedo (2011a, 2011b, 2012, 2017), Macedo & Lamosa (2015), Martins (2007). Essas referências também direcionam a compreensão da atuação dos organismos internacionais como intelectuais orgânicos coletivos e suas influências, temos como referências as obras de Neves (2005, 2010), Neves e Pronko (2008), Macedo (2011a, 2011b, 2012, 2017), Melo (2004 e 2005), Leher (1999 e 2010), Martins e Neves (2015), Kruppa (2001). Nesse contexto de mudanças no âmbito superestrutural, nossa análise tem como referência as influências da reforma administrativa na política de gestão

do trabalho no setor público, com foco na gestão do trabalho educativo e fundamentada no modelo de administração gerencial.

As mudanças implementadas na política pública de formação para o trabalho decorrem destas transformações no campo estrutural e superestrutural da sociedade burguesa e implicam em verdadeira reforma do sistema educacional, reeditando em novas bases a dualidade educacional na sociedade de classes. Diversos autores respaldam esta compreensão, dentre eles poderíamos citar: Frigotto (2010), Gentili (1989), Neves (1999 e 2005), Souza (2004, 2010, 2015, 2016, 2017), Martins (2007), Oliveira (2004 e 2015).

Nesse sentido, a formação para o trabalho se torna campo estratégico para a compreensão da dinâmica das políticas de formação/qualificação para o trabalho. Assim, nesse campo influenciado pelas mudanças na gestão do trabalho e da produção, na formação/qualificação do trabalhador, na gestão do conhecimento e na política científica e tecnológica, a direção dessas mudanças está sempre pautada nos princípios mercadológicos da livre concorrência como elemento regulador da vida em sociedade, conforme apontado por Machado (1996), Alves (2005), Souza (2002, 2003, 2009 e 2010, 2015, 2016, 2017), Souza e Araújo (2010) e Batista (2003), no que concerne ao impacto da reestruturação produtiva na qualificação do trabalhador; e Mészáros (2006) e Neves (1999, 2005 e 2010), no que concerne à compreensão da educação neste contexto.

Com objetivo de aprofundar a apreensão de nosso problema de investigação, apresentaremos uma sistematização dos principais conceitos que direcionam nossa análise. Nesse sentido, podemos evidenciar os seguintes: ordem social capitalista de produção e reprodução da vida material; ocidentalização; hegemonia; sociedade civil; sociedade política; Estado ampliado; metabolismo social; aparelho privado de hegemonia; consentimento ativo; mecanismo de mediação do conflito de classes; trabalho; trabalho precário e precarização do trabalho; informalidade.

Nossa compreensão da ordem social capitalista envolve todas as dimensões da produção e reprodução da existência humana. Assim, esse modo de regulação social incontrolável e autogerado assume um caráter totalizador. Essa compreensão possui referência nas obras de Marx e Engels (1998), Mészáros (1999) e Antunes (2005).

Em relação ao conceito de Estado, nossa compreensão está referenciada na teoria gramsciana. Com essa referência, nossa compreensão parte do conceito de hegemonia em função da complexificação da sociedade civil. Esse fenômeno de complexificação da sociedade civil decorre do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção ao longo do processo histórico. Com uma visão estrutural da sociedade civil, Marx e Engels verificam seu desenvolvimento no processo de consolidação da sociedade burguesa, como podemos compreender na seguinte afirmação:

A palavra sociedade civil [*bürgerliche Gesellschaft*] surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade já haviam se libertado da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil, como tal, desenvolve-se somente com a burguesia; com este mesmo nome, no entanto, foi continuamente designada a organização social que se desenvolve diretamente a partir da produção e do intercâmbio e que constitui em todos os tempos a base do Estado e da restante superestrutura idealista (MARX e ENGELS, 2007, p. 74).

É a complexificação das relações de poder na sociedade civil que exige novas funções ao Estado, voltadas para o controle político e mediação do conflito entre classes antagônicas. Assim, sobre a complexificação da sociedade civil no processo de ocidentalização, Gramsci (1989, p. 74-75) afirma o seguinte:

Só que Ilich não teve tempo de aprofundar a sua fórmula, mesmo levando em conta que ele podia aprofundar teoricamente apenas, desde que a missão fundamental era nacional, exigia um reconhecimento do terreno e uma fixação dos elementos de trincheira e de fortaleza representados pelos elementos da sociedade civil, etc. No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento do caráter nacional.

Nesse sentido, no processo de ocidentalização, a complexificação das relações de poder na sociedade civil exige a redefinição das estratégias de dominação direta, envolvendo a combinação de coerção e persuasão, voltada para o direcionamento das ações das classes dominantes para o desenvolvimento de uma hegemonia ativa.

Comprendemos o conceito gramsciano de hegemonia, conforme a definição de Souza (2002, p. 45-46):

O conceito gramsciano de hegemonia pode ser apreendido em dois aspectos principais: o primeiro é um processo na sociedade civil pelo qual uma parte da classe dominante exerce o controle, através de sua liderança moral e intelectual, sobre outras frações aliadas da classe dominante; o segundo é a relação entre as classes dominantes e dominadas, que

significa o predomínio ideológico das classes dominantes sobre a classe subalterna na sociedade civil.

Essas mudanças evidenciadas no fenômeno de ocidentalização permite a compreensão por Gramsci (1989) da elevação da sociedade civil ao nível superestrutural. Dessa forma, o autor concebe esse movimento como ampliação do Estado e concebendo o Estado como composição da sociedade civil e sociedade política. Gramsci define Estado com a seguinte perspectiva: “[...] todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados, é evidente que todas as questões da sociologia não passam de questões da ciência política” (GRAMSCI, 1989, p. 87). Com novas funções, o Estado ampliado assume o papel de educador do conjunto da sociedade para o consenso em torno da sociabilidade burguesa. Nossa compreensão está amparada nas obras de Mészáros (1999), Gramsci (1989), Neves (1999; 2005) e Souza (2002).

A educação para o consenso e predomínio ideológico das classes dominantes desenvolve-se por meio dos aparelhos privados de hegemonia. Como organismos componentes da sociedade civil, os aparelhos privados de hegemonia estão imersos na luta de classes e na correlação de forças políticas com o Estado. Esses são organismos, configurados como partidos políticos, Igreja, escolas, sindicatos etc., voltam-se para a construção de um pensamento único, de um cimento social, delineando a hegemonia das classes dominantes (SOUZA, 2002, p. 44).

A adesão das classes subalternas ao pensamento unificado da classe dominante se desenvolve na dinâmica de correlação de forças políticas com o Estado, por meio de aparelhos privados de hegemonia. Essa adesão, como participação na construção do projeto de sociedade da classe dominante, configura o consentimento ativo ao projeto burguês de sociabilidade. Essa compreensão tem referência nas obras de Gramsci (1989) e Souza (2002).

Para a compreensão da dinâmica da mediação do conflito de classes, a regulação ética e moral, com fundamento no pensamento único da classe dominante, decorrem de ações no aparelho de Estado e nos aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil. Esse conceito elaborado por Souza (2002, 2015, 2017) tem correspondência ao conceito de pedagogia política gramsciano. Assim a mediação de interesses antagônicos se caracteriza por um conjunto de mecanismos de conformação

política e ideológica. Em relação à essa mediação, nos amparamos em Gramsci (1989), Neves (1999; 2005, 2010) e Souza (2002, 2015, 2017).

Nossa compreensão do conceito de trabalho tem sentido ontológico, envolvendo o processo de mediação entre homem e natureza, com ações humanas voltadas para alterar a natureza em funções de seus interesses. Assim, ao modificar a natureza, o homem modifica sua própria natureza (ANTUNES, 2004, p 36).

O trabalho precário precisa ser contextualizado no fenômeno da precarização do trabalho, dessa forma, compreende-se com base na visão de Alves (2007, p. 115),

Precarização é um processo histórico-social de perda de vínculos sociais com a produção do capital. É um deslocamento no espaço-tempo da condição de proletariedade. Ora, a superpopulação relativa em si, como categoria social, é expressão da precariedade do trabalho assalariado. Precariedade é uma condição histórico-ontológica de instabilidade e insegurança de vida e de trabalho. Mesmo o trabalhador assalariado que flui por conta dos ciclos industriais, explicita sua precariedade viva (a precariedade é uma dimensão ontológica do trabalho assalariado). Entretanto, o incremento da produtividade do trabalho tende a impulsionar o movimento de precarização do trabalho assalariado, explicitando, portanto, novas determinações da precariedade viva.

A flexibilização do trabalho só pode ser compreendida na dinâmica do processo de intensificação da precariedade social do trabalho (SOUZA, 2017). Assim, a flexibilização se impõe “[...] não apenas por meio da perda de direitos e do aumento da exploração da força de trabalho, por meio do alto grau de extração de sobretabalho de contingentes operários e empregados da produção social” (ALVES, 2007, p. 126).

Em relação à informalidade, adotou-se o conceito elaborado por Antunes (2013, p. 17) em que concebe a informalidade como rompimento com as formas protegidas e reguladas do trabalho. Para confirmar essa visão, destaca-se o seguinte trecho:

[...] concebemos a informalidade como ruptura com os laços formais de contratação e regulação da força de trabalho, podemos acrescentar que, se a informalidade não é sinônimo direto de condição de precariedade, sua vigência expressa, com grande frequência e intensidade, formas de trabalho desprovidas de direitos, as quais, portanto, apresentam clara similitude com a precarização (ANTUNES, 2013, p. 17).

A informalidade enquanto categoria toma a forma da

ampliação acentuada de trabalhadores submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quer em atividades mais instáveis ou temporárias, quer sob a ameaça direta do desemprego (ANTUNES, 2013, p. 15).

Com base na a visão de Alves e Tavares (2006, p. 429), a informalidade está presente nas mais transparentes relações formais do assalariamento.

Esperamos ter explicitado de modo satisfatório as nossas principais referências teóricas, além dos conceitos e categorias que nortearam a totalidade da investigação e principalmente, a análise das informações e dados coletados.

2. TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E POLÍTICA NA SOCIEDADE DE CLASSES

Como objetivos desse segundo capítulo, retomamos o trabalho como categoria central de análise social, buscando apreender sua ontologia e relações com a administração, educação e política na sociedade de classes. Esse movimento tem como direção a ontologia do trabalho estranhado em um fenômeno conjuntural de precarização do trabalho, em que a precariedade do trabalho se torna elemento estrutural da ordem capitalista de produção e reprodução social da vida material. Para estabelecer relações entre trabalho, administração, educação e política, desenvolvemos a caracterização das origens da gerência no desenvolvimento das formas particulares do trabalho estranhado. Essa caracterização permitiu a compreensão do surgimento da “ciência administrativa” ou “ciências da gestão” atrelada aos interesses do capital.

A apreensão dos sentidos e significados do surgimento de uma “ciência” a serviço do capital permitiu a compreensão da ontologia da racionalidade instrumental, como fundamento positivista da ideologia compromissada com a visão de mundo burguesa. Essa apreensão perpassou a análise da razão, como forma particular de pensamento humano, e das relações entre democracia e as formas da gestão. A partir desse arcabouço teórico, explicitamos o papel da educação, como política social do Estado burguês, na formação/conformação de um trabalhador de novo tipo, com especificidades em cada período histórico no desenvolvimento da ordem social do capital. Assim, evidenciamos os fundamentos instrumentais na educação e sua materialidade com o fetiche da prática.

2.1. A ONTOLOGIA DO TRABALHO, DA EDUCAÇÃO E DA ADMINISTRAÇÃO

Em tempos de negação e decretação do fim do trabalho, nossa construção teórica parte do conceito de trabalho para explicitar o caráter mítico e o falseamento da realidade contido nas formas da administração burguesa do trabalho e da produção da existência material. Nessa construção a educação será evidenciada como campo de disputa por hegemonia, com óticas distintas entre Capital e Trabalho. Assim, partimos do trabalho como categoria fundante do ser social.

Nossa premissa é de que todo ser vivo, seja animal ou vegetal, apropria-se de elementos da natureza para a satisfação de suas necessidades vitais. Nesse sentido, essa apropriação não se configura como trabalho, pois o trabalho envolve a mudança do estado natural dos elementos, com objetivo de melhoria da utilidade destes. Com base nessa definição, o ser humano divide com as demais espécies a atividade voltada para transformar a natureza com objetivo de satisfazer necessidades (BRAVERMAN, 1987, p. 49).

A partir da definição de trabalho, Braverman (1987, p. 49-50) questiona o que distingue o trabalho humano do trabalho dos outros animais, ou seja, o que caracteriza o trabalho humano em sua essência. Para responder a este questionamento, o autor diferencia o trabalho humano consciente e direcionado, do trabalho instintivo dos animais não-humanos, como atividades inatas com relativo padrão de continuidade e dispêndio de energia por estímulos específicos (BRAVERMAN, 1987, p. 49-50). Nesse sentido, o trabalho humano pressupõe um processo mental de consciência sobre o projeto a ser executado, ou seja, o resultado do processo de trabalho já havia sido imaginado pelo trabalhador (ENGELS, 2004, p. 19-22 e BRAVERMAN, 1987, p. 50).

Com origem em um sofisticado sistema nervoso central, o trabalho humano se torna regulado pelo poder do pensamento conceitual (ENGELS, 2004, p. 19-21 e BRAVERMAN, 1987, p. 50). Esse sistema nervoso central é apresentado como fruto de um desenvolvimento longo do animal humano que vai determinar um distanciamento em grau e espécie em relação aos outros animais (BRAVERMAN, 1987, p. 51-52).

Com base nos estudos de Marx e Engels e em estudos mais recentes da antropologia e da fisiologia, a capacidade humana para o trabalho conceitual pode ser

explicada pelo aumento substancial de todas as partes do cérebro humano, principalmente, o córtex cerebral e o córtex sensório-motor (BRAVERMAN, 1987, p. 51-52). Assim, o pronunciamento dos hemisférios cerebrais e suas partes parietais e frontais são elementos principais para explicar o desenvolvimento da capacidade conceitual, da abstração, da previsão e da linguagem, como faculdades mentais essenciais à possibilidade da vida social humana (BRAVERMAN, 1987, p. 51-52).

As diferentes experiências com animais demonstraram capacidades destes para a solução de problemas simples e a conceber ideias rudimentares, mas nenhuma experiência apresentou resultados positivos no desenvolvimento de uma linguagem articulada (BRAVERMAN, 1987, p. 51-52). Como afirma Braverman (1987, p. 52), “sem símbolos ou linguagem o pensamento conceptual deve permanecer rudimentar e, ademais, não pode ser livremente transmitido através do grupo ou às gerações seguintes”. Esse desenvolvimento simbólico vai além do nível de comunicação pela experiência de imitação, evidenciado em outros animais, e encontra na palavra o elemento simbólico de continuidade para a construção da cultura material (BRAVERMAN, 1987, p. 52). Nesse sentido, o trabalho consciente e proposital é ao mesmo tempo produto e produtor da espécie humana (BRAVERMAN, 1987, p. 52). É nessa evidência do trabalho como produto e produtor que a relação entre trabalho e educação fica explicitada. Nesta relação, a potencialidade do trabalho consciente e proposital de construção do mundo material, ou seja, das formas de existência humana em todas as dimensões objetivas e subjetivas evidencia o princípio educativo do trabalho¹³ (MARX; ENGELS, 2007, p. 93-95). Esse princípio estabelece a relação entre trabalho e educação como dimensões orgânicas do processo de humanização, caracterizado pelo desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano.

¹³ Esse princípio será importante para a compreensão do movimento de transformação do trabalho humano em mera atividade ou mercadoria à disposição da burguesia. Essa transformação se caracteriza como subsunção do trabalho ao capital, por meio da criação de uma relação social de trabalho estranhado e sua ampliação, como atividade deformadora da existência humana. Nesse sentido, o trabalho estranhado será o fundamento da formação/conformação do novo homem “prático”, como estratégia de dominação, condicionamento e rebaixamento da consciência do sujeito social aos limites da manutenção do ordenamento social capitalista. Veremos mais adiante que esse fundamento encontrará na formação interessada, fragmentada, pragmática dimensão estratégica para o rebaixamento da consciência da classe trabalhadora à concepção educacional voltada para o imediatismo da valorização do capital. Esse movimento será caracterizado pela consolidação do fetiche da prática, como reificação da “prática” formativa, concebida como cisão entre teoria e prática do trabalho, em oposição ao conceito de práxis do trabalho e práxis humana.

Como evidências do papel do trabalho na evolução humana, estudos antropológicos verificam o desenvolvimento e a utilização de ferramentas por “homens-macacos” que possuíam habilidades para correr, mas ainda não andavam com posição ereta. Assim, a forma de vida com utilização de ferramentas determina o surgimento do homem e das civilizações atuais (ENGELS, 2004, p. 21-24 e BRAVERMAN, 1987, p. 52-53). A partir dessas evidências, Braverman (1987, p. 53) afirma que, “o trabalho que ultrapassa a mera atividade instintiva é a força que criou a espécie humana e a força pela qual a humanidade criou o mundo como o conhecemos”. Com base nesse distanciamento da atividade instintiva, a característica distintiva do trabalho humano está na possibilidade de ruptura entre concepção e execução do trabalho. Essa característica permite infinitas possibilidades de combinações e arranjos na atribuição e divisão de funções no contexto familiar, na participação em grupos e na sociedade (BRAVERMAN, 1987, p. 53). Podemos perceber a importância dessa distinção na seguinte afirmação de Braverman (1987, p. 53-54):

Assim, nos seres humanos, diferentemente dos animais, não é inviolável a unidade entre a força motivadora do trabalho e o trabalho em si mesmo. A unidade de concepção e execução pode ser dissolvida. A concepção pode ainda continuar e governar a execução, mas a ideia concebida por uma pessoa pode ser executada por outra. A força diretora do trabalho continua sendo a consciência humana, mas a unidade entre as duas pode ser rompida no indivíduo e restaurada no grupo, na oficina, na comunidade ou na sociedade como um todo.

No distanciamento da atividade instintiva e na possibilidade de ruptura entre concepção e execução, o caráter indeterminado do trabalho humano ultrapassa os limites do biológico e passa a ser determinado pela complexidade das relações entre tecnologia e sociedade (BRAVERMAN, 1987, p. 53-54). Essa interação entre o trabalho humano, materializado em ferramentas, e trabalho executado no conjunto das relações sociais caracteriza a exclusividade da força de trabalho humano voltada para atender as suas necessidades na mediação com a natureza (ENGELS, 2004, p. 24-26 e BRAVERMAN, 1987, p. 54).

O poder do pensamento conceitual não pode ser compreendido de forma isolada da atividade prática, pois o trabalho empregado para a alteração da natureza decorre da unidade entre concepção e execução, entre teoria e prática, como elementos distintivos e estruturantes da espécie humana. Na diferenciação entre o trabalho humano e qualquer outra forma de execução de atividades, a consideração do trabalho humano

como fator de produção só pode se materializar em uma relação de dominação (BRAVERMAN, 1987, p. 54). Com base nessa unidade, o caráter social e coletivo está em todas as formas do trabalho humano e em sua materialização como recursos e ferramentas. Nesse sentido Braverman (1987, p. 54) faz a seguinte colocação: “E do ponto de vista da espécie como um todo, esta diferença é também decisiva, desde que todo indivíduo é o proprietário de uma porção da força de trabalho total da comunidade, da sociedade e da espécie” (BRAVERMAN, 1987, p. 54). Com objetivo de manutenção das relações de dominação o caráter coletivo do trabalho é ofuscado na radicalização do individualismo como fragmentação do sujeito social e transformação deste em individualidade deslocada da existência histórica.

Sob a ótica burguesa, o trabalho assume formas diferenciadas nas relações sociais capitalistas de produção, pois as relações de dominação estabelecidas igualam o trabalho humano a qualquer outra forma de atividade produtiva (ENGELS, 2004, p. 30-31 e BRAVERMAN, 1987, p. 54). Nessa igualdade de condições, o desprezo ao valor do trabalho, às relações sociais de trabalho e ao caráter humano da produção coletiva define a preocupação com as relações de preço da força de trabalho, com a produção com finalidade de acumulação de capital (BRAVERMAN, 1987, p. 54).

Nas formações sociais da produção capitalista, a inter-relação entre produção, mercadorias e dinheiro determina diferenças específicas, como a compra e venda de trabalho em uma lógica de trocas no mercado (BRAVERMAN, 1987, p. 54). Assim, o ponto de partida do processo de trabalho se torna o estabelecimento de uma relação contratual, com condições para a compra e venda da força de trabalho entre trabalhador e empregador.

As particularidades das formas do trabalho nas relações capitalistas de produção exigem condições básicas e sua generalização no meio social (BRAVERMAN, 1987, p. 54). Segundo Braverman (1987, p. 54-55), essas condições compreendem as seguintes: a separação entre trabalhador e os meios de produção, condicionando o acesso a estes por meio da venda da força de trabalho; o trabalhador deve estar em condições de vender sua força de trabalho, livre das formas precedentes de regulação do trabalho, como a escravidão e a servidão; e o propósito do trabalho passa a ser a expansão de uma unidade de capital empregada pelo capitalista. Essas condições só começam a se tornar formas

dominantes a partir do desenvolvimento do capitalismo industrial no Século XVIII, porém sua consolidação só ocorrerá em meados do Século XX (BRAVERMAN, 1987, p. 55). Com base nessa periodicidade, Braverman (1987, p. 55) afirma que as relações sociais de trabalho nos moldes capitalistas são muito recentes e a rapidez com que se tornaram hegemônicas expressa seu poder de transformação de todas as formas de trabalho anteriores em trabalho assalariado.

Com o avanço e consolidação das relações sociais capitalistas de produção e reprodução da vida material, o trabalho passa a ser modelado pelas relações de dominação, com a finalidade de acumulação de capital (BRAVERMAN, 1987, p. 56). Assim, as relações de dominação estabelecidas pelos diferentes mecanismos de controle sobre o trabalho dependem de condições sociais em que o trabalhador não encontre saída para ganhar a vida e precise vender sua força de trabalho.

Mesmo não encontrando saída e precise vender sua força de trabalho, o capitalista encontra alguns limites como a incapacidade de comprar trabalho, pois este é propriedade inalienável do ser humano (BRAVERMAN, 1987, p. 55-56). Assim, “o que o trabalhador vende e o que o capitalista compra não é uma quantidade contratada de trabalho, mas a força para trabalhar por um período contratado de tempo” (BRAVERMAN, 1987, p. 56).

Na utilização da força de trabalho de animais não humanos, o capitalista possui limitações impostas pela força, ritmo e resistências determinadas pela natureza, coincidindo o trabalho concreto com a força de trabalho, com variações mínimas nesse processo (BRAVERMAN, 1987, p. 56-57). Com o trabalho humano, seu caráter consciente e orientado a um propósito social e cultural delinea infinitas possibilidades de atividades com ritmo, formas, conteúdo e desempenho. Essa característica possui a seguinte potencialidade: “o capitalista acha nesse caráter infinitamente plástico do trabalho humano o recurso essencial para a expansão do seu capital” (BRAVERMAN, 1987, p. 57). Nesse sentido, a capacidade do trabalho humano de produzir além de suas necessidades de consumo ou sua subsistência caracteriza a extensão do tempo de trabalho para além de sua reprodução (BRAVERMAN, 1987, p. 57-58).

A capacidade de produção de trabalho excedente não é a principal característica do trabalho humano, mas sim o uso da inteligência para um trabalho com

propósitos, delineando um potencial de adaptação e ampliação constante de sua produtividade, através da renovação das condições sociais e culturais (BRAVERMAN, 1987, p. 58). Essa capacidade de adaptação e ampliação constante da produtividade da força de trabalho humana estabelece a possibilidade de ampliação da acumulação de capital, mas ao mesmo tempo essa infinita possibilidade cria a indeterminação na qualidade e quantidade do trabalho (BRAVERMAN, 1987, p. 58). Como expressão dessa capacidade, Braverman (1987, p. 58) faz a seguinte afirmação:

O que ele compra é infinito em potencial, mas limitado em sua concretização pelo estado subjetivo dos trabalhadores, por sua história passada, por suas condições sociais gerais sob as quais trabalham, assim como pelas condições próprias da empresa e condições técnicas do seu trabalho. O trabalho realmente executado será afetado por esses e muitos outros fatores, inclusive a organização do processo e as formas de supervisão dele, no caso de existirem (BRAVERMAN, 1987, p. 58).

Nesse sentido, os recursos materiais empregados na produção permitem resultados determinados e precisão no retorno do capital empregado. Com características distintas, a força de trabalho humano empregada na produção se constitui na parte variável que permite a ampliação do acúmulo de capital (BRAVERMAN, 1987, p. 58).

Na busca pela extração máxima da força de trabalho humana, o capitalista estabeleceu relações de dominação sobre o processo de trabalho caracterizando formas antagônicas de trabalho estranhado, em que os propósitos do trabalho humano são definidos pelos interesses do capitalista (BRAVERMAN, 1987, p. 59).

A compreensão da morfologia do trabalho estranhado possui importância fundamental para nossa investigação. Conforme a exposição que fizemos até esse momento, a natureza do trabalho estranhado tem suas raízes nas formas de dominação que estabeleceram uma cisão entre concepção e execução do trabalho. Esse estranhamento se expressa pela animalização humana, com o controle do trabalho pelo capital. Esse processo de animalização caracteriza as formas do trabalho estranhado como formas precárias de trabalho. Assim, as diferentes configurações do trabalho estranhado dão materialidade à precariedade social da existência humana (SOUZA, 2017, p. 1-9). Nesse sentido, a intensificação ou amenização da precariedade social do trabalho expressam as configurações estabelecidas na luta de classes, em cada período de desenvolvimento histórico da ordem social capitalista.

Com o controle estabelecido através de relações de dominação, o uso regulado da inteligência humana sob a tutela do capital caracteriza um processo de desumanização do trabalho. Na dinâmica de desumanização do trabalho, o capitalista assume a direção na definição de um código instintivo ao trabalho humano com a finalidade de acumulação de capital. Nesse processo de consolidação de relações de dominação do Capital sobre o Trabalho, a forma estranhada do trabalho se torna princípio educativo da consciência do trabalhador. Essa educação social assume dimensões de animalização e limitação de potencialidades no desenvolvimento humano, transformando o trabalho em atividade voltada à acumulação de capital. Nesse processo, identificado por Gramsci (1989) como conformação social, a educação para a conformação assume a direção de construção e consolidação de um tipo de existência humana fragmentada, precária e subordinada ao Capital. Como explicitamos anteriormente, o caráter indeterminado do trabalho humano potencializa a ampliação constante da produtividade do trabalho ao mesmo tempo em que imprime a incerteza e indeterminação na quantidade e na qualidade do trabalho fundado em relações de dominação.

As relações entre economia e política ficam explicitadas na origem da gerência, como dimensões econômicas voltadas para a garantia da ampliação da produtividade do trabalho (materializada na ampliação da mais-valia) e a manutenção de relações de dominação política com a conformação da sociabilidade burguesa. Com esse sentido, a manutenção das relações de dominação de classe exige como objetivo estratégico a educação da consciência humana para a vivência em uma sociedade estratificada, como mediação de antagonismos insuperáveis entre classes antagônicas. A evidência de antagonismos insuperáveis definiu o surgimento da gerência voltada para a manutenção das relações de dominação de classe. Nesse sentido, Braverman evidencia o surgimento do problema de gerência com o seguinte significado sócio-histórico:

Torna-se portanto fundamental para o capitalista que o controle sobre o processo de trabalho passe das mãos do trabalhador para as suas próprias. Esta transição apresenta-se na história como a alienação progressiva dos processos de produção do trabalhador; para o capitalista, apresenta-se como o problema de gerência (BRAVERMAN, 1987, p. 59).

Nesse sentido, a gerência capitalista assume função crucial para formular e definir mecanismos de controle e mediação das relações de trabalho estranhado, com objetivo de forjar e manter as relações de dominação de classe. Com esse objetivo, a educação da classe trabalhadora se torna dimensão essencial.

As relações entre trabalho e educação são inerentes à constituição da humanidade e suas formas de produção e reprodução da existência. Com base nessa relação, a ontologia da educação tem seu fundamento na formação para o trabalho e sua determinação decorre das necessidades de produção da existência humana e das relações de poder estabelecidas em cada formação social concreta, em cada período de desenvolvimento histórico. Nesse sentido, o trabalho como categoria constitutiva do ser social atrela a educação, conhecimento e sociabilidade como dimensões da produção e reprodução da existência social humana.

A apreensão da ontologia do trabalho, educação e da administração é essencial para compreendermos a natureza da constituição e mudanças nos sistemas educacionais e na gestão do trabalho educacional. Com esse objetivo, a administração deve ser compreendida como conhecimento humano desenvolvido no processo histórico, com determinações socioeconômicas e políticas. Essas determinações assumem formas específicas em cada período histórico.

A compreensão da ontologia da administração se deve a sua essência, com propriedades explicativas em qualquer ordem social, abstraindo os determinantes históricos. Nessa perspectiva, Paro (1993, p. 18-19) define a administração como sendo “a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados. Assim pensada, ela se configura, inicialmente, como atividade exclusivamente humana, já que somente o homem é capaz de estabelecer livremente objetivos a serem cumpridos”. Dessa forma, a capacidade de transcender a natureza, ou seja, a “razão”¹⁴ ou poder do pensamento conceitual permite ao homem conceber previamente seus objetivos e adequar de forma racional os meios disponíveis aos objetivos finais, estabelecendo a atividade administrativa como uma necessidade à vida humana (PARO, 1993, p. 19).

Segundo Paro (1993, p. 20), a utilização racional dos recursos possui duas dimensões: a seleção dos recursos mais adaptados aos objetivos finais; e a melhor forma de utilização dos recursos com economia, significando o alcance dos objetivos com um

¹⁴ Châtelet (1994) evidencia a razão como invenção humana e gestada com fundamento na lógica matemática. Wood (2003) evidencia o nascimento desse conceito com fundamento na lógica matemática, estabelecendo sentido à racionalidade instrumental e à posterior criação da filosofia positivista. O conceito de razão expressa uma disputa política-ideológica, com fundamento em relações de dominação e nas lutas de classes desde sua origem. Esse conceito deve ser trabalhado para maior compreensão da pragmática gerencial e do fetiche da prática.

menor tempo de trabalho e a menor utilização de recursos. Esses recursos se constituem nos seguintes: nos elementos materiais e conceituais estabelecidos pelo homem em sua relação com a natureza, para dominá-la em atendimento às suas necessidades; e nos esforços humanos, como energia despendida para a produção e reprodução da existência. Esses esforços despendidos precisam ser coordenados com a direção de um propósito comum (PARO, 1993, p. 20). Nesse contexto, ocorre uma dinâmica interdependente entre relações individuais, do homem com a natureza, e relações coletivas, dos homens entre si. Essa dinâmica individual é definida pelo trabalho, que se constitui na forma como o homem se relaciona com a natureza, para se apropriar e submetê-la às suas necessidades de produção material. Essa interação entre homem e objeto de trabalho ocorre por intermédio dos meios de trabalho (PARO, 1993, p. 20). Com base na teoria marxiana, Paro (1993) define os meios de trabalho da seguinte forma:

Num sentido lato, porém, Marx considera meios de trabalho todas as condições objetivas necessárias à realização do processo de trabalho. Incluem-se aí, já, não apenas os elementos materiais, como ferramentas, instrumentos, máquinas, de que o homem se utiliza diretamente para modificar o objeto de trabalho de acordo com seus objetivos, mas também aqueles meios, como estradas, edifícios das fábricas etc., que participam só indiretamente do processo de trabalho, mas, sem os quais, este processo fica total ou parcialmente comprometido (PARO, 1993, p. 20-21).

Como podemos concluir, são os elementos que participam direta ou indiretamente do processo de produção. Além desses elementos materiais, o homem utiliza os recursos conceituais que se constituem do conhecimento e técnicas historicamente acumulados. Esse processo de empregar de forma racional os recursos materiais e conceituais na utilização dos meios de trabalho para alcançar objetivos constitui-se no campo teórico-prático da administração, ou seja, na racionalização do trabalho (PARO, 1993, p. 22-23). Porém, a atividade humana não ocorre de maneira isolada, o trabalho social ocorre no desencadeamento do trabalho individual¹⁵, assim a administração tem como objetivo a coordenação racional do esforço humano coletivo, na relação dos homens entre si, para o alcance de objetivos ou conjunto de objetivos (PARO, 1993, p. 22-24). Nesse sentido, o esforço humano tem caráter coletivo em sua relação com a natureza e na relação entre os homens. Podemos evidenciar essa perspectiva na seguinte afirmação:

¹⁵ A consideração do trabalho humano no nível individual não anula seu caráter social e coletivo. O sujeito social se constitui em uma síntese social, contendo as contradições econômicas, políticas e culturais de seu tempo histórico.

Enquanto os elementos materiais e conceituais dizem respeito à relação do homem com a natureza, servindo como mediação nessa relação, o esforço humano coletivo refere-se às relações que os homens são levados a estabelecer entre si para que o processo se realize (PARO, 1993, p. 24).

O caráter coletivo do trabalho humano não é compatível com a visão do homem como recurso ou meio para o alcance de objetivos. Nesse sentido, o homem é sujeito e não objeto na busca de objetivos. Assim, tanto os recursos conceituais quanto o esforço humano são inerentes ao homem pela capacidade única de criar novas técnicas, produzir novos conhecimentos e suas acumulações ao longo do processo histórico (BRAVERMAN, 1987; PARO, 1993, p. 24). Ao considerar o homem como finalidade, a abordagem ontológica considera os recursos conceituais e esforço humano como recursos do homem e não a transformação do humano em recurso.

A perspectiva ideológica que considera o homem como recurso do processo produtivo decorre de relações de dominação em uma estrutura social determinada, em que o homem se torna parte indiferenciada da natureza (PARO, 1993, p. 25-26). Como vimos anteriormente, essa indiferenciação tem fundamento na separação entre concepção e execução do trabalho, em um processo de animalização humana. Os impactos dessa perspectiva podem ser evidenciados a seguir:

É, pois, a partir de seu domínio sobre a natureza que o homem se faz, se torna humano. Reconhecer esta evidência, implica, conseqüentemente, reconhecer que as relações entre os homens não podem ser de dominação, sob pena de se perder sua característica humana, quer dizer, característica de seres diferenciados do mundo meramente natural. Se eu, diante da natureza, me reconheço homem pelo domínio que tenho sobre a mesma, ao deparar-me com meu semelhante, devo obrigatoriamente reconhecer-lhe esta mesma condição (PARO, 1993, p. 25).

Assim, conforme nossa exposição, a característica distintiva do trabalho humano, evidenciada na possibilidade de ruptura entre concepção e execução, permite o estabelecimento de relações de dominação. E essas relações expressam o processo de estranhamento do trabalho que estabelece limites ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. Nesse sentido, ao romper a unidade entre concepção e execução do trabalho, o homem fica subordinado à ação instintiva, voltando ao estado de animal indiferenciado na natureza.

Com fundamento na alienação progressiva dos processos de trabalho, a administração expressa na função de gerência adquire conteúdo e forma singular na

ordem social capitalista. A racionalização do trabalho e a coordenação de esforços humanos assumem formas diferenciadas, delineadas pela luta de classes e por relações de dominação. Essa racionalização precisa mediar o caráter indeterminado do trabalho na direção da ampliação contínua da produtividade do trabalho e manutenção das relações de dominação, evidenciando a necessidade de educação da consciência humana para a sociabilidade burguesa. Nesse sentido, a atividade administrativa como atividade transformadora passa a ser condicionada pelo trabalho estranhado, impondo limites objetivos e subjetivos ao desenvolvimento da consciência e das potencialidades do trabalho humano.

O conceito de práxis tem o potencial para analisar a atividade humana em sua concretude, pois parte da visão do ser humano em sua totalidade, como unidade entre consciência e ação, entre teoria e prática. Para compreendermos o conteúdo e a forma da práxis humana, as relações entre educação e administração se tornam essenciais. Nesse próximo tópico, faremos a discussão sobre a administração e a educação como dimensões da práxis humana, para posteriormente compreender essas dimensões nas relações sociais capitalistas de produção e reprodução da vida material.

2.2. ADMINISTRAÇÃO E EDUCAÇÃO COMO PRÁXIS HUMANA

A materialidade da vida humana envolve as dimensões objetivas e subjetivas, explicitando a natureza da atividade humana orientada para a transformação material como práxis¹⁶. A compreensão da práxis deve partir da diferenciação nas formas de atividade prática (VÁZQUEZ, 1977, p. 185). Em nossa análise sobre a ontologia do trabalho, explicitamos as diferenciações do trabalho humano em relação ao trabalho executado pelos outros animais sem a mediação da consciência. Nesse sentido, nem toda atividade pode ser considerada práxis, mas toda práxis é atividade humana (VÁZQUEZ, 1977, p. 185). A transcendência humana em relação ao mundo natural por meio do

¹⁶ A administração como mediação estabelece um elo entre a fragmentação da consciência social do trabalhador religada em uma sociabilidade voltada para a transformação do trabalho humano em mera atividade animalizada e estranhada como relações de trocas limitadas à valorização do capital. As técnicas e formas da divisão sociotécnica do trabalho promovem o estranhamento do trabalho, como formas econômicas e políticas da administração capitalista, como elo impulsionador da construção de uma nova consciência social rebaixada.

trabalho consciente e orientado vai definir a atividade humana como ação transformadora direcionada para finalidades pré-estabelecidas. A intervenção da consciência estabelece resultados com dimensões e tempos diferenciados, como resultado ideal e produto real. Nesse sentido, a antecipação do resultado como projeção da consciência vai caracterizar um distanciamento entre o ideal e a materialidade real (VÁZQUEZ, 1977, p. 187). Esse aspecto explicita as formas de intervenção da consciência, como processo ativo da materialidade, descaracterizando o resultado da atividade humana como mera duplicação do modelo idealmente pré-existente. Essa perspectiva pode ser evidenciada na seguinte afirmação de Vázquez (1977, p. 189):

A Atividade humana é, por conseguinte, atividade que se desenvolve de acordo com finalidades, e essas só existem através do homem, como produtos de sua consciência. Toda ação verdadeiramente humana requer certa consciência de uma finalidade, finalidade que se sujeita ao curso da própria atividade.

O movimento de construção do conceito marxiano de práxis teve como fundamento a superação da forma metafísica de conhecimento, contida no idealismo alemão, e seu distanciamento das formas aparentes e fragmentadas do senso comum ou da consciência comum. Assim, a construção da consciência humana e suas projeções de objetivos e finalidades a serem alcançadas não partem do mundo das ideias. Essa construção e projeção são materializações da práxis, envolvendo a dialética entre objetividade e subjetividade. Nesse sentido Marx e Engels (2007) explicitam a seguinte concepção da práxis:

A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não tem história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como sua consciência (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

No trecho acima, Marx e Engels (2007, p. 94) explicitam as diferentes formas de apropriação da materialidade do trabalho. Essas diferentes formas se configuram em concepções polares como o idealismo em oposição ao empirismo. As formas polares vão se configurar como filosofias mistificadoras da realidade, dificultando a apreensão da essência dos fenômenos sociais. A análise marxiana sobre o método idealista (metafísica ou dialética hegeliana) de construção de conhecimento e sobre as

formas de apreensão da realidade pela consciência comum vai permitir explicitar seus limites para a apreensão da essência dos fenômenos sociais. Os limites do idealismo ficam explícitos no ponto de partida para a construção de conhecimento, tomando a consciência como determinação de toda a vida humana (MARX e ENGELS, 2007, p. 94). Nesse sentido, o mundo das ideias prevalece sobre a materialidade como totalidade da vida humana, estabelecendo um caráter limitador e mistificador da essência dessa totalidade.

A partir da evidência do distanciamento que a filosofia do idealismo alemão estabelecia entre teoria e prática, a teoria marxiana ou a filosofia da práxis estabelece na unidade entre teoria e prática a base para a superação da metafísica materialista e também da forma imediata e ingênua da consciência comum (MARX e ENGELS, 2007, p. 89-92; VÁZQUEZ, 1977, p. 6-7). Assim, a filosofia da práxis (materialismo histórico dialético) expressa uma superação da concepção metafísica de construção de conhecimento e do empirismo expresso em formas positivistas, mecanicistas de construção de conhecimento.

A filosofia da práxis representa a forma de construção de conhecimento com fundamento na unidade entre teoria e prática, buscando o significado da práxis verdadeira no processo socio-histórico. Com objetivo de municiar a construção de um mundo humano sem relações de dominação de classes, o método dialético marxiano se torna estratégico por desvelar a essência dos fenômenos sociais, encoberta pela aparência do real. Nesse sentido, a essência dos fenômenos não se manifesta de forma imediata na prática cotidiana e essa afirmação fica mais evidente nas formações sociais concretas em que a desigualdade estrutural se torna base da construção social.

Com o objetivo de apreender os determinantes para a construção de uma práxis revolucionária, Vázquez (1977, p. 7-8) parte do distanciamento promovido pela filosofia idealista e as concepções que prevalecem na consciência do homem comum. A partir da concepção da práxis marxiana – como unidade entre teoria e prática, pensamento e ação – Vázquez (1977, p. 8) afirma a necessidade de uma verdadeira consciência filosófica da práxis para a superação das formas espontâneas e instintivas que permeiam a consciência comum do proletariado. Com essa necessidade a natureza da consciência comum precisa ser apreendida em sua construção sócio-histórica.

Ao analisar as formas de construção da consciência comum, Vázquez (1977, p. 8-9) parte da evidência da não exigência de significados e explicações na atividade prática humana, naturalizando essa atividade como simples dado verdadeiro. Essa forma aparente de consciência estabelece conexões imediatas com o mundo dos atos e objetos práticos e essas conexões aparecem como formas distanciadas da teoria. Com a atitude atórica, a consciência comum vai tender a manutenção de preconceitos, hábitos mentais, valores como forma de proteção de atos práticos. Nesse sentido, a consciência comum tende a forma rebaixada de consciência da práxis. Esse rebaixamento é expresso em limitações da percepção do mundo, com o distanciamento da teoria e da percepção da reflexão teórica como exigência vital. O distanciamento das reflexões não significa ausência do pensamento ou distanciamento total da teoria, pois a forma irrefletida da práxis vai promover a absorção de valores, hábitos de forma fragmentada e determinada pelas relações sócio-históricas. Esse sentido da práxis pode ser confirmado na seguinte afirmação de Vázquez (1977, p. 9):

O homem comum e corrente é um ser social e histórico, ou seja, encontra-se imbricado numa rede de relações sociais e enraizado num determinado terreno histórico. Sua própria cotidianidade está condicionada histórica e socialmente e o mesmo se pode dizer da visão que tem da própria atividade prática. Sua consciência nutre-se igualmente de aquisições de toda espécie: ideias, valores, juízos e preconceitos, etc.

A tendência à forma rebaixada de consciência da práxis faz do nível de consciência comum uma síntese fragmentada das ideias e valores absorvidos do ambiente, como absorção inconsciente de concepções surgidas em relação ao fato prático. Com essa perspectiva, a vivência em uma sociedade estratificada em classes vai promover níveis diferenciados de apreensão da práxis humana. Essa diferenciação é determinada pelas relações de poder estabelecidas nas dimensões socioeconômicas, político-culturais.

O esvaziamento do conteúdo político-cultural necessário à apreensão do mundo e do papel do sujeito social imerso em relações de poder torna-se estratégia necessária à manutenção do *status quo*. Em relação ao esvaziamento desse conteúdo, a teoria gramsciana contribui para pensar as filosofias atreladas aos interesses de classes sociais (GRAMSCI, 2011b). Nesse sentido, as filosofias que negam o conteúdo histórico-social no desenvolvimento da humanidade se transformam em ideologias de classes, como estratégias político-ideológicas de dominação. Assim, o pensamento filosófico reflexivo atrelado às concepções de mundo fundamentadas em relações de dominação vai

refletir um corpo teórico-metodológico voltado para inibir a práxis humana transformadora. Essa inibição vai envolver a formação de um homem prático com atitude avessa às formas teóricas de elevação da consciência da práxis, depreciativas e negativas. Nesse sentido, o “homem prático” não é esvaziado de conhecimento teórico, as formas de apreensão inconsciente vão proporcionar a apreensão da filosofia reflexiva da classe dominante, como formas desagregadas e simplistas pela consciência comum (VÁZQUEZ, 1977, p. 10-11). A apreensão de uma filosofia sem significado sócio-histórico vai comprometer a práxis consciente entre o ser humano e o objeto de transformação. Os efeitos desse comprometimento foram explicitados da seguinte forma por Vázquez (1977, p. 10):

Com efeito, o homem comum e corrente se encontra numa relação direta e imediata com as coisas – relação que não pode deixar de ser consciente - ,mas nela a consciência não distingue ou separa a prática como seu objeto próprio, para que esta se apresente diante dela em estado teórico, isto é, como objeto do pensamento. A consciência comum pensa os atos práticos, mas não faz da práxis – como atividade social transformadora – seu objeto; não produz – nem pode produzir, como veremos – uma teoria da práxis.

A práxis transformadora não poderá ser alcançada sem a capacidade de sair da forma limitada de consciência comum e elevar ao plano reflexivo como atitude filosófica. Com esse propósito de elevar a consciência da práxis, Gramsci (2011b, p. 93-94) contribui com a evidência da capacidade intelectual, como filosofia, pertencer a todos os seres humanos. Essa capacidade intelectual possui níveis e características próprias, porém possui na forma de consciência coletiva, um tipo de conformismo em que todos os homens partilham em graus maiores ou menores (GRAMSCI, 2011b, p. 93-95). Com esse sentido, mesmo a forma mais simples de atividade intelectual, consciente ou inconsciente, é mediada por uma linguagem que está contida em uma concepção de mundo. Podemos verificar essa reflexão em seus pontos preliminares de referência, com a seguinte afirmação:

É preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos os homens são “filósofos”, definindo os limites e as características desta “filosofia espontânea”, peculiar a “todo o mundo”, isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por “folclore” (GRAMSCI, 2011b, p. 93).

A aversão à elevação da consciência da práxis humana é uma construção sociopolítica e econômica no processo histórico. Essa aversão tem fundamento na cisão entre concepção e execução do trabalho humano. Na relação entre sujeito e objeto das atividades de transformação material, as conexões vão direcionar a apreensão da realidade pela primazia do distanciamento entre teoria e prática, entre pensamento e ação, forjando um “homem prático” (VÁZQUEZ, 1977, p. 10-11). Essa forma de práxis cotidiana e centrada na satisfação das necessidades imediatas vai moldar a concepção de mundo do “homem prático” (VÁZQUEZ, 1977, p. 10-11). Assim, a racionalidade estabelecida na concepção de mundo desse homem fica vinculada à experiência imediata com os objetos, limitada à visão aparente e utilitária da práxis. A experiência imediata estabelece uma relação entre homem e objeto em que este existe em si mesmo e na significação prática, desvinculada da consciência da práxis humana que estabelece seu significado socio-histórico. Esse objetivismo da prática por si mesma vai reduzir a práxis humana à prática utilitária, considerando a utilidade em função de uma racionalidade instrumental da vida.

A racionalidade instrumental vai ser fundamento da organização do trabalho e da produção da existência humana, além das formas estabelecidas na participação política. Com essa perspectiva, o ser humano “prático” encontra em uma forma aparentemente apolítica da atividade prática seu princípio educacional para a existência subordinada. A apreensão de valores sem reflexão tem fundamento em uma práxis estranhada, fragmentada, com aparência oposta as formas teóricas e sócio-históricas. Com esse fundamento, o valor utilitário atribuído pela práxis supostamente “apolítica” ganha sentido atrelado à produtividade do trabalho estranhado, como utilidade na produção de “mais-valia” (VÁZQUEZ, 1977, p. 10-11). Assim, a visão de utilidade passa a ser atrelada ao que é rentável, ou seja, à produção de “mais-valia”. Essa visão vai fundamentar as formas da racionalidade instrumental e a reprodução ampliada nas relações sociais de trabalho vai educar a existência humana para o imediato, para o que é rentável.¹⁷

¹⁷No atual estágio de desenvolvimento do capitalismo mundializado, a práxis humana vem sendo conformada à forma de ser empreendedora. Assim, a limitação proporcionada pela cultura empreendedora expressa uma “nova cidadania” que exige um novo tipo humano, com uma nova forma de ser econômica e política. A fragmentação e atomização fundamentadas na cultura empreendedora se voltam para a conformação do novo tipo humano com práxis política individualizada e práxis econômica limitada à produção de valor. Assim a fetichização da práxis utilitária, com valores

Ao estabelecer formas de trabalho estranhado, as relações de dominação de classe vão promover o distanciamento necessário entre aparência e essência como forma de manutenção do poder de classe burguês. A materialidade desse distanciamento vai promover formas de rebaixamento da consciência de classe e a decorrente predominância da concepção de mundo burguesa na consciência comum coletiva.

A apreensão da práxis humana em sua totalidade exige a análise dos níveis e graus de consciência da práxis. Assim, o grau de consciência que o sujeito social tem da atividade em que está envolvido vai delinear dois tipos ou níveis da práxis. Assim, capacidade de materializar e transformar a matéria direcionada a objetivos idealizados vai se materializar em uma práxis criadora e a práxis reiterativa ou imitativa (PARO, 1993, p. 26).

A práxis criadora é parte da necessidade humana de criar, transformando o mundo e sendo transformado em sua prática. Essa prática ocorre em uma unidade indissolúvel, entre concepção e execução, entre consciência e realização do projeto. A materialização do objeto idealizado pela atividade criadora é marcada pela indeterminação e pela imprevisibilidade, como podemos perceber na seguinte afirmação de Paro (1993):

O projeto inicial defronta-se com resistências em sua concretização. Ao tentar vencê-las, há a necessidade de sua constante modificação, não só no modo de realizá-lo – modificando, com isso, o processo –, mas também na forma do objeto ideal, resultando, no final, um produto que não será mais idêntico ao inicialmente projetado (PARO, 1993, p. 27).

Em um sentido de oposição, Paro (1993, p. 27) define a direção da práxis reiterativa com o seguinte significado:

Em oposição a essa práxis criadora de caráter único e irrepitível, a práxis reiterativa, como o próprio termo indica, caracteriza-se exatamente por sua repetibilidade. A lei que rege o processo de realização já é conhecida a *priori*, constituindo o objeto real em simples duplicação ou cópia do objeto ideal. Opera-se, portanto, uma separação entre o subjetivo e o objetivo, constituindo-se a práxis reiterativa ou imitativa em repetição de um processo e de um resultado alcançado por uma práxis criadora anterior, sem, contudo, a imprevisibilidade e a unicidade desta. O lado positivo da práxis reiterativa reside em seu poder de ampliar e multiplicar a prática criadora. Seus aspectos negativos aparecem, todavia, quando sua ocorrência se dá de maneira a barrar as possibilidades de novas

e fetiches de mercado, vem configurando uma existência humana fragmentada, precária e voltada para a produção de “mais-valia”.

criações. Ainda que em grau menor, também na práxis reiterativa a consciência se manifesta.

Com base nos dois níveis de consciência na práxis humana, Paro (1993, p. 28) afirma a ocorrência de uma administração criadora, capaz de gerar inovações e descobertas de novas formas para alcançar os objetivos, e uma administração reiterativa, capaz de ampliar o alcance dos procedimentos criados. Essas duas formas da administração ocorrem em interação, em um relacionamento complementar para o atendimento das necessidades humanas, além de presença da consciência humana em maior ou menor grau (PARO, 1993, p. 28). Nesse aspecto, o acúmulo de conhecimentos gerados pela administração criadora se torna base para a construção de novos conhecimentos e práticas e a ampliação do conhecimento criativo produzido por meio de uma administração reiterativa, sendo utilizado de forma ampliada em situações análogas (PARO, 1993, p. 28).

Para a compreensão da administração enquanto práxis, Paro (1993, p. 28) afirma não ser suficiente a inserção da consciência no processo prático, mas deve haver a consciência da própria práxis. Como dimensões dessa consciência da práxis, a práxis reflexiva possui alto grau de consciência e a práxis espontânea reduzido grau de consciência da atividade prática. Essas duas dimensões possuem relação com as dimensões da práxis criadora e reiterativa, porém, não precisam coincidir com estas (PARO, 1993, p. 28-29). Com essa possibilidade, Paro (1993, p. 29) faz a seguinte afirmação:

Pode ocorrer uma práxis criadora, com a conseqüente participação em alta escala da consciência do sujeito no processo prático, sem que isso implique – embora não impeça – que o sujeito tenha um elevado grau de consciência da práxis. Da mesma forma, o fato de um operário, por exemplo, executar um [a] atividade altamente repetitiva e mecânica, que exige quase nenhuma consciência prática, não impede que ele tenha uma consciência bastante elevada da atividade prática que desenvolve.

Nesse contexto, nas duas dimensões da práxis, também ocorre uma administração espontânea – racionalidade adequada a soluções imediatas – com reduzido conhecimento de como ocorre a prática e uma administração reflexiva – racionalidade individual ou coletiva com o sujeito consciente do processo e da participação de sua consciência na prática do processo (PARO, 1993, p. 30).

O conhecimento da prática administrativa depende do desenvolvimento da atividade humana e o surgimento de condições culturais, econômicas e sociopolíticas para a apreensão consciente da racionalidade do emprego dos recursos materiais e conceituais e o esforço humano coletivo para alcançar objetivos.

O acúmulo de conhecimento teórico-prático no processo histórico possibilita a reflexão das práticas administrativas como uma necessidade à vida humana, ocorrendo em qualquer ordem social e delineando as diversas formas organizacionais (PARO, 1993, p. 31-33). Esse conhecimento permite compreender as contradições que definem a formação social. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, em última instância, determina uma superestrutura jurídico-política que forma a consciência social (PARO, 1993, p. 31-33). O desenvolvimento de uma administração reflexiva revolucionária tem como condição o conhecimento da práxis administrativa concreta na sociedade (PARO, 1993, p. 31-33).

Com objetivo de analisar os sentidos e significados do surgimento da ciência administrativa na formação social concreta determinada pelo capital, faremos a discussão de seu surgimento subordinado aos interesses da concepção de mundo burguesa.

Como dimensões da práxis humana, a administração como mediação das relações dos homens entre si vai ser caracterizada pelas formas sociopolíticas e econômicas em determinado período de desenvolvimento da história humana. Nesse sentido, torna-se necessário a análise da filosofia predominante e das formas da consciência comum em cada período sócio-histórico. Assim, a reflexão sobre a práxis humana tem o potencial para a compreensão do fetiche da prática como construção sociopolítica e econômica própria de uma sociedade estratificada em classes e fundada em relações de dominação. Esse fetiche permeia as formas de construção de conhecimento e educação, como estratégias de conformação social em torno de projetos de sociabilidade (SOUZA, 2018).

A compreensão da racionalidade instrumental e seu fundamento positivista serão importantes para entender seus significados e sentidos na totalidade social e principalmente na gestão e na educação, expressos no fetiche da prática. Essa discussão terá importância também para a compreensão da ideologia da pós-modernidade que permeia a totalidade social e fundamenta, na atualidade, a contrarreforma do Estado

burguês, a dimensão administrativa do aparelho de Estado, com fundamento em um renovado projeto de sociabilidade. Com esse objetivo, faremos a discussão da ontologia da racionalidade instrumental e seu fundamento positivista.

2.3. ONTOLOGIA DA RACIONALIDADE INSTRUMENTAL

A razão humana é um gênero que fundamenta as formas de construção de conhecimento e de concepção do mundo ocidental. Nesse sentido, como criação política em uma sociedade estratificada em classes, a razão se torna elemento central na conformação das desigualdades estruturais entre cidadãos e escravos, além de funcionar como gênero limitador do avanço que significou a criação do trabalhador livre de constrições econômicas e políticas. Neste sentido, o pensamento aristotélico vai estabelecer com mais precisão uma concepção cindida e antagônica, entre teoria e prática, pensamento e ação, estabelecendo limites à potencialidade da práxis humana. Com esse aspecto, a cisão da razão humana cria formas antagônicas entre a “razão teórica” e a “razão prática” (VÁZQUEZ, 1977, p. 18-20). Essa cisão vai estabelecer hierarquizações e segmentações sociais baseada no antagonismo entre o mundo teórico – abstração, contemplação e busca da essência do ser humano – e o mundo prático – atividades de transformação da matéria tangível em valores de uso – centrado no produto do trabalho humano como forma exterior (VÁZQUEZ, 1977, p. 19-22). Na divisão dos mundos, o teórico é destinado aos filósofos como seres iluminados com domínio sobre a capacidade de construção de conhecimento. O mundo prático é destinado aos escravos, estabelecendo à práxis humana limitações atreladas a uma forma fragmentada de práxis humana (VÁZQUEZ, 1977, p. 21-22). A atribuição de valores depreciativos e significados de indignidade humana vai criar o corpo ideológico necessário à legitimação da divisão do trabalho na sociedade antiga grega, colocando o filósofo no topo da estratificação social, seguido dos cidadãos da polis e dos escravos.

Para a devida compreensão da racionalidade do trabalho como racionalidade instrumental¹⁸, precisamos fazer o movimento de ir à raiz de seu

¹⁸ A racionalidade instrumental é uma expressão da luta entre classes dominantes e subalternas. Esse caráter tem origem nas formas da dominação e na disputa ideológica em torno do conhecimento humano.

significado, fundamentada no que Châtelet (1994) cunha como a invenção da razão. Assim, o autor parte da análise da história das ideias que deram sentido à razão humana, ao redefinir as formas de construção do conhecimento e compreensão do mundo. Tanto Châtelet (1994) quanto Wood (2003) evidenciam a importância da Grécia antiga e uma configuração socioeconômica e política particular para a compreensão da criação da razão humana. Mesmo partindo da mesma evidência os autores possuem abordagens díspares, evidenciando metodologias diferenciadas e compromissos políticos distintos.

Com uma visão metafísica da realidade e seu caráter de privilegiar o mundo das ideias deslocado da realidade material, Châtelet (1994) afirma o surgimento da razão como ação dos filósofos europeus, com a criação da filosofia como novo gênero cultural. Se contrapondo à visão marxiana, de que a filosofia vê o mundo, mas não o transforma, Châtelet (1994) faz a seguinte afirmação:

Pois bem, acho que ele disse uma bobagem. Os filósofos transformaram o mundo. Quiseram e conseguiram transformá-lo. Não diretamente, é claro, mas porque suas ideias influenciaram as elites e as massas. As ideias filosóficas passaram para o real. Daí o interesse de saber como o projeto filosófico nasceu e como se consolidou. Vamos visitar o solo primeiro da cidade grega ou, mais exatamente, da democracia ateniense, para ver em que condições essa ideia apareceu (CHÂTELET, 1994, p. 15-16).

Com base na análise da práxis humana, a visão de Châtelet (1994) evidencia a primazia da ideologia como poder de transformação social. Essa visão expressa o divórcio entre teoria e prática humana, criticado por Marx em sua análise sobre o idealismo alemão.

Em sua análise sobre o contexto sociopolítico e cultural da Grécia no século V a.C., Châtelet (1994) evidencia o surgimento de um novo espírito capaz de promover uma renovação cultural nas cidades gregas. Assim, a democracia inventada na cidade grega de Atenas passa a influenciar a cultura, o território, a urbanidade e a política da totalidade das cidades gregas. Châtelet (1994) chama atenção para a importância da palavra na democracia, sua potencialidade para o domínio político nas cidades e seu impacto no pensamento tradicional. A compreensão de democracia, segundo o autor, tinha o seguinte significado:

Na época a democracia se define essencialmente pela igualdade. Todos os cidadãos, quaisquer que sejam sua fortuna, sua origem, a antiguidade da sua família, todos são iguais

perante a lei. Têm o mesmo direito de intervir diante dos tribunais e de tomar a palavra nas assembleias em que decide o destino coletivo (CHÂTELET, 1994, p. 16).

Com uma análise dialética do trabalho e da democracia antiga e moderna, Wood (2003, p. 157) afirma que, a essência do trabalho no mundo ocidental moderno deve ser compreendida em suas singularidades no contexto de luta entre as classes apropriadoras e produtoras na cidade-Estado greco-romana. Assim, partindo da perspectiva da luta de classes, a autora evidencia a criação do trabalho livre com importância essencial para a apreensão das formas atuais do trabalho assalariado e das distâncias entre a democracia ateniense e da democracia restrita burguesa.

Châtelet (1994) e Wood (2003) afirmam a importância da democracia ateniense para a compreensão das mudanças políticas e culturais no mundo ocidental. A compreensão dessa importância diverge na análise dos dois autores. Na análise de Wood (2003), a autora parte do impacto do trabalho livre nas relações de poder da época. Essa visão se confirma na seguinte afirmação de Wood (2003, p. 157):

As tradições políticas e culturais da Antiguidade clássica que chegaram até nós estão, portanto, imbuídas do espírito do cidadão trabalhador e da vontade antidemocrática que ele inspirou e que informou os textos de grandes filósofos. A condição do trabalho no mundo ocidental moderno, tanto na teoria quanto na prática, não pode ser inteiramente explicada sem que se busque na história da Antiguidade Greco-romana a disposição distintiva de relações entre as classes apropriadoras e produtoras na cidade-Estado Greco-romana.

Para a análise da dialética da liberdade e escravidão, Wood (2003, p. 157-159) evidencia a ruptura radical entre o *status* jurídico-político que o trabalho livre assume na democracia ateniense e sua forma de trabalho assalariado no capitalismo moderno. Essa ruptura caracteriza-se pela contradição entre o declínio do trabalho escravo ao longo do processo histórico, considerando seu papel renovado no início do capitalismo, e o declínio da posição sociopolítica e cultural do trabalho livre, em relação à democracia grega, mesmo se tornando forma predominante no capitalismo moderno. Além dessa evidência, a autora reposiciona a escravidão no mundo antigo, criticando a visão predominante que dilui a importância histórica da criação do trabalho livre.

A importância do trabalho livre na democracia ateniense pode ser evidenciada pela predominância do fazendeiro-camponês como sujeito social da época. Em épocas de colheita, esses fazendeiros empregavam cidadãos sem propriedade ou pequenos proprietários de terras com incapacidade para sustentar suas famílias. A

proeminência da escravidão se dava na economia urbana, em serviços domésticos e em minas de prata. Nestas minas existiam também arrendatários por conta própria (WOOD, 2003, p. 157-159).

Essa configuração política e cultural ganhou evidência pela capacidade bélica de Atenas para vencer as invasões bárbaras em 490 e 480 a.C., fazendo dessa cidade-Estado um modelo para a Grécia (CHÂTELET, 1994, p. 17).

Sem minimizar a importância do trabalho escravo nas cidades gregas, Wood (2003) caracteriza a forma única que o trabalho livre alcançou na cidade de Atenas, fazendo com que o direito à participação política do cidadão camponês evidenciasse as condições da escravidão. Assim, a compreensão da passagem da escravidão para a servidão feudal perpassa a análise do status do cidadão camponês e do escravo na sociedade greco-romana (WOOD, 2003, p. 160-161). Nessa passagem, Wood (2003, p. 161) faz a seguinte reflexão:

[...] ou as classes proprietárias precisavam deprimir a condição dos pobres livres por causa da redução na oferta de escravos, e a escravidão deixava de ser produtiva como antes; ou o crescimento do governo monárquico e imperial em Roma produziu um declínio gradual do poder político e militar dos cidadãos pobres e impôs a eles uma carga cada vez mais insuportável, ocorrendo assim uma “transformação cultural” da sociedade romana que tornou os camponeses presa fácil da exploração e dessa forma reduziu a demanda de trabalho escravo.

Com a quebra do padrão de estratificação na divisão entre governantes e governados, a noção de cidadania e comunidade cívica estabelece um nível de liberdade sem precedentes em relação aos modos tradicionais de exploração, como servidão, cobrança de impostos e obrigações por dívidas por um Estado de apropriadores e camponeses subjulgados (WOOD, 2003, 163). Assim, uma nova relação é estabelecida para além da relação entre governantes e súditos. Essa nova relação estabeleceu limites à ação das classes dominantes, principalmente no caso de Atenas, estabelecendo limites à concentração de propriedade, ao uso da escravidão na agricultura. Essa configuração atingia diretamente os aristocratas que limitava a concentração de propriedade e o uso intensivo da força de trabalho escrava (WOOD, 2003, 163- 164). Essa ascensão da posição sociopolítica do cidadão-camponês vai desencadear uma tensão entre cidadãos e aristocratas interessados na restauração de seu poder político.

Com base nessa oposição, Wood evidencia na filosofia clássica expressões da luta de classes, como formas de pensamento político voltadas para o rebaixamento da posição sociopolítica político-jurídico do trabalhador livre na democracia grega. Como maior expressão de uma filosofia que restabelecesse a relação de dominação política e econômica entre governantes e governados, Wood (WOOD, 2003, p. 164- 165) aponta a filosofia e epistemologia de Platão. Como podemos perceber na seguinte afirmação da autora:

É a sua obra que dá a medida real da condição do trabalho na democracia ateniense. Entretanto, isso é verdade não só no sentido de que o desprezo evidente de Platão pelo trabalho e pelas capacidades moral e política dos que são tolhidos pela necessidade material de trabalhar para viver representa uma norma cultural. Pelo contrário, os textos de Platão representam um poderoso contra-exemplo, uma negação deliberada da cultura democrática (WOOD, 2003, p. 160-165).

Essa reação de Platão voltada para o combate da condição político-jurídica do cidadão que trabalha caracteriza a importância do trabalho livre na democracia grega. Com a evidência dessa importância, o desenvolvimento da filosofia platônica se insere em um conjunto de mudanças sociopolíticas e econômicas voltadas para estabelecer limites à democracia e à cidadania fundada no trabalho livre de restrições. A filosofia platônica fundamentou uma concepção de mundo cindida, em que o divórcio entre teoria e prática, entre pensamento e ação, estabeleceu sentido à criação do filósofo iluminado como único sujeito social capaz de desenvolver reflexões teóricas. Essa concepção de mundo deu sentido à reformulação da democracia ateniense com a concepção de democracia representativa, estabelecendo hierarquizações nas formas de acesso ao poder social ao mesmo tempo estabelecendo estratificações em classes sociais em que o filósofo passava ao topo da hierarquia social. Como podemos perceber, a cisão entre teoria e prática é uma estratégia de dominação de classes com raízes antigas e dessa cisão nasce a razão humana. A razão humana fundada na cisão entre teoria e prática vai ser fundamentada na lógica matemática metafísica e idealista desconectada da aplicação prática. A limitação do poder alcançado pelo trabalhador livre vai promover o desenvolvimento do ser prático como inferior ao filósofo iluminado, com aversão à prática e ao desenvolvimento de conhecimento voltado para soluções práticas.

Em nossa análise da práxis humana, a criação do “homem prático” possui raízes em relações de dominação de classes, como configuração da luta entre classes dominantes e subalternas em cada período socio-histórico. Nesse sentido, a racionalidade

instrumental ganha novos sentidos na modernidade com a criação da ciência e da filosofia positivista, fundamentada na lógica matemática quantitativa e na separação entre pensamento e ação. Essa reformulação filosófica vai impregnar as formas da administração e da educação e evidenciá-las como dimensões estratégicas para a mediação do conflito de classes e manutenção da sociabilidade burguesa. Nesse contexto, a democracia restrita burguesa representa um sistema político com limitações profundas ao poder decisório das classes subalternas, legitimadas por uma concepção de cidadania com igualdade formal.

Nesse contexto, a separação entre trabalho manual e intelectual não ocorre de forma exclusiva à ordem social capitalista, mas o conteúdo e a forma do trabalho estranhado, aprofundado em um tipo de divisão pormenorizada do trabalho, são elementos estruturantes e exclusivos da ordem social capitalista. Neste sentido, a naturalização dessa sociabilidade exige uma pedagogia política capaz de mistificar as relações de dominação e naturalizar a degradação da práxis humana, expressa na animalização e transformação do ser humano em mercadoria. Essa pedagogia política tem como papel a educação para uma existência humana fragmentada, precária e subordinada ao capital. Assim, esta forma de existência humana tem como fundamento uma racionalidade econômica e política instrumental, com a separação entre conteúdo político e econômico, fundado na especialização sociotécnica do trabalho. Com esse fundamento, nesse próximo tópico nos propomos a explicitar as relações entre administração e educação como dimensões estratégicas para a mediação do conflito de classes.

2.4. ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E MEDIAÇÃO DO CONFLITO DE CLASSES

A compreensão sobre a sociabilidade burguesa e suas relações com a administração, educação e política exige a análise da organização da sociedade burguesa e de seus principais determinantes sociopolíticos e econômicos. Assim, para analisar o conteúdo e forma de organização dessa sociedade, partimos da caracterização das relações sociais de produção e reprodução da existência humana que em última análise determinam a forma como a sociedade se organiza.

Com a crise da sociedade feudal, as revoluções burguesas vão marcar um período longo de transição para a ordem social capitalista de produção e reprodução da vida material. No processo de transição, o domínio econômico e político burguês vai se configurar por uma contínua reestruturação do trabalho e da produção. Nesse movimento, a manufatura vai se constituir no embrião da futura fábrica como fundamento da cultura urbano-industrial.

A reestruturação do trabalho e da produção envolveu o estabelecimento de novas hierarquizações nas oficinas e mudanças na divisão sociotécnica do trabalho, com a direção de maior especialização dos processos e funções (BRAVERMAN, 1987, p. 60- 62). Essas mudanças vão se materializar na transformação do mestre-artesão em um empregador ou subcontratador de força de trabalho humana assalariada (BRAVERMAN, 1987, p. 61- 62; PATTO, 1999, p. 29-31). A subordinação do trabalho ao capital vai ter como direção a transformação do trabalho humano em trabalho estranhado, com a forma de trabalho assalariado.

Como movimento socio-histórico, a racionalização do trabalho e da produção se deu a partir da reunião de trabalhadores em torno dos interesses de um capitalista. Nesse movimento, o problema da gerência surge de forma elementar, pela necessidade de lidar com as formas do trabalho cooperativo e pela complexificação da divisão do trabalho. Essa complexificação vai exigir funções de concepção e coordenação (BRAVERMAN, 1987, p. 61- 62). As transformações no trabalho e na produção são iniciadas com a reunião de produtores em pequenas oficinas, mantendo as formas de produção anteriores e seus métodos tradicionais. As poucas modificações nos métodos de produção fazem com que, o controle sobre o trabalho permanecesse com os produtores, donos do conhecimento e da perícia de seus ofícios (BRAVERMAN, 1987, p. 61). Assim, as formas de emprego dos trabalhadores na produção, pelo capitalista, partiam de processos já definidos nas formas anteriores, como podemos verificar na seguinte afirmação de Braverman (1987, p. 61):

Os trabalhadores já estão adestrados nas artes tradicionais da indústria anteriormente praticada na produção feudal e no artesanato das guildas. Fiandeiros, tecelões, vidreiros, oleiros, ferreiros, latoeiros, serralheiros, marceneiros, moleiros, padeiros e outros continuam a exercer no emprego do capitalista os ofícios produtivos que executavam como diaristas nas guildas e como artesãos independentes.

Em um primeiro momento, o exercício da gerência é atribuído ao capitalista, em função da propriedade do capital e essa relação de propriedade vai permitir o crescimento de seus poderes na sociedade, na direção do controle sobre o trabalhador, sobre o processo de trabalho e suas formas técnicas (BRAVERMAN, 1987, p. 62). Para estabelecer esse controle, o capitalista precisava da naturalização das relações de troca em que o tempo dos trabalhadores assalariados se tornasse propriedade dele como qualquer matéria-prima ou produto saído da oficina (BRAVERMAN, 1987, p. 62). Nesse processo, a naturalização ocorreu de forma gradual à medida que o capitalista consolidava seus poderes na sociedade, com base na fetichização das relações mercantis (DIAS, 1999, p. 80; BRAVERMAN, 1987, p. 62).

A persistência do modo de produção corporativo feudal europeu, com suas regras de aprendizado e estatutos legais, tornava-se um obstáculo às transformações das relações de produção necessárias à consolidação dos poderes do capitalista (BRAVERMAN, 1987, p. 62). Com a necessidade de desmontar o modo de produção anterior e consolidar o predomínio do “livre contrato”, o capitalista estabelece como estratégia a transferência das primeiras manufaturas para novas cidades com a ausência de regulação sobre o trabalho, permitindo a ampliação do controle sobre o trabalho e do poder para determinar os modos técnicos do trabalho (BRAVERMAN, 1987, p. 62). Esse movimento evidencia os antagonismos entre classes pela necessidade de submissão do trabalho aos imperativos do controle burguês. Nesse sentido, a falta de organização e consciência das classes subalternas vai permitir a ampliação das relações sociais de trabalho estranhado como forma de dominação econômica e política. A necessidade de controle e subordinação do trabalho à lógica da valorização do capital vai caracterizar um movimento de complexificação das relações de poder intra e extra oficina.

A transformação gradativa do artesão em trabalhador assalariado, pago por produção, envolveu estratégias de poder, caracterizadas na apropriação e controle de matérias-primas e dos meios de produção da existência humana (BRAVERMAN, 1987, p. 62; PATTO, 1999, p. 30-33). Como fração da burguesia emergente, os mercadores se constituíram em controladores privilegiados da fragmentação da existência humana. Essa fração burguesa se estabeleceu como parte mais beneficiada pelas relações de troca, como controladores da produção e mediadores das relações estabelecidas entre o produtor e o mercado mundial (PATTO, 1999, p. 30-33). Nesse processo de fragmentação,

hierarquização, como especialização sociotécnica do trabalho, os trabalhadores qualificados que compunham a oficina vão dar lugar a novas configurações com a criação de subcategorias de trabalhadores camponeses semiquualificados.

Nesse movimento de mudanças, as atividades comerciais e industriais manufatureiras vão se caracterizar por maior dinamismo, proporcionado pelos seguintes movimentos: transformação das formas de produção e reprodução da existência humana em trabalho assalariado; intensa atividade intelectual e tecnológica voltada para a aplicação na produção da existência humana; complexificação das relações comerciais com a ampliação da exploração das colônias e o desenvolvimento de novas vias marítimas, com ampliação de volume e capacidade. Esse dinamismo do comércio e da indústria manufatureira vai evidenciar um distanciamento em relação ao anacronismo do desenvolvimento agrícola, como base da economia do ordenamento social feudal (PATTO, 1999, p. 30-33).

A naturalização da dominação burguesa pressupunha a construção de nova institucionalidade, de uma nova racionalidade, voltada para romper com o modo de vida feudal e as formas de pensar, agir e conceber o mundo. Essa nova institucionalidade com dimensões individuais e coletivas estabeleceu formas de expropriação em toda a materialidade das classes subalternas (DIAS, 1999, p. 80-83; PATTO, 1999, p. 33-36). Assim, a expropriação envolveu as dimensões da identidade, conhecimentos e instrumentos ou meios de produção da existência (DIAS, 1999, p. 80-83; PATTO, 1999, p. 33-36). Nesse movimento o trabalhador especializado da ordem feudal, com longa formação, detentor do conhecimento, qualificação e segredos de seu ofício são transformados gradativamente em vigilantes da máquina (PATTO, 1999, p. 33-36). Em um processo contínuo de desqualificação, o trabalhador perde sua autonomia, identidade e animaliza suas dimensões humanas.

Nesse movimento de expropriação em todas as dimensões da materialidade das classes subalternas, a mistificação e ocultamento das relações de dominação se tornam objetivos eminentes das ações e formulações políticas burguesas, definindo uma pedagogia política que apresente a liberdade burguesa como liberdade de toda a sociedade. Com esse sentido, a suposta “liberdade” do trabalhador toma a forma de sua

proletarização, como expropriação de sua existência, “liberando” o trabalhador de seus meios para existir, conhecimento, consciência de classe (DIAS, 1999, p. 80-83).

A relação de exploração é anterior à sociedade capitalista, ocorrendo nas sociedades escravistas e feudais. Porém, a especificidade da exploração na sociedade capitalista ocorre por meio da produção da mais-valia no processo de produção de mercadorias, como forma condensada da exploração e da opressão (DIAS, 1999, p. 80; PARO, 1993, p. 35-36).

As relações de produção na sociedade capitalista se constituem em uma relação de dominação de uma parte da população sobre outra, por meio da apropriação do trabalho excedente (PARO, 1993, p. 35). Esse trabalho excedente foi possibilitado pelo aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho e pela utilização racional dos recursos direcionados para as necessidades humanas (PARO, 1993, p. 35). Dessa forma, a produção para além da existência humana permitiu o estabelecimento de uma relação de exploração de uma parte da população sobre a outra (PARO, 1993, p. 35).

Com o objetivo de compreender a dinâmica das relações sociais estabelecidas no processo produtivo capitalista, a análise da natureza da mercadoria se torna necessária, evidenciando sua materialidade como relação social de trabalho e forma elementar de riqueza da sociedade burguesa. Para analisar essa natureza da mercadoria, precisamos compreender a mercadoria sob dois aspectos: o valor de uso e o valor de troca (PARO, 1993, p. 36-37). Esse valor de uso se estabelece na atribuição de utilidade a uma mercadoria, em uma relação entre homem e mercadoria, ou seja, entre o consumidor e o objeto de consumo (PARO, 1993, p. 36-37). Nesse sentido, as qualidades úteis da mercadoria se constituem em sua forma como valor de uso e esse valor não depende da quantidade de trabalho humano empregado em sua produção.

Em relação ao valor de troca, este ocorre na relação entre pessoas, em troca de bens de diferentes utilidades e em consequência, diferentes valores de uso, constituindo-se em valores de troca com caráter relativo (PARO, 1993, p. 37). A troca estabelecida no mercado não estabelece sentido à troca de mercadorias com as mesmas propriedades úteis. Pelo caráter relativo do valor de troca, esse valor é expresso por propriedades externas à mercadoria, concretizada somente na relação de troca. Dessa forma, o valor de troca se constitui na forma de manifestação do valor, sendo este formado

pelo trabalho abstrato ou trabalho socialmente necessário, expresso pelo dinheiro (PARO, 1993, p. 38-39). Esse trabalho humano abstrato é mensurado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso, no patamar de avanço das forças produtivas e mudanças nas relações de produção (PARO, 1993, p. 38-39). Podemos perceber a concepção de mercadoria como objetivação das relações sociais de produção, na seguinte afirmação de Paro (1993, p. 39-40):

Para que se realize a produção de mercadorias é necessária a existência de uma desenvolvida divisão social do trabalho, com produtores privados produzindo uns para os outros, ou seja, produzindo para a troca. É claro que essa produção para a troca empresta um caráter eminentemente social ao trabalho humano que se incorpora nas mercadorias. Estas, por sua vez, só existem sob a forma de mercadorias porque são a materialização do trabalho humano abstrato, que constitui a substância de seu valor. A mercadoria é, pois, a objetivação de uma relação social. E suas propriedades, enquanto mercadorias, enquanto portadora de valor (o qual como vimos, se manifesta através do valor de troca), advêm dessa relação social.

É a transferência das características do trabalho social humano para a mercadoria que forja uma relação “justa” entre proprietários de mercadorias, camuflando e impedindo a percepção da relação de exploração do trabalho (PARO, 1993, p. 39-40). Essa transferência se configura assim como fetichismo da mercadoria com a aparência de troca entre iguais, com vontades estabelecidas no mesmo nível entre trabalhadores e capitalistas. Com base nessa visão mistificada, as relações mercantis ofuscam as relações de dominação e desigualdades estruturais em uma sociedade estratificada em classes.

A análise do processo produtivo exige que, os meios de produção e a força de trabalho sejam constituintes do processo. Os meios de produção, segundo Paro (1993, p. 40), “são todos os elementos materiais que, direta ou indiretamente, participam do processo de produção”, sendo compostos pela matéria-prima e pelos instrumentos de produção. A matéria-prima possui incorporado o trabalho, por ser o elemento transformado em um novo produto pelo trabalho. “Os instrumentos de produção são os elementos, como ferramentas, máquinas etc. utilizados para transformar a matéria-prima num objeto útil” (PARO, 1993, p. 40).

Como somente o trabalho cria valor, os meios de produção são equivalentes à capital constante, por incorporar valor mediante o trabalho empregado. Assim, a matéria-prima incorpora valor mediante o trabalho empregado, incorporando sua matéria toda ou em parte ao produto final por meio da transformação. Porém, os

instrumentos sofrem o desgaste do processo de trabalho, sem incorporar nada ao produto final (PARO, 1993, p. 40-41).

Como força de trabalho, Paro (1993, p. 41-42) define o esforço humano empregado no processo produtivo, sendo o conjunto das habilidades físicas e intelectuais empregadas na produção de valor de uso. Pela capacidade da força de trabalho acrescentar valor maior do que possui ao produto final, ela é definida como capital variável (PARO, 1993, p. 41-42). Essa capacidade da força de trabalho de gerar valor e produzir trabalho excedente, na relação entre trabalho necessário para a subsistência e trabalho excedente, assume configuração específica na ordem social capitalista com a produção desse trabalho excedente, mais-valia, e a apropriação deste pelos proprietários dos meios de produção (PARO, 1993, p. 41-43). Nessa relação de produção específica do capitalismo, o homem de sujeito de sua história se transforma em objeto ou mercadoria e como mercadoria, o valor da força de trabalho se dá por meio do tempo de trabalho social necessário para produzir os meios de subsistência do homem e de sua família (PARO, 1993, p. 42-43).

Como condições para a existência dessa lógica da exploração decorrem a necessidade de trabalhadores livres donos de suas forças de trabalho e a apropriação privada dos meios de produção (PARO, 1993, p. 43-44). Assim, o trabalhador desprovido dos meios de produção para empregar sua força de trabalho deve se submeter a essa lógica como condição para a manutenção da sua existência (PARO, 1993, p. 43-44). A propriedade privada dos meios de produção molda uma relação de domínio da classe detentora do poder econômico sobre a maioria da população, estabelecendo ao mesmo tempo a expansão de seu poder político.

Essa relação de domínio faz emergir uma superestrutura política para gerir a ordem social de modo a manter as relações de domínio de classe, ocorrendo uma racionalidade do trabalho e coordenação do esforço humano coletivo com características específicas do modo de produção capitalista (PARO, 1993, p. 44-45). Nesse contexto, o autor afirma que, a administração, como utilização racional dos recursos para determinado fim, ganha características próprias nessa ordem social, permeando a estrutura e a superestrutura (PARO, 1993, p. 44-45). Como características específicas da ordem social do capital, a racionalidade do trabalho possui como objetivo a busca por

maior lucratividade, por meio de uma divisão pormenorizada ou divisão técnica e a coordenação dos esforços humanos coletivos desenvolvida por uma gerência voltada para o exercício do controle do trabalho pelo capital (PARO, 1993, p. 45).

Ao analisar a divisão social do trabalho e a divisão técnica no modo de produção capitalista, Paro (1993, p. 45-46) verifica a existência da divisão do trabalho em ofícios especializados em qualquer ordem social, porém, a especificidade dessa divisão no capitalismo se dá em uma subdivisão dos ofícios e especialidades em operações limitadas. Nesse contexto, Paro (1993, p. 45-46) descreve o início do capitalismo como o período de apropriação do produto do trabalho social, por meio da propriedade privada dos meios de produção, constituindo-se em uma subsunção formal do trabalho ao capital. Nessa subsunção formal, o trabalhador ainda possui o conhecimento do processo produtivo, ocorrendo as mesmas condições objetivas de trabalho (PARO, 1993, p. 45-46). Assim, a busca da expansão do capital, no início do processo de ordenamento social, ocorre pela produção de mais-valia absoluta, que é alcançada pelo prolongamento da jornada de trabalho e pelo aumento da intensidade do trabalho (PARO, 1993, p. 45-46).

A ampliação de poderes do capitalista exigia estratégias de consolidação de domínio econômico e político. Nesse sentido, a fetichização das relações mercantis assume a direção na construção ideológica da nova ordem nascente, com objetivo de naturalizar as formas de dominação expressa no trabalho estranhado e nas desigualdades reais (DIAS, 1999, p. 83-87). Ao transformar as formas de dominação em leis de funcionamento do mercado, fundado em relações justas, os antagonismos de classes ficam ofuscados (DIAS, 1999, p. 83-87). Nesse sentido, a percepção de relações justas entre trabalhadores e capitalistas permite a invisibilização do mercado como conjunto de relações forças antagônicas e relações capitalistas de produção (DIAS, 1999, p. 83-87). A mediação da luta de classes camufla o projeto burguês de dominação e transforma a percepção das classes subalternas sobre a sociabilidade burguesa em modo de existência voltado para uma suposta “liberdade” e progresso com avanço tecnológico.

O processo de reestruturação do trabalho e da produção desencadeia a ampliação do poder econômico e político burguês e sua ampliação vai se materializar na elaboração de uma nova institucionalidade. Como economia e política não se separam, a ampliação do poder econômico burguês se dá na medida de seu poder político de

controlar e submeter o trabalhador, transformando todas as formas de produção e reprodução da existência humana em meios para a valorização de capital. Esse movimento se configura na ampliação da oficina por meio de um novo tipo de racionalização econômica e política. A ampliação da oficina pode ser visualizada na intensificação das relações de trocas envolvendo capital e nos antagonismos de classes expostos pela ocupação burguesa de postos na administração do Estado absolutista, além da ascensão social mediante a compra de títulos de nobreza (PATTO, 1999, p. 30-33).

O ordenamento social feudal estabelecia limites à ampliação do poder econômico e político da burguesia nascente (DIAS, 1999, p. 80-86; PATTO, 1999, p. 30-33). A proletarianização humana como condição para a expansão do processo de valorização do capital esbarrava na institucionalidade feudal, como: os sindicatos de ofício e o domínio do tempo, ritmo e o conhecimento pelo trabalhador qualificado; na inexistência de um espaço macroeconômico do mercado capitalista, como dimensão da valorização do valor de troca; nos limites ideológicos impostos ao desenvolvimento do capital financeiro, fundamentados no caráter coletivo do catolicismo e na concepção da usura como pecado; no domínio político da nobreza e do clero.

A ampliação do poder de classe burgueses exigia um processo revolucionário para romper com o ordenamento social feudal e suas bases econômicas e políticas, individuais e coletivas de sua racionalidade. Ao mesmo tempo em que o poder da burguesia nascente crescia, as mudanças no Estado se deram como exigências da concentração de poder dessa classe e de rompimento com o Estado teológico como materialidade da Igreja-Estado. Esse rompimento envolveu movimentos de readequação da forma de pensar, sentir e agir em sociedade. Como expressão de movimentos de transição voltados para a redefinição da racionalidade do ordenamento feudal, o Renascimento representou amplo movimento de redefinição da racionalidade econômica, política e cultural, por meio do rompimento com o pensamento teológico e a ascensão da razão, da ciência e do conhecimento da natureza, colocando o homem como individualidade propulsora do progresso socio-histórico. Com o mesmo sentido, o protestantismo se configurou como movimento de redefinição do senso comum religioso, voltado para estabelecer os fundamentos da nova sociabilidade burguesa, como espírito do novo ordenamento social em construção. Essa reinterpretção do Cristianismo com

forma mais adequada à dinâmica do capital estabelece o individualismo como valor moral fundamental para a orientação de fé e vida.

Nesse contexto, o Estado absolutista passa a aglutinar poder econômico, político e jurídico na figura do rei, estabelecendo os mecanismos de mediação política e econômica para a ampliação do poder de classe burguês. Esse cerne da política moderna vai evidenciar a ampliação do poder econômico e político burguês. Na dinâmica de desenvolvimento do comércio mundial e da indústria manufatureira, os monarcas dos Estados europeus passaram a incorporar as frações burguesas com objetivo de dotar a administração pública da eficiência e competitividade necessária à intensa rivalidade gerada entre as nações (PATTO, 1999, p. 30-33). Em uma conjuntura de ampliação do poder burguês e declínio do poder da nobreza ligada ao anacronismo agrícola, a luta de classes fica explícita. Essa explicitação ficou clara na reação da nobreza para fazer valer seus privilégios de nascimento, na ocupação de cargos nas administrações públicas dos Estados europeus, expulsando os plebeus do aparelho estatal e a rejeição aos que adquiriram títulos de nobreza por meio de vias que não fossem a do nascimento (PATTO, 1999, p. 30-33). Esse movimento conhecido como “reação feudal” vai atingir de forma ampliada os camponeses que passaram a ser exauridos e empurrados para a miséria por uma nobreza em decadência (PATTO, 1999, p. 30-33).

Com a reação feudal ao crescimento do poder econômico e político da burguesia, os processos revolucionários são desencadeados. Na dialética entre estrutura e superestrutura, a adequação do Estado às mudanças nas formas de produção da existência humana se materializa na transformação da oficina em fábrica e na transição do capitalismo mercantil para o capitalismo concorrencial ou industrial. Esse conjunto de mudanças vai fazer parte da configuração da luta de classes, como movimentos revolucionários para consolidar a burguesia como classe dominante do novo ordenamento social do capital (PATTO, 1999, p. 30-33). A construção de sistemas fabris ingleses na região britânica de Lancashire vai se configurar em marco inicial das revoluções burguesas. Esses processos tiveram como materialidade as revoluções burguesas na Inglaterra, no século XVII e a Revolução Francesa, no século XVIII, como momento orientador para a fundação de um novo ordenamento social com abrangência mundial (PATTO, 1999, p. 30-33).

A Revolução Francesa teve maior potencial político orientador e impulsionador para as decorrentes revoluções burguesas até o meado do século XIX. Nessa Revolução, a coesão da burguesia como classe dirigente evidencia sua capacidade de persuadir o conjunto das classes subalternas ao seu projeto de sociabilidade. A burguesia, como classe média intermediária formada por negociantes, capitalistas e advogados, passa a mobilizar e liderar um processo revolucionário que irá levá-la à posição de classe dominante da sociedade francesa (PATTO, 1999, p. 32-35). As classes subalternas eram formadas por uma massa de pessoas famintas composta por trabalhadores pobres das cidades e por camponeses empurrados para a miséria com potencial revolucionário (PATTO, 1999, p. 32-35).

A intensificação da expropriação por uma nobreza falida, o anacronismo agrícola gerador de incapacidade técnica para atender às demandas da ampliação populacional leva a um quadro de miséria coletiva para população do campo que representava 80% da população francesa (PATTO, 1999, p. 32-35). Esse quadro de miserabilidade combinado com o aumento de gastos com a guerra de independência americana, por uma monarquia endividada, e a obsolescência fiscal e administrativa do aparelho de Estado francês são elementos que precipitaram processos revolucionários (PATTO, 1999, p. 32-35).

Com processos revolucionários, as estratégias burguesas para aglutinar as classes subalternas evidenciam o componente hegemônico como essência da política moderna materializada na construção do projeto de sociabilidade e na fundação do Estado burguês moderno. A necessidade de ampliação da proletarianização humana, como condição essencial para o processo de valorização de capital vai exigir o desmonte do Estado absolutista e a refundação como Estado liberal. Com a necessidade de maior poder político e econômico do aparelho de Estado, evidenciamos a imbricação entre a existência do capitalismo com a constituição do Estado liberal. Esse movimento revolucionário vai estabelecer as bases para o novo ordenamento social, com um pacto social voltado para a consolidação do novo bloco histórico do capital.

A hegemonia burguesa envolveu a difusão de uma concepção de mundo fundado nos ideais iluministas (liberdade econômica, igualdade formal e fraternidade como elemento de coesão social) e na forma de economia liberal, com a propriedade

privada como direito natural (privatização dos meios de produção e reprodução da existência humana) (DIAS, 1999, p. 39-44). O iluminismo vai se caracterizar como o fundamento político-ideológico da pedagogia política liberal, voltada para a conformação da nova sociabilidade burguesa e da decorrente refundação estatal. Como pensamento unitário, o iluminismo se constituiu no fundamento do novo bloco histórico do capital, estabelecendo relações com a ciência, tecnologia e progresso para destruir as bases da ordem social feudal. Essa pedagogia política liberal vai estabelecer como limites ao horizonte da ordem social nascente formas de representação política para a conformação de uma existência humana fragmentada. Ao analisar a fundação do novo Estado Burguês, Dias (1999, p. 48-49) nos esclarece o sentido e o significado dessa pedagogia política como construção de um conformismo político. Podemos verificar essa afirmação na seguinte análise:

Quando, como fundação do Estado burguês, colocou-se com clareza a necessidade de trazer as demais classes para a esfera da classe dirigente e/ou dominante, esteve posta necessariamente a forma universal da lei, que requer a igualdade jurídica formal. Colocou-se, tendencialmente, a postura da luta ideológica como construção de um conformismo político que assumiu, e não poderia deixar de fazê-lo, a forma do pacto social fundador dessa nova racionalidade estatal. O pacto original correspondeu assim a duas finalidades: a da articulação entre as frações políticas e a necessidade de equalizá-las juridicamente para evitar que a luta pusesse em perigo a nova ordem (DIAS, 1999, p. 48-49).

Com fundamento na separação entre economia e política, a burguesia e seus intelectuais orgânicos resignificam os conceitos gregos de democracia e cidadania, adequando à concepção de mundo burguesa. Esse fundamento vai estabelecer os limites necessários à manutenção e ampliação da proletarianização da existência humana e dos processos de valorização do capital como pressupostos para a existência de um mercado dinâmico baseado na ampliação dos valores de troca.

As aparências de liberdade e igualdade expressas na concepção de democracia formal e cidadania formal vão legitimar o desenvolvimento da ordem social do capital. Essas concepções de igualdade formal e participação política restrita vão legitimar as desigualdades reais, a segmentação e hierarquização de classes, além da expropriação e proletarianização das classes subalternas. Assim, a democracia restrita burguesa e a cidadania formal passam a definir horizontes, sentidos e significados em cada período do desenvolvimento da ordem social capitalista. A nova institucionalidade representou o estabelecimento de uma nova relação entre Estado e sociedade civil, como

limites políticos-ideológicos da nova sociabilidade voltada para a manutenção e ampliação do poder de classe burguês. Podemos compreender o significado da constituição dessa nova institucionalidade na seguinte afirmação de Dias (1999, p. 40):

O capitalismo teve que se constituir como horizonte ideológico da sociedade e o fez através do processo de fetichização próprio às relações mercantis. Ao preço, é claro, da permanente redução das condições de liberdade real das classes subalternas ainda que parecendo incluí-las em seu projeto. Aqui, o ideal de liberdade é uma necessidade, ainda que para as classes subalternas ele seja apenas um mito regulador. Toda formação social necessita, para o seu exercício cotidiano, de uma institucionalidade específica, que se revela claramente na concepção de cidadania, forma determinada de sua sociabilidade. Nas formações sociais capitalistas, a cidadania se resume em um conjunto de igualdades formais perante a lei. A individualização dos sujeitos é aqui um elemento vital. O processo de constituição dessa sociabilidade não foi imediato e só se pode falar, de fato, em cidadania, no sentido moderno do conceito, após a completa subsunção do trabalho ao capital.

Na transição do ordenamento social feudal para o capitalismo, a ampliação da subordinação do trabalho ao capitalista vai representar ampla proletarização de artesãos e camponeses. Com a apropriação pela burguesia dos meios de produção da existência humana, tanto os artesãos quanto os camponeses vão perder suas condições anteriores ligadas a uma produção independente artesanal e ao cultivo agrícola de glebas (PATTO, 1999, p. 32-35). A apropriação dos meios de produção da existência humana envolve o domínio sobre matérias-primas, instrumentos de produção, terras cultiváveis (PATTO, 1999, p. 32-35). Esse quadro combinado com eventos climáticos e doenças epidêmicas vai caracterizar as condições socio-históricas para a criação e ampliação da proletarização humana, como trabalhador assalariado (PATTO, 1999, p. 32-35). Destituído de seus meios para existir, o trabalhador se transforma em mercadoria negociável no mercado capitalista, com suposta liberdade para comercializar a energia empregada no seu esforço físico muscular e nas suas atividades cerebrais. Sem alternativas ao domínio burguês, o trabalhador industrial assalariado irá formar um exército de pessoas famintas subordinados à forma de trabalho estranhado, com extensas e exaustivas jornadas de trabalho em troca de remuneração salarial, como garantia relativa e mínima para a manutenção das atividades fisiológicas (PATTO, 1999, p. 32-35). Nesse quadro de proletarização humana, o desenvolvimento burguês proporcionado pela subordinação do trabalho ao acúmulo de capital passa a explicitar a relação de dominação de classe, materializada no abismo entre a vida burguesa e dos operários industriais (PATTO, 1999, p. 32-35). Esse abismo passa a explicitar os antagonismos de classe e os limites da “liberdade iluminista” propagada pela burguesia.

Como configuração da luta de classes, a concentração de riqueza por grandes financistas e capitalistas vai acelerar a deterioração das condições de vida das classes subalternas. Essa deterioração vai afetar os operários e pequenos burgueses e gerar um descontentamento coletivo já nos anos de 1810 (PATTO, 1999, p. 35-37). Com apreensão limitada das causas da miséria coletiva das classes subalternas, o Movimento Ludista¹⁹, na Inglaterra, representou uma reação limitada por atribuir às máquinas as causas de suas mazelas (PATTO, 1999, p. 35-37). Esses movimentos isolados se tornarão mais complexos a partir dos anos 1815 e 1848, com as formulações teóricas socialistas e movimentos revolucionários concretos (PATTO, 1999, p. 35-37). Nesse contexto, a pedagogia política liberal precisou mediar os conflitos surgidos da luta proletária e da luta dos monarquistas para restabelecer seus poderes de classe.

O consenso em torno do sonho iluminista propagado pela burguesia começa a perder sua capacidade de mediação do conflito de classes a partir de meados do século XIX. Na dinâmica de crises cíclicas, as medidas burguesas para enfrentar as quedas tendenciais das taxas de lucratividade passam a aprofundar a miséria das classes subalternas. Essas medidas envolveram a substituição de trabalhadores mais valorizados por maquinaria, o rebaixamento de salários, como contínuo desenvolvimento das forças de produção e subordinação do trabalho ao capital (PATTO, 1999, p. 36-39). Com a inserção contínua de maquinaria nos processos de trabalho e produção, decorrem mudanças qualitativas e quantitativas nas formas de apropriação de mais-valia, por meio da diminuição do tempo de trabalho necessário, como mais-valia relativa. Nesse contexto, a deterioração da capacidade de mediação do conflito de classes pela pedagogia política liberal pode ser evidenciada na elevação da consciência de classe de setores das classes subalternas e seus intelectuais orgânicos. Essa elevação da consciência representou a ruptura com a aliança entre burgueses de parte esclarecida das classes subalternas, com a evidência da impossibilidade de construção da sociabilidade socialista como resultado do desenvolvimento da democracia restrita burguesa (PATTO, 1999, p. 36-39).

No contexto europeu, a luta de classes estabeleceu o ataque e a refuncionalização dos sindicatos de ofício como formas de aprofundamento da

¹⁹ Foi um movimento decorrente do avanço das revoluções burguesas, no início do século XX. Como decorrência da luta de classes, os trabalhadores ingleses identificavam as máquinas como a causa da miséria e desemprego, caracterizando um movimento de protesto com destruição de máquinas (PATTO, 1999).

subordinação formal do trabalho ao capital e limitação da ação política dos trabalhadores. Nesse sentido, os sindicatos de ofício foram incorporados à dinâmica de valorização do trabalho ao capital (DIAS, 1999, p. 99). Na dinâmica da luta de classes, a pedagogia política liberal institucionalizou a fábrica como dimensão central da socialização burguesa e a administração do trabalho como instrumento político pedagógico para a consolidação da sociabilidade burguesa. Essa pedagogia política liberal se fundamentou em uma racionalização do trabalho inconclusa e suas contradições vão permitir a elevação da consciência de classe dos trabalhadores. A racionalização inconclusa, no nível da subordinação formal, permitiu a adaptação psicofísica do trabalhador à dinâmica da produção fabril, deixando livre a mente para a reflexão de sua condição classista e sobre a identificação com as condições cada vez mais precárias de existência. Nesse contexto, ocorrem a ampliação dos organismos de representação de interesses de classes e o desenvolvimento de outros projetos de sociedade como o projeto socialista e anarquista.²⁰ Essa ampliação e desenvolvimento de outros projetos de sociedade se constituem na própria ampliação da fábrica, exigindo da administração burguesa a reformulação de seus mecanismos político-pedagógicos. Essa reformulação se caracteriza por maior complexidade dos mecanismos mediadores da administração burguesa pautados na subsunção formal, elevando sua complexidade para a subsunção real do trabalho ao capital.

A partir do desenvolvimento da produção capitalista e da luta de classes por melhores condições de vida e redução do tempo trabalho, Paro (1993, p. 46-47) aponta a ocorrência das condições necessárias à produção de mais-valia relativa, pelo aumento da produtividade do trabalho. Em relação à produtividade do trabalho, Paro (1993, p. 47) faz a seguinte afirmação:

Essa elevação da produtividade implica o aumento relativo do tempo de trabalho excedente, mas pela redução do tempo de trabalho necessário. Essa mudança na relação quantitativa entre trabalho necessário e trabalho excedente, sem que promova o prolongamento da jornada de trabalho, nem a intensidade deste, só pode ser alcançada pela mudança do processo de trabalho.

Com o desenvolvimento dos meios de produção e da inserção da maquinaria no processo produtivo, o homem passa a ser objeto da produção, sendo condicionado ao ritmo e movimento de trabalho da máquina. Assim, segundo o autor,

²⁰ No século XX, essa ampliação vai culminar na revolução socialista russa em 1917.

ocorre a subsunção real do trabalho ao capital (PARO, 1993, p. 52-53). Nessa lógica de transformação do homem em apêndice da máquina, Paro (1993, p. 52-53) analisa a racionalidade do processo produtivo capitalista, verificando os antagonismos dessa lógica voltada para a realização de objetivos de uma classe dominante na busca de expansão de capital. Nesse aspecto, a racionalidade da produção capitalista, pelo aspecto funcional, atende ao princípio de adequação dos recursos necessários aos fins, ou seja, a valorização do capital (PARO, 1993, p. 52-55). Dessa forma, ao analisar o fim como dado, percebe-se a inadequação dessa racionalidade funcional capitalista para atender aos objetivos da sociedade como um todo, atendendo dessa forma a uma minoria da população que detém o poder socioeconômico e político (PARO, 1993, p. 55-57).

Com base na racionalidade do trabalho da ordem social capitalista, a gerência, enquanto coordenação de esforços humanos coletivos assume características específicas em uma relação de dominação de classe, sendo acionada para a superação do desinteresse do trabalhador e a mediação dos conflitos nas relações sociais de produção (PARO, 1993, p. 59-60). Assim, “a necessidade da gerência, enquanto controle do trabalhador se deve ao fato de ser o processo capitalista, ao mesmo tempo, inevitavelmente, processo de valorização do capital e processo de exploração da força de trabalho” (PARO, 1993, p. 61). Nesse sentido, a gerência, como função de mediação do conflito de classes, combina a racionalização política e econômica como movimentos direcionados para a subsunção real do trabalho ao capital e manutenção do processo de valorização.

A necessidade de controle do trabalhador não poder ocorrer somente pela força física, assim, a administração capitalista lança mão de estratégias de conformação dos trabalhadores na lógica de expansão do capital (PARO, 1993, p. 61-63). Essas estratégias são alcançadas por meio da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, constituindo-se na apropriação do saber do trabalhador sobre o processo produtivo como um todo, por meio da divisão pormenorizada do trabalho (PARO, 1993, p. 61-63).

É fundamental dessa separação entre trabalho intelectual e manual, proporcionada pela divisão pormenorizada do trabalho, que a gerência capitalista extrai as forças necessárias ao controle da atividade produtiva do trabalhador. Ao arrebatar das mãos deste a função de concepção, ela pode determinar o método e o ritmo de trabalho mais adequados à

eficiência capitalista, o que não seria possível se estes aspectos fossem concebidos pelo trabalhador para atender a seus interesses (PARO, 1993, p. 63-64).

Na separação entre trabalho manual e intelectual, ocorre uma degradação da práxis humana, constituindo-se em uma forma repetitiva em si, com a finalidade de expansão do capital (PARO, 1993, p. 65-67). Esse processo desumano do trabalho possui na dimensão técnica (separação do conteúdo político-econômico), apresentada nas teorias administrativas, expressando um aspecto ideológico de falseamento da realidade (PARO, 1993, p. 65-67). Com essa afirmação, podemos evidenciar a suposta separação entre o econômico e político como pressuposto para estabelecer o conteúdo e a forma da divisão sociotécnica do trabalho e da própria tecnologia como dimensões da subsunção do trabalho ao capital. Essa reflexão permite compreender a impossibilidade de separação entre economia e política e do uso consciente dessa suposta separação como estratégia político-pedagógica de dominação de classe.

A dominação de classe encontra barreiras na luta dos trabalhadores contra o processo de trabalho desumano, desencadeando como contrarresposta da administração capitalista a reformulação de mecanismos persuasivos de subsunção do trabalho ao capital (PARO, 1993, p. 65-68). Assim, a degradação da práxis humana assume formas diferenciadas na divisão sociotécnica do trabalho capitalista, com o aprofundamento da separação entre trabalho manual e intelectual e o desenvolvimento da divisão pormenorizada do trabalho. Nossa análise permite compreender esse aprofundamento como estratégias da gerência para estabelecer o controle sobre o processo de trabalho e sobre os trabalhadores. Esse controle tem como fundamento a implementação de um tipo racionalização do trabalho e de coordenação de esforços humanos voltados para a valorização do capital. A racionalização das relações sociais de trabalho e da produção da existência humana, em suas dimensões políticas e econômicas, expressa a necessidade de manutenção de relações de dominação fundada nas relações sociais de trabalho estranhado e da decorrente animalização e mercadorização humana. Nesse sentido, a sociabilidade burguesa fundada em relações de dominação vai exigir uma constante reconfiguração das formas e do conteúdo da racionalização política e econômica da existência humana.

Com base na análise gramsciana do fenômeno da ocidentalização das sociedades capitalistas do final do século XIX, Neves (2005) afirma a decorrência de uma

dialética entre estrutura e superestrutura como resultado provisório de um duplo ordenamento de contradições, conforme a seguinte afirmação:

Considerando a relação de indissociabilidade entre estrutura e superestrutura na história, pode-se afirmar que o desenvolvimento das sociedades capitalistas vem-se constituindo no resultado provisório das tentativas das classes sociais de resolução de uma dupla e concomitante ordem de contradições: a contradição entre socialização do trabalho e apropriação privada do trabalho social e a contradição entre a socialização da política e a apropriação individual ou grupista do poder (NEVES, 2005, p. 22).

Como resultado desse duplo ordenamento, as sociedades capitalistas vão se ocidentalizando. A ocidentalização como fenômeno social, expresso na complexificação das relações de poder na sociedade civil e na sociedade política, tem suas raízes na complexificação das relações de poder na transformação da oficina em fábrica. A partir da Revolução Industrial, no século XVIII, a inserção da maquinaria no processo produtivo vai transformar a oficina em fábrica e esta em dimensão central da socialização humana. À medida que as estratégias de poder da burguesia nascente passam a exigir estratégias mais sofisticadas de controle sobre o trabalho e a produção da existência humana, a fábrica se afirma como síntese de um ordenamento social em construção.

Como dinâmica de ocidentalização, a complexificação das relações de poder na sociedade civil e na sociedade política ocorre de forma dialética à complexificação das estratégias da administração do trabalho e da produção como síntese da política de dominação de classes. Assim, a administração foi se consolidando como dimensão política estratégica para a construção de um novo trabalhador para o capital, com objetivo de conformar a nova sociabilidade burguesa. Nesse sentido, a relação entre educação e trabalho fica explícita na necessidade da mediação por uma pedagogia política para a formação/conformação dessa nova sociabilidade cindida, fundada em uma nova concepção de mundo.

No contexto da luta de classes do final do século XIX e início do século XX, o desenvolvimento de uma nova racionalização econômica e política surge como necessidade de manutenção da hegemonia burguesa, como necessidade de aprofundamento da subordinação do Trabalho ao Capital. A complexificação da luta de classes no âmbito do Estado burguês exige a sofisticação da administração capitalista como forma condensada da política de dominação. Como expressão dessa sofisticação, a análise gramsciana evidencia o desenvolvimento do americanismo como unidade entre

taylorismo-fordismo (GRAMSCI, 2007, 241-282). O taylorismo representou a conformação psicofísica à existência humana fragmentada legitimada pelo fordismo como combinação de elementos persuasivos de altos salários, como construção de uma racionalização política expressa nas formas da cidadania burguesa. Nesse sentido, a construção de uma nova sociabilidade envolveu aproximação entre ciência e o mundo do trabalho e produção capitalista, evidenciada no desenvolvimento da gerência ou administração científica. Como aponta Paro (1993), o conteúdo político-ideológico assume aspectos de naturalização da sociabilidade burguesa, como naturalização das relações de dominação e mistificação das formas do trabalho estranhado. Para a compreensão da construção dessa nova sociabilidade, no próximo tópico posicionamos administração, educação e política como dimensões da luta de classes.

2.5. A FÁBRICA COMO DIMENSÃO DA PEDAGOGIA POLÍTICA DO CAPITAL

Para aprofundarmos a compreensão sobre a construção da sociabilidade burguesa e suas dimensões com relações entre administração, educação e política, nossa análise parte da concepção marxiana do sujeito social como síntese das relações sociais em seu desenvolvimento socio-histórico. Essa compreensão tem na formulação gramsciana do sujeito social como bloco histórico maior potencialidade de análise sobre a dinâmica de desenvolvimento da ordem social capitalista, com maior complexificação das relações de poder e a necessidade de reconfiguração dos instrumentos político-pedagógicos da dominação de classes. Podemos evidenciar essa concepção na seguinte afirmação de Gramsci (2011b, p. 406-407 – grifos do autor):

O homem deve ser concebido como um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa e objetivos ou materiais, com os quais o indivíduo está em relação ativa. Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo. É uma ilusão e um erro supor que o “melhoramento” ético seja puramente individual: a síntese dos elementos constitutivos da individualidade é “individual”, mas ela não se realiza e desenvolve sem uma atividade para fora, transformadora das relações externas, desde aquelas com a natureza e com os outros homens em vários níveis, nos diversos círculos em que se vive, até a relação máxima, que abarca todo gênero humano. Por isso, é possível dizer que o homem é essencialmente “político”, já que a atividade para transformar e dirigir conscientemente os outros homens realiza a sua “humanidade”, a sua “natureza humana”.

Nesse sentido, o sujeito social é a síntese de um ordenamento social com conteúdo econômico-social e forma ética-política, como unidade objetiva e subjetiva, com materialidade diferenciada em cada período histórico da existência humana. A partir dessa afirmação, podemos compreender que, a dialética entre economia e política perpassa todas as dimensões da materialidade da produção e reprodução da existência humana. Compreendemos essa materialidade humana como produto do trabalho, como categoria fundante do ser social, como existência construída pela práxis humana em todas as dimensões manuais e intelectuais, psicofísica e ético-política. Essa concepção de materialidade está imbricada à existência ontológica do ser social e ao surgimento da consciência humana como nova organização da matéria, ou seja, nova forma de matéria fundada pelo trabalho como práxis humana unitária. Podemos compreender essa afirmação com a seguinte análise de Lessa sobre a obra de Marx, Engels e Lukács:

[...] é o trabalho que, ao mediar entre a matéria natural (o ser orgânico e inorgânico) e o ser social, possibilita que os humanos desenvolvam ao longo do tempo uma nova esfera ontológica. Isso é, uma nova esfera material que é composta por criações postas no mundo pela atividade humana. A matéria do ser social se distingue da matéria natural não porque não seja material, mas porque consubstancia uma matéria cuja reprodução requer a mediação da consciência, cuja continuidade tem na consciência seu 'médium' e seu 'órgão' (LESSA, 2009, p. 4).

Nesse sentido, concordamos com a análise de Lessa (2009) sobre a concepção do trabalho imaterial. Nessa análise, Lessa (2009) evidencia a inexistência do trabalho imaterial, estabelecendo esta evidência no trabalho como práxis humana. Essa análise pode ser percebida no seguinte trecho:

É assim que, para Marx, todo o existente são formas distintas da matéria. O 'imaterial' é rigorosamente o inexistente. O pensamento do indivíduo, a pedra assim como a casa feita desta pedra, tudo para Marx é matéria. O que não é matéria é inexistente. Ou, se quiserem, o inexistente é imaterial (LESSA, 2009, p. 4).

A materialidade da existência humana *omnilateral* é composta por uma relação dialética entre as dimensões objetiva e subjetiva, prática e teórica (práxis), corpo e mente, econômica e política, estrutural e superestrutural. A partir dessa compreensão da materialidade, esta se torna o modo de ser humano em todas as suas dimensões. Com esse embasamento, podemos definir cultura como a própria materialidade da existência humana *omnilateral*. A análise das dimensões estruturais e superestruturais como dimensões estanques favorece a abordagem ideológica de uma suposta separação entre política e economia como fundamento do ordenamento social cindido do capital.

É na dialética da existência humana *omnilateral* que Gramsci (2011b, p. 129-134) analisa o desenvolvimento da ordem social capitalista como resultado de lutas entre classes antagônicas. Essa percepção fica clara na análise sobre a objetividade e subjetividade humana como conhecimento humano, como:

O homem conhece objetivamente na medida em que o conhecimento é real para todo o gênero humano historicamente unificado em um sistema cultural unitário; mas este processo de unificação histórica ocorre com o desaparecimento das contradições internas que dilaceram a sociedade humana, contradições que são a condição da formação de grupos e do nascimento das ideologias não universal-concretas, mas que envelhecem imediatamente, por causa da origem prática da sua substância (GRAMSCI, 2011b, p. 134).

Para compreender a dinâmica dessa ordem social com a perspectiva de totalidade social, Gramsci (2010, 2011a, 2011b) desenvolve os conceitos de hegemonia e bloco histórico (2011b). O conceito de bloco histórico potencializa a análise gramsciana do desenvolvimento social como resultado do movimento dialético entre estrutura e superestrutura. Nesse sentido, a compreensão da dialética entre essas dimensões é potencializada pelo conceito de hegemonia. Esse conceito aparece na obra de Gramsci (2010, 2011a, 2011b) em suas diferentes dimensões, como dialética entre estrutura e superestrutura, como disputas entre projetos distintos de sociedade, como disputas travadas em todas as dimensões da existência material humana, econômica, política, tecnológica, cultural, ou seja, como a própria dinâmica da luta de classes. Com a análise fundamentada no materialismo histórico dialético ou na filosofia da práxis, a análise gramsciana se constitui em um arcabouço teórico-metodológico em movimento, potencializado pela visão de totalidade. É com base nessa visão que Gramsci (2011a, p. 262) desenvolve os conceitos de oriente e ocidente para caracterizar as mudanças promovidas pela construção de novo ordenamento social, novo bloco histórico, nova sociabilidade, novo tipo humano.

A construção da nova sociabilidade burguesa se configurou como uma racionalização econômica e política voltada para a produção de um tipo de existência humana, fragmentada, precária e subordinada à valorização do capital. Dessa forma, a inter-relação entre as dimensões política e educacional ficam evidenciadas na mediação exercida pela administração capitalista, combinando racionalização econômica e racionalização política. A administração capitalista se torna instrumento da pedagogia política do capital e contém em seu cerne a essência coletiva de transformação e direção do trabalhador coletivo e individual. Esse objetivo de transformação e direção em uma

sociedade de classes estabelece o domínio econômico e político como domínio sobre todas as formas de produção e reprodução da existência humana. Nesse sentido, a essência da administração capitalista, como conteúdo e forma política condensada da dominação de classes, estabelece na transformação do trabalho humano em atividade fragmentada e estranhada, o obstáculo e a impossibilidade de realização da existência humana *omnilateral*.

A racionalização administrativa se configura com maior dinamismo a partir da transformação da oficina em fábrica, por meio da inserção da maquinaria no processo de trabalho e produção. Esse fenômeno vai se caracterizar pela redefinição das relações de poder no interior da fábrica retirando a autonomia do trabalhador sobre a definição do processo, ritmo, tempo, direção e objetivos, condicionando às imposições maquinais. Essas mudanças qualitativas e quantitativas vão se configurar como ampliação do poder de dominação burguesa sobre a determinação da forma e do conteúdo da existência humana.

A ampliação do poder político e econômico da burguesia nascente envolve mudanças na racionalização econômica e política em todas as dimensões da existência humana, como pressuposto para a existência da sociedade burguesa. Nesse sentido, as mudanças expressas na transformação da oficina envolvem a racionalização da sociedade civil e do aparelho de Estado. Assim, a ampliação do poder burguês exigiu a racionalização gradativa da sociedade civil desconcentrada, fluida e ligada ao campo, transformada em composição concentrada, densa e urbana (PATTO, 1999, p. 27-33). Essa desconcentração está relacionada ao poder centrado nas mãos dos senhores feudais e na subordinação imediata da população à tutela servil ligada à autoridade desses senhores, como dispersão populacional na ligação com o campo (PATTO, 1999, p. 27-33).

Na relação dialética entre estrutura e superestrutura, o Estado como aparelho dominado mais imediatamente pela sociedade civil passa a ter seu poder concentrado como exigências das mudanças na dinâmica competitiva do capitalismo mercantil, com maior dinamismo na competição entre nações. Esse movimento teve como pano de fundo a necessidade de estabelecer as condições necessárias para a transformação do trabalhador artesanal e camponês em proletário, despossuído de seus

meios para existir e com única alternativa de subordinação ao trabalho na indústria manufatureira.

Ao mesmo tempo em que a ampliação do poder burguês sobre o trabalho se construía, esse poder se ampliava na ocupação e influência na aparelhagem estatal. A análise gramsciana sobre o papel do intelectual na organização da cultura nos permite a compreensão da dinâmica de ampliação do poder burguês na dialética entre estrutura e superestrutura (GRAMSCI, 2010). Com esse caráter dialético, o intelectual aparece como elo dinâmico da ampliação do poder burguês e a constituição do caráter orgânico desse intelectual tem como fundamento a oficina e sua posterior transformação em fábrica. Podemos encontrar esse fundamento no problema central identificado por Gramsci (2010) sobre a autonomia e a formação dos intelectuais. Em relação a esse problema Gramsci (2010) aponta uma das formas principais do problema que envolve a formação dos intelectuais, como podemos identificar na seguinte afirmação:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. (GRAMSCI, 2010, p. 15).

A outra forma desse problema explicita a luta de classes como dialética estrutural e superestrutural. Nesse sentido, a ampliação do poder econômico e político da burguesia nascente envolveu a formação de intelectuais e essa formação se estabeleceu como campo de disputa política. A burguesia como classe fundamental ou essencial precisou disputar na dimensão do aparelho de Estado posições determinadas pelo monopólio dos intelectuais eclesiásticos. Nesse sentido, a ampliação do poder central do monarca vai permitir a formação de camadas de intelectuais como, administradores, cientistas, teóricos, filósofos não eclesiásticos, aristocratas do judiciário (GRAMSCI, 2010, p.17).

Como configuração da luta de classes, a constituição da burguesia como classe com poder político e econômico explicita os limites do ordenamento social feudal. Esses limites se configuraram em elementos para a precipitação de processos revolucionários para a fundação de um novo ordenamento social do capital. As revoluções burguesas envolvem a refundação aparelho de Estado e a redefinição da sua dialética com

a sociedade civil, como pressuposto para a dominação burguesa. Esses processos revolucionários envolveram a dimensão da hegemonia como estratégia de construção de um novo bloco histórico. Nesse sentido, o componente hegemônico explicita a necessidade de disputa por projetos políticos de sociedade distintos como pressuposto para o domínio econômico e político em uma sociedade estratificada em classes.

É na evidência de disputa por projetos políticos que a pedagogia política burguesa toma a forma de um projeto de sociabilidade liberal combinando ideais de liberdade iluministas com a forma liberal de economia centrada na propriedade privada como direito sagrado. A pedagogia política como instrumento de poder hegemônico combina coerção e consenso para a ampliação e manutenção desse poder. No desenvolvimento do ordenamento social do capital, a burguesia como classe dominante e dirigente passou a desenvolver mecanismos de mediação do conflito de classes voltados para os conflitos com monarcas interessados no restabelecimento da ordem social feudal e o crescimento das classes subalternas proletarizadas. A medida ou o pêndulo entre coerção e consenso na pedagogia política de dominação se estabelece na configuração da luta de classes. Nesse sentido, com o caráter mais coercitivo, a pedagogia política liberal envolveu a adequação do novo tipo de trabalhador urbano-industrial à disciplina fabril em um processo violento de proletarização humana, combinada com a fetichização das relações mercantis, estabelecida como relação de troca justa entre trabalhadores e capitalistas. A legitimação social pelos ideais iluministas de liberdade burguesa estabelece a mediação política necessária à ampliação proletarização humana até meados do século XIX. Esses ideais deram forma política a democracia restrita burguesa, com sociabilidade expressa no conceito de cidadania. Mesmo com o desenvolvimento restrito dessa cidadania, o processo revolucionário burguês criou um conformismo voltado para a construção da cidadania formal, como objetivo a ser alcançado.

A importância da hegemonia como categoria analítica se torna mais evidente em meados do século XIX. Essa importância se deve à incapacidade de manter o rebaixamento da consciência política dos trabalhadores industriais como estratégia de dominação de classe. A pedagogia política liberal começa a perder sua capacidade de mediação do conflito de classes, pela incapacidade de ofuscar os antagonismos de classes e as contradições e mistificações da sociabilidade burguesa. Essa perda de capacidade delinea o início de uma crise orgânica do ordenamento social do capital, ameaçando a

hegemonia burguesa sobre o bloco histórico formado. Essa crise terá seu ápice no início do século XX. A crescente proletarização e piora das condições de vida dos trabalhadores industriais desencadeiam movimentos de construção de organismos de representação de interesses de classe, ou seja, sujeitos políticos coletivos como forma de complexificação das relações de poder na sociedade civil.

Ao analisar a tendência ao conformismo no mundo contemporâneo, Gramsci (2011a) nos permite evidenciar a necessidade de reconfiguração da administração burguesa como dialética entre estrutura e superestrutura.

O conformismo sempre existiu: trata-se hoje de luta entre “dois conformismos”, isto é, de uma luta pela hegemonia, de uma crise da sociedade civil. Os velhos dirigentes intelectuais e morais da sociedade sentem faltar terreno sob seus pés, percebem que suas “pregações” tornaram-se de fato “pregações”, isto é, coisas estranhas à realidade, pura forma sem conteúdo, mera aparência sem espírito; daí seu desespero e suas tendências reacionárias e conservadoras: como a forma particular de civilização, de cultura, de moralidade que eles representam se decompõe, eles sentenciam a morte de toda civilização, de toda cultura, de toda moralidade, exigem medidas repressivas do Estado ou se tornam um grupo de resistência separado do processo histórico real, aumentando dessa forma a duração da crise, porque o ocaso de um modo de viver e de pensar não pode ocorrer sem crise (GRAMSCI, 2011a, p. 260-261).

Na análise do desenvolvimento do ordenamento social do capital, Gramsci diferencia as sociedades orientais das sociedades ocidentais pelo nível de complexificação da sociedade civil e da sociedade política. Nesse movimento, essa complexificação vai ser expressa por mudanças qualitativas e quantitativas promovidas pelas condições básicas para a ampliação da proletarização do novo tipo humano. Como forma de complexificação das relações de poder no âmbito do Estado, a partir dos anos 1870, Gramsci (2007, p. 241-282) verifica o desenvolvimento de uma racionalização econômica e política de novo tipo como forma superior de construção de um novo tipo humano adequado às necessidades de manutenção da hegemonia burguesa. Nesse contexto, o taylorismo se desenvolve como fenômeno restrito, na configuração da luta de classes nos Estados Unidos (GRAMSCI, 2007, p. 241-243). Esse fenômeno se configura instrumento político-pedagógico, como racionalização econômica e política necessária à construção de um novo tipo humano para o Capital. Como podemos confirmar na seguinte análise de Gramsci (2007, p. 248):

Na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo: esta elaboração está até agora na fase inicial e, por isso, (aparentemente) idílica. É ainda a fase da adaptação psicofísica à nova estrutura industrial, buscada através dos altos salários; ainda não se verificou (antes da crise de 1929), salvo talvez de modo esporádico, nenhum

florescimento “superestrutural”, ou seja, ainda não foi posta a questão fundamental da hegemonia.

No início do século XX, a junção do taylorismo com o fordismo se configura na ampliação do fenômeno restrito, como construção de uma nova sociabilidade burguesa. O americanismo se caracterizou por uma ampla racionalização econômica e política taylorista-fordista, com objetivo de forjar um novo tipo humano, uma nova sociabilidade, promovendo a subsunção real do Trabalho ao Capital. Assim, a racionalização econômica se constituiu em um processo coercitivo violento de adequação do novo tipo humano às novas formas do trabalho e da produção, combinada com a racionalização política com estratégias coercitivas e persuasivas voltadas para a mediação do conflito entre classes antagônicas.

Para compreendermos o papel da fábrica e da administração fabril na constituição da nova sociabilidade cindida, como construção de um novo modo de ser humano expresso na cultura urbano industrial, o conceito de hegemonia se torna imprescindível. Gramsci (2007) nos dá o ponto de partida para a análise conceituando hegemonia da seguinte forma: “A hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia” (GRAMSCI, 2007, p. 247-248).

Com esse ponto de partida, podemos perceber as conexões estabelecidas entre administração, educação da consciência e intelectuais orgânicos como elementos constituintes da fábrica. Essa percepção nos permite afirmar que se a hegemonia nasce da fábrica, a pedagogia política do capital também nasce da fábrica. Assim, a racionalização econômica e política se aprofundam como pedagogia política do capital para a consolidação de um tipo de existência humana fragmentada, precária e subordinada ao capital. Para o entendimento das dimensões dessa pedagogia política do Capital, Gramsci (2011a) nos permite complementar nossa análise com a seguinte afirmação:

É no mínimo estranha a atitude do economicismo em relação às expressões da vontade, de ação e de iniciativa política e intelectual, como se estas não fossem uma emanção orgânica de necessidades econômicas, ou melhor, a única expressão eficiente da economia; assim, é incongruente que a formulação concreta da questão hegemônica seja interpretada como um fato que subordina o grupo hegemônico. O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem

envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 2011a, p. 48).

Ao analisar o economicismo teórico como limitador da ação política aos limites do ordenamento social do capital e forma teórico-metodológica da socialdemocracia, Gramsci (2011a, p. 48) aprofunda a visão dialética entre estrutura e superestrutura, entre economia e política. Com esse embasamento, podemos afirmar que se a hegemonia é ao mesmo tempo política e econômica, a pedagogia política do capital também possui as duas dimensões política e econômica. Com essa análise, fundamentamos a possibilidade de rompimento com análises estanques entre os momentos estruturais e superestruturais, entre economia e política. A partir dessa possibilidade, podemos questionar sobre o conteúdo e a forma com que a fábrica se constitui em dimensão central para a construção e consolidação da sociabilidade burguesa em todas as suas dimensões. Podemos perceber a importância da fábrica para a compreensão da pedagogia política do capital e a gestação do novo ordenamento social, na seguinte análise de Gramsci (2011a, p. 261):

O máximo utilitarismo deve estar na base de qualquer análise das instituições morais e intelectuais a serem criadas e dos princípios a serem difundidos: a vida coletiva e individual deve ser organizada tendo em vista o máximo rendimento do aparelho produtivo. O desenvolvimento das forças econômicas em novas bases e a instauração progressiva da nova estrutura sanarão as contradições que não podem deixar de existir; e, tendo criado um novo “conformismo” a partir de baixo, permitirão novas possibilidades de autodisciplina, isto é, de liberdade até individual.

O desenvolvimento do novo ordenamento social assentado em antagonismos de classes vai caracterizar um dinamismo com equilíbrio instável. A necessidade cada vez maior da proletarização humana vai exigir a criação do trabalhador-massa subsumido realmente ao trabalho fabril e voltado para empregar sua energia vital à valorização do capital. Essa intensa proletarização humana (animalização e mercadorização humana), como necessidade de valorização do capital, de forma contraditória, cria condições para a elevação da consciência política do trabalhador massa e da superação dos interesses imediatos de sobrevivência pelo reconhecimento de uma identidade de classe. O confinamento em unidades fabris vai exigir gradativamente a ampliação da fábrica como dimensão socializadora de um novo ordenamento social.

A própria degradação da existência acelera esse reconhecimento de identidade classista, estabelecendo sentido e direção para a construção de outros projetos

de sociedade. Conforme nossa discussão anterior, as condições contraditórias para construção e afirmação da ordem nascente vai promover um desenvolvimento com equilíbrio instável. Assim, a necessidade de confinamento dos trabalhadores na fábrica para controlar e expandir sua proletarização, como expressão da subsunção formal do trabalho ao capital, cria novas condições para a manutenção e superação da sociedade de classes. Essa condição de equilíbrio instável para manter o ordenamento social assentado em antagonismos de classes faz com que as estratégias econômicas e políticas tenham um constante momento de renovação para manter ou para superá-lo. A manutenção da fragmentação social como estratégia de dominação da existência humana se esbarra em antagonismos de classe e na possibilidade de elevação da consciência no interior e no exterior da fábrica.

A própria necessidade de ampliação do poder econômico e político da burguesia nascente exigia a afirmação da fábrica como organismo articulador e propulsor de um novo ordenamento social, uma nova racionalidade econômica e política, como fundamento político e econômico de uma nova concepção de mundo. A racionalidade econômica e política fabril precisava ser ampliada para além de seus muros, tornando-se o momento social. Com esse sentido, a ampliação do poder burguês é ao mesmo tempo econômico e político, fundamentado nas estratégias da administração fabril como forma condensada da política de dominação burguesa. Dias (1999) evidencia na análise gramsciana esse caráter da administração burguesa da seguinte forma:

A gestão do processo produtivo é a forma condensada da política dos dominantes, porque impõe, no processo de trabalho, a desigualdade real e a impossibilidade da cidadania na esfera do privado. Mais ainda: cria/amplia as condições da desigualdade no todo do corpo social, embora, a desigualdade real apareça como igualdade fetichizada (DIAS, 1999, p. 99).

Com fundamento na administração fabril capitalista como forma condensada da política de dominação de classes, a pedagogia política do capital encontra no americanismo sua atualização, como resposta concreta à necessidade de manutenção da hegemonia burguesa. Em um contexto diferenciado da luta de classes estabelecida no contexto europeu, a fragilidade dos sindicatos de ofício nos Estados Unidos e a diluição das lutas por interesses fragmentados será o terreno fértil para as novas experiências de subordinação do trabalho ao capital. A luta por hegemonia fica evidente no cenário mundial do final do século XIX, envolvendo a necessidade de sofisticação do projeto de

sociabilidade burguês, com a ascensão de outros projetos de sociabilidade no contexto europeu (DIAS, 1999, p. 80-86; PATTO, 1999, p. 30-33). É nesse período que a generalização da escola, como dimensão social formativa, surge como necessidade para a consolidação da ordem social burguesa. Assim, a pedagogia política do capital passa a exigir a generalização da escola como generalização de aparelhos privados de hegemonia burguesa, com função de educação da consciência social para a consolidação do Estado burguês como Estado-Nação (PATTO, 1999, p. 44-45). Mesmo com essa necessidade latente, somente os países europeus mais desenvolvidos se voltaram para a construção de sistemas educacionais voltados para a unificação nacional, como expansão do ideário nacionalista, como pressuposto de desenvolvimento independente e progressista (PATTO, 1999, p. 44-45).

As novas experiências envolveram a construção de uma cultura fabril como cerne de uma nova cultura urbano-industrial. Na dialética de atualização do projeto de sociabilidade burguês, o americanismo como racionalização econômica e política, configurou-se em estratégia superior de transformação da subsunção formal em subsunção real do Trabalho ao Capital. A supressão da dimensão política do taylorismo-fordismo compromete a análise de seu potencial pedagógico. Essa modalidade de administração fabril estabeleceu como centralidade a quebra da subjetividade dos trabalhadores como forma de condicionamento à objetividade do capital (GRAMSCI, 2007, p. 266-267). Como impactos desse condicionamento, Gramsci faz a seguinte afirmação:

Com efeito, Taylor expressa com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal. Mas, na realidade, não se trata de novidades originais: trata-se apenas da fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, uma fase que é apenas mais intensa do que as anteriores e se manifesta sob formas mais brutais, mas que também será superada através da criação de um novo nexo psicofísico de um tipo *superior*. Ocorrerá inelutavelmente uma seleção forçada: uma parte da velha classe trabalhadora será impiedosamente eliminada do mundo do trabalho e talvez do mundo *tout court* (GRAMSCI, 2007, p. 266 – grifo do autor).

Como ofensiva burguesa, essa modalidade de gestão estabeleceu mecanismos de racionalização no interior e no exterior da fábrica. No interior da fábrica, a quebra das solidariedades classistas, das formas de organização coletiva e das

identidades se desenvolveram como perda de qualquer forma de autonomia em um processo de radicalização da animalização humana.

A preocupação taylorista com as formas de organização informal do trabalho, para resistir ao trabalho maquinal, se tornou fundamento de sua concepção de gestão do trabalho. Com a centralidade na destruição de todas as formas de autonomia do trabalhador, a eliminação dos tempos mortos, como “porosidades do sistema” se configurou na reconstrução das lógicas operativas (DIAS, 1999, p. 99-100). Na dimensão econômica essa reconstrução significou o avanço tecnológico voltado para o aumento exponencial de produtividade, na dimensão política se configurou na quebra da resistência do trabalhador e seu condicionamento disciplina fabril voltada para a valorização do capital. Essa organização informal não é externa à fábrica e evidencia a dialética das dimensões política e econômica no interior e no exterior da fábrica. Nesse sentido, podemos afirmar que a fábrica se constitui em dimensão da luta de classes. A consciência da exploração não espera o trabalhador bater seu ponto e sair dos muros da fábrica e se estabelece na dinâmica das relações sociais de trabalho, no processo produtivo. Ao superar o momento da conformação psicofísica do trabalho, a organização informal do trabalho expressa a liberação da mente para a construção de identidades coletivas e percepções sobre as formas de exploração em nível elementar²¹. Como podemos confirmar na seguinte análise gramsciana:

Quando o processo de adaptação se completou, verifica-se na realidade que o cérebro do operário, em vez de mumificar-se, alcançou um estado de completa liberdade. Mecanizou-se completamente apenas o gesto físico; a memória do ofício, reduzido a gestos simples repetidos com ritmo intenso, “aninhou-se” nos feixes musculares e nervosos e deixou o cérebro livre e desimpedido para outras ocupações (GRAMSCI, 2007, p. 272 – grifo do autor).

É na dialética entre interior e exterior da fábrica, como processo de expansão da cultura fabril que a organização do trabalhador coletivo vai elaborar formas mais elevadas de reflexão sociopolítica e econômica. Nesse sentido, a vida social passa a

²¹ Esse se torna o cerne da construção do trabalhador coletivo como operário-massa. A liberdade para pensar, para além dos limites estabelecidos pela sociabilidade do capital, expressa a racionalização política e econômica inconclusa da administração capitalista e o equilíbrio instável proporcionado pelos antagonismos de classes latentes e insolúveis. Nesse sentido, a dominação de classes evidencia a necessidade de reelaborar as formas e o conteúdo da pedagogia política do capital como forma de manutenção da hegemonia burguesa. Essa necessidade estabelecerá sentido às formas de subsunção do Trabalho ao Capital, como mudanças qualitativas nas relações sociais de trabalho e produção e nas formas estatais, na dinâmica de avanço das forças produtivas.

se construir como socialização do trabalho estranhado, ou seja, como socialização de relações sociais de trabalho fabril. Assim, podemos afirmar que os organismos surgidos na sociedade civil, como formas coletivas, têm na cultura fabril sua referência econômica e política, mediada pela administração como forma político pedagógica da dominação de classes. Com essa reflexão, a escola, a padaria, o hospital, o sindicato se tornam dimensões da fábrica, como aparelhos privados de hegemonia mediados pela gestão capitalista da produção e reprodução da existência humana. A fábrica se constitui em um organismo social e as relações sociais de trabalho não podem ser compreendidas de forma isolada do meio social. Essa visão externalizada da política promove um distanciamento da política em relação à fábrica, como se o trabalho fabril não fosse dimensão social e estivesse deslocado da luta de classes.

É no papel político pedagógico da administração fabril que evidenciamos a relação entre trabalho e educação. A administração fabril vai ser responsável pela formação para o trabalho até o final do século XIX (DIAS, 1999, p. 101; PATTO, 1999, p. 44). Nesse sentido, a fábrica se torna a escola técnica preponderante e os capitalistas se responsabilizam pela educação do trabalhador coletivo e individual (PATTO, 1999, p. 44). Essa educação se estabelece como formação pragmática, com caráter de treinamento-adestramento humano para o trabalho estranhado e seu fundamento político-ideológico. A relação entre trabalho e educação fica explícita na preocupação com o treinamento e retreinamento do trabalho como um dos princípios mais relevantes da formulação teórico-prática taylorista. Essa desqualificação toma a atividade fragmentada e desprovida de sentido como elemento pedagógico de uma existência maquinal. A ofensiva na desconstrução das subjetividades classistas envolveu o ataque direto do aparelho de Estado e das forças policiais repressivas aos sindicatos de ofício e seu domínio sobre o trabalho qualificado. Esse movimento dialético entre estrutura e superestrutura estabelece na subordinação desses sindicatos o pressuposto para o êxito na construção do operário-massa. Como podemos perceber no enfrentamento dos sindicatos de ofício, a racionalização econômica e política no interior da fábrica, como quebra da autonomia do trabalhador coletivo, desenvolve-se combinada com a força repressiva estatal.

A nova sociabilidade burguesa envolveu a racionalização social, como racionalização da existência humana, voltada para a adaptação psicofísica e ético política ao processo de produção capitalista. Como ampliação das relações fabris, a racionalização

se estendeu para a racionalização social, com as dimensões de corpo e mente, sexualidade, convivência coletiva. Assim, a pedagogia política contida no americanismo envolveu a articulação entre Trabalho, Pátria e Família, como cimento ideológico à subsunção do trabalho ao Capital. Esse cimento ideológico é evidenciado por Gramsci (2007) na construção do novo industrialismo, como podemos perceber na seguinte relação entre o puritanismo e a conformação do novo tipo de trabalhador industrial:

As iniciativas “puritanas” têm apenas o objetivo de conservar, fora do trabalho, um certo equilíbrio psicofísico, capaz de impedir o colapso fisiológico do trabalhador, coagido pelo novo método de produção. Este equilíbrio só pode ser puramente externo e mecânico, mas poderá se tornar interno se for proposto pelo próprio trabalhador e não imposto de fora, por uma nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais. O industrial americano se preocupa em manter a continuidade da eficiência física do trabalhador, de sua eficiência muscular-nervosa: é de seu interesse ter um quadro estável de trabalhadores qualificados, um conjunto permanentemente harmonizado, já que também o complexo humano (o trabalhador coletivo) de uma empresa é uma máquina que não deve ser excessivamente desmontada com frequência ou ter suas peças individuais renovadas constantemente sem que isso provoque grandes perdas (GRAMSCI, 2007, p. 267).

Na análise das relações entre o homem-individual e a criação do homem-massa no processo de ocidentalização, a fábrica tem papel essencial na criação da nova sociabilidade burguesa. Podemos perceber a produção desse conformismo na seguinte análise de Gramsci (2011a, p. 260):

Tendência ao conformismo no mundo contemporâneo, mais ampla e profunda do que no passado: a estandardização do modo de pensar e de atuar assume dimensões nacionais ou até mesmo continentais. A base econômica do homem-coletivo: grandes fábricas, taylorização, racionalização, etc.

Como base econômica do homem-coletivo, a fábrica se torna dimensão política-pedagógica da hegemonia burguesa, com a função de padronização e homogeneização do modo de pensar, sentir e agir em sociedade. Com essa função, administração, educação e política se entrelaçam para a conformação de um novo tipo humano, um novo homem-coletivo.

Ao se questionar sobre a existência do homem-coletivo no passado, Gramsci evidencia sua existência como vontade coletiva forjada pelo impulso e sugestão de um herói, como vontade externalizada como movimento contínuo de construção e destruição, ou seja, como composição instável (GRAMSCI, 2011a, p. 260).

Nesse sentido, o novo homem-coletivo ganha novos contornos e sentidos com a afirmação da fábrica como momento conformador de uma nova racionalidade econômica e política. Podemos verificar essas mudanças na seguinte reflexão de Gramsci (2011a, p. 260):

O homem coletivo de hoje, ao contrário, forma-se essencialmente de baixo para cima, à base da posição ocupada pela coletividade no mundo da produção: também hoje o homem representativo tem uma função na formação do homem-coletivo, mas muito inferior à do passado, tanto que ele pode desaparecer sem que o cimento coletivo se desfça e a construção desabe (GRAMSCI, 2011a, p. 260).

Com essa análise, a fábrica como momento criador do novo tipo humano adequado a uma nova sociabilidade cindida vai se consolidar como dimensão voltada para a socialização do trabalho estranhado como forma política e econômica da dominação burguesa. A sofisticação da administração capitalista como pedagogia política do Capital, com potencial de subsunção real do Trabalho ao Capital, vai se configurar como burocracia. Nesse movimento de burocratização da fábrica, sua ampliação fica evidente na burocratização de todas as formas organizacionais da sociedade civil e da sociedade política. Assim, a pedagogia política condensada na administração capitalista envolve a racionalização econômica e política da sociedade civil e da sociedade política, como construção do Estado Liberal-Burocrático. Esse movimento explicita as funções de controle e dominação como predominância da administração burocrática. Com base nessa reflexão, podemos afirmar que, o americanismo promove a racionalização social em todas as dimensões da existência humana, como conformação social à sociabilidade burguesa.

O avanço das forças produtivas e as mudanças qualitativas e quantitativas nas relações sociais de trabalho passam a ser mediadas pela administração burocrática capitalista. No desenvolvimento da administração como instrumento da pedagogia política do capital, a racionalização social envolve a todas as formas de organização coletiva humana, como dimensões fabris da sociedade civil e sociedade política.

Esse fenômeno da burocratização das formas de organização coletiva pode ser compreendido na dinâmica de burocratização dos partidos políticos. Ao analisar as relações entre grupo social, massa partidária, burocracia e o Estado-Maior do partido, Gramsci percebe a burocracia como instrumento de poder. Nessa percepção a burocracia como forma política de uma nova sociabilidade cria condições para o desenvolvimento da política de conservação.

A burocracia é a força consuetudinária e conservadora mais perigosa; se ela chega a se constituir como um corpo solitário, voltado para si mesmo e independente da massa, o partido termina por se tornar anacrônico e, nos momentos de crise aguda, é esvaziado de seu conteúdo social e resta como que solto no ar (GRAMSCI, 2011a, p. 260-261).

Nesse sentido, as mudanças promovidas pelo avanço das forças produtivas e mudanças nas relações de produção implicam na reconfiguração administrativa, como atualização necessária da pedagogia política do capital.

As mudanças na fábrica se configuram em mudanças na dimensão estrutural e superestrutural da sociedade civil, com a eminência da reconfiguração administrativa da estrutura do aparelho de Estado. Com esse sentido, a estrutura do aparelho de Estado deve manter sua sincronia com as mudanças no mundo do trabalho e da produção, como exigência necessária a sua existência como superestrutura de dominação de classes. A dialética entre estrutura e superestrutura se estabelece na inter-relação entre o mundo fabril e as dimensões estruturais e superestruturais da sociedade civil em uma relação orgânica com o aparelho de Estado. O aparelho de estado como superestrutura política-ideológica contém uma estrutura burocrática que se modifica com as mudanças desencadeadas na luta de classes na sociedade civil. Nesse sentido, o próprio aparelho de Estado se configura em dimensão da luta de classes em sua dialética com a sociedade civil (estrutura e superestrutura). A partir dessa reflexão, podemos apontar a inter-relação entre as mudanças na administração fabril como forma burocrática e a reconfiguração administrativa, como mudanças na forma burocrática do aparelho de Estado.

2.6. BUROCRATIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E EDUCACIONAL NA SOCIEDADE DE CLASSES

A burocratização como fenômeno de socialização da cultura fabril envolveu a racionalização social como conformação desta cultura em todas as formas humanas de organização coletiva. Esse fenômeno permeia a administração e a educação como dimensões e instrumentos acionados pela pedagogia política do Capital, com objetivo de realização da subsunção do Trabalho ao Capital. Para compreendermos o fenômeno da burocratização no desenvolvimento da hegemonia burguesa, precisamos compreender a

hegemonia como movimento, como processo de hegemonização, como pedagogia política do Capital.

Como discutimos anteriormente, a dinâmica político-pedagógica da administração capitalista na fábrica vai estabelecer como estratégia de poder a fragmentação social do trabalho como forma de dominação. Essa estratégia vai se materializar na especialização sociotécnica do trabalho, na produção de hierarquizações, segmentações e estratificações no interior da fábrica. Assim, o desenvolvimento da cultura fabril e sua ampliação como cultura urbano-industrial se configura na produção da estratificação da sociedade em classes.

Ao analisar a natureza das políticas sociais do Estado capitalista, Neves (1999, p. 11-13), evidencia a relação entre as mudanças no âmbito da produção como raízes das políticas sociais e demandas educacionais, como mecanismos de valorização do capital e manutenção da dominação burguesa. Nesse sentido, a complexificação das relações de poder na sociedade civil expressa mudanças na dinâmica da produção com o deslocamento do pêndulo entre coerção e consenso para a composição da extração de mais-valia relativa, na redefinição do regime de acumulação.

Na visão de Neves (1999, p. 12), a complexificação das relações de poder se desenvolve no avanço das forças produtivas e na dinâmica da luta de classes, entre frações das classes subalternas e frações burguesas. O avanço das forças produtivas e mudanças nas relações de poder introduzem novos antagonismos entre as frações de classe e entre as próprias frações de classe burguesas, como competição entre capitais singulares, entre monopolistas e não monopolistas, permeada pelas mudanças nas formas de exploração de mais-valia (NEVES, 1999, p. 12). Podemos verificar essa compreensão na seguinte análise de Neves (1999, p. 12):

A produção capitalista monopolista – ao elevar o grau de exploração da força de trabalho ocupada, ao proporcionar a submissão mais intensa dessa força ao capital, ao elevar a massa de assalariados, e ao gerar uma superpopulação relativa com rapidez ainda maior, pelo emprego de métodos de trabalho produtores de mais-valia relativa – obriga a classe trabalhadora a ampliar os espaços coletivos de defesa de seus interesses.

Em relação ao “privilégio” da extração de mais-valia relativa evidenciado por Neves (1999, p. 11-13), este não se materializa com o mesmo impacto na análise das mudanças entre as sociedades do centro do capitalismo e sociedades periféricas. Na

análise da gênese da flexibilidade no mundo do trabalho e da produção, Rosso (2017, p. 21-25) nos ajuda a compreender esse “privilégio” como deslocamento do pêndulo, em função das conquistas decorrentes da luta de classes. Mesmo com esse deslocamento, a extração de mais-valia relativa é combinada com formas de extração de mais-valia absoluta, como flexibilização e extensão das jornadas de trabalho, evidenciada na existência de horas-extras de trabalho, além de formas caracterizadas como “fora do padrão”. A caracterização de relações flexibilizadas, como “fora do padrão” do trabalho em tempo integral é definida por Rosso (2017, p. 59-60) como características das relações sociais de trabalho nas sociedades periféricas, porém fazendo parte dessas relações nas sociedades hegemônicas do capital. O descolamento que evidenciamos fica ainda mais relativo quando a análise toma como objeto as sociedades periféricas e dependentes do capitalismo, descaracterizando o “privilégio” da extração de mais-valia relativa (ROSSO, 2017, p. 59-60). Essa discussão será feita com maior propriedade no próximo capítulo.

A complexificação das relações de poder na sociedade burguesa vai se caracterizar pela elevação da sociedade civil à esfera superestrutural, ampliando o Estado burguês. Essa elevação se caracteriza pela luta em torno da socialização da riqueza produzida e do poder (NEVES, 1999, p. 12-13). Nesse movimento, as frações das classes subalternas passam a constituir organismos coletivos de representação política, como sujeitos políticos coletivos voltados para ampliar as formas restritas da democracia burguesa (NEVES, 1999, p. 12-13). Esse movimento vai alterar a sociabilidade burguesa exigindo do Estado interferência mais direta na valorização do capital e na mediação do conflito de classes (NEVES, 1999, p. 13). É nesse contexto que Neves (1999) evidencia a natureza das políticas sociais do Estado capitalista, da seguinte forma:

Ainda como contratendência à queda tendencial da taxa global de lucro, o Estado encarrega-se da reprodução ampliada da força de trabalho, com vistas a propiciar diretamente, pela sua interferência, altas taxas de mais-valia e de exploração. Para tanto, desenvolve uma série de ações na pesquisa científica e nas inovações tecnológicas, nas reestruturações industriais, no ensino, na formação profissional, em moradia, saúde, transporte, assistência social, divisão territorial e consumo coletivo, ações circunscritas às chamadas áreas sociais (NEVES, 1999, p. 13-14).

Nessa ampliação das funções estatais, Neves (1999, p. 14) evidencia a natureza das políticas públicas como demandas de valorização do capital e mediação política de interesses antagônicos. A complexificação da sociedade civil e da sociedade política é expressa pela necessidade de racionalização econômica e política desenvolvida

como pedagogia política voltada para manutenção da hegemonia burguesa, nos limites da democracia formal e restrita. Com esse embasamento, podemos afirmar que, a burocratização estatal envolve a burocratização das formas de organização coletiva, perpassando os sujeitos políticos coletivos do Capital e do Trabalho.

É no conjunto de mudanças qualitativas e quantitativas da sociedade urbano-industrial que Neves (1999, p. 15) evidencia um duplo movimento de contradições, como definição do ritmo e direção das políticas públicas e políticas sociais do Estado capitalista. Essas contradições são expressas pela socialização do trabalho e a apropriação privada e individual da riqueza coletiva produzida e a socialização da política como mediação do conflito de classes, envolvendo a apropriação privada e grupista dos aparelhos de poder (NEVES, 1999, p. 15). Com essa análise a autora faz a seguinte afirmação:

O ritmo e a direção do desenvolvimento das políticas sociais em determinada formação social concreta, portanto, são determinados pela consolidação dos níveis de participação popular alcançados – ou seja, do alargamento dos mecanismos de controle social das decisões estatais -, e, também, pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção (NEVES, 1999, p. 15-16).

A burocratização da fábrica se deu como burocratização técnico-científica, exigindo mudanças na formação/conformação técnica e ético-política, envolvendo as relações de autoridade e poder. Movida pela dupla contradição que define as mudanças na sociedade de classes, a administração capitalista burocrática precisa de um movimento contínuo de racionalização econômica e política, como necessidade de manutenção da hegemonia burguesa. Com esse mesmo sentido, as políticas públicas e sociais são construídas como mediação política, como pedagogia política do capital para racionalização econômica e política das relações sociais de trabalho, para racionalização das relações na sociedade de classes. Na dinâmica de concentração de recursos administrativos, as burocracias vão se institucionalizar como formas de organização coletivas predominantes na dimensão pública e privada. Mesmo com uma abordagem da burocracia como forma ideal e superior de organização coletiva, os estudos de Max Weber são essenciais para compreender a dinâmica de formação e desenvolvimento das burocracias.

Ao analisar os tipos característicos da burocracia, Weber (2018, p. 9) evidencia a existência de uma burocracia moderna nas formas estatais políticas e

eclesiásticas do Estado moderno, caracterizada como autoridade burocrática. Essa autoridade burocrática estabelece continuidade nos procedimentos, como divisão do trabalho centrada em cargos, como dimensão da especialização sociotécnica do trabalho. Nesse sentido, Weber (2018, p. 9-10) afirma que, esse tipo de autoridade pressupõe continuidade para a existência de um governo público e legal. Esse tipo de autoridade na economia privada só ganha plenitude com o desenvolvimento industrial e a continuidade de procedimentos e transferência de conhecimento humano para o maquinário.

A pedagogia política do capital exigiu da escolarização e dos sistemas educacionais a mediação necessária para a manutenção das relações de dominação engendradas na fábrica e na construção da cultura urbano-industrial. Nesse movimento, a escolarização que até o final do século XIX está segmentada a uma elite intelectual, passa a compor as exigências de generalização, como mediação do conflito de classes. Essas exigências são voltadas para a consolidação da sociabilidade burguesa, como estratégias para a unificação e independência nacional, fundamentadas no ideário de progresso social.

Conforme nossa discussão feita no tópico anterior, somente em meados do século XIX a escola é acionada como dimensão da pedagogia política do capital, como espaço social privilegiado externo à fábrica, porém fundamentado na cultura fabril e na forma burocrática de organização coletiva. Mesmo com a complexificação das relações de poder na sociedade civil, a escola e os sistemas educacionais passam a se constituir como estruturas segmentadas à classe média e às elites emergentes, com função social atrelada à ocupação no mundo do trabalho e da produção. Nesse movimento, nos países mais avançados do capitalismo, a escola nasce como dimensão estratégica para a manutenção da fragmentação da existência humana e sua expressão como divisão sociotécnica do trabalho. Nesse primeiro momento, ela é valorizada como legitimação da ascensão e prestígio social das frações de classes emergidas do mundo da produção, como frações elitizadas. Essa configuração expressa a criação dos intelectuais do capital na dinâmica de avanço das forças de produção e das mudanças nas relações sociais de trabalho.

Na dinâmica de desenvolvimento do capitalismo monopolista, a escola e os sistemas educacionais passam a ter função atrelada à racionalização econômica e política. Essa função estabelece na racionalização psicofísica do trabalho a plasticidade necessária

para a elevação da produtividade do trabalho, como forma de enfrentar a dinâmica de crises cíclicas provocadas pela queda tendencial das taxas de lucratividade. Na dimensão ético-política, a manutenção do sonho de ascensão social estabelece legitimidade com a possibilidade de deslocamento da condição de trabalhador braçal desvalorizado, mediante o acesso à escolarização. A manutenção desse sonho vai estabelecer legitimidade à cidadania burguesa formal, como acesso à igualdade formal, por meio de uma mística meritocrática. Nesse processo, podemos evidenciar a pedagogia política do capital envolvendo a relação entre acesso e domínio do conhecimento científico e tecnológico como mediação política voltada para aprofundar e manter a divisão sociotécnica do trabalho, como base da estratificação social e forma de domínio sobre a existência humana cindida do capital. Essa forma e conteúdo político-pedagógico evidencia a relação capitalista entre trabalho e educação, como dominação estabelecida na separação entre concepção e execução, entre trabalho manual e intelectual, como forma de controle estabelecida na racionalização econômica e política da fábrica e de todas as formas burocratizadas de organização humana coletiva.

Determinada pelo avanço das forças produtivas e mudanças nas relações sociais de trabalho, a escolarização surge como necessidade de formação para o trabalho, como dimensão econômica atrelada à valorização do capital e como dimensão política de controle e domínio sobre o Trabalho. Com essa determinação Neves faz a seguinte análise:

A organização da produção sob o sistema de máquinas, símbolo de uma nova racionalidade do trabalho, ao diferir substantivamente da organização da produção artesanal e manufatureira, cria um novo tipo de trabalho e instaura novas relações sociais. A indústria substitui a relação trabalho-arte pela relação social de trabalho-ciência (NEVES, 1999, p. 17).

A aproximação entre ciência e o mundo do trabalho e da produção vai produzir alterações na divisão social do trabalho e nas relações sociais de produção, com mudanças nas formas de exploração do trabalho, condensada nas formas da extração de mais-valia (NEVES, 1999, p. 17). Nesse sentido, a concentração de capitais na grande indústria tem relação direta com a concentração dos instrumentos administrativos, como instrumentos políticos-pedagógicos, combinando coerção e consenso no interior da fábrica.

A flexibilidade está no cerne da racionalização econômica e política do capital desde o início da dominação burguesa. Esse caráter flexível pode ser evidenciado

na transferência do conhecimento humano para as máquinas, por meio da apropriação e subsunção do trabalho ao capital mediada pela relação trabalho-ciência. A flexibilidade possibilita a substituição de trabalhadores com maior velocidade sem afetar a dinâmica do processo produtivo. Essa relação de transferência pode ser identificada nas formas da burocracia, com a prescrição e normas escritas centradas nos cargos. Com a centralidade no cargo, a administração burocrática estabelece a delimitação do conteúdo e da forma na divisão sociotécnica do trabalho ao cargo como elemento de flexibilidade para o exercício da autoridade e do poder, com maior dinâmica na substituição de trabalhadores.

No âmbito estatal, a burocratização do Estado envolveu a separação entre o corpo técnico organizacional do corpo político representativo. Essa forma divorciada se estabelece como limites necessários à conservação da democracia restrita e conservação do caráter classista do aparelho de Estado, inibindo qualquer possibilidade de desenvolvimento de uma democracia substantiva e de uma sociedade sem classes. A burocratização representa a ampliação do poder de classe burguês, constituindo seu corpo de funcionários técnicos, imbuídos de sua concepção de mundo. Nesse sentido a profissionalização do corpo de funcionários se transforma em formação de intelectuais orgânicos, como elo dinâmico da pedagogia política do capital. O movimento de constituição e formação dos intelectuais orgânicos ligados às classes em disputa na sociedade se tornam dimensões essenciais para a compreensão do processo de hegemonização e da pedagogia política do capital.

A refuncionalização da escola e a criação de sistemas educacionais nascem como formas burocratizadas voltadas para a consolidação e manutenção da hegemonia burguesa. Neste sentido, tanto a administração quanto a educação precisam lidar com as contradições entre a socialização do trabalho e a apropriação dos frutos do trabalho, de um lado, e a socialização da política e apropriação grupista do poder, de outro. Desta forma, a dominação burguesa exige o constante avanço das forças produtivas e mudanças nas relações sociais de trabalho. Esta determinação da necessidade de racionalização econômica e política mediada pelo estreitamento da relação trabalho-ciência fica evidente nos momentos de crise orgânica do capital.

Conforme nossa discussão até esse momento, podemos evidenciar que as necessidades de racionalização econômica e política no interior da fábrica são expressões

da configuração da luta de classes na dinâmica de desenvolvimento da cultura urbano-industrial. Esses elementos nos permitem compreender a racionalização econômica e política como a pedagogia política do capital voltada para conformar a sociabilidade burguesa nos limites da democracia formal e restrita.

O desenvolvimento dessa pedagogia política ganha o sentido de formação/conformação de um novo tipo humano, um novo trabalhador coletivo determinado pelo avanço das forças produtivas e mudanças nas relações sociais de trabalho. A racionalização fabril se torna momento cultural, como processo de hegemonização e sua legitimidade e sustentação exigem a racionalização da sociedade, como racionalização do Estado burguês, compreendido como instância da sociedade civil e sociedade política. Com essa determinação, a racionalização da burocracia fabril exige a racionalização da burocracia do aparelho de Estado e das formas de organização coletivas na sociedade civil, como racionalização econômica e política da dominação burguesa. Essa análise será importante para a compreensão do movimento de racionalização econômica e política do Estado burguês com a evidência de uma nova crise orgânica do capital, nos anos 1970, exigindo a racionalização de todas as formas de organização coletivas da sociedade civil e da sociedade política como burocratização de novo tipo. Com esse fundamento, nossa investigação se propõe a compreender a atuação do CLAD como intelectual orgânico coletivo com fundação de educar os estados latino-americanos.

3. IMPERIALISMO, CRISE ORGÂNICA DO CAPITAL E RECOMPOSIÇÃO BURGUESA

Neste terceiro capítulo, tivemos como objetivo caracterizar as relações entre imperialismo, crise orgânica do capital e a recomposição burguesa. Esse objetivo permitiu evidenciar os aspectos da dominação externa e sua manutenção nas sociedades latino-americanas, com o aprofundamento das relações de dependência e novas formas imperialistas com caráter totalizador. A partir da caracterização do desenvolvimento capitalista dependente associado às formas de dominação imperialista, explicamos a recomposição burguesa, considerando as formas singulares das sociedades heteronômicas latino-americanas.

Nesse contexto, evidenciamos a recomposição burguesa como dimensão da atual configuração da luta de classes, como ofensiva do capital voltada para a manutenção de sua hegemonia. Na dimensão estrutural, evidenciamos amplo processo de reestruturação produtiva, formas da superexploração do trabalho, com intensa precariedade e degradação da existência humana.

Na dimensão superestrutural, a compreensão das estratégias político-pedagógicas ou mediação do conflito de classes serão evidenciadas em um processo de construção mundializado, com a renovação do projeto socialdemocrata. Essa renovação do projeto social democrata foi esmiuçada para que pudéssemos compreender as dimensões da naturalização das relações de precariedade da existência, com estratégias voltadas para a formação/conformação de um trabalhador de novo tipo.

A conclusão dessa análise teve como finalidade fornecer elementos teóricos para o desenvolvimento do próximo capítulo, permitindo evidenciar as estratégias político-pedagógicas do CLAD, na contrarreforma dos Estados latino-americanos seus desdobramentos na gestão pública e, principalmente, na gestão da produção e do trabalho educativo em sistemas públicos de ensino brasileiros.

3.1. CAPITALISMO MONOPOLISTA E IMPERIALISMO

Para a compreensão das relações de dependência entre as nações periféricas, latino-americanas, e os países hegemônicos, partimos da compreensão de desenvolvimento dependente elaborada por Fernandes (2009). Essa elaboração tem como fundamento a evidência sobre a construção e consolidação das nações latino-americanas como produtos do processo civilizatório das nações europeias, estabelecendo uma forma de colonialismo organizado e sistemático (FERNANDES, 2009, p. 21; MARINI, 2005, p. 8).

Em sua análise, Marini aponta a América Latina sendo gestada no processo de expansão do capitalismo internacional, no século XVI, com desenvolvimento atrelado aos interesses desta ordem social nascente (MARINI, 2005, p. 8). Dessa forma, durante pelo menos três séculos, o processo civilizatório ocidental estabeleceu relações de dominação externa sobre as colônias latino-americanas, configurando o “antigo sistema colonial” pela determinação das formas econômicas, culturais e políticas (FERNANDES, 2009, p. 21-23).

Inicialmente, a condição de colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos permitirá a expansão dos meios de pagamento e o aumento do fluxo de mercadorias, necessários ao desenvolvimento do capital comercial e bancário europeu (MARINI, 2005, p. 8). Essa será a condição de suporte e impulsão para transformar o sistema manufatureiro na grande indústria europeia (MARINI, 2005, p. 8).

Com fundamento político-legal nas relações de dominação, a nova ordem social gestada, nas sociedades coloniais, exigia uma institucionalidade voltada para a preservação dos interesses das Coroas e dos colonizadores, mantendo e dinamizando sua ampliação (FERNANDES, 2009, p. 23). Essa nova ordem foi construída com base na “transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão (de nativos, africanos ou mestiços)” (FERNANDES, 2009, p. 23).

A forma de estratificação social em estamentos e castas caracterizou a sociedade colonial e limitou a participação nas estruturas de poder e a ocupação de posições sociais. Esta participação e ocupação foram destinadas aos colonizadores, por

meio da linhagem europeia (FERNANDES, 2009, p. 23). Essa estratificação caracterizou uma organização de camadas privilegiadas, concentradoras de riqueza e prestígio social, como aristocracias, oligarquias ou plutocracias que apresentavam interesses particularistas como “interesses estratégicos da Nação” (FERNANDES, 2009, p. 21-22). Com essa direção, as camadas privilegiadas estabeleciam a conexão estrutural com os interesses e manipulações dos países europeus (FERNANDES, 2009, p. 22).

Fundada em relações de dominação, trabalhos forçados e escravos e na estratificação social em estamentos e castas, a nova ordem social colonial permitiu níveis ilimitados de exploração em todas as formas de produção e reprodução da existência humana, direcionando os frutos da exploração para os interesses combinados das Coroas e dos colonizadores (FERNANDES, 2009, p. 23). Essa nova ordem estabeleceu o primeiro padrão de exploração colonial e um sistema político e legal de dominação externa (FERNANDES, 2009, p. 23).

Com o aprofundamento da exploração colonial, Fernandes (2009, p. 23) aponta dois fatores principais que delinearão sua desagregação. São eles: papel econômico intermediário assumido pela Espanha e por Portugal na dinâmica de exploração colonial, enrijecendo as formas de exploração colonial e penalizando os agentes colonizadores; e a disputa entre as potências centrais europeias pelo controle econômico das colônias latino-americanas.

A incapacidade de financiamento das atividades mercantis, voltadas para a descoberta, a exploração e o crescimento das colônias determina o papel intermediário das Coroas espanhola e portuguesa, elevando Veneza, Holanda e países europeus como França e Inglaterra a potências centrais do capitalismo mercantil (FERNANDES, 2009, p. 23). Assim, a elevação dessas potências e o acirramento das disputas entre elas, combinados com a intensificação das formas de exploração colonial vão desencadear movimentos limitados de “independência” jurídica e política das colônias. Esses movimentos de limitada emancipação ou “independência” tinham como alvo as nações intermediárias, com objetivo de alcançar os requisitos legais e políticos voltados para a conquista de relativa autonomia econômica, com a manutenção das formas de produção do sistema colonial (FERNANDES, 2009, p. 23-24).

As mudanças nas estruturas políticas, econômicas e culturais da Europa, ao término do século XVIII e no início do século XIX, contribuíram para a rápida desagregação das potências centrais e intermediárias, que detinham o controle externo do antigo sistema colonial. E, finalmente, seria necessário considerar alguns setores da população das colônias, vitimados pela rigidez da ordem social e interessados na destruição do antigo sistema colonial. Esses setores, muito heterogêneos (e, em muitos casos, predominantemente de descendência mista), incluíam habitantes das cidades e vilas, mais ou menos identificados com a nativização do poder, especialmente nos níveis econômico e político. A massa que deu, em todos os países, apoio fanático aos movimentos de emancipação foi recrutada entre esses setores (FERNANDES, 2009, p. 24).

Nesse contexto, a disputa pelo controle econômico das colônias e os movimentos de emancipação, como reação ao padrão complexo de exploração colonial, vão desagregar o antigo sistema colonial e configurar um segundo tipo de dominação externa (FERNANDES, 2009, p. 24).

A condição de colônia produtora encontrará mudanças com a materialidade da grande indústria europeia, desencadeando o movimento da Revolução Industrial, no final do século XVIII e seu aprofundamento no início do século XIX (MARINI, 2005, p. 8).

A partir dos movimentos de emancipação das nações latino-americanas, as nações europeias, com a hegemonia da Inglaterra, estabeleceram domínio sobre os negócios voltados para a exportação e importação nessa Região (FERNANDES, 2009, p. 24).

Segundo Marini (2005, p. 8), possibilitada pela estrutura demográfica e administrativa, na condição de colônia, as relações de dependência serão construídas com base na independência política da Região, nas primeiras décadas do século XIX, com o surgimento de um conjunto de países articulados aos interesses da Inglaterra como metrópole. Assim, a independência política e a forma isolada e fragmentada, com que cada nação se articulou diretamente à metrópole inglesa, surgem como demandas para o novo ordenamento do capitalismo internacional.

Os elementos de desagregação do padrão de dominação fundamentado no “antigo sistema colonial” se configuram como uma crise orgânica do capital, envolvendo o desequilíbrio entre economia e política de forma ampliada. Assim, as disputas políticas e econômicas entre nações do centro do capitalismo, as necessidades ampliação das estratégias de valorização do capital e o desequilíbrio político e econômico no interior das nações latino-americanas vão desencadear um novo ordenamento político-econômico.

O domínio exercido pelas nações europeias foi caracterizado por maior interesse no controle do comércio do que nas formas da produção colonial local, configurando-se em um tipo de domínio indireto (FERNANDES, 2009, p. 24).

Durante quase quatro ou cinco décadas – do fim do século XVIII até as primeiras três ou quatro do século XIX – esses países ocuparam o vácuo econômico deixado pela desagregação do antigo sistema colonial, em vez de exercerem o papel de um “poder imperial” (FERNANDES, 2009, p. 24 – *grifos do autor*).

Esse domínio externo indireto ampliado foi focalizado nas dimensões comerciais e financeiras, promovendo a associação entre agentes voltados para interesses locais e nacionais (FERNANDES, 2009, p. 24-25). O resultado dessa associação foi a propagação de novas instituições econômicas e técnicas sociais, com a expansão de agências comerciais e bancárias, estabelecendo o controle de mercado sobre os processos econômicos, configurando de forma restrita um neocolonialismo (FERNANDES, 2009, p. 24-25). Em relação ao interesse no controle dos processos econômicos, este teve como pano de fundo as particularidades da América Latina, como: uma estruturada e compensadora produção para exportação imediata, sem produtos com alto valor agregado; e por outro lado, a existência de um mercado consumidor relativamente amplo (FERNANDES, 2009, p. 24-25).

Com processos de colonização diferentes das colônias latino-americanas, a política comercial inglesa nas ex-colônias promoveu rápido impulso ao desenvolvimento dos mercados capitalistas modernos, com aceleração da urbanização (FERNANDES, 2009, p. 24-25). Esse movimento não encontrou o mesmo ritmo e direção nas nações latino-americanas, principalmente pela debilidade de recursos necessários para a produção dos bens manufaturados (importados) e pelos interesses dos setores dominantes na manutenção das relações de exportação (FERNANDES, 2009, p. 24-25).

A emancipação das nações latino-americanas possibilitou aos produtores de bens primários a incorporação de parte dos lucros apropriados pelas nações intermediárias e impulsionou um primeiro movimento em direção à internacionalização de um mercado capitalista moderno (FERNANDES, 2009, p. 24-25). Porém, as relações de dominação externa vão limitar o desenvolvimento dessas nações aos controles e interesses externos, com a associação dos produtores rurais e seus representantes comerciais urbanos (FERNANDES, 2009, p. 25).

O esforço necessário para alterar toda a infraestrutura da economia parecia tão difícil e caro que esses setores sociais e suas elites no poder preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas construídas sob o antigo sistema colonial (FERNANDES, 2009, p. 25).

Com a reorganização da economia mundial desencadeada pela Revolução Industrial na Europa, novas formas de articulação das economias periféricas da América Latina vão caracterizar um novo padrão de dominação externa, atrelando o desenvolvimento econômico dessas nações à dinâmica de desenvolvimento das economias dos países centrais (FERNANDES, 2009, p. 25-26). Esse novo padrão fica evidente a partir da quarta ou quinta década do século XIX, influenciando a totalidade social, com mecanismos indiretos do mercado mundial e diretos voltados para a intensa incorporação de fases e processos de crescimento econômico e desenvolvimento sociocultural (FERNANDES, 2009, p. 25-26). Assim, a consolidação desse novo padrão de dominação externa se caracteriza pela forma imperialista e pelo desenvolvimento de um tipo dependente de capitalismo surgido no processo histórico das sociedades latino-americanas (FERNANDES, 2009, p. 26).

Com visão diferente de Fernandes (2009), Marini (2005) afirma o surgimento das relações de dependência a partir da emancipação das nações latino-americanas e da articulação fragmentada e isolada dessas nações com os países europeus sob a hegemonia inglesa. Essa articulação vai gestar a divisão internacional do trabalho. Esse novo ordenamento será caracterizado pela criação da divisão internacional do trabalho e pela definição de relações de subordinação entre nações, como relações de dependência, estabelecendo um fluxo de produção e exportação de bens primários em troca de produtos manufaturados para consumo e endividamento (MARINI, 2005, p. 8).

Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2005, p. 8-9).

A face imperialista do terceiro tipo de dominação externa vai transformar as economias dependentes em mercadorias, controlada e negociada à distância, em condições seguras e ultralucrativas caracterizando um padrão restrito de imperialismo (FERNANDES, 2009, p. 26). Essa nova fase, como “idade de ouro do capitalismo europeu”, permitirá a impulsão ao desenvolvimento dos países europeus e, com limitações, dos

Estados Unidos, tornando-se parceiro da Inglaterra, França e Alemanha no final do século XIX (FERNANDES, 2009, p. 26).

Ao analisar as contribuições da América Latina para o surgimento da grande indústria europeia, Marine (2005, p. 9-10) evidencia a produção de metais preciosos a partir do século XVI e, principalmente, a descoberta do ouro brasileiro, no século XVIII, coincide com o auge do desenvolvimento manufatureiro inglês, mas somente no século XIX a articulação dessa Região com a economia mundial se desenvolve plenamente. Essas contribuições da América Latina vão além do fornecimento de matérias-primas e produtos agrícolas, elas estão inseridas nas condições essenciais para a criação e desenvolvimento da grande indústria europeia e para a existência da divisão internacional do trabalho, em que os países industriais se especializaram na produção e exportação de produtos manufaturados (MARINE, 2005, p. 9-10).

Marine (2005, p. 10) parte da evidência da impossibilidade do desenvolvimento da grande indústria europeia em bases estritamente nacionais. A partir dessa evidência, o autor elenca contribuições essenciais para possibilitar o desenvolvimento dessa grande indústria moderna e para o desenvolvimento da economia mundial (MARINE, 2005, p. 10). São elas: o fornecimento em grandes quantidades dos meios de subsistência agropecuários para a sociedade europeia, permitindo a liberação de parte da sociedade para atividades especializadas na indústria e ao mesmo tempo, alimentar uma população urbana em crescimento; a consolidação de um mercado crescente de matérias-primas, como demandas da indústria em desenvolvimento; o crescimento da classe operária industrial e seu crescente aumento de produtividade (MARINE, 2005, p. 10-11).

Em relação às formas do imperialismo e a transformação das economias dependentes em mercadorias, Fernandes (FERNANDES, 2009, p. 26) evidencia que, o maior controle financeiro dessas economias gerou maior complexidade e profundidade, desencadeando a necessidade de reformulação e, mesmo, a refundação das relações de exportação-importação. Com essa refundação, a reformulação da integração do comércio interno se desenvolveu com os seguintes aspectos: a garantia dos interesses rurais e a modernização da produção rural; o início das indústrias de bens de consumo; a expansão e o incremento das operações bancárias (FERNANDES, 2009, p. 26).

Na visão de Marine (2005, p. 11), as funções da América Latina no desenvolvimento da economia capitalista mundial vão além da indução de requisitos físicos da acumulação de capital pelos países industriais. Essas funções vão permitir mudanças qualitativas nos países centrais em relação às formas de extração de mais-valia, possibilitando o deslocamento da orientação para a extração de mais-valia absoluta, voltando-se para a extração de mais-valia relativa (MARINE, 2005, p. 11). Dessa forma, nos países centrais a acumulação passa a depender mais do aumento da produtividade do trabalho do que a simples exploração do trabalho (MARINE, 2005, p. 11). Como elemento contraditório, essas mudanças qualitativas, que não são possibilitadas ao desenvolvimento das relações de produção latino-americanas, configuram o aumento constante da exploração do trabalhador (MARINE, 2005, p. 11). Essa diferença de qualidade nas relações sociais de produção se configura como elemento predominante e sistêmico nas relações de dominação, estabelecidas na divisão internacional do trabalho, caracterizando as relações de dependência (MARINE, 2005, p. 11).

A reformulação e refundação das relações de dominação externa vão aprofundar os limites ao desenvolvimento das economias dependentes, condicionando e reforçando as estruturas arcaicas necessárias à manutenção das relações de exportação-importação da produção de matérias-primas (FERNANDES, 2009, p. 26). Além desse condicionamento e reforço, a imposição de limites à revolução burguesa, de tipo europeia, decorre de uma modernização voltada para a garantia de transferência dos ganhos líquidos ou excedentes econômicos das economias satélites para os países hegemônicos, gestando um tipo latino-americano de burguesia complacente e servil aos interesses destes países (FERNANDES, 2009, p. 26-27).

Sob esse aspecto, a “idade de ouro” do imperialismo europeu encerrou o circuito iniciado pelo antigo colonialismo e expandido pelo neocolonialismo, ambos de origem europeia, formando o burguês complacente, o equivalente histórico latino-americano do “*bourgeois conquérant*” (FERNANDES, 2009, p. 27 – *grifos do autor*).

Em nova fase de desenvolvimento do capitalismo, Fernandes verifica o desenvolvimento de novo padrão de dominação externa, com a expansão do capitalismo corporativo ou monopolista, representado pelo crescimento das grandes empresas corporativas na América Latina, impondo uma organização a partir de dentro dos países (FERNANDES, 2009, p. 27). Essa organização a partir de dentro envolveu o apoderamento de posições de liderança no mercado interno, apropriando-se de posições ocupadas pelas

empresas nacionais ou por seus responsáveis políticos, por meio da associação com sócios locais, domínio financeiro, cooptação, corrupção e outros meios (FERNANDES, 2009, p. 27). Com essa inserção direta no mercado interno das nações periféricas, as grandes corporações trouxeram formas e estilos de organização do trabalho e da produção, envolvendo novos padrões de concorrência, marketing e propaganda de massa, além do controle interno das economias dependentes voltados para interesses externos (FERNANDES, 2009, p. 27).

A partir das mudanças desencadeadas pela expansão do capitalismo monopolista, Fernandes (2009, p. 27) evidencia o desenvolvimento de nova tendência e configuração de imperialismo, sendo caracterizado como imperialismo total em comparação às formas do imperialismo desenvolvido na fase anterior.

O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, à modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. (FERNANDES, 2009, p. 27).

Esse novo padrão de imperialismo total estabelece uma simetria entre o controle externo do antigo sistema colonial às formas de controle em condições de um moderno mercado capitalista, fundamentado na inserção de tecnologia avançada e na dominação compartilhada pelas nações centrais hegemônicas (FERNANDES, 2009, p. 27). As nações hegemônicas são compostas pelos países europeus e o Japão, liderados pelos Estados Unidos como superpotência (FERNANDES, 2009, p. 27).

A influência da teorização de Lênin sobre o imperialismo fica evidente na análise de Fernandes (2009). Com a necessidade de compreensão sobre as disputas entre as nações hegemônicas e as mudanças na forma de desenvolvimento do capitalismo, Lênin (2011) se debruça sobre o “problema do imperialismo”. Para compreender o fenômeno do imperialismo inscrito em uma visão de totalidade, Lênin (2011) parte da compreensão da gênese do capitalismo monopolista, para compreender as leis de movimento desta fase de desenvolvimento do capital e o surgimento do imperialismo. A concentração do capital bancário em poucas instituições e sua fusão com o capital industrial estabelece a forma de capital financeiro e a tendência à reprodução ampliada do capital como monopólio. A reflexão de Lênin sobre o imperialismo leva a evidência

deste fenômeno como expressão política do desenvolvimento do capitalismo monopolista, ou seja, como dominação do capital financeiro sobre a sociedade burguesa.

Ao analisar o novo papel dos bancos, Lênin evidencia que a concentração do capital bancário em um número reduzido de instituições marca a mudança do papel de intermediários de pagamentos em monopolistas onipotentes. Nesse sentido, com base no fim do papel progressista do capitalismo, evidente na hegemonia do capital financeiro, Lênin afirma a transformação do capitalismo em imperialismo. Em uma passagem da obra “O Imperialismo Etapa Superior do Capitalismo”, fica explícito um ponto de partida para o desenvolvimento do conceito de imperialismo total de Fernandes (2009). Como podemos evidenciar na seguinte passagem:

À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, estes convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos empresários, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. Esta transformação de uma massa de modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo, e por isso devemos deter-nos, em primeiro lugar, na concentração dos bancos (LÊNIN, 2011, p. 138).

Com base na transformação do capitalismo em imperialismo, este fenômeno assume a forma de um sistema com caráter totalizante que submete as esferas estruturais e superestruturais da sociedade burguesa a um novo padrão de dominação.

Com base na perspectiva do desenvolvimento de um imperialismo totalizante, Fernandes (2009, p. 27) demonstra que a falta dos requisitos básicos para o rápido crescimento econômico, cultural e social, em formas autônomas, é evidenciada pelas mudanças internas realizadas por pessoal estrangeiro, com transplantação maciça de tecnologia e instituições, sustentada por capital externo e pelo estabelecimento de controle externo financeiro. A partir dessa demonstração, o autor afirma que, mesmo nas economias mais avançadas da América Latina, o imperialismo total determina a falta de condições estruturais e a articulação subordinada das burguesias nacionais em torno de interesses privados externos e de seus interesses particulares, evidenciando a incapacidade de estabelecer o desenvolvimento da ordem capitalista em bases autônomas (FERNANDES, 2009, p. 27-28). Dessa forma, a articulação entre as burguesias internacionais

e nacionais tem como base interesses egoístas e particulares e estabelecem como objetivo a exploração do subdesenvolvimento (FERNANDES, 2009, p. 28).

A ilusão de uma revolução industrial liderada pela burguesia nacional foi destruída, conjuntamente com os papéis econômicos, culturais e políticos estratégicos das elites no poder latino-americanas. Agora, uma nova imagem do capitalismo (um neocapitalismo?), da “burguesia nacional” e da “interdependência internacional” das economias capitalistas está sendo reconstruída, para justificar a transição atual e para criar a nova espécie de ideologia e de utopia burguesas dependentes (FERNANDES, 2009, p. 28).

A identificação e análise dos quatro tipos de dominação externa desenvolvidas nos países dependentes latino-americanos, ao longo de seu processo histórico e sociocultural, permite à Fernandes compreender o desenvolvimento desigual entre as nações dependentes (FERNANDES, 2009, p. 28). As nações dependentes que só conseguiram experienciar os dois estágios iniciais de dominação externa se configuraram como versões modernas do antigo sistema colonial e voltadas para a exportação ou como economias neocolonialistas transitórias do início do século XIX (FERNANDES, 2009, p. 28). Nesse sentido o autor evidencia que, países que conseguiram absorver os dois tipos de imperialismo restrito e total, só chegaram às configurações analisadas, com base no crescimento econômico interno substancial e nas estruturas nacionais de poder capazes de impulsionar as “burguesias nacionais” para o estabelecimento de posição de barganha na economia mundial e na organização internacional do poder (FERNANDES, 2009, p. 28).

As formas de inserção subordinada ao mercado mundial e às estruturas internacionais, em posição heteronômica, estabelecem singularidade à integração dos países latino-americanos, caracterizando a impossibilidade no desenvolvimento de uma economia homogênea e autossustentada (FERNANDES, 2009, p. 28). A heteronomia é definida pela dominação externa em todas as dimensões sociais e direciona os países dependentes para a especialização geral para o acúmulo de capital e fornecimento de excedente econômico para as nações hegemônicas (FERNANDES, 2009, p. 28-29).

Com base nas formas de inserção subordinada ao mercado mundial, Fernandes (2009, p. 29) evidencia três realidades estruturais moldadas pelas diferentes transições da economia colonial à economia nacional ou da escravidão ao capitalismo industrial. Essas três realidades são definidas pelas seguintes configurações: 1) pela concentração de riqueza e prestígio social por classes privilegiadas, ligadas aos setores estratégicos ecológicos ou sociais identificados com interesses de dominação externa

pelos países hegemônicos centrais; 2) pela dinâmica de convivência de estruturas econômicas, políticas e socioculturais em diferentes fases de desenvolvimento histórico, porém essas diferenças são necessárias e interdependentes para o crescimento econômico voltado para a exploração externa e para a concentração interna de riqueza e privilégios sociais e de poder (permanecendo a coexistência de relações tipificadas como exploração pré ou extracapitalista); 3) pela exclusão de grande parcela da população da participação política, econômica e social na ordem vigente, como elemento estrutural e necessário ao dinamismo, à estabilidade e ao crescimento econômico sistêmico (FERNANDES, 2009, p. 29).

Na visão de Fernandes (2009, p. 29) “O desafio latino-americano, portanto, não é tanto como produzir riqueza, mas como retê-la e distribuí-la, para criar pelo menos uma verdadeira economia capitalista moderna”.

Como podemos analisar, o desenvolvimento do sistema sociometabólico do capital vem estabelecendo ao longo do processo histórico formas de dominação entre nações do centro do capital e nações periféricas. A ameaça de dissolução do bloco histórico do capital exige processos de reconfiguração das relações de dominação no ordenamento social e das relações de poder entre as nações. Nesse sentido, os momentos de ameaça de dissolução do bloco histórico do capital se configuram em crises orgânicas de ampla proporção com impactos na economia e política, na totalidade social e possui particularidades nas nações dependentes. A cada período de crise orgânica do capital, a reconfiguração burguesa vem aprofundando as estratégias e formas de dominação.

3.2. CRISE ORGÂNICA E CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Para compreendermos as relações entre a crise orgânica do capital e suas particularidades nas sociedades da periferia do capitalismo, partiremos da explicitação desse conceito gramsciano. A partir da propriedade desse conceito, faremos uma análise sobre a abordagem mais difundida de crise estrutural do capital, buscando aproximações e distanciamentos nos dois conceitos e na potencialidade de análise social. Essa análise tem como objetivo verificar a diferença nas abordagens sobre as dimensões da crise e sua

relação com o padrão de dominação imperialista, com objetivo de explicitar as particularidades dessa crise de amplas proporções na América Latina.

Na configuração da luta de classes do início do século XX, Gramsci (2011a) analisa as relações de força na sociedade burguesa. Para a análise dessa relação, o autor define as dimensões estruturais e superestruturais como essenciais para a compreensão das forças determinadas em um período histórico. Com esse objetivo, Gramsci estabelece a totalidade da análise a partir de dois princípios. São eles:

1) o de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações (GRAMSCI, 2011a, p. 36).

Esses princípios enunciados têm como função o estabelecimento de uma visão de totalidade das forças que compõem o período histórico em análise. Para estabelecer a visão de totalidade Gramsci (2011a, p. 36) se preocupa em elencar elementos centrais para caracterizar o movimento orgânico da história humana, com movimentos relativamente permanentes. Assim, analisando o momento de forças com a separação de elementos pontuais ou conjunturais, como pequena política, sua análise com caráter de totalidade busca se diferenciar do economicismo (GRAMSCI, 2011a, p. 36-37).

Os fenômenos orgânicos dão lugar à crítica histórico-social, que envolve os grandes agrupamentos, para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente. Quando se estuda um período histórico, revela-se a grande importância dessa distinção. Tem um lugar uma crise que às vezes, prolonga-se por dezenas de anos. Esta duração excepcional significa que se revelaram (chegaram à maturidade) contradições insanáveis na estrutura e que as forças políticas que atuaram positivamente para conservar e defender a própria estrutura esforçam-se para saná-las dentro de certos limites e superá-las (GRAMSCI, 2011a, p. 37).

Nessa análise do autor, a crise orgânica é definida como uma fratura na relação dialética entre estrutura e superestrutura, como desequilíbrio nas dimensões que compõem o bloco histórico. A fratura entre essas dimensões se revela na incapacidade de sanar as contradições estruturais, como desequilíbrio na relação entre o avanço das forças produtivas e a conservação das relações sociais de trabalho e produção.

Além dos princípios enumerados e da diferenciação com a análise economicista, Gramsci (2011a, p. 40-46) estabelece uma metodologia para analisar a crise orgânica na dinâmica da luta de classes. Com esse objetivo, o autor evidencia a

necessidade de distinção entre os diferentes momentos ou graus na correlação de forças sociais (GRAMSCI, 2011a, p. 40). Nesse sentido, análise política envolve três níveis de forças, como: 1) as relações de forças sociais imediatas à estrutura, como dimensão independente da vontade dos homens; 2) as relações de forças políticas que envolvem o nível de consciência política coletiva, como subjetividade das classes sociais em seus vários grupos; 3) as relações de forças militares hegemônicas, como combinação de coerção e consenso, distinguindo-se por dois momentos, o técnico-militar e o político militar (GRAMSCI, 2011a, p. 40-46).

A análise gramsciana tem como objetivo municiar os dirigentes, ou intelectuais orgânicos do Trabalho, para o processo revolucionário. Com esse objetivo, a partir do estabelecimento desse caminho metodológico, Gramsci (2011a, p. 44) evidencia que, a simples existência de condições históricas propiciadas pela crise orgânica do ordenamento social não se constitui no desencadeamento imediato de um processo revolucionário. A crise orgânica estabelece uma abertura para a aglutinação de forças políticas em torno do rompimento com a hegemonia da classe fundamental, porém o processo revolucionário é uma construção estabelecida na arena da luta de classes. Nesse aspecto, a determinação econômica define claramente a diferença fundamental entre o conceito de crise orgânica e crise estrutural do capital. Podemos evidenciar essa diferença na seguinte questão levantada por Gramsci (2011a, p. 44):

Outra questão ligada às anteriores é a dever se as crises históricas fundamentais são determinadas pelas crises econômicas. A resposta a essa questão está implicitamente contida nos parágrafos anteriores, onde são tratadas questões que constituem um outro modo de apresentar aquela a que nos referimos agora; mas é sempre necessário, por razões didáticas, dado o público específico, examinar cada modo sob o qual se apresenta uma mesma questão como se tratasse de um problema independente e novo. Pode-se excluir que, por si mesmas, as crises econômicas imediatas produzam eventos fundamentais; podem apenas criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal. De resto, todas as afirmações referentes a períodos de crise ou de prosperidade podem dar margem a juízos unilaterais.

O processo de hegemonização vai envolver as ações de intelectuais orgânicos no restabelecimento de novo equilíbrio entre estrutura e superestrutura. Gramsci evidencia nesse movimento a vantagem das classes fundamentais na reação para a manutenção do bloco histórico. Assim, a capacidade de mobilizar um numeroso contingente de intelectuais e estabelecer um discurso como pensamento único confere à classe fundamental o poder de reversão da ameaça à dissolução do bloco histórico.

A falta de uma solução orgânica para a crise pode deixar espaço para soluções coercitivas e lideranças carismáticas que ameaçam a existência humana²² (GRAMSCI, 2011a, p. 60). Nesse sentido, as aberturas de possibilidades de soluções à força, por meio de potências ocultas com representações carismáticas, tornaram-se materialidade com o nazismo alemão e o fascismo italiano, no período posterior à I Guerra Mundial. Como características de ausência de soluções orgânicas, Gramsci (2011a) faz a seguinte afirmativa:

Quando a crise não encontra esta solução orgânica, mas sim a do chefe carismático, isto significa que existe um equilíbrio estático (cujos fatores podem ser muito variados, mas entre os quais prevalece a imaturidade das forças progressistas), que nenhum grupo, nem o conservador nem o progressista, dispõe da força necessária para vencer e que até o grupo conservador tem a necessidade de um senhor (GRAMSCI, 2011a, p. 61).

Como exemplo de soluções orgânicas, a crise orgânica evidenciada nos anos 1920 envolveu o desenvolvimento de uma nova racionalização econômica e política evidenciada no americanismo. O americanismo se caracterizou por uma nova sociabilidade burguesa, como construção de um novo tipo humano, um novo trabalhador coletivo. Essa combinação de um regime de acumulação taylorista-fordista e um modo de regulação social do Estado de Bem-Estar social vai direcionar o desenvolvimento do bloco histórico do capital até o final dos anos 1960. A pedagogia política desenvolvida nesse período envolveu estratégias de ampliação de direitos sociais e políticos como mediação do conflito de classes e a manutenção da luta de classes nos limites da cidadania formal e da democracia restrita burguesa.

A crise de hegemonia toma formas diferenciadas em cada formação social concreta, envolvendo configurações diferenciadas nas relações entre coerção e consenso. Em relação a essa afirmativa, Gramsci (2011a) faz a seguinte análise:

O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de crise de “autoridade”: e isso é

²² Essa análise gramsciana é muito importante para a compreensão da emergência da extrema direita no contexto atual. Além dessa análise, a discussão sobre as relações de dependência se torna importante para compreender a materialidade da extrema direita no Brasil, com características diferenciadas das sociedades hegemônicas do capital.

precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto (GRAMSCI, 2011a, p. 60).

O arcabouço teórico-metodológico gramsciano nos permite evidenciar a crise orgânica como crise de hegemonia, possuindo dimensões econômicas e políticas. Essa reflexão se torna importante para a compreensão da crise orgânica evidenciada nos anos 1970 e o movimento de recomposição burguesa como reação para a manutenção do poder de classe, como recomposição da dialética estrutural e superestrutural. Assim, mesmo com a incapacidade de solucionar os antagonismos estruturais, o processo de hegemonização vem arrastando essa crise até os nossos dias. Para compreendermos a diferenciação nessas abordagens da crise do capital, faremos uma análise do conceito de crise estrutural do capital.

Como um dos principais intelectuais da tradição marxista, o filósofo Húngaro István Mészáros produziu análises densas sobre a crise estrutural do sistema de capital em sua obra literária. Em sua análise, a crise estrutural do capital toma a forma de uma crise de valorização, como determinações dos limites estruturais de desenvolvimento do sistema de capital. Assim, com fundamento nas determinações do desenvolvimento estrutural do capital, decorrem transformações qualitativas voltadas para a recomposição das bases de acumulação de capital e mudanças qualitativas nas formas políticas de dominação.

Em suas análises sobre a crise estrutural do sistema de capital, Mészáros (1999, 2014) parte da definição desse sistema com desenvolvimento sociometabólico voltado para a submissão de todas as formas de produção e reprodução da existência humana. O imperativo desse caráter totalizador vem explicitando suas formas destrutivas e a necessidade de ultrapassar todos os obstáculos à dinâmica de valorização e dominação (MÉSZÁROS, 2014, p. 25-27). Com a ampliação do caráter de produção destrutiva em escala global, Mészáros (2014, p. 25-27) evidencia a urgência de sua superação, como necessidade de sobrevivência da humanidade. E para essa superação, a realização da igualdade substantiva se torna imprescindível e seu significado expressa o rompimento de hierarquias e formas de dominação de classe e a instauração das formas de produção e reprodução da existência humana centradas no valor de uso.

Podemos perceber a compreensão da natureza do sistema de capital na seguinte afirmação de Mészáros (2014, p. 26):

A inesgotável tentativa do capital de submeter absolutamente tudo aos imperativos que emanam “de sua natureza” deve ser prosseguida e forçosamente imposta, mesmo quando os resultados são destrutivos em escala mundial e em todos os sentidos. Mesmo quando o caminho seguido põe em perigo a sobrevivência não apenas da humanidade, mas ao mesmo tempo do sistema do capital como tal.

Com a elaboração teórica voltada para dar suporte a alternativas de superação da ordem social capitalista, Mészáros (2014, p. 26) evidencia as possibilidades de construção de um modo de controle de mudança social como decorrência dos efeitos da crise estrutural do sistema de capital. Nesse sentido, sua elaboração teórica parte da necessidade de compreender a natureza de uma crise omniabrangente do sistema de capital. Para compreender as dimensões dessa crise, o autor procura diferenciar as formas de crises cíclicas, próprias das contradições estruturais do sistema de capital, de crises estruturais de alcance ampliado.

Com a visão do mecanismo de autoexpansão de capital estruturado em três dimensões principais – produção, consumo, e circulação/realização do valor de troca –, Mészáros explicita que formas híbridas de estabelecer limites à dinâmica do mercado funcionam como corretivo provisório à manutenção da autoexpansão. Em uma crise estrutural do capitalismo clássico do século XIX, segundo Mészáros (2014, p. 28), a hibridação no século XX foi caracterizada pela construção de um Estado forte com capacidade para assegurar o funcionamento da economia, estabelecendo corretivos às formas anárquicas do mercado. Nesse sentido, o Estado de Bem-Estar social assume a forma híbrida desse corretivo, transferindo e exportando as contradições explícitas nas três dimensões fundamentais do sistema de capital. Como essas três dimensões são contraditórias entre si, as formas de hibridação buscam estabelecer remédios duradouros às contradições insuperáveis, possuindo sempre caráter provisório e parcial (MÉSZÁROS, 2014, p. 28). Segundo Mészáros (2014, p. 28-29), esses remédios duradouros se constituem em configurações provisórias baseadas em transferências e exportações das disfunções e contradições na dialética entre as dimensões fundamentais.

Para caracterizar as diferenciações entre crises cíclicas e estruturais, Mészáros (2014, p. 28-29) verifica que as crises cíclicas podem se configurar como o desequilíbrio entre as três dimensões principais, atingindo diretamente uma de suas dimensões, com intensidade, duração e frequência variáveis. Dessa forma, os efeitos da crise não ameaçam a dominação burguesa, mas impõem o desenvolvimento de soluções e

elaborações mais complexas de mecanismos de transferências voltado para a superação provisória e “duradoura” das contradições inerentes ao processo de autoexpansão.

Em relação à crise estrutural, Mézaros (2014, p. 28-29) evidencia a ameaça da dominação burguesa, com limites definitivos da estrutura geral e comprometimento da autoexpansão, configura obstáculos às formas de transferências das disfunções e contradições sistêmicas. Com a perspectiva de bloqueio do complexo mecanismo de transferência das contradições, a explicitação do comprometimento da autoexpansão sistêmica do capital envolve o aumento das disfunções e contradições, que se tornam acumulativas, estruturais.

As reflexões de Mézaros sobre a crise estrutural nos dá suporte para compreender a dinâmica do padrão de dominação imperialista em nosso tempo. Podemos evidenciar nos obstáculos à dinâmica de autoexpansão do capital, no desequilíbrio das três dimensões fundamentais do sistema de capital, a intensificação das formas de coerção exercida sobre os países periféricos, como podemos evidenciar na seguinte análise de Mézaros (2014, p. 29):

Contudo, a situação muda radicalmente quando o interesse de cada uma já não coincide em absoluto com o das restantes. A partir desse momento, as alterações e as disfunções, em vez de serem absorvidas, dispersas, difundidas e dissolvidas, tendem a transformar-se em acumulativas e, portanto, estruturais, bloqueando perigosamente o complexo mecanismo da transferência das contradições. Estamos, então, diante de uma coisa não simplesmente “disfuncional”, mas potencialmente explosiva, porque o capital não resolveu nunca nem a mais íntima de suas contradições. Não só porque não estava em condições de fazê-lo, mas também porque não devia fazê-lo, dado que sua natureza e constituição intrínseca ele prospera sobre elas (e, até certo ponto, com toda a segurança). Sua maneira normal de tratar as contradições é intensificá-las, deslocá-las para outro nível, transferi-las para outro plano, suprimi-las enquanto isso é possível e, quando não o é, exportá-las para uma esfera ou para um país diferente, utilizando até os meios militares mais brutais para atingir esse fim. Essa é a razão pela qual o bloqueio progressivo da transferência e da exportação das contradições inerentes ao capitalismo é tão perigoso e, nos nossos tempos, potencialmente explosivo em escala nuclear.

Em sua visão, a análise da natureza dessa crise deve contemplar uma dupla dimensão, o imperialismo hegemônico global, com o Estado americano como superpotência, e a profunda crise estrutural interna do sistema. Nessa formulação, evidenciamos a aproximação com o conceito gramsciano de crise orgânica e também com a afirmação da necessidade de construção de um projeto genuinamente socialista como forma de sobrevivência da humanidade. Em suas formulações, Mézaros (2014; 2011; 1999) possui aproximações e distanciamentos em relação ao conceito gramsciano de crise

orgânica. Na análise realizada sobre a natureza da crise estrutural, fica evidente a percepção do autor sobre a amplitude dessa crise em todas as dimensões de produção e reprodução da existência humana e no padrão de dominação imperialista. O distanciamento fica evidenciado em sua definição de crise estrutural, como podemos verificar na seguinte afirmação:

A crise estrutural é simultaneamente uma crise da acumulação do capital até agora nunca vista: a única questão que pode ter algum significado para as personificações do capital, mas também apenas em seu sentido imediato, como obstáculo por superar, sem a consciência dos limites atemorizantes do sistema que, no entanto, são cegamente entendidos como simples obstáculos (uma distinção fundamental feita por Marx que continua a ser válida também para nossa época) (MÉSZAROS, 2014, p. 31).

Ao mesmo tempo em que aparecem os distanciamentos, ocorrem aproximações. As aproximações permitem ao autor conceber a crise estrutural do capital como uma crise de dominação em geral. Em sua crítica sobre as formas apologéticas de negação da crise estrutural, apresentada como mais uma crise cíclica pelos representantes e instituições políticas conformadas a dominação do capital, Mézaros (2014, p. 26) evidencia uma verdadeira crise de dominação em todas as dimensões políticas, econômicas e sociais. Nessa crítica, o autor explicita o caráter apologético e mistificador expresso no fenômeno da globalização, como podemos perceber na seguinte afirmativa:

Não se pode manter, ao mesmo tempo, a radical novidade da globalização e a adoção dos ciclos de desenvolvimento à força historicamente específicos do passado como modelo permanente para a interpretação das tendências qualitativamente diferentes do presente, como se nada estivesse mudado. Assim, nasce a autocontradição por um duplo interesse apologético, ocultando essa sua natureza intensamente ideológica – quer sua recusa apriorística a levar a sério a verdadeira crise da dominação, características de nossos tempos, no plano econômico, político e social, como uma coisa radicalmente nova, em contraste com o ciclo recorrente que pode se tornar rotineiro, quer a negação da possibilidade de uma alternativa estrutural sistêmica ao que existe em relação ao futuro – sob a aparência de uma coisa “rigorosa” porque é reduzida a fórmulas numéricas (MÉSZAROS, 2014, p. 30).

Em sua argumentação, a falácia da atual crise com caráter cíclico fica explícita em uma crise que se arrasta desde o final dos anos 1960. Dessa forma, a lógica de uma crise cíclica com recuperação a partir de um crescente e próspero período de desenvolvimento não se materializa na atual crise estrutural do capital.

Com uma análise sobre o desdobramento da crise estrutural do capital, a aproximação com o conceito de crise orgânica fica explícita, como podemos evidenciar na seguinte afirmação de Mézaros (2011, p. 34 – grifo do autor):

Realmente, vocês tiveram um prenúncio do que eu tinha em mente. Mas apenas um *prenúncio*, porque a crise estrutural do sistema de capital como um todo – a qual estamos experimentando nos dias de hoje em uma escala de época – está destinada a piorar consideravelmente. Vai se tornar à certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural.

Podemos perceber nesta afirmativa o caráter orgânico da crise estrutural, envolvendo todas as dimensões da produção e reprodução da existência humana. Como características fundamentais da atual crise estrutural, Mézaros (2014, p. 34) aponta quatro pontos fundamentais. São eles: o caráter universal envolvendo todas as formas de produção e reprodução da existência humana; a abrangência global com configuração única e ameaça eminente à existência humana; com dimensão temporal contínua, extensa e permanente; o modo de desenvolvimento fraudulento, com cooptação, expropriações e mecanismos voltados para a gestão da crise e transferência cada vez mais provisória das crescentes contradições, caracterizando a ameaça constante de eminentes erupções e convulsões sociais.

A tendência destrutiva exacerbada com a crise estrutural de caráter sistêmico é expressa pela forma imperialista de desenvolvimento, com a hegemonia dos Estados Unidos (MÉSZAROS, 2014, p. 34-35; 2011, p. 34-35). Esse desenvolvimento imperialista explicita a insuperável contradição entre o desenvolvimento transnacional de caráter material e a dimensão política-social que estabelece formas de dominação com hierarquização e subordinação entre os países (MÉSZAROS, 2014, p. 35; 2011, p. 34-35).

O caráter imperialista da crise estrutural do capital é evidenciado na dominação exercida entre os países hegemônicos, como resultado do acirramento da competitividade mundial e a explicitação dos limites estruturais do capital. Podemos confirmar essa percepção na seguinte análise de Mézaros (2011, p. 34):

As consequências negativas de tal deterioração da competitividade são inevitáveis. Já estão visíveis na intensificação das contradições das relações de comércio internacionais e nas medidas adotadas pelo mais poderoso país capitalista, no sentido de reafirmar, de uma forma abertamente agressiva, o seu longo e incontestado predomínio no interior da aliança ocidental.

A dominação imperialista exercida entre os países hegemônicos é evidenciada por Mézaros (2011, p. 34-35) na interferência dos Estados Unidos na conferência do direito unilateral de examinar os livros das companhias britânicas que usavam componentes tecnológicos americanos. Esse exemplo do final dos anos 1990 evidencia a crise de soberania da Inglaterra e dos países europeus em função da hegemonia político-econômica e militar dos Estados Unidos. A radicalização da política imperialista do capital evidenciada nas

A suposta “globalização” assume a forma destrutiva de radicalização das desigualdades econômico-sociais e políticas (MÉSZAROS, 2014, p. 35; 2011, p. 28-29). Essa suposta solução para a crise estrutural do capital vem exacerbando cada vez mais a dominação imperialista disfarçada de um processo voltado para o benefício da população mundial e com a imagem refletida em um suposto governo mundial representado por instituições que se apresentam com caráter universal de bem comum. Nesse sentido, segundo Mézaros (2014, p. 35), a imagem de instituições voltadas para o interesse da população mundial vem naturalizando a hegemonia dos Estados Unidos, por meio de organismos internacionais como: Banco Mundial, FMI, Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Nesse movimento entre as dimensões econômicas e políticas, a aproximação com a concepção de crise orgânica fica explícita. À medida que a crise estrutural se aprofunda, o aprofundamento do endividamento público americano é acompanhado de disseminação do ideário de boas práticas de administração doméstica como introdução da ideologia de pós-moderna. Como aspectos estruturais, podemos conferir na seguinte afirmação:

As contradições que podemos identificar dizem respeito ao conjunto interdependente do sistema do capital global no qual o capital norte-americano ocupa, mantém e, na verdade, continua a fortalecer sua posição dominante de todos os modos, paradoxalmente até por meio de suas práticas imperialistas de cartão de crédito – à primeira vista bastante vulneráveis, embora, até o presente momento, implantadas com sucesso e sem muita oposição (MÉSZAROS, 2011, p. 40-41).

Com essa percepção, Mézaros (2011, p. 40-41) evidencia a hegemonia econômica e política com a disseminação do projeto de sociabilidade burguês americano em solo europeu. Para essa disseminação o autor faz uma crítica aos intelectuais ligados

à socialdemocracia e seu papel de impulsionar o americanismo em solo europeu, como podemos evidenciar na seguinte análise:

E o fato que essa dominação ideológica seja – numa extensão impossível de negligenciar – materialmente sustentada pela *drenagem de cérebros*, financiada por cartão de crédito, em que os “intelectuais do *jet set* socialista” europeu participam de forma permanente ou em tempo parcial (não menos que seus colegas pesquisadores da área das ciências naturais no domínio da tecnologia), e como *feedback* de tal participação, ajudam ativamente a difundir deste lado do Atlântico não apenas em círculos acadêmicos, mas também entre a liderança dos partidos e sindicatos operários ocidentais, o dominante discurso liberal-burguês americano sobre o assim chamado “socialismo viável”, tudo isso apenas acentua a sóbria verdade de que a supremacia econômica é capaz de produzir as formas mais inesperadas de mistificação ideológica (MÉSZAROS, 2011, p. 41).

Alguns limites da análise estrutural ficam explícitos na seguinte afirmação de Mézaros (2011, p. 41 – grifos do autor):

À medida que os sintomas de crise se multiplicam e sua severidade é agravada, parece muito mais plausível que o conjunto do sistema esteja se aproximando de certos *limites estruturais* do capital, ainda que seja excessivamente otimista sugerir que o modo de produção capitalista já atingiu seu ponto de não retorno a caminho do colapso.

Nessa análise, os limites estruturais aparecem como possibilidades de colapso do sistema de capital, porém na análise anterior, Mézaros (2011, p. 41) evidencia o poder da ideologia na mistificação e disseminação do americanismo em solo europeu.

Além de Mézaros, podemos evidenciar a determinação estrutural da crise do sistema de capital na análise do geógrafo britânico David Harvey. Assim como Mézaros, esse intelectual é referência mundial na análise da crise estrutural do capital.

Na análise sobre a natureza da crise do Capital, Harvey possui uma abordagem de relação entre espaço e tempo, privilegiando a dimensão estrutural restrita a uma crise de acumulação. Podemos perceber a concepção de crise de Harvey (2006) na seguinte análise sobre a pós-modernidade como condição histórica:

A crise de superacumulação iniciada no final dos anos 1960, e que chegou ao auge em 1973, gerou exatamente esse resultado. A experiência do tempo e do espaço transformou, a confiança na associação entre juízos científicos e morais ruiu, a estética triunfou sobre a ética como foco primário de preocupação intelectual e social, as imagens dominaram as narrativas, a efemeridade e a fragmentação assumiram precedência sobre verdades eternas e sobre a política unificada e as explicações deixaram o âmbito dos fundamentos materiais e político-econômicos e passaram a consideração de práticas políticas e culturais autônomas (HARVEY, 2006, p. 293).

Mesmo percebendo os impactos da crise orgânica do capital em todas as dimensões da produção e reprodução da existência humana, a análise do autor estabelece a acumulação de capital como cerne das mudanças sociopolíticas e econômicas na modernidade capitalista. As características da crise orgânica do capital podem se evidenciadas em sua análise das mudanças políticas expressas em um ideário político-ideológico em torno da constituição de uma “nova era” pós-moderna. Além disso, na própria definição de Capital, podemos perceber sua análise dialética compreendida como mudanças estruturais e superestruturais, entre economia e política. Assim, a definição de capital fica explicitada no seguinte fragmento de texto:

O capital é um processo, e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. Suas regras internalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. O processo mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade de trabalho e do desejo humanos, transforma espaços e acelera o ritmo da vida. Ele gera problemas de superacumulação para os quais há apenas um número limitado de soluções possíveis (HARVEY, 2006, p. 307).

Como podemos perceber, a superacumulação define sua concepção de crise do capital. Essa restrição não impede sua capacidade de percepção das mudanças sociopolíticas e econômicas na sociedade de classes. Assim a incapacidade de manter esse ritmo de acumulação de capital vai ser uma característica de sobreacumulação evidenciada por Harvey (2014, p. 93) como problema crônico, a partir dos anos 1970. Ao analisar as bases do novo imperialismo com a hegemonia dos Estados Unidos, Harvey evidencia nos circuitos de capital o ciclo depressivo provocado pela sobreacumulação (HARVEY, 2014, p. 93). Segundo o autor, esse fenômeno tem as seguintes características:

A ideia básica de uma ordenação espaço temporal é bem simples. A sobreacumulação num dado sistema territorial representa uma condição de excedentes de trabalho (desemprego em elevação) e excedentes de capital (registrados como um acúmulo de mercadorias no mercado que não pode ser dissolvido sem uma perda, com capacidade produtiva ociosa e/ ou como excedentes de capital monetário a que faltam oportunidades de investimento produtivo e lucrativo) (HARVEY, 2014, p. 95).

A análise da sobreacumulação envolve as mediações do Estado para redirecionar os fluxos de capital e esses mecanismos tem envolvido cada vez mais a criação de capital fictício sem lastro produtivo, como ciclo de aprofundamento crônico da crise de acumulação ou crise financeira (HARVEY, 2014, p. 95-97). Essa percepção confirma

a visão do autor sobre a crise do capital como crise de acumulação, como dimensão estrutural.

A percepção de Harvey (2011) sobre a crise do capitalismo como uma crise de acumulação fica ainda mais explicitada em seu livro “O enigma do capital e as crises do capitalismo”. Na análise da crise de 2007 e 2008 que impactou os mercados imobiliários e levou a bancarrota grandes bancos americanos irradiando para o restante do mundo, Harvey estabelece centralidade no aspecto financeiro da crise (HARVEY, 2011, p. 9-12). Nesse sentido sua análise desmascara a lógica da socialização de prejuízos provocados pela especulação financeira e pela hegemonia do capital financeiro, como capital fictício.

Com a percepção da crise orgânica do capital como uma crise financeira de amplas proporções, Harvey (2011, p. 13-14) evidencia os impactos da crise de 2008 como a mãe de todas as crises, mas essa percepção é acompanhada da evidência do estreitamento dos períodos entre crises e das proporções cada vez maiores destas. Essas características se configuram como padrão de crises financeiras iniciadas com a crise orgânica do capital nos anos 1970 (HARVEY, 2011, p. 13-14). O impacto avassalador dessa crise desencadeou uma depressão com impactos imediatos nas taxas de ocupação e desemprego. A irradiação dessa crise teve no mercado americano o epicentro de uma onda gigantesca, impactando os diferentes setores da indústria, comércio e serviços (HARVEY, 2011, p. 13-14). A economia asiática (Japão, Coréia do Sul, China etc.), que experimentou um modelo de industrialização voltado para exportações, sofreu o impacto de redução drástica de suas exportações (HARVEY, 2011, p. 13-14). Essa redução das trocas no comércio mundial também teve proporções imediatas na economia britânica, na União Europeia e principalmente em economias predominantemente exportadoras como Alemanha e Brasil (HARVEY, 2011, p. 13-14).

Em toda análise desenvolvida, Harvey (2011) estabelece centralidade no movimento do capital financeiro e na crise de acumulação, como incapacidade de valorização do valor de troca. Essa percepção da crise de acumulação pode ser evidenciada na seguinte análise do movimento do capital:

O capital não pode circular ou acumular-se sem tocar em cada uma e em todas essas esferas de atividade de alguma forma. Quando o capital encontra barreiras ou limites dentro de uma esfera, ou entre as esferas, tem de achar meios para contornar ou superar a dificuldade. Se as dificuldades são graves, então aí está uma fonte de crises. O estudo

da coevolução das esferas de atividade, portanto, proporciona um quadro para pensar a evolução global e o caráter propenso a crises da sociedade capitalista (HARVEY, 2011, p. 105).

A centralidade nos mecanismos de valorização do valor não impede Harvey (2011) de perceber a hegemonia do projeto de sociabilidade neoliberal, porém sua percepção não permite a compreensão das causas para a manutenção dessa hegemonia em um quadro de profunda crise orgânica do capital, ou na sua percepção de uma crise estrutural, como crise financeira.

A crise de amplas proporções analisada por Harvey (2011, p. 12-21), não desencadeia rupturas no bloco histórico do capital. Nesse sentido, Harvey (2011) tem a seguinte percepção sobre a manutenção do neoliberalismo:

A resposta depende do que entendemos com a palavra neoliberalismo. Minha opinião é que se refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarado por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Esse projeto tem sido bem-sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal. E não há nenhuma evidência de que está morto (HARVEY, 2011, p. 16).

Na análise das soluções desenvolvidas para contornar a crise do capital, Harvey (2011, p. 16-17) evidencia a socialização dos riscos e prejuízos como mecanismo estatal para prolongar a dinâmica de acumulação do capital financeiro. Nesse sentido, o autor define como “risco moral” sistêmico esse mecanismo de solução encontrado para a crise mexicana de 1982, com a desresponsabilização dos bancos pela crise e socialização do prejuízo para a sociedade mexicana (HARVEY, 2011, p. 16). Essa solução ganha proporções gigantescas com a crise de 2008, nos Estados Unidos, evidenciada na salvação de bancos e empresas consideradas grandes demais para quebrar, como ameaça ao ordenamento social do capital. Como papel das crises financeiras, o autor aponta o seguinte:

As crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo. Geralmente levam a reconfigurações, novos modelos de desenvolvimento, novos campos de investimento e novas formas de poder de classe. Tudo isso pode dar errado, politicamente. Mas a classe política dos EUA até agora cedeu ao pragmatismo financeiro e não tocou as raízes do problema (HARVEY, 2011, p. 18).

Como pudemos evidenciar, a percepção dos autores tem na crise estrutural a determinação de uma crise de autorreprodução do capital ou de valorização do valor.

Mesmo ficando evidentes as mudanças superestruturais nas obras dos autores, a determinação estrutural não permite compreender a dialética entre estrutura e superestrutura e a robustez de uma sociedade civil capaz de manter a dominação do bloco histórico do capital, em um contexto de profunda crise orgânica do capital. Nesse sentido, a concepção gramsciana de crise orgânica permite a compreensão das formas de dominação que mantêm a hegemonia do bloco histórico do capital nesse quadro de desestruturação do nexos entre estrutura e superestrutura, economia e política.

3.3. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E INTENSIFICAÇÃO DA PRECARIÉDADE SOCIAL DO TRABALHO

A partir dos anos 1970, a crise orgânica da ordem social capitalista de produção e reprodução da vida material desencadeia amplo processo de reestruturação produtiva voltado para a recomposição das bases de acumulação de capital e redefinição dos mecanismos de mediação do conflito de classes (SOUZA, 2015, 2016, 2017). Essas mudanças alteram profundamente a dinâmica das relações de produção, com a intensificação da inserção de ciência e tecnologia na produção e o desenvolvimento de novos modelos de gestão do trabalho e da produção. Nesse sentido, as mudanças implementadas desencadeiam a redução contínua e substancial do trabalho vivo, o enxugamento dos tempos mortos e flexibilização do trabalho e dos processos produtivos, delineando a intensificação da precariedade social do trabalho (SOUZA, 2015, 2016, 2017).

Como breve consideração sobre a crise orgânica do capital, desde os anos 1970, Souza (2017, p. 1-3) evidencia mudanças nas dimensões estruturais e superestruturais da sociedade que caracterizam o desenvolvimento de um renovado regime de acumulação flexível, fundamentado no modelo de produção enxuta, e um modo de regulação social voltado para estabelecer legitimidade a esse regime, com fundamento nas apologias do receituário neoliberal mediado pela Terceira Via.

Como reação burguesa, a reestruturação da produção tem como direção um novo modelo de acumulação fundado no princípio da flexibilidade. O toyotismo com origem japonesa, desenvolvido a partir dos anos 1950, rompe o caráter restrito ao Japão e é projetado como paradigma mundial na década de 1980 (ALVES, 2007, p. 159). Nesse

movimento, com caráter sistêmico, o modelo gestado na fábrica Toyota, assume formas diversificadas e particulares em cada formação social concreta, caracterizando novo modelo de acumulação flexível (ALVES, 2007, p. 159).

Na visão de Alves (2007), o cerne do toyotismo é a captura da subjetividade operária, expressa no engajamento estimulado do trabalhador. Na visão de Souza (2017, p. 1-3), esse engajamento estimulado assume a forma do consentimento ativo do trabalhador. “É através da “captura” da subjetividade que o operário ou empregado consegue operar, com eficácia relativa, a série de dispositivos técnico-organizacionais que sustentam a produção fluida e difusa” (ALVES, 2007, p. 159). A flexibilidade fundamenta as formas de contratação salarial, o maquinário com base na microeletrônica e informática, influenciando o perfil profissional e a produção difusa com terceirização ampliada e redes de subcontratação (ALVES, 2007, p. 159).

A produção fluida não pressupõe a flexibilização como dimensão de liberdade do trabalhador, ao contrário a padronização implementada na emergência desse regime de acumulação flexível pressupõe a radicalização da fragmentação da existência humana em um processo altamente padronizado e inflexível. A flexibilidade para o trabalhador significa seu consentimento ativo, desconstrução e reconstrução de subjetividades de mercado como fragmentação da existência. Nesse sentido, nossa discussão vem evidenciando uma burocratização de novo tipo como racionalização econômica e política especializada na fragmentação humana e na captura de subjetividade como estratégia política de salvação do ordenamento social em crise orgânica crônica e arrastada até os nossos dias.

Os sentidos e significados em torno da categoria flexibilidade se torna essencial para a compreensão da redefinição da sociabilidade burguesa como racionalização econômica e política. Nesse sentido, Rosso (2017, p. 21) analisa a ontologia dessa categoria como invenção dos trabalhadores livres, com origem na autonomia do trabalho. Com essa percepção, podemos definir a flexibilidade como a própria organicidade da práxis humana. Essa característica orgânica e plástica do trabalho humano foi analisada no capítulo anterior, como essência do trabalho como práxis humana mediada pela consciência e com possibilidade de ruptura entre a concepção e

execução do trabalho. Essa análise nos leva a afirmar que, a flexibilidade como categoria orgânica à práxis humana ganha sentidos de fragmentação na dominação burguesa.

A racionalização econômica e política taylorista-fordista aprofunda a fragmentação como inflexibilidade e rigidez nos processos e no controle sobre o trabalho e a produção, voltado para a produção de mercadorias. O significado dessa fragmentação e rigidez foi a inflexibilidade no controle em todas as dimensões da produção da existência humana, estabelecendo o sentido de produção de mercadorias na maior quantidade possível, como pressuposto para a acumulação de capital. Como discutimos no capítulo anterior, essa racionalização ganha sentido de produção de mais-valia absoluta como extensão da jornada de trabalho, em dinâmica repetitiva, exaustiva e extremamente longas. A combinação da extração de mais-valia absoluta e relativa vai se estabelecer como configuração da luta de classes, na dinâmica de avanço das forças produtivas e mudanças nas relações sociais de produção. O avanço tecnológico se torna elemento determinante nesse processo de mudanças. Nesse sentido, evidenciamos essa determinação na seguinte análise de Rosso (2017, p. 21):

A partir da Revolução Industrial, praticamente se desconhecera formas de distribuição flexível dos horários laborais. Mantiveram-se apenas jornadas repetidas. Os trabalhadores enfrentaram o trabalho rígido e, a partir de então, a luta voltou-se a submetê-lo a controles sociais.

A luta de classes determinou a jornada de trabalho integral como cerne de disputas em torno de direitos e melhoria das condições de vida das classes subalternas. Essa determinação estabeleceu a jornada de tempo integral como padrão, com predominância das economias centrais do capitalismo (ROSSO, 2017, p. 21-22). Mesmo com essa predominância a flexibilidade se fez presente nas formas de extensão das jornadas de trabalho por meio da institucionalização de horas extras. Como afirma Rosso (2017, p. 22), “[...] horários flexíveis fizeram parte das práticas de trabalho durante todo o percurso da história. É o caso do trabalho prolongado e das horas extras que empurravam as atividades laborais até a barra do anoitecer, labutava-se de sol a sol, senão noite adentro”.

O ápice da extensão da jornada de trabalho se configura na Revolução Industrial e como decorrência da luta de classes, os limites a extensão vão ser estabelecidos na mediação do conflito de classes. Com a materialidade da luta de classes

com o horizonte de construção de um novo projeto de sociabilidade socialista, a Revolução Russa, em 1917, vai estabelecer novos limites à exploração do Capital (ROSSO, 2017, p. 22-23). Esses elementos evidenciam a necessidade de sofisticação da pedagogia política burguesa. Em relação aos limites impostos à extensão da jornada de trabalho integral, o papel do Soviete russo e as mudanças na forma da jornada de trabalho passam a influenciar a racionalização econômica e política desenvolvida pelo padrão taylorista-fordista de trabalho e produção (ROSSO, 2017, p. 22-23).

A constituição de jornadas de trabalho de 8 horas diárias e 48 horas semanais em conjunto com restrições ao trabalho infantil, trabalho noturno para mulheres e jovens menores de 18 anos vão influenciar a sociabilidade capitalista. Além desses elementos, a preocupação com a salubridade do trabalho e o reconhecimento de dimensões de tempo de não trabalho, como domingos e feriados passam a influenciar o regime de acumulação taylorista-fordista e a mediação do conflito de classes desenvolvida pelo Estado burguês (ROSSO, 2017, p. 23). Essa influência já pode ser verificada nas mudanças desencadeadas no pós I Guerra Mundial, com a implementação da mesma duração da jornada de trabalho de 8 horas diárias e 48 horas semanais, com restrição a empreendimentos industriais, pela recém-criada Liga das Nações, em 1919 (ROSSO, 2017, p. 23). Com essa análise Rosso (2017, p. 25) afirma que “a flexibilidade da modernidade capitalista não é toda a flexibilidade. Ela surge no meio das lutas pela regulamentação do trabalho em horários de tempo integral”.

Ao analisar a dinâmica de flexibilização das horas de trabalho no contexto de crise do capital, Rosso (2017, p. 26) evidencia as primeiras experiências de flexibilização na Alemanha, no setor aeronáutico. Com a aparência de melhorias das condições de trabalho, o *flex-tempo* foi utilizado para encontrar uma saída para a falta de força de trabalho na reconstrução da Alemanha (ROSSO, 2017, p. 26). Assim, a flexibilização foi adotada como necessidades da aceleração econômica promovida pela política keynesiana (ROSSO, 2017, p. 27). Nesse contexto de reconstrução da Alemanha no Pós-Guerra, a incorporação da força de trabalho das mulheres, na economia alemã ocidental, envolveu o desenvolvimento de formas flexíveis de inserção, com horários flexíveis de entrada e saída em função de compromissos domésticos e cuidados (ROSSO, 2017, p. 26-27).

A flexibilidade dos horários de trabalho surge como proposta do economista Christel Kaemmerer e se fundamentava na ideia de horários flutuantes voltados para a incorporação da força de trabalho feminina, porém sua aplicação se estendeu aos demais trabalhadores assalariados (ROSSO, 2017, p. 27). Com essas experiências, Rosso (2017, p. 27-28) afirma a possibilidade da flexibilidade desempenhar diferentes papéis, mas no ordenamento social do capital sua utilidade é dar respostas às demandas ou obstáculos à acumulação de capital. Assim, o aspecto positivo de diminuição dos custos de produção – ligados à diminuição do absenteísmo, de horas extras, rotatividade e o aumento da pontualidade no trabalho – vão impulsionar a expansão dessa forma de flexibilidade laboral para o restante da Europa e Estados Unidos (ROSSO, 2017, p. 27).

As formas de flexibilização vão desencadear mudanças no regime de acumulação e para entender a dialética de mudanças, Rosso (2017, p. 27) aponta esse conjunto de mudanças as categorias de acumulação flexível e despossessão exercem papel importante para a crítica ao projeto de sociabilidade neoliberal (ROSSO, 2017, p. 27). A dialética da flexibilidade entre estrutura e superestrutura fica explícita na seguinte análise de Rosso (2017, p. 45-46):

Quanto à organização dos tempos de trabalho, a flexibilidade é introduzida nos lugares de trabalho por meio de decisões arbitrárias dos empregadores em geral com suporte dos governos nacionais e o apoio de organismos internacionais. Aos poucos, o uso do emprego regular de tempo integral diminui em favor de formas mais flexíveis de trabalho. Se a flexibilidade nos horários laborais, juntamente com outros tipos de flexibilidade, foi introduzida pelo patronato, devem ser pesquisadas as razões pelas quais a flexibilização favorece os empregadores.

Com esse sentido, a flexibilização do trabalho precisa ser compreendida no conjunto de mudanças da administração do trabalho e da produção, como dimensão da pedagogia política do capital. Como aspecto histórico dessa construção, o modelo de acumulação flexível se estabelece como momento orientador de mudanças mundiais, a partir da elaboração da racionalização econômica e política promovida na Fábrica da Toyota. As mudanças que deram forma a racionalização flexível do trabalho, iniciam com experiências sediadas nessa fábrica, mas o conhecimento teórico e prático dessa mudança se deu como movimento internacional. Nesse movimento internacional, o movimento de intelectuais americanos para difundir o americanismo envolveu um processo de construção entre Estados Unidos e Japão da renovação das formas e do conteúdo da

racionalização do trabalho. Assim, intelectuais como William Edwards Deming e Joseph Moses Juran já promoviam seminários e difusão da gestão americana desde os anos 50, participando ativamente nas mudanças introduzidas na racionalização flexível do trabalho, com foco no uso de tecnologia e controle de qualidade (OLIVEIRA, 2014, p. 12-13). A influência da gestão americana se faz presente em toda fundamentação das técnicas e filosofia de controle da qualidade desenvolvida de forma conjunta entre americanos e japoneses (OLIVEIRA, 2014, p. 12-15).

Com objetivo de apresentar o cerne do toyotismo como verdadeiro espírito da reestruturação produtiva, Alves (2007, p. 156-157) evidencia as dimensões econômicas e políticas como inovações organizacionais, tecnológicas e sociometabólicas. Nesse sentido, a racionalização econômica e política, com base nesse momento orientador, envolvem todas as formas de produção e reprodução da existência humana. Podemos evidenciar a abrangência do toyotismo na seguinte análise de Alves (2007, p. 156-157):

Os protocolos organizacionais do toyotismo, muitos deles traduzidos em valores e regras de gestão do trabalho vivo, dos mais diversos tipos, atingem os empreendimentos capitalistas, seja na área da indústria, seja na área de serviços (inclusive na administração pública). Eles articulam, no plano da subjetividade da produção capitalista, um novo regime de acumulação centrado no princípio da flexibilidade (categoria central da acumulação capitalista num cenário de crise estrutural). Na verdade, todo empreendimento técnico-organizacionais oriundos da matriz ideológico-valorativa toyotista. Por exemplo, mesmo não participando da criação de valor, organizações de serviços, de administração pública e inclusive instância sócio-reprodutivas, tendem a incorporar os valores do neoprodutivismo toyotista.

Nesse movimento de mudanças, o desenvolvimento do toyotismo com caráter sistêmico é apontado por Alves (2007, p. 160) como momento predominante ou espírito do capitalismo, para o que Harvey (2006, p. 141-148) determina como constituição de um regime de acumulação flexível a partir dos anos 1980. Essa periodização evidencia a hegemonização da sociabilidade burguesa na expansão da sociabilidade fabril estabelecida na dialética entre estrutura e superestrutura, como regime de acumulação flexível e a emergência do projeto de sociabilidade neoliberal com caráter mundializado. Ao analisar a gênese das mudanças, Alves (2007, p. 160-161) evidencia uma primeira onda de difusão das técnicas organizacionais, como difusão dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) e concomitância o *Kanban* e *Justi in Time*. Essa base técnica e tecnológica associada à microeletrônica e informática ganha sentido

completo, como dominação sistêmica, com a elaboração do *Total Quality Control* (TQC), envolvendo técnicas de otimização de tempos e movimentos – *Kaisen*, *Total productive Maintenance* (TPM) – associada à técnicas comportamentais – 5S’s – de envolvimento ativo do trabalhador no aperfeiçoamento constante do processo de trabalho e da produção. A técnica comportamental tem como objetivo forjar uma autodisciplina fabril, com senso de limpeza, organização, utilização, saúde e prevenção, direcionando a subjetividade humana para a valorização do capital. Como discutimos no capítulo dois, a dominação como racionalização econômica e política envolve a formação/conformação de um homem prático, com práxis humana limitada à valorização do capital. Assim, a acumulação flexível estabelece a subsunção completa do Trabalho ao Capital, como racionalização psicofísica e ético-política à renovação dos padrões imperialistas de sociabilidade burguesa, subsumindo corpo e mente e toda a materialidade da existência humana à hegemonia burguesa. Com esse sentido, Alves (2007) faz a seguinte análise sobre o toyotismo:

Ele tornou-se adequado, sob a mundialização do capital, não apenas à nova base técnica do capitalismo, com presença de novas tecnologias microeletrônicas na produção (o que exige um tipo de envolvimento operário, e, portanto, uma nova subordinação formal-intelectual do trabalho ao capital), mas à nova estrutura da concorrência capitalista no cenário de crise de superprodução, onde está colocada a perspectiva de “mercados restritos” (apesar da mundialização do capital, principalmente na indústria automobilística) (ALVES, 2007, p. 160).

Alves (2011, p. 63) nos ajuda a compreender as mudanças na dinâmica da administração capitalista, como política da dominação burguesa. Nesse conjunto de mudanças a racionalização econômica e política se configuram como racionalização psicofísica e ético-política, como forma de subsunção do Trabalho ao Capital. Na medida em que as técnicas de flexibilização do trabalho foram introduzidas, como o *just-in-time*, *kanban* e a nova maquinaria, as mudanças comportamentais vão exigir a incorporação da subjetividade humana no processo produtivo (ALVES, 2011, p. 63). É esse movimento que vai caracterizar a pedagogia política do capital voltada para a captura da subjetividade do trabalhador no processo produtivo. Com essa análise, podemos reafirmar a racionalização econômica e política do trabalho como sociabilidade forjada pela administração capitalista na dialética de expansão da cultura fabril, como momento para a renovação das formas de dominação da racionalização social.

A inserção da subjetividade do trabalhador no processo produtivo se configurou como ruptura essencial para o aprofundamento da subsunção do Trabalho ao Capital. Amparado na análise gramsciana, Alves (2011, p. 63-65) contribui para a compreensão das dimensões educacionais da fábrica para a formação de um trabalhador flexível. A concepção gramsciana da linguagem como construção humana fundamentada em uma concepção de mundo, permitiu Alves (2011, p. 63-65) compreender a dimensão política-ideológica contida na linguagem da administração. Nesse sentido, as mudanças na pedagogia política do capital se desenvolvem na dialética entre estrutura e superestrutura, entre economia e política. Como aspectos dessas mudanças, podemos evidenciar a apropriação das concepções pós-modernas na constituição das formas e do conteúdo da gestão flexível (ALVES, 2011, p. 63-65).

Em relação a dimensão da conformação da sociabilidade burguesa na fábrica, Alves (2011) faz a seguinte análise:

Sob o toyotismo, o homem produtivo é instigado a pensar demais, mas de acordo com a racionalidade instrumental do capital. O cérebro dos operários e dos empregados não está mais livre, como no taylorismo-fordismo. Deve-se combater nos locais de trabalho e nas instâncias da reprodução social o pensamento crítico ou aquilo que Gramsci tratou como “um curso de pensamentos pouco conformistas”. Incentivam-se habilidades cognitivo-comportamentais pró-ativas e propositivas no sentido adaptativo aos constrangimentos sistêmicos. No plano linguístico-locucional, deve-se trocar a sintaxe da luta de classes para a sintaxe da concertação social. Por isso, ao lado dos CCQs (Círculos de Controle da Qualidade), a necessidade do sindicalismo de participação (ALVES, 2011, p. 65 – grifo do autor).

A administração ou gestão se torna dimensão essencial para compreender as mudanças na pedagogia política do capital. A partir da necessidade de compreender os fundamentos da ideologia gerencialista, ou seja, seus pressupostos, teorias, valores, hipóteses e métodos, Gaulejac (2011, p. 67) contribui para evidenciar as dimensões político-ideológicas da gestão capitalista.

Com base nas ambiguidades das ciências da gestão, a subordinação ao poder gerencialista se desenvolve como pressuposto teórico-metodológico de uma ciência a serviço do capital (GAULEJAC, 2011, p. 67-68). As ambiguidades de uma ciência que deveria descrever e analisar os modelos de organização da ação coletiva e passa a servir ao poder gerencialista, beneficiando a visão de mundo que transforma o humano em recurso subordinado aos interesses do capitalista (GAULEJAC, 2011, p. 67-68).

Nesse contexto, a gestão subordinada aos interesses do poder gerencialista é apresentada com um caráter de neutralidade fundado em uma visão pragmática, fragmentada e apolítica (GAULEJAC, 2011, p. 67-68). Essa limitação à concepção de mundo burguesa limita as discussões e análises à melhor utilização dos recursos humanos, financeiros e materiais, como condição para o funcionamento e continuidade das empresas (GAULEJAC, 2011, p. 67-68). Na análise de Gaulejac (2011, p. 67-68) a centralidade na melhor utilização de recursos retira a possibilidade de negociação coletiva sobre a finalidade da empresa e de sua produção, legitimando e naturalizando uma imposição exterior dessa finalidade.

A limitação e a subordinação da gestão aos interesses do poder gerencialista forjam uma linguagem própria, centrada na ação e em uma pretensa neutralidade (GAULEJAC, 2011, p. 68-69). Essa linguagem vai influenciar as representações das administrações, das empresas privadas e públicas, dos dirigentes, do mundo político, como decorrência para o conjunto da sociedade (GAULEJAC, 2011, p. 68-69). Nesse sentido, a linguagem propagada está fundamentada em uma ideologia expressa por uma visão de mundo e um sistema de crenças que dissimulam um projeto de dominação (GAULEJAC, 2011, p. 68-69).

Em relação às representações dos dirigentes, estes especialistas em gestão se propõem a gerir os negócios do mundo, com competência fundada em diferentes paradigmas, voltada para a prescrição de modelos para estes negócios (GAULEJAC, 2011, p. 68-69). Esses diferentes paradigmas que constituem a gestão como ciência formam um todo fragmentado ou como diz Gaulejac (2011, p. 68), “uma disciplina multiforme sem corpus próprio”.

A gestão como ciência nasce fundamentada na concepção mecânica de mundo partilhada pelos engenheiros, que a criaram, e suas concepções físicas da empresa (GAULEJAC, 2011, p. 69). Ao longo do tempo histórico, esse domínio da concepção física passa a ser permeado por outras percepções da realidade das empresas, introduzindo preocupações com o fator humano, as interações nas relações de produção e sua complexidade, forjando um todo fragmentado e centrado na melhor utilização de recursos (GAULEJAC, 2011, p. 69). Essa centralidade vai diferenciar a gestão de outras ciências que possuem seu objeto de análise e investigação, evidenciando o caráter tangencial em

função do caráter pragmático voltado para fazer a empresa funcionar. Podemos evidenciar essa afirmação no seguinte fragmento do texto:

Ao se definir em relação a uma finalidade prática – fazer a empresa funcionar – a gestão passa ao lado de seu objeto. Ela se decompõe então em domínios especializados, como a gestão estratégica, a gestão de produção, a gestão comercial, a gestão contábil, a gestão financeira, a gestão de marketing, a gestão do pessoal e dos recursos humanos etc. Diversos saberes práticos que têm como função modelar comportamentos, orientar processos de decisão, estabelecer procedimentos e normas de funcionamento (GAULEJAC, 2011, p. 68).

Com base em uma visão tangencial do objeto, na pseudoneutralidade e no pragmatismo que limitam a gestão à um conjunto de técnicas e pesquisas voltadas para fazer a empresa funcionar, Gaulejac (2011, p. 69) evidencia o seu caráter ideológico, fundamentado em uma concepção de mundo com um sistema de crenças que dá sentido à uma concepção de ação. Segundo Gaulejac (2011, p. 69), “designar o caráter ideológico da gestão é mostrar que, por trás dos instrumentos, dos procedimentos, dos dispositivos de informação e de comunicação encontram-se em ação certa visão de mundo e um sistema de crenças”.

Em relação à ilusão, o autor evidencia o sentido de onipotência que estabelece relações de domínio absoluto do condicionamento do comportamento humano e da neutralidade das técnicas (GAULEJAC, 2011, p. 69). Em relação à dominação, Gaulejac (2011, p. 69) aponta a dominação estabelecida por um sistema econômico com finalidade de lucro.

Ao evidenciar o caráter ideológico da gestão, expresso na dissimulação de um projeto de dominação, o autor afirma que os mecanismos de poder em torno da formação e pesquisa em gerenciamento caracterizam as relações de poder e dominação norte-americana que impõe suas normas ao mundo no processo de globalização (GAULEJAC, 2011, p. 69). Essas relações de poder e dominação podem ser evidenciadas no domínio norte-americano sobre a ciência gerencial, concentrando mais de noventa e cinco por cento das revistas científicas sobre gestão (GAULEJAC, 2011, p. 69). Além disso, o domínio sobre o conhecimento produzido na ciência gerencial está expresso no predomínio dos autores norte americano nas seguintes dimensões: fundamentações de pesquisas; na imposição das normas contábeis norte-americanas em nível mundial; além

da utilização da gestão como arma geopolítica, por meio do programa de bolsas para a formação em gestão (GAULEJAC, 2011, p. 69-70).

As relações de dominação estabelecidas na dinâmica de desenvolvimento da ciência gerencial retiram do horizonte de estudos a dimensão política, como as relações de poder e dominação nas empresas, limitando o escopo dos estudos ao desenvolvimento de soluções eficientes e eficazes para o funcionamento das empresas (GAULEJAC, 2011, p. 69-70). Essa dominação no desenvolvimento da ciência gerencial, segundo o autor, pode ser evidenciada também nas relações de poder e critérios quantitativos envolvidos nas publicações de revistas.

A qualidade nas publicações é definida pela predominância de procedimentos e técnicas quantitativos como valorização da objetividade, legitimados pelas universidades, instituições de ensino e seus estudantes (GAULEJAC, 2011, p. 70-73). Nesse sentido, a qualidade em pesquisa gerencial é medida por índices e taxas de citações que envolvem rendas acadêmicas e doações de empresas para as escolas mais adequadas às relações de dominação no desenvolvimento da ciência gerencial, excluindo revistas, autores e instituições que não se encaixam nessas relações (GAULEJAC, 2011, p. 70-73). Além desses elementos, a manutenção da posição no *ranking* das melhores revistas por uma elite intelectual de autores e instituições envolve práticas de autocitação e esquecimento seletivo de outros autores, instituições e revistas (GAULEJAC, 2011, p. 70-73). Esse processo de financeirização da ciência gerencial impulsiona o caráter comercial e a transformação em dimensões de concentração de lucros.

A partir da caracterização e análise do caráter mistificador da realidade e das relações de dominação expressas na ideologia gerencial, Gaulejac (2011, p. 79-83) aponta o paradigma objetivista como pressuposto voltado para estabelecer um caráter de cientificidade à ciência gerencial. Com base nesse pressuposto, o autor aponta os seguintes princípios estruturantes desse paradigma: a empresa como universo funcional; esse universo se constrói por meio de procedimentos fundados no modelo experimental; esse modelo está fundamentado na concepção utilitarista da ação; e no homem determinado pelo caráter econômico (GAULEJAC, 2011, p. 79-83).

As mudanças estruturais e superestruturais têm como direção maior produtividade e competitividade das empresas e como significado a deterioração da

dinâmica das relações de produção, com a sofisticação dos mecanismos de subsunção real do trabalho ao capital, expressa no fenômeno da captura da subjetividade operária (SOUZA, 2017, p. 1-3). Assim, segundo o texto, o aumento da produtividade e competitividade das empresas é possibilitado pela inserção intensa de ciência e tecnologia na produção, combinada ao desenvolvimento de novos modelos de gestão empresarial (SOUZA, 2017, p. 1-3). Essa combinação materializa-se em um processo de flexibilização capaz de fazer conviver formas arcaicas de organização do tipo taylorista/fordista, com formas inovadoras embasadas na microeletrônica e na informática em um mesmo ramo produtivo, expressando a intensificação das estratégias de extração de mais-valia absoluta e a complexificação da divisão social do trabalho (SOUZA, 2017, p. 1-3). Essa percepção pode ser confirmada na seguinte afirmação de Souza (2017, p. 1-3):

Embora esse regime renovado de acumulação flexível de capital comporte inúmeras inovações beneficiadas pelo avanço da informática e da microeletrônica, ele também conserva vários elementos típicos do moribundo regime de acumulação rígida de capital adotado no período pós-Guerra – taylorismo/fordismo (SOUZA, 2017, p. 3).

Segundo Souza (2017, p. 1-3), a legitimidade do renovado regime de acumulação exige nova coerência institucional no nível superestrutural. Nesse sentido, a reorientação da gestão do fundo público se torna central para a regularidade sistêmica, expressando a desoneração do Estado com políticas sociais para a garantia dos recursos necessários à estabilização cambial, ao controle da inflação e ao atendimento às demandas das grandes empresas (SOUZA, 2017, p. 1-3).

O regime de acumulação gestado exige mudanças na dimensão político ideológica, desencadeando alterações na relação entre o aparelho de Estado e a sociedade civil. Assim, a manutenção da hegemonia burguesa envolve uma renovada pedagogia política voltada para manter a sociedade civil nos limites da sociedade de classes, caracterizando o papel do Estado de educar para o consenso, configurando a conformação ética e moral para a sociabilidade burguesa.

Nesse contexto, a educação para o consenso envolve a radicalização da cultura do individualismo, da competitividade e da meritocracia como critério individual para o desenvolvimento econômico e social. A radicalização do individualismo direciona as formas de mediação política voltadas para a regulação social pela lógica do mercado,

assumindo as formas da cultura empreendedora, do desenvolvimento sustentável, da empregabilidade.

O caráter de ofensiva da recomposição expressa o aprofundamento da natureza imperialista do ordenamento social do Capital, subordinando a existência humana à dominação burguesa e aos imperativos da acumulação de capital. Nesse movimento, o empreendedorismo surge como necessidade de mediação do conflito de classes. Com base no conceito marxiano de práxis humana criativa, o empreendedorismo é desenvolvido como ideologia política limitadora da criação humana. Ao mesmo tempo em que o avanço das forças produtivas e as mudanças nas relações sociais de trabalho passam a exigir maior formação/qualificação profissional, o empreendedorismo surge como ideologia necessária ao aprofundamento da fragmentação da existência humana, como estratégia de limitação da práxis criadora humana à valorização do capital.

A apropriação dessa forma de ser, pensar e agir se torna momento cultural para a reformulação dos marcos da democracia restrita como cidadania empreendedora. O alcance dessa ideologia como momento cultural se deu com a associação da flexibilidade como fragmentação política e econômica e o direcionamento da criatividade humana para o que é rentável. Esse direcionamento é fundado no fetiche da prática formadora e na racionalidade instrumental. É nesse sentido que essa limitação da práxis humana criadora se consolida como forma política-pedagógica para a reformulação da sociabilidade burguesa como sociabilidade regulada e centrada no mercado. Assim, nesse próximo tópico buscamos desenvolver a construção de projetos de sociabilidade para a manutenção da hegemonia burguesa, evidenciando o papel educador do Estado, com caráter de conformação social e construção do consentimento ativo na sociedade civil.

3.4. A PEDAGOGIA POLÍTICA RENOVADA COMO ESTRATÉGIA DO ESTADO EDUCADOR

Em movimento dialético entre estrutura e superestrutura, a reconfiguração dos mecanismos de mediação do conflito de classes estabelece forma a um projeto de sociabilidade com alcance mundializado. Nesse movimento de mudanças que caracterizam a luta de classes no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, as mudanças

estruturais, expressas no desenvolvimento de um regime de acumulação flexível, se desenvolvem ao mesmo tempo na dimensão superestrutural, com o resgate e construção da hegemonia do projeto de sociabilidade neoliberal. Esse resgate envolve um processo de hegemonização com experiências isoladas até o surgimento da conjuntura ideal para seu desenvolvimento. Nesse sentido, o aprofundamento do novo padrão imperialista de dominação exige uma legitimação política-ideológica adequada às necessidades do desenvolvimento econômico.

O projeto neoliberal de sociabilidade burguesa possui origem na formulação teórica do economista e pensador austríaco Friedrich August von Hayek em “O Caminho da Servidão”, em 1944. Com o desenvolvimento desse texto, Hayek expressa uma visão de oposição radicalizada ao modo de regulação social keynesiano ou do Estado de Bem-Estar social (ANDERSON, 1995, p. 9; PAULANI, 2006, p. 68-71). Sua visão radicalizada associava essa forma de mediação do conflito de classes ao desenvolvimento do nazismo, com sentido de limitação dos mecanismos de mercado produtora da servidão moderna. Em um embate entre projetos das frações burguesas em disputa pela direção do ordenamento social do capital, Hayek direciona seu projeto político-ideológico para atacar as bases do projeto socialdemocrata fundamentado na regulação social do Estado de Bem-Estar. Essa disputa política com o Partido Trabalhista Inglês se deu nas eleições gerais de 1945.

A raiz do desenvolvimento do projeto neoliberal de sociabilidade está ligada à história intelectual de Hayek. Discípulo da escola austríaca de pensamento econômico, sua produção teórica tinha centralidade na ideia de equilíbrio, nos campos da teoria monetária e dos ciclos e da teoria do capital (PAULANI, 2006, p. 68). Essa ideia de equilíbrio tem fundamento na teoria neoclássica que define a autorregulação do mercado como mecanismo superior de regulação social. Com fundamento na teoria do economista inglês Alfred Marshall, a teoria neoclássica afirma que, a plena satisfação de todos depende da liberdade dos agentes econômicos para atuarem na dinâmica de oferta e demanda (PAULANI, 2006, p. 68). Ao reduzir o ser humano ao comportamento econômico egoísta, essa teoria nega as relações de poder na sociedade de classes e a existência da teoria do valor do trabalho, além da tendência ao monopólio e a financeirização como elementos estruturais de funcionamento do ordenamento social do capital.

Segundo Paulani (2006), a crença de Hayek no mercado autorregulador se desfaz em meados dos anos 1930, com a publicação dessa refutação em 1937. A refutação, segundo a autora tem a seguinte tese:

Resumidamente, afirma que, ao tomar o indivíduo e seu comportamento como dados *a priori*, a teoria neoclássica dá por resolvido aquilo que deveria resolver. O equilíbrio que aparece como resultado de seu desenvolvimento está na realidade hipostasiado e, com isso, a teoria neoclássica, que deveria funcionar como prova ‘científica’ de que a sociedade de mercado consegue produzir o ótimo social, não consegue cumprir esse papel (PAULANI, 2006, p. 68 – grifo da autora).

Essa refutação pelo próprio Hayek vai ser aprofundada em um debate entre Hayek, Von Mises e economistas que defendiam o planejamento central. Nesse debate, Oskar Lange refuta a ideia de alcance ótimo somente pelo livre mercado com a própria teoria neoclássica, como podemos perceber na seguinte afirmação de Paulani (2006, p. 69-70):

O resultado desse debate foi trágico para alguém com as arraigadas convicções liberais de Hayek. Lange não demonstrara apenas que o cálculo racional era perfeitamente possível numa sociedade regida pelo mercado. Pior que isso, ele utilizara como peça fundamental em sua argumentação a própria teoria neoclássica. Se, como advoga a teoria neoclássica, o comportamento humano no que tange às questões materiais é plenamente previsível, ficava provado – assim raciocinou Lange – que o ótimo social podia ser conscientemente planejado, algo que Hayek não podia aceitar.

Além da refutação da teoria neoclássica pelo próprio Hayek e por Lange, Paulani (2006, p. 70) trás outro elemento importante para a compreensão do significado ideológico do projeto de sociabilidade neoliberal. Antes da refutação teórica promovida por Hayek, este lecionava em Viena e foi convidado a integrar o quadro de professores da *London School of Economics*, integrando a comunidade intelectual inglesa (PAULANI, 2006, p. 70). Desde sua chegada os conflitos com John Maynard Keynes e seus discípulos da Universidade de *Cambridge* passaram a ser constantes (PAULANI, 2006, p. 70). A teoria de Keynes confrontava diretamente as crenças de Hayek, com fundamento em uma economia planificada e na impossibilidade da autorregulação do mercado, como mecanismo promotor de prosperidade coletiva (PAULANI, 2006, p. 70). Assim, a relação conflituosa perdurou por mais 15 anos de vida de Keynes e continuou após a sua morte (PAULANI, 2006, p. 70). A intensidade desse conflito passou a crescer em função da fama deste intelectual associada à conjuntura de crise orgânica do capital evidenciada nos anos 1930. Podemos compreender esse movimento na seguinte reflexão de Paulani (2006, p. 70):

Na contramão do que pensava Hayek, Keynes desenvolveu uma teoria para mostrar justamente que o mercado, deixado a si mesmo, poderia levar ao péssimo social, ou seja, trabalhar abaixo do nível de pleno emprego, produzindo recessão, desemprego e miséria por um tempo indefinido, visto que não tinha condições de, por si só, sair desse tipo de armadilha que seu próprio funcionamento montava. A enorme crise dos anos 1930, com todas as sequelas sociais que produziu, funcionou como aliada poderosa da vitória de Keynes nessa contenda teórica. Mas, para além da disputa meramente intelectual entre os dois, o que estava em jogo nesses tempos era o destino do mundo moderno.

O desenvolvimento imperialista fundamentado na reprodução ampliada do regime de acumulação taylorista-fordista e no modo de regulação social de tipo keynesiano vai inibir a hegemonia do projeto neoliberal. Esse padrão de dominação imperialista é caracterizado por um período de crescimento da economia dos países hegemônicos sem precedentes históricos, caracterizado por uma “época de ouro”. Nesse contexto, as ideias liberalizantes não encontraram as condições históricas para o seu desenvolvimento (ANDERSON, 1995, p. 10).

Com a incapacidade de tornar suas ideias hegemônicas, Hayek convoca intelectuais afinados com seu ideário para fundar a Sociedade Mont Pèlerin. Como afirma Anderson (1995, p. 10), a partir de uma reunião na estação suíça de Mont Pèlerin, Hayek reuniu intelectuais²³ voltados para manter vivo o ideário neoliberal, como uma espécie de franco-maçonaria neoliberal. Essa sociedade buscou sua expansão através da formação de intelectuais orgânicos comprometidos com a destruição do keynesianismo e do “solidarismo”, como pressupostos para a construção de outro capitalismo, duro e livre de regras em momento futuro. Para Hayek, o igualitarismo e o intervencionismo pautado no keynesianismo e no Estado de Bem-Estar social eram elementos destruidores da liberdade dos cidadãos e da competitividade como elemento central para a prosperidade de todos (PAULANI, 2006, p. 70-71). Mesmo não encontrando terreno fértil para sua implantação, as mensagens propagadas mantiveram a chama acesa para seu desenvolvimento futuro. A associação de liberdade do capital como pressuposto para a prosperidade de todos se constituiu na tese propagada como naturalização da desigualdade e do desemprego real como valores positivos e necessários para as sociedades ocidentais.

²³ Os principais intelectuais envolvidos foram Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga (ANDERSON, 1995, p. 10).

Ao analisar a trajetória intelectual de Hayek, Paulani (2006, p. 71) evidencia na refutação da teoria neoclássica por Hayek e na ausência de um desenvolvimento teórico posterior capaz de demonstrar a superioridade do mercado como elemento regulador o elemento messiânico das ações de Hayek e seus discípulos. A autora trás a seguinte análise sobre o caráter religioso e anticientífico do neoliberalismo:

Essa talvez seja a razão maior a explicar o fato de essa recriação do liberalismo ter nascido como doutrina e não como ciência. Se não havia teoria econômica capaz de cumprir o papel ideológico que era necessário cumprir, então tratava-se simplesmente de afirmar a crença no mercado, de reforçar a profissão de fé em suas inigualáveis virtudes. E para atingir o estágio em que o mercado seria o comandante indisputado de todas as instâncias do processo de reprodução material da sociedade, era preciso: limitar o tamanho do Estado ao mínimo necessário para garantir as regras do jogo capitalista, evitando regulações desnecessárias; segurar com mão de ferro os gastos do Estado, aumentando seu controle e impedindo problemas inflacionários; privatizar todas as empresas estatais porventura existentes, impedindo o Estado de desempenhar o papel de produtor, por mais que se considerasse essencial e/ ou estratégico um determinado setor; e abrir completamente a economia, produzindo a concorrência necessária para que os produtos internos ganhassem eficiência e competitividade (PAULANI, 2006, p. 71).

Com o passar do tempo esses intelectuais difusores de um conteúdo messiânico passam a incorporar outros elementos ao receituário prescrito, como regras voltadas para a operação de juros, câmbio, finanças públicas, voltadas para transformar o Estado em um administrador dos negócios burgueses (PAULANI, 2006, p. 70-71).

Com a evidência de uma crise orgânica do capital no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, as condições se tornaram propícias para o desenvolvimento do projeto neoliberal de sociabilidade. Nessa conjuntura marcada pela recessão, baixas taxas de acumulação de capital, com altas taxas de inflação e instabilidade política marcada por movimentos de contestação social e insatisfação generalizada, o projeto neoliberal de sociabilidade encontra solo fértil para alcance hegemônico.

Os pressupostos do projeto neoliberal de sociabilidade partem da associação entre efeitos da crise orgânica do capital na economia e o suposto poder excessivo, parasitário e nefasto dos sindicatos. Assim, a atuação dos sindicatos na defesa dos interesses da classe trabalhadora, passa a ser evidenciada como raiz da corrosão das bases de acumulação de capital, associada a pressões por aumento de salários e pressões sobre o aparelho de Estado para maiores gastos em políticas sociais (ANDERSON, 1995, p. 10).

Como receituário para a reversão da crise orgânica e trazer de volta a suposta liberdade dos cidadãos, foi estabelecido um conjunto de reformas a ser implementado. Na dinâmica das reformas, o receituário propunha mudanças na relação entre o aparelho de Estado e sociedade civil, este aparelho deveria ser forte no combate ao sindicalismo e no controle monetário. Para exercer essas funções, a contenção de gastos com políticas sociais de bem-estar e limitação das intervenções econômicas funcionariam como estratégias para combater o sindicalismo e dismantelar a regulação do Estado de Bem-Estar Social. Esse ataque generalizado às representações das frações das classes subalternas deveria promover a contenção de gastos sociais com vistas à restauração da “taxa” natural de desemprego, como elementos de promoção da competitividade e liberdade dos cidadãos. Nesse sentido, o desemprego estrutural estabeleceria a linha de frente para o ataque generalizado ao poder sindical e às classes subalternas (ANDERSON, 1995, p. 10).

A hegemonia desse projeto imperialista de sociabilidade não alcançou hegemonia em curto prazo e levou quase uma década para encontrar terreno fértil para sua implementação (ANDERSON, 1995, p. 11).

Nos anos 1970, os países constituintes da OCDE aplicavam soluções para combater a crise orgânica do capital com referências em medidas keynesianas (ANDERSON, 1995, p. 11). Nesse período, experiências isoladas foram desenvolvidas em países da América Latina. Essas experiências foram influenciadas pelo desenvolvimento teórico-metodológico de Milton Friedman, nos Estados Unidos, e representou o laboratório necessário ao desenvolvimento desse projeto com abrangência mundial.

A experiência do projeto de sociabilidade neoliberal no Chile foi pioneira, representando um marco para o estabelecimento de bases amplas para o alcance mundial. A hegemonia desse projeto se deu pelo deslocamento do pêndulo para o lado da coerção, por meio da revogação dos instrumentos persuasivos da democracia restrita e a instalação clara de instrumentos coercitivos próprios de uma ditadura empresarial-militar. Com esse deslocamento, as contradições da democracia restrita burguesa ficam explícitas em uma clara ditadura burguesa. Com base na coerção, a ditadura Pinochet²⁴

²⁴ Essa experiência vai influenciar conselheiros britânicos ligados ao partido de Margaret Thatcher e o estreitamento das relações entre a ditadura Pinochet e o Governo Thatcher fica notório nos anos 1980 (ANDERSON, 1995, p. 19).

desenvolveu programas de desregulamentação do trabalho, ampliação do desemprego estrutural, ataque às representações sindicais, redistribuição de renda aos ricos, privatização de bens e empresas públicas (ANDERSON, 1995, p. 19). Nesse período, as medidas adotadas promoveram o crescimento da economia chilena em patamares superiores, mantendo regularidade nos governos posteriores à Pinochet.

A experiência-piloto do neoliberalismo no Chile vai fundamentar a difusão e implementação desse projeto nos países hegemônicos do capital (ANDERSON, 1995, p. 20). Em outra experiência isolada na Bolívia, o conhecimento produzido será a base para o desenvolvimento neoliberal nos países pós-soviéticos (ANDERSON, 1995, p. 20). A experiência Boliviana foi formulada por Jeffrey David Sachs, na época em que era professor da Universidade de Harvard, atuando como consultor de países da América Latina, Leste Europeu, Ásia e África. Essa formulação se caracterizou como uma suposta “versão progressista” neoliberal, por não prescindir de uma clara ditadura para seu desenvolvimento. O contexto sociopolítico e econômico da Bolívia não evidenciava a necessidade de quebra de um movimento operário forte, mas tinha como foco a hiperinflação (ANDERSON, 1995, p. 20). Nesse sentido, o Plano Sachs foi desenvolvido para o ex-ditador e general Hugo Banzer Suárez, porém este perde as eleições para Víctor Paz Estenssoro, candidato do partido populista ligado à independência boliviana. Mesmo com a mudança partidária, o Plano Sachs foi adotado pelo presidente eleito sem resistências (ANDERSON, 1995, p. 20).

A guinada à direita se deu a partir de 1979 com a eleição de Margaret Thatcher²⁵ para o governo inglês. Essa guinada representou a adesão do primeiro país de capitalismo avançado ao ideário imperialista contido no projeto de sociabilidade neoliberal. Essa guinada teve como pano de fundo o anticomunismo propagado no contexto de intensificação da Guerra Fria, em 1978, e na materialidade da intervenção Russa no Afeganistão e da demonstração de poder dos Estados Unidos com o desenvolvimento de foguetes nucleares na Europa ocidental (ANDERSON, 1995, p. 10-11).

²⁵ Foi a primeira mulher a ocupar o cargo de primeira-ministra do Reino Unido e teve a maior periodicidade na ocupação de 1979 a 1990.

Esse movimento se intensifica com a eleição de Ronald Reagan em 1980, desencadeando o avanço da direita no norte da Europa ocidental²⁶ (ANDERSON, 1995, p. 11).

O programa de reformas mais completo foi implementado pelo Governo Thatcher, no ocidente. Essas reformas envolveram as seguintes medidas: contração da emissão monetária; elevação das taxas de juros; redução drástica de impostos sobre rendimentos altos; retirada dos controles de fluxos financeiros; criação de altas taxas de desemprego; combate aos movimentos grevistas e implantação de uma legislação antissindical; cortes nos gastos sociais (ANDERSON, 1995, p. 12). Como medida tardia, Anderson (1995, p. 12) aponta amplo programa de privatização envolvendo as seguintes políticas e indústrias públicas: política de habitação pública; indústrias básicas de aço, eletricidade, petróleo, gás e água.

As especificidades do Governo Reagan se deram em função da inexistência de um Estado de Bem-Estar social de tipo europeu e pelas medidas político militares envolvendo a Guerra Fria (ANDERSON, 1995, p. 12). Nesse sentido, este Governo reduziu os impostos para os ricos, elevou as taxas de juros e aplacou uma única greve maior que ocorreu em seu mandato (ANDERSON, 1995, p. 12). Como orientação contrária a política fiscal neoliberal, o keynesianismo militar direcionado para o desmantelamento da União Soviética, com foco na derrubada do Governo Russo, envolveu um alto endividamento público (ANDERSON, 1995, p. 12). Assim, valendo de seu poder político-militar e de seu peso na economia o keynesianismo militar funcionou como medida disfarçada de recuperação das economias europeias e dos Estados Unidos (ANDERSON, 1995, p. 12-13).

A dinâmica radicalizada pelo Governo Thatcher não vai ser desenvolvida com a mesma ofensiva em âmbito mundial. A direita europeia com tradição católica desenvolve essas mudanças sem a ofensiva generalizada às representações sindicais e mantendo a cautela como critério para avançar na implantação do projeto (ANDERSON, 1995, p. 13). De modo geral, essa fração de classe burguesa vai adotar a disciplina orçamentária e reformas fiscais, sem os cortes brutais realizados na Inglaterra. No sul da Europa, a guinada se dava à esquerda como movimento contrário, saindo de experiências

²⁶ Essa guinada se desenvolveu com a perda da hegemonia socialdemocrata. Assim, o crescimento da direita na Europa foi representado pelas eleições do chanceler Helmut Josef Michael Kohl, na Alemanha, Poul Holmskov Schlüter, na Dinamarca, atingindo a maior parte dos países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria (ANDERSON, 1995, p. 11).

autoritárias e fascistas (ANDERSON, 1995, p. 13). Nesse sentido, partidos socialdemocratas ganharam as eleições na França, Portugal, Itália, Grécia, com propostas progressistas pautadas na lógica de regulação social do Estado de Bem-Estar social (ANDERSON, 1995, p. 13). Com exceção da Espanha, os Governos buscaram desenvolver políticas de deflação, redistribuição e pleno emprego. Essa tentativa não teve êxito e já apresentava efeitos negativos como o crescimento do desemprego em 1982 e 1983 (ANDERSON, 1995, p. 13). Nesse contexto, com um Governo “socialista” a França passou a ter uma taxa de desemprego maior que da Inglaterra conservadora (ANDERSON, 1995, p. 13-14).

As experiências neoliberais desenvolvidas por governos supostamente de esquerda demonstraram a hegemonia do projeto neoliberal como ideologia dominante no cenário político mundial. Na Espanha, o Governo “socialista” de Felipe González Márquez foi um dos termômetros da hegemonia neoliberal. Com origem política no Partido Socialista Operário Espanhol, González desenvolveu um governo monetarista afinado com os interesses do capital financeiro, com apreço pela privatização e indiferença pela alta taxa de desemprego, em torno de 20%, alcançada com as mudanças neoliberais. Esse mesmo apreço neoliberal por partidos socialistas apresentou formas ainda mais radicalizadas de desmonte do Estado de Bem-Estar social na Austrália e Nova Zelândia, esta teve radicalidade maior que na Inglaterra.

Podemos perceber essa tendência de adesão ao projeto de sociabilidade neoliberal por partidos socialdemocratas na seguinte afirmação de Anderson (1995, p. 14):

O neoliberalismo havia começado tomando a socialdemocracia como sua inimiga central, em países de capitalismo avançado, provocando uma hostilidade recíproca por parte da socialdemocracia. Depois os governos socialdemocratas se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais.

Como resistência à implantação do neoliberalismo, Suécia e Áustria foram exemplos de manutenção da regulação de Estado de Bem-Estar social. Nesse mesmo período, esse projeto não teve adesão pelo Japão que passou a despontar no mercado mundial (ANDERSON, 1995, p. 14).

A hegemonia do projeto de sociabilidade neoliberal, nos países da OCDE, desencadeou um conjunto de mudanças e efeitos. As mudanças decorrentes dessa hegemonia não propiciaram o rápido crescimento propagado (ANDERSON, 1995, p. 15). Em

relação aos interesses imediatos do capital financeiro, a ofensiva burguesa teve êxito na duplicação das taxas de desemprego, na derrota do movimento sindical e no desmonte de sua capacidade de barganha dentro da ordem burguesa, no crescimento das taxas de lucros e no controle da inflação (ANDERSON, 1995, p. 15). Esse êxito no incremento das taxas de acumulação de capital não acompanhou a elevação das taxas de crescimento econômico (ANDERSON, 1995, p. 15). O controle inflacionário se deu como construção do ambiente propício para a tendência de queda dos salários médios, com os seguintes elementos: a derrota dos movimentos dos trabalhadores e redução do número de greves; a ampliação do desemprego estrutural como mecanismo de regulação do preço da força de trabalho.

A ofensiva do Capital com o projeto de sociabilidade neoliberal representou o ataque direto ao trabalhador coletivo e suas representações políticas. A intensificação da precariedade social do trabalho se configurou na proletarização crescente e na deterioração dos direitos e regulação do trabalho (SOUZA, 2018). Conforme a análise de Anderson (1995, p. 16), essa vitória sobre o trabalho não representou o crescimento econômico propagado. Esse resultado teve como causa principal a hegemonia do capital financeiro em sua forma especulativa (capital fictício), configurado no baixo investimento em capital produtivo e produção de mercadorias reais. A afirmativa dessa hegemonia do capital especulativo é evidenciada na explosão das operações financeiras e mercados de câmbio mundiais, com operações puramente monetárias e parasitárias (ANDERSON, 1995, p. 16). No contexto europeu dos anos 1980, a vitória sobre o trabalho não representou a diminuição de gastos com as políticas do Estado de Bem-Estar Social (ANDERSON, 1995, p. 16). O ataque generalizado ao Trabalho representou a elevação de gastos com o desemprego e o aumento do número de aposentados, elevando em bilhões os gastos com desemprego e pensões (ANDERSON, 1995, p. 16). Essa configuração levará a uma recessão com abrangência ampliada nos anos 1990, como podemos evidenciar na seguinte análise se Anderson (1995, p. 16):

Por fim, ironicamente, quando o capitalismo avançado entrou de novo numa profunda recessão, em 1991, a dívida pública de quase todos os países ocidentais começou a reassumir dimensões alarmantes, inclusive na Inglaterra e nos Estados Unidos, enquanto o endividamento privado das famílias e das empresas chegava a níveis sem precedentes desde a II Guerra Mundial.

Mesmo com um quadro de intensificação da crise orgânica do capital, o neoliberalismo continua avançando sobre a Europa. Com a continuidade da guinada à direita, países como a Suécia que haviam resistido ao desmonte do Estado de Bem-Estar social passaram a fazer parte do raio de heimonização desse projeto imperialista de sociabilidade. O desgaste da socialdemocracia francesa combinado com a ascensão da direita na Suécia, Itália passam a configurar a continuidade da guinada à direita (ANDERSON, 1995, p. 17). Esse movimento é identificado por Anderson como um segundo alento do projeto de sociabilidade neoliberal decorrente da vitória do neoliberalismo como instrumento de queda do comunismo na Europa oriental e na União Soviética (ANDERSON, 1995, p. 17-18). Assim, os eventos ocorridos entre 1989 e 1991 foram essenciais para criar a ideologia em torno da vitória sobre o comunismo, por um tipo de capitalismo representado pelas políticas de Thatcher e Reagan nos anos 1980 (ANDERSON, 1995, p. 17-18). Essa imagem de vitoriosos cria um fetiche em torno desse projeto imperialista de sociabilidade como instrumento superior necessário ao desenvolvimento das Nações. A fetichização neoliberal assume direção radicalizada nos países do Leste Europeu, com processos de privatização ainda mais amplos e mais rápidos que os desenvolvidos na Inglaterra. A intransigência neoliberal se torna característica dos governos de países ex-comunistas, com fundamento nas Teorias de Hayek e Friedman (ANDERSON, 1995, p. 17-18). Sobre o extremismo neoliberal no Leste Europeu, Anderson (1995, p. 18) faz a seguinte afirmação:

Os novos arquitetos das economias pós-comunistas no Leste, gente como Balcerovicz na Polônia, Gaidar na Rússia, Klaus, na República Tcheca, eram seguidores convictos de Hayek e Friedman, com um menosprezo total pelo keynesianismo e pelo Estado de Bem-Estar, pela economia mista e, em geral, por todo o modelo dominante do capitalismo ocidental do pós-guerra. Estas lideranças políticas preconizam e realizam privatizações muito mais amplas e rápidas do que haviam sido feitas no Ocidente. Para sanear suas economias, aceitam quedas de produção infinitamente mais drásticas do que haviam sido aceitas no ocidente. E promovem graus de desigualdade – sobretudo de empobrecimento da maior parte da população – muito mais brutais do que tínhamos visto nos países do Ocidente.

O fetichismo estabelece como alvo a destruição dos instrumentos de proteção fundamentados no Estado de Bem-Estar social, como política de empobrecimento necessário da população para estabelecer novo vigor à ordem social competitiva. Esse fetichismo define a reforma do aparelho de Estado como instrumento necessário à suposta “desburocratização” como destruição de regras e controles sociais estabelecidos na luta de classes como conquistas dentro da ordem social capitalista.

A partir da hegemonia do projeto de sociabilidade neoliberal na Europa ocidental, Estados Unidos e Leste Europeu, a América Latina passou a ser palco de novas experiências com caráter sistêmico (ANDERSON, 1995, p. 19). Essa região foi o ponto de partida para o desenvolvimento desse projeto, porém as experiências se deram com caráter restrito ao Chile, com desenvolvimento amparado na ditadura empresarial-militar, e a Bolívia, com caráter supostamente mais “progressista”. Nesse novo estágio de desenvolvimento do neoliberalismo, os anos 1990 serão marcados pela hegemonia sistêmica desse projeto de sociabilidade nessa Região, com foco em privatizações massivas (ANDERSON, 1995, p. 19).

Segundo, Anderson (1995, p. 20-21), as novas experiências na América Latina se deram a partir de 1988, com a eleição presidencial fraudulenta que levou à presidência do México Carlos Salinas de Gortari. Em sequência à eleição de Salinas, outros presidentes foram eleitos caracterizados pelo protagonismo na implantação do projeto de sociabilidade neoliberal. Entre estes, foram eleitos os seguintes presidentes: Carlos Saúl Menem Akil, na Argentina, em 1989; Carlos Andrés Pérez Rodríguez, na Venezuela, em 1989; Alberto Kenya Fujimori, no Peru, em 1990 (ANDERSON, 1995, p. 20-21). Todos esses presidentes eleitos tinham em comum a plataforma política oposta ao projeto neoliberal durante as eleições (ANDERSON, 1995, p. 20-21). A hegemonia neoliberal não se desenvolveu da mesma forma nos países mencionados, as características do México com partido único favoreceu a rápida implantação (ANDERSON, 1995, p. 21). Em relação à Argentina e o Peru, as contrarreformas neoliberais se deram com movimentos autoritários com legislações emergenciais, reformas das constituições e autogolpes (ANDERSON, 1995, p. 21). Na realidade Venezuelana, a tradição democrática de um País que não experimentou a violência generalizada da ditadura empresarial-militar fez minguar as tentativas de Pérez no desenvolvimento do projeto neoliberal de sociabilidade.

A combinação de ataques generalizados às representações da classe trabalhadora e a apropriação do fundo público passam a fundamentar as ações para a salvação da ordem social imperialista em crise. A crise do padrão imperialista de hegemonia burguesa se aprofunda e as soluções apresentadas fundamentam a apropriação do fundo público via privatizações, desonerações fiscais e expropriação dos recursos destinados às políticas sociais. As fundamentações dessa apropriação passaram a ser propagadas como solução necessária à retomada do crescimento econômico com

estabilidade monetária e incentivos aos agentes econômicos. Como face imperialista do Capital, o projeto de sociabilidade neoliberal se propôs a submissão da população mundial à lógica de “liberdade” do Capital, como radicalização da expropriação e da proletarização, ou seja, radicalização da animalização e mercantilização da vida.

Os efeitos da ofensiva do Capital como projeto imperialista de sociabilidade promovem reações populares e estas não ocorrem de maneira diferente nos países do Leste Europeu. Próximo a meados dos anos 1990, a reação popular nesses países resulta na volta ao poder de partidos com origem no regime comunista como resposta aos impactos negativos do neoliberalismo (ANDERSON, 1995, p. 18). Porém, as medidas adotadas pelos governos seguiram as linhas mestras do projeto neoliberal de sociabilidade, promovendo a desmontagem dos serviços públicos, privatizações de empresas públicas, políticas de combate à inflação, crescimento do capital financeiro associado à corrupção, desencadeando polarizações sociais (ANDERSON, 1995, p. 18-19).

Ao fazer um balanço do neoliberalismo como doutrina ideológica no início dos anos 1990, Anderson (1995, p. 22-23) faz a seguinte afirmação:

Por enquanto, porém, é possível dar um veredicto acerca de sua atuação durante quase 15 anos nos países mais ricos do mundo, a única área onde seus frutos parecem, podemos assim dizer, maduros. Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se às suas normas.

A vitória política-ideológica do projeto de sociabilidade neoliberal vai encontrar obstáculos na própria incapacidade de mediar a crescente percepção dos antagonismos de classes, com materialidade na concentração de riqueza e intensificação da precariedade social do trabalho. Nesse contexto, os anos 1990 serão marcados pela crescente mobilização e movimentos de protestos da população mundial contra as mazelas produzidas pelo desenvolvimento desse projeto de sociabilidade. Nesse contexto, a socialdemocracia como fração do partido político burguês passa a sistematizar um projeto de sociabilidade atualizando sua forma de atuação na administração do ordenamento social capitalista.

Para compreendermos a atualização do projeto de sociabilidade pela socialdemocracia, precisamos compreender os sentidos e significados expressos no fenômeno social pós-moderno. Compreendemos a pós-modernidade como fenômeno por expressar seus sentidos e significados da crise orgânica do capital, mais evidente nos anos 1970.

Ao analisar as origens da pós-modernidade, Anderson (1999, p. 9) evidencia o surgimento do termo e ideia no início do século XX. A partir de uma abordagem geográfica, o autor evidencia o surgimento da concepção de pós-modernidade na América Hispânica. Esse surgimento se deu como evidência do uso corrente da concepção de modernidade, como criação originada na mesma Região.

Segundo Anderson (1999, p. 9), o surgimento do termo modernismo tem a seguinte origem:

Devemos a criação do termo “modernismo” para designar um movimento estético a um poeta nicaraguense que escrevia num periódico guatemalteco sobre o embate literário no Peru. O início por Rubén Darío, em 1890, de uma tímida corrente que levou o nome de *modernismo* inspirou-se em várias escolas francesas – romântica, parnasiana, simbolista – para fazer uma “declaração de independência cultural” face à Espanha, que desencadeou naquela década um movimento de emancipação das próprias letras espanholas em relação ao passado. Enquanto em inglês a noção de “modernismo” só passou ao uso geral meio século depois, em espanhol já integrava o cânone da geração anterior. Nisso os retardatários ditaram os termos do desenvolvimento metropolitano – assim como no século XIX “liberalismo” foi uma invenção do levante espanhol contra a ocupação francesa na época de Napoleão, uma exótica expressão de Cádiz que só muito tempo depois se tornaria corrente nos salões de Paris ou Londres (ANDERSON, 1999, p. 9 – grifos do autor).

Com o desenvolvimento da I Guerra Mundial, a exacerbação e explicitação dos antagonismos de classe caracterizam a crise orgânica do Capital, envolvendo o descrédito do liberalismo e das promessas integradoras do iluminismo. Esse contexto irá suscitar a elaboração de teses do fim da civilização ocidental, como a elaboração do filósofo Alemão Oswald Spengler, em sua publicação “A decadência do ocidente”, publicada em 1918 (MARTINS *ET ALII*, 2010, p. 97).

A terminologia pós-modernismo surge nos anos 1930 como representação estética de um refluxo conservador dentro do modernismo (ANDERSON, 1999, p. 9). Em oposição a esse refluxo, Frederico Onís utiliza o termo ultramodernismo, para representar a necessidade de radicalização do modernismo, como emancipação cultural e criação de

uma poesia de vanguarda com caráter rigoroso, contemporâneo e de abrangência universal (ANDERSON, 1999, p. 9-10). Assim, a “Antologia de Poetas de Língua Espanhola” é publicada em Madri, em 1934, como resultado de um movimento de vanguarda literária (ANDERSON, 1999, p. 10). Esse período é marcado pela ascensão da esquerda ao comando da República Espanhola, próximo da Guerra Civil (ANDERSON, 1999, p. 10). A terminologia pós-modernismo só aparecerá na Inglaterra e nos Estados Unidos nos anos 1950.

Com base nos estudos do historiador Arnold Toynbe, Anderson (1999, p. 10-11) evidencia a transformação da terminologia pós-modernismo como expressão estético-cultural de uma nova era “pós-moderna”. É nas mudanças promovidas pelo industrialismo e o nacionalismo que o historiador evidencia o surgimento de uma “nova era” (ANDERSON, 1999, p. 10-11). O surgimento do industrialismo e do nacionalismo como forças socio-históricas passa a ser evidenciado como causas da I Guerra Mundial (ANDERSON, 1999, p. 10-11). Assim, na visão de Toynbe, o choque entre essas duas forças, como rompimento da produção industrial para além dos limites das nações-Estados, evidencia a incapacidade do poder nacional de ser autossuficiente (ANDERSON, 1999, p. 10-11).

Com o final da “Segunda Guerra Mundial”, o ceticismo de Toynbe em relação à modernidade é confirmado com a hostilidade atribuída ao nacionalismo e os processos de descolonização que evidenciavam a arrogância do imperialismo ocidental (ANDERSON, 1999, p. 11). Como aspectos negativos da modernização das nações ocidentais, o historiador verifica a emergência de uma burguesia numerosa com capacidade de se tornar predominante nas sociedades. Como aspectos de uma “nova era”, o historiador apreende na ascensão de uma numerosa classe operária industrial e em vanguardas revolucionárias fora do ocidente as dimensões da diminuição do poder de classe burguês (ANDERSON, 1999, p. 11). Na visão de Toynbe, são esses elementos que caracterizaram a emergência de uma “nova era” em oposição à destruição promovida pela modernidade (ANDERSON, 1999, p. 11). Em uma publicação de Toynbe, em 1954, o início dessa suposta “nova era” foi datada com o início da Guerra Franco-Prussiana (ANDERSON, 1999, p. 11).

Em nossa análise, os sentidos e significados atribuídos ao pós-modernismo como movimento estético-cultural e à pós-modernidade como “nova era” representam expressões da crise orgânica do capital que se ficou evidente no final dos anos 1920 e

início dos anos 1930. Em relação ao termo pós-modernismo, como refluxo conservador da estética poética moderna, podemos evidenciar os valores de conservação da ordem burguesa. Na visão da emergência de uma suposta “nova era pós-moderna”, as expressões da crise do liberalismo e das promessas integradoras do iluminismo, configuram-se como elementos da crise de hegemonia burguesa. Como vimos anteriormente, essa crise de dominação burguesa será resolvida com o desenvolvimento do regime de acumulação taylorista-fordista e o modo de regulação do Estado de Bem-Estar social.

No período posterior às Grandes Guerras, o desenvolvimento econômico acelerado combinado com a elevação dos padrões de vida dos países hegemônicos do Capital vai caracterizar novas interpretações do pós-moderno. Segundo Martins *et alii* (2010, p. 97), é nesse contexto que surge teorizações envolvendo a negação do marxismo e da decadência do processo civilizatório ocidental, na obra *Imaginação sociológica* do sociólogo estadunidense Charles Wright Mills. Com elementos comuns ao pensamento “pós-moderno” em construção, Martins *et alii* (2010, p. 98) afirma produção teórica do sociólogo estadunidense Daniel Bell como continuidade ao ideário pós-moderno fundamentado na negação da teoria marxista. A continuidade se evidencia na percepção das mudanças na ampliação do conhecimento técnico-profissional para as classes subalternas como determinante da posição social (MARTINS ET ALII, 2010, p. 98-99). Essa percepção do conhecimento como determinação do poder em sociedade permite a afirmação de exaustão das ideologias, fim das classes sociais e da propriedade como determinante do poder em sociedade (MARTINS ET ALII, 2010, p. 99). É a partir da negação da luta de classes, como separação entre economia e política, que o sociólogo estadunidense pode afirmar a exaustão das ideologias e do fim das classes sociais.

Em um contexto de uma nova crise orgânica do capital, o desenvolvimento teórico em torno da emergência de uma suposta “nova era” passa por um momento de crescimento exponencial, nos anos 1970. É nesse contexto que Martins *et alii* (2010, p. 98) evidencia o caráter precursor das obras do conservador Daniel Bell e do sociólogo francês de esquerda não marxista Alain Touraine, como fundamento de um novo projeto de sociedade, com elementos da estrutura e desenvolvimento de uma suposta “sociedade pós-industrial” em uma “nova era pós-moderna”.

Na análise da concepção de Touraine, Martins *et alii* (2010, p. 98-99) percebe a negação das classes sociais a partir da dependência da acumulação capitalista do conhecimento. Nesse sentido, as relações de dominação seriam reduzidas à alienação, pela diluição das relações de poder caracterizadas pela elevação da educação como determinação de hierarquia social e o decorrente fim da exploração capitalista (MARTINS ET ALII, 2010, p. 99). A publicação do livro *A sociedade pós-industrial* se concretiza no auge da crise orgânica do capital, com o marco das manifestações de maio de 1968, com abrangência mundial. Essa análise demonstra a adesão de Touraine ao partido socialdemocrata, pela fragmentação como instrumental teórico-metodológico da linha de pensamento pós-moderna e pelo compromisso intelectual de formulações político-ideológicas dentro dos limites do ordenamento social do capital. O fim das classes sociais de Touraine é construído como separação entre economia e política, deslocando a análise para uma dimensão política solta no ar, deslocada do mundo do trabalho e da produção.

No campo cultural, a pós-modernidade ganha sentidos e significados mais precisos. Como elementos predominantes de um pós-modernismo, a exaustão e renovação da modernidade ganha contornos de fragmentação, efemeridade, incerteza e negação da universalidade (HARVEY, 2006, p. 45-67; ANDERSON, 1999, p. 23-54). A universalidade passou a ser combatida por ganhar sentidos de ineficácia da razão iluminista em cumprir as promessas integradoras do progresso liberal. Esse movimento cultural representa as mudanças político-ideológicas, como movimento entre os intelectuais orgânicos das frações de classes. Nesse sentido, o desenvolvimento teórico em torno da pós-modernidade como suposta “nova era” se torna a materialidade da aglutinação de intelectuais voltados para dar corpo teórico à salvação do ordenamento social em crise. Na aglutinação em torno de um elemento comum de uma “nova era”, o movimento dos intelectuais se evidencia no deslocamento de intelectuais da esquerda e das frações burguesas da socialdemocracia e da direita conservadora. Esse movimento e produção intelectual será o fundamento teórico para a formação e atuação de intelectuais orgânicos da pedagogia política renovada nos anos finais do século XX e início do novo século.

Como expressão de uma crise de amplas proporções, a construção teórica fundamentada em uma suposta “nova era” envolve as transformações no mundo do trabalho e da produção. A racionalização econômica e política da administração

capitalista elege a flexibilidade como categoria central para o desenvolvimento de uma ofensiva ao mundo do trabalho e suas trincheiras construídas nos limites do ordenamento social do capital. Esse movimento de mudanças caracteriza o ponto de partida das soluções propostas pelo projeto de sociabilidade neoliberal. Com a ampliação dessas estratégias, um novo regime de acumulação passa a exigir novas demandas de legitimação política, novo cimento ideológico para a ligação de uma sociabilidade burguesa renovada, como novos significados para uma cidadania ainda mais restrita. É nesse contexto, no Governo Thatcher, que a “Nova Gestão Pública” é desenvolvida e disseminada como um novo topo de racionalização de novo tipo, aproximando o ideário gerencial da administração privada para racionalizar a estrutura estatal. Esse movimento vai estabelecer direção e sentido mundial à contrarreforma do Estado burguês, com a dimensão da reconfiguração administrativa, como racionalização política e econômica do aparelho de Estado.

Com a crescente mobilização social para contestar as mazelas produzidas pelo desenvolvimento do neoliberalismo como projeto imperialista de sociabilidade, nos anos 1990, esse projeto passa a ser mediado pelos teóricos da socialdemocracia. O pressuposto de uma suposta “nova era” passa a fundamentar a construção de um renovado projeto de sociabilidade burguesa. Em meados dos anos 1990, o ideário de uma “nova era” passa a compor os documentos dos organismos internacionais, com ações e formulações voltadas para restabelecer a coesão social ameaçada pelas mazelas do neoliberalismo.

Já em 1995, a obra intitulada “Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical”, de Anthony Giddens, expressa a fundamentação necessária à renovação do projeto socialdemocrata. Essa fundamentação passa a preencher teoricamente o messianismo anticientífico neoliberal, porém esse preenchimento pressupõe uma construção teórica com ausência de historicidade. A renovação do projeto socialdemocrata vai estabelecer a mediação necessária à manutenção das bases essenciais do neoliberalismo como projeto de sociabilidade. Essa postura de renovação para manter evidência a natureza reformista dessa fração burguesa, com função histórica de salvação do ordenamento social do Capital de sua própria destruição. Nesse sentido, no final dos anos 1990, esse projeto renovado se torna instrumento amplo da pedagogia política do Capital para forjar um novo consenso de caráter mundial.

A articulação de Giddens com o Partido Trabalhista e o primeiro ministro britânico Tony Blair estabelece direção para a construção da hegemonia do projeto de sociabilidade neoliberal mediado pela socialdemocracia liberal ou Terceira Via. A proposta sistematizada por Anthony Giddens (2005, p. 11) é apresentada como uma “Terceira Via”, voltada para a reformulação do projeto socialdemocrata na atual fase de desenvolvimento do capitalismo global. Nessa reformulação, tem como objetivo forjar um consenso de centro-esquerda em âmbito mundial, como nova agenda socialdemocrata para o século XXI. Assim, o arcabouço teórico-metodológico do projeto socialdemocrata reformulado tem a finalidade de instrumentalizar e inspirar lideranças políticas para o desenvolvimento de novo consenso adequado às mudanças na ordem global (GIDDENS, 2005, p. 11-12). Esse movimento de construção política de abrangência mundial deixa claro, na articulação da socialdemocracia inglesa com o Governo de William Jefferson Clinton nos Estados Unidos, o avanço do americanismo no contexto europeu e a posição do Governo Blair evidencia a contribuição da Inglaterra nesse avanço.

A expansão do americanismo no contexto europeu tem como premissa a ruptura com o projeto socialdemocrata do período de hegemonia do regime de acumulação taylorista-fordista e do modo de regulação social do Estado de Bem-Estar social. Essa ruptura caracteriza a ação política do “Novo Trabalhismo” representado por Tony Blair, com a aproximação da socialdemocracia americana, apresentada como “Novos Democratas” (GIDDENS, 2005, p. 8-9). A aproximação das formulações de Giddens com o neoliberalismo já inicia na apresentação com a percepção dos valores positivos que representou o thatcherismo, como podemos evidenciar na seguinte afirmação:

Margaret Thatcher, como a maioria dos outros neoliberais, não foi uma conservadora comum. Agitando a bandeira do livre mercado, ela atacou ferozmente instituições e elites estabelecidas, ao mesmo tempo em que suas políticas conferiram maior força a mudanças que já vinham tomando conta da sociedade em geral. O partido Trabalhista e seus simpatizantes intelectuais reagiram em grande parte reafirmando velhas ideias de esquerda (GIDDENS, 2005, p. 8-9).

Como podemos evidenciar, a racionalização política e econômica desencadeada pelo thatcherismo é percebida como caráter inovador e como exigências sociais, mais precisamente, como exigências da hegemonia burguesa. Nesse sentido, as ações políticas precisam de fundamentação teórica para a continuidade e para mediar o conflito de classes surgido nesse processo. A noção de inadequação da entre teoria e prática social é explícita como perda de ressonância das ideologias políticas, como atraso

entre em relação à prática, como um vazio de ideias no mundo político. Podemos confirmar essa visão na seguinte afirmativa de Giddens (2005, p. 12):

No Reino Unido, como em muitos outros países no momento, a teoria está em atraso em relação à prática. Despojados das velhas certezas, governos que proclamavam representar a esquerda estão criando política sem pensar no que estão fazendo. É preciso pôr carne teórica no esqueleto de sua prática política – não apenas para endossar o que estão fazendo, mas para fornecer aos políticos maior senso de direção e propósito. Pois a esquerda, é claro, sempre esteve ligada ao socialismo e, pelo menos como um sistema de administração econômica, o socialismo não existe mais.

A percepção do vazio de ideias ou perda de ressonância das ideologias políticas reafirma a natureza reformista da socialdemocracia. Com uma forma de ser condicionada à existência do Capital, a cada crise orgânica sua pedagogia política precisa ser renovada, adequando o ideário político à racionalização da economia. O projeto socialdemocrata é apresentado como uma Terceira Via, para além da esquerda e da direita. Com relação à formulação teórica entre economia e política, Giddens (2005) deixa claro sua afinção com a forma cindida da teoria liberal, como separação entre economia e política, com a afirmativa da morte econômica do socialismo e sua redução política a uma concepção vaga de prosperidade como boa vida. Já na apresentação do projeto, a ameaça de dissolução do bloco histórico do Capital fica expressa na preocupação com a coesão social e a ameaça que representa o socialismo como projeto de sociabilidade das classes subalternas. A preocupação com a existência do socialismo fica expressa no seguinte trecho:

Cento e cinquenta anos atrás, Marx escreveu que um “espectro ronda a Europa” – o espectro do socialismo ou comunismo. Isso permanece verdade, mas por razões diferentes das que Marx tinha em mente. O socialismo e o comunismo sucumbiram, e no entanto continuam nos assombrando (GIDDENS, 2005, p. 11 – grifos do autor).

Essa preocupação leva o autor a afirmar que os valores e ideais do socialismo não podem ser colocados de lado, mas devem estar contidos nos objetivos de boa vida (solidariedade e prosperidade social) atrelados ao desenvolvimento social e econômico da ordem capitalista (GIDDENS, 2005, p. 11). Ou seja, o desafio socialdemocrata será materializar esta solidariedade e suposta “prosperidade social”, com um projeto de sociabilidade nos limites da ordem social do capital (GIDDENS, 2005, p. 11-12). Essa formulação política expressa a função da socialdemocracia desde seu surgimento com o capitalismo, como força política conformadora das classes subalternas ao projeto burguês de sociabilidade. Em uma nova configuração do desenvolvimento capitalista e sua crise

orgânica, a social democracia renovada instrumentaliza a salvação do ordenamento social do capital, com formas teóricas desistoricizadas e a redução do socialismo aos interesses de hegemonia burguesa.

Na primeira parte do projeto, Giddens (2005, p. 11-36) tem como objetivo a definição da forma de ser e atuar da socialdemocracia no novo século. Para elaborar essa definição, o autor parte do decreto da morte do socialismo, caracterizando as diferenças entre socialismo, socialdemocracia clássica e neoliberalismo (GIDDENS, 2005, p. 11-26). Para decretar a morte do socialismo, esse teórico da Terceira Via parte do surgimento do socialismo e do conservadorismo imbricados ao desenvolvimento da sociedade industrial entre meados e fins do século XVIII (GIDDENS, 2005, p. 13). De forma isolada, o autor verifica que o conservadorismo surge como reação ao desencadeamento da Revolução Francesa (GIDDENS, 2005, p. 13).

Na análise de Giddens (2005, p. 13), o socialismo nasce como pensamento filosófico em oposição ao individualismo e o caráter crítico ao capitalismo vai se desenvolver mais tarde, com o desenvolvimento de uma doutrina econômica. Esse desenvolvimento assume o caráter de uma teoria acabada com a contribuição de Marx, elaborando uma teoria econômica e a sua inscrição no processo histórico (GIDDENS, 2005, p. 13). Em relação ao desenvolvimento do socialismo, o autor afirma a predominância do comunismo como filosofia direcionada ao social e comunal, antes do desenvolvimento do socialismo soviético. A influência da teoria marxista teve impactos nas diferentes frações socialistas e estabeleceu como elemento central a crítica ao capitalismo (GIDDENS, 2005, p. 13). Nesse sentido, o autor equipara ao socialismo a vertente revolucionária e a concepção reformista socialdemocrata como podemos evidenciar na seguinte afirmação: “o socialismo procura enfrentar as limitações do capitalismo para humanizá-lo ou derrubá-lo por completo” (GIDDENS, 2005, p. 13). Com uma visão reducionista da teoria marxista, Giddens (2005, p. 13) delimita a dimensão econômica dessa teoria à administração planejada do capitalismo, ou seja, o planejamento econômico capitalista passa a ser uma teoria revolucionária. Com essa delimitação, a dimensão econômica da teoria socialista passa a ser a visão limitadora da socialdemocracia, apoiada na incapacidade do autorreprodução do capitalismo em longo prazo, gerando ineficiência econômica e fragmentação social. A hegemonia da socialdemocracia na administração do capitalismo vai delimitar as ações de uma suposta humanização do capitalismo como construção do

modo de regulação do Estado de Bem-Estar social, fundamentado no planejamento da economia e na descrença do livre mercado (GIDDENS, 2005, p. 13).

A política socialdemocrata de humanização do capitalismo foi construída como promessa de produção de riqueza e sua distribuição, caracterizando a hegemonia do planejamento econômico. Nesse sentido, as formas reguladoras do Estado de Bem-Estar social vão ser desenvolvidas no contexto de disputas entre Estados Unidos e União Soviética, com a promessa soviética de superação da economia americana em 30 anos. É nesse contexto que Giddens (2005, p. 14-15) caracteriza a inadequação da sua visão fragmentada de teoria econômica socialista, a partir da naturalização de um fenômeno despolitizado e desistoricizado como “globalização” e dos mercados como força intensificadora de informações entre compradores e vendedores, associada ao desenvolvimento tecnológico. Essa análise pode ser confirmada no seguinte fragmento do projeto:

Ao avaliarmos o passado, podemos entender com muita clareza por que a União soviética, longe de superar os EUA, caiu a níveis drasticamente inferiores aos americanos, e por que a socialdemocracia defrontou suas próprias crises. A teoria econômica do socialismo sempre foi inadequada, subestimando a capacidade do capitalismo de inovar, adaptar e gerar uma produtividade crescente. O socialismo foi também incapaz de compreender o significado dos mercados como fontes de informação, que fornecem dados essenciais a compradores e vendedores. Essas inadequações só se revelaram plenamente com a intensificação dos processos de globalização e mudança tecnológica a partir do início da década de 1970 (GIDDENS, 2005, p. 14-15).

Podemos ver nessa análise, sobre a inadequação da teoria socialista, a aplicação das noções articuladas de “globalização intensificadora”, como expansão da reflexividade social em uma mistificada “nova era pós-moderna”.

No contexto de mudanças sociopolíticas e econômicas dos anos 1970, Giddens (2005, p. 15) evidencia a ascensão do ideário neoliberal, em suas vertentes thatcherista e reaganista como desafios lançados à socialdemocracia. A partir da evidência de impactos mais intensos do neoliberalismo na Inglaterra, EUA, Austrália e América Latina, o autor evidencia sua influência na Europa continental. O enfrentamento desses desafios vai se caracterizar por formas diferenciadas pelo conservadorismo, representado pela “nova direita”, e pelas experiências socialdemocratas (GIDDENS, 2005, p. 15). Para caracterizar diferenças e distanciamentos entre a socialdemocrata e a nova direita, Giddens (2005, p. 15-16) afirma a existência de diferenças no desenvolvimento e

apropriação da filosofia de livre mercado entre reaganismo, thatcherismo e socialdemocratas. Nesse sentido, o autor explicita na associação entre as filosofias de livre mercado e políticas de discriminação de drogas e liberdade sexual uma grande política libertária das experiências socialdemocratas (GIDDENS, 2005, p. 15). Com essa construção teórica, podemos evidenciar a fragmentação da emancipação humana unilateral na busca por fragmentos condicionados aos limites do ordenamento social capitalista. A sofisticação desse projeto tem o sentido de aprofundamento da racionalização social como formas fragmentadas da existência humana. As liberdades sexuais e questões ligadas à descriminalização das drogas são apropriadas como temas transversais dissociados da emancipação sociopolítica e econômica. Essa forma de apropriação da emancipação humana por fragmentos passa a compor as estratégias de legitimação e conformação sociopolítica, como racionalização política e econômica, envolvendo a despolitização com caráter universalista e unilateral para a repolitização da existência sociopolítica e econômica cindida do capital.

Na busca pela diferenciação entre o projeto político da “nova direita” e o projeto socialdemocrata do período de hegemonia do regime de acumulação taylorista-fordista, Giddens (2005, p. 16-18) faz uma caracterização de cada projeto e sua forma teórico-metodológica. Em relação às diferenciações, o autor toma como elemento central o pertencimento ao mundo bipolar, ou seja, à disputa entre o capitalismo sob a hegemonia dos Estados Unidos e o socialismo real desenvolvido na União Soviética. Com esse pano de fundo, Giddens (2005, p. 16) evidencia a construção e expansão do Estado de Bem-Estar social como característica similar da forma política da socialdemocracia. Essa construção foi estabelecida com formas diferenciadas em cada formação social concreta, com variações substanciais. Na dinâmica de construção desse modo de regulação social, o autor explicita as diferenças nessa construção, mesmo tendo os estados europeus as mesmas origens históricas, objetivos e estruturas comuns (GIDDENS, 2005, p. 16). Essas diferenças vão do minimalismo nos Estados Unidos às conquistas evidenciadas pelo modelo Soviético. Para explicitar as diferenças na materialidade desse modo de regulação social, Giddens (2005, p. 16) divide a análise pelo Reino Unido e outras três regiões da Europa. Assim, o modelo mais completo de proteção social foi atribuído à região dos países escandinavos, com base no recolhimento de impostos elevada, porém oferecendo um amplo leque de serviços estatais, com benefícios generosos (GIDDENS, 2005, p. 16). Em

sequência de cobertura, o Reino Unido se caracterizou pela centralidade atribuída aos serviços sociais e saúde, com benefícios atrelados aos rendimentos (GIDDENS, 2005, p. 16). Em relação à Europa Central e Meridional, a provisão de serviços sociais estatais se manteve como uma relação frágil, atrelada aos rendimentos, e a diferença entre as regiões se deu no fornecimento de benefícios previdenciários mais baixos na Europa Meridional (GIDDENS, 2005, p. 16-17).

Ao apresentar as diferenciações entre a socialdemocracia de “velho estilo” ou “velha esquerda” e a perspectiva neoliberal, Giddens (2005, p. 17-21) apresenta uma oposição entre visões de mundo polares. Na dialética entre esses dois polos, as formulações do autor vão na direção da naturalização do desmonte do Estado de Bem-Estar social. Dessa forma, as críticas a esse modo de regulação social se estabelecem como naturalização de sua destruição e construção de uma sociedade de bem-estar social. A naturalização desse desmonte se fundamenta na construção de ideais de “liberdades individuais”, como busca de aspectos fragmentados da existência humana, apresentando a liberdade do capital como liberdade de toda a sociedade. Para essa construção, Giddens (2005, p. 17-21) ressalta os aspectos de controle do capital pelo Estado burguês, como características de um controle do Estado sobre a sociedade civil, como relação entre igualitarismo e coletivismo evidenciado no controle e envolvimento na vida das famílias. Esse igualitarismo assume o sentido de uma homogeneização social, como pressuposto para a resignificação de desigualdade como diferença. Em sua crítica, o intervencionismo social e econômico estatal, o autor iguala Estado a Governo e delinea sua crítica ao Estado de Bem-Estar social como proteção do cidadão do “berço ao túmulo”, como cerceamento de liberdades e da criatividade humana (GIDDENS, 2005, p. 17-21). Além disso, aponta como aspectos negativos da socialdemocracia sua convivência com os problemas evidenciados como “questões ecológicas”, causada pelo corporativismo, pelo foco no pleno emprego e pela fraca orientação internacional (GIDDENS, 2005, p. 17-21). Essa fraca orientação é caracterizada pela centralidade nacional evidenciada na solidariedade entre partidos políticos.

A análise de Giddens (2005, p. 21-26) sobre a perspectiva neoliberal parte da apresentação da relação entre Estado e sociedade civil concebida nesse projeto. Como oposição ao projeto socialdemocrata clássico, o autor analisa a concepção de sociedade civil como dimensão das virtudes e harmonia social e sua autonomia se torna pressuposto

para a liberdade e igualdade de oportunidades. Além dessa perspectiva, Giddens (2005, p. 21-26) afirma o Estado mínimo como fundamentalismo de mercado, com uma visão neoliberal peculiar da sociedade civil autogeradora de solidariedades e virtudes sociais, como resultado da regulação do livre-mercado centrada nas iniciativas individuais. Com uma crítica tênue ao neoliberalismo, Giddens apresenta a contradição apresentada pelo projeto de sociabilidade neoliberal como oposição entre conservadorismo e fundamentalismo de mercado, criando um conflito latente entre as forças dinâmicas de mercado e a necessidade de manutenção dos valores conservadores ligados à “família tradicional” (GIDDENS, 2005, p. 21-26). Nesse sentido, o autor explicita as ameaças sociais ligadas ao crescimento e a naturalização de discursos políticos neoliberais, difundindo homofobia, xenofobia e aversão ao multiculturalismo (GIDDENS, 2005, p. 22). Além da contradição evidenciada, a percepção do projeto neoliberal como fruto do mundo bipolar caracteriza as mesmas críticas em relação ao descaso com as “questões ecológicas” do projeto socialdemocrata “clássico”, evidenciando elementos do thatcherismo em oposição a possíveis soluções e descrédito a essas questões (GIDDENS, 2005, p. 21-26). No término da crítica tênue ao projeto de sociabilidade neoliberal, podemos perceber a aproximação do projeto mediado pela socialdemocracia com a exaltação do caráter internacionalista do neoliberalismo e a definição do mesmo objeto de desconstrução. Podemos evidenciar essa aproximação na seguinte afirmação:

O igualitarismo da velha esquerda era nobre em intenção, mas como dizem os críticos da direita, conduziu por vezes a consequências perversas – visíveis, por exemplo, na engenharia social que deixou um legado de conjuntos habitacionais decadentes, dominados pelo crime. O *welfare state*, visto pela maioria como cerne das políticas socialdemocratas, gera hoje mais problemas do que resolve (GIDDENS, 2005, p. 21-26).

Com uma associação rasteira entre as políticas habitacionais do Estado de Bem-Estar social e criminalidade, o projeto mediado pela Terceira Via explicita o elemento central de continuidade do projeto de sociabilidade neoliberal. Essa continuidade evidencia as mudanças nas relações entre aparelho de Estado e sociedade civil em parâmetros do livre-mercado.

A necessidade de mudanças na direção e fundamento político social democrata é identificada por Giddens (2005, p. 21-26) como necessidades de aproximação com a realidade social. Com esse objetivo de aproximação, o autor explicita

a necessidade de construção de um movimento político em torno da mudança mundial no partido social democrata (2005, p. 21-26).

As mudanças políticas identificadas por Giddens (2005, p. 27-30) não fazem relação com a construção do regime de acumulação flexível, com intensa inserção de ciência e tecnologia, associada à hegemonia do projeto de sociabilidade neoliberal. Nesse sentido, a evidência da separação entre economia e política na análise de Giddens (2005, p. 27-30) camufla as razões da perda de poder dos sindicatos e invisibiliza as mazelas provocadas pelo neoliberalismo como projeto de sociabilidade de mercado.

Na análise do autor, a derrocada da União Soviética promoveu um movimento mundial de mudanças nos partidos comunistas e socialdemocratas, como afastamento das políticas de caráter classista e assumiu a direção de pautas ligadas à produtividade econômica, ecologia, participação comunitária e reformas constitucionais. Para explicitar esse movimento de mudanças, Giddens (2005, p. 27-30) afirma a transformação de partidos comunistas em socialdemocratas na Europa ocidental e a constituição de novos partidos socialdemocratas na Europa oriental. Além dessa transformação, a mudança nas pautas das conferências dos partidos passou por adequação à política partidária socialdemocrata europeia.

Na caracterização de mudanças por Giddens (2005, p. 27-30), podemos evidenciar na perda de poder das bases sindicais a incapacidade política da socialdemocracia. Nesse sentido, as políticas fragmentadas e focalizadas em interesses de grupos se tornam estratégias²⁷ para o reordenamento do projeto neoliberal mediado pela Terceira Via. Com a perda de poder dos sindicatos, a pedagogia política atrelada ao avanço nos direitos sociais e políticos de cidadania precisa mudar de orientação e bases legitimadoras. O envolvimento na aproximação e construção de uma política apoiada nesse tipo estrutural de organização social passa a funcionar como dimensão

²⁷ Essas estratégias serão mais bem explicitadas no reordenamento da relação entre aparelho de Estado e sociedade civil, proposto pela Terceira Via. De antemão, as organizações sociais de caráter privado – como organizações não governamentais (ONG) estruturadas com foco em interesses coletivos pontuais – terão papel estrutural na nova relação entre Aparelho de Estado e sociedade civil, funcionando como elo mediador entre estrutura e superestrutura. Esse papel estrutural terá o sentido de aprofundamento da privatização, pela mediação entre os interesses públicos e privados, com um novo arranjo explicitado no “conceito de público não estatal”.

superestrutural de ampliação dos aparelhos privados de hegemonia ligados aos partidos socialdemocratas.

A modificação das pautas nas conferências partidárias socialdemocratas é exemplificada por Giddens (2005, p. 27-30) com os seguintes significados de afastamento com os valores coletivos e classistas da socialdemocracia “clássica”:

- 1) A conferência do Partido Trabalhista na Inglaterra, em 1987, trazendo os seguintes elementos de afastamento: abandono de políticas de participação pública na indústria; descarte de políticas keynesianas de controle de mercados; inviabilidade da dependência de ampliação de poder com base nas bases sindicais; integração de temas ligados à ecologia; centralidade política na defesa de liberdades individuais, como direito de escolha pessoal.
- 2) O debate da liberdade promovido pelo Partido Trabalhista norueguês, trazendo a temática do equilíbrio na relação entre público e privado, flexibilização da jornada de trabalho, educação, habitação, democracia econômica, questões ambientais;
- 3) Transformação do Partido Comunista Italiano em Partido Democrático de Esquerda, trazendo discussões em torno da validade das categorias de esquerda e direita para a análise social. Além dessa discussão central, as discussões partidárias envolveram as questões ecológicas, participação comunitária e reforma constitucional.
- 4) Protagonismo do Partido Socialdemocrata Alemão no atrelamento das políticas partidárias à regulação do mercado capitalista, em 1959, e na política ambiental com discussões sobre os problemas ecológicos, caracterizando a necessidade de uma modernização ecológica com proteção ambiental, iniciada nos anos 1970. Esse protagonismo político passou a ser fundamentado com uma concepção de sociedade pós-materialista em que o nível alcançado de prosperidade econômica deslocou as questões sociais para a qualidade de vida, a realização pessoal e a competição econômica.

Como podemos perceber nos exemplos de Giddens (2005, p. 29-30), o ideário de uma presumida “nova era” começa a fazer parte da política socialdemocrata nos anos 1970, protagonizada pela socialdemocracia alemã. Assim, as mudanças nas estruturas de poder e apoio político partidário vão ser atribuídos à nova sociedade entremeada pelos pressupostos de perda dos valores de classe e desencaixe político-social das categorias de esquerda e direita (GIDDENS, 2005, p. 30-31). Nesse sentido, a mudança de orientação dos partidos socialdemocratas para se ajustar às necessidades da economia capitalista passa a ser justificada com a noção de uma sociedade pós-materialista, onde a tradição perde o sentido e as relações de classe não tem materialidade.

A adoção pelos partidos socialdemocratas do receituário econômico neoliberal, combinada com a incapacidade de ação política para além do capitalismo não são associadas à perda de representatividade política. A suposta perda de sentido nas categorias de direita e esquerda faz parte da guinada à direita dos partidos comunistas e socialdemocratas, com a hegemonia do reformismo como política partidária e a adoção do mesmo projeto de sociabilidade. A questão do rebaixamento da consciência de classe é reapropriada como negação da existência das classes sociais. A própria fundamentação das estruturas de apoio político do projeto apresentado por Giddens (2005, p. 31-33) demonstra o afastamento dos partidos socialdemocratas das bases políticas. A abordagem construída passa a ser referenciada em pesquisas de mercado político, como se o partido precisasse adequar seu ideário político às opiniões públicas dos cidadãos consumidores. Assim, a partir das pesquisas os ideais políticos passam a ser ajustados para conquistar as mentes e corações dos cidadãos clientes.

Com base em classificações de pesquisas de opinião pública, Giddens (2005, p. 32-33) atribui à hegemonia nas intenções de votos, da socialdemocracia liderada por Tony Blair, ao afastamento das políticas de classe e construção de uma nova identidade partidária ligada a interesses de liberdades individuais. A partir de classificações como conservador, libertário, socialista e autoritário, a construção teórica de Giddens (2005, p. 33) afirma a inadequação de esquerda e direita. Assim, o autor faz a seguinte afirmação: “o eixo econômico que costumava separar eleitores em posições ‘socialistas’ e ‘capitalistas’ tem muito menor relevo, ao passo que o contraste entre libertário e autoritário e moderno e tradicionalista cresceu” (GIDDENS, 2005, p. 33 – grifos do autor).

Na ausência de uma base política, o dilema passa a envolver a conquista de eleitores por questões fundamentadas na fragmentação da existência humana e por interesses da pequena política. Esse dilema pode ser compreendido na seguinte análise:

Vários dilemas de apoio político, mas também novas possibilidades de formação de consenso, existem aqui. Os partidos socialdemocratas não têm mais um “bloco de classe” coerente em quem confiar. Uma vez que não podem contar com suas identidades prévias, têm de criar novas identidades num ambiente social e culturalmente mais diverso (GIDDENS, 2005, p. 33 – grifo do autor).

Nesse quadro de perda de base classista, Giddens tem consciência do caráter mediador da sistematização teórica que está construindo, evidenciando as acusações de neoliberalismo requentado no projeto de sociabilidade apropriado e implementado por Tony Blair e Bill Clinton (GIDDENS, 2005, p. 35-36). Com a perspectiva de ausência de alternativas ao capitalismo, o autor pretende evidenciar as bases teóricas de uma suposta transcendência do projeto socialdemocrata de velho estilo e do neoliberalismo (GIDDENS, 2005, p. 36).

Como pressupostos para a transcendência e definição das bases políticas para a atuação da socialdemocracia no século XXI, Giddens (2005, p. 37-78) estabelece cinco dilemas ou dimensões para estabelecer uma política de ação. Na análise das relações entre globalização, individualismo, esquerda e direita, ação política e questões ecológicas fica clara a restrição da ação política à manutenção e funcionamento da economia capitalista, com hegemonia do capital financeiro. Nessa limitação política, a reorientação da ação política para a pequena política se torna estratégia de rebaixamento da consciência das classes subalternas, combinando a demanda pontual e atomizada dessas classes por meio da ação de organizações não governamentais. A pequena política é apresentada como grande política da conservação, por meio do fomento e renovação do individualismo como valor moral radical.

Em relação à globalização, Giddens (2005, p. 38-40) parte da apropriação desse fenômeno como dimensão econômica, mas evidencia a necessidade de compreendê-lo como fenômeno social. Nessa construção, o autor parte da crítica da esquerda sobre a globalização, apropriada como mito ou continuação de tendências ao longo do processo histórico. Em sua crítica, atribui ao discurso crítico ao fenômeno como posição de extrema-esquerda voltada para defender o Estado de Bem-Estar social. Como naturalização teórica desse fenômeno inevitável, Giddens (2005, p. 38-40) evidencia as

mudanças econômicas desencadeadas pelo aumento da comercialização entre nações e pela integração econômica na ampliação das operações financeiras em nível global. Mesmo com uma boa parte da comercialização entre nações fazer parte do nível regional, a integração dos mercados globais passa a impulsionar maior variedade de produtos e serviços comercializados.

Para naturalizar a globalização, Giddens (2005, p. 40-41) atribui a abordagem restrita à dimensão econômica a incapacidade de compreender a importância desse fenômeno social como transformação na relação espaço-tempo. Nesse sentido, o autor compreende esse fenômeno possibilitado pela revolução das comunicações desencadeada pela difusão das tecnologias de informação. Dessa forma, ao mesmo tempo em que as tecnologias integram os mercados financeiros, alteram os modos de vida, cultura, comportamentos, hábitos alimentares e costumes populacionais (GIDDENS, 2005, p. 36).

Como dimensão política-cultural da globalização, Giddens (2005, p. 41-43) explicita a necessidade de mudanças no papel do Estado-nação como pressuposto para adequação às mudanças exigidas por esse fenômeno. Segundo Giddens (2005, p. 41-42), essas mudanças no papel do Estado passam a se distanciar dos controles regulatórios estabelecidos na administração keynesiana, passando a compor a necessidade de suporte às políticas de liberalização, privatização e integração dos mercados mundiais. Além disso, o autor se opõe as teorias de perda de poder do Estado-nação em função da transposição das fronteiras e exemplifica esse aumento do poder pelos Estados do Leste europeu com a queda do comunismo (GIDDENS, 2005, p. 42-43). A análise despolitizada da globalização ofusca o caráter imperialista do capitalismo mundializado, submetendo todas as formas de produção e reprodução da existência humana à dominação do capital financeiro.

Para reafirmar o poder do Estado, Giddens (2005, p. 42-43) atribui o mesmo significado entre Estado e governo, atribuindo importância a governação para as mudanças necessárias à globalização. Nesse aspecto, a governação precisa de agências governamentais ou não governamentais para readequar o Estado aos novos desafios impostos pela globalização.

Com a naturalização da globalização e sua inevitabilidade, Giddens (2005) define globalização relacionando a ascensão de um novo individualismo, como podemos evidenciar na seguinte concepção:

A globalização, em suma, é uma complexa variedade de processos, movidos por uma mistura de influências políticas e econômicas. Ela está mudando a vida do dia-a-dia, particularmente nos países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que está criando novos sistemas e forças transnacionais. Ela é mais que o mero pano de fundo para políticas contemporâneas: tomada como um todo, a globalização está transformando as instituições das sociedades em que vivemos. É com certeza diretamente relevante para a ascensão do “novo individualismo” que figurou com tanto destaque em debates socialdemocráticos (GIDDENS, 2005, p. 43).

Na apropriação do “novo individualismo” Giddens (2005, p. 42-43) parte da noção de individualidade humana como individualismo. Nesse sentido, o autor atribui à teoria marxista uma polarização entre individualismo e coletivismo, descaracterizando a teoria marxista em sua essência. Na teoria marxista o indivíduo se torna ser social por meio do trabalho como dimensão individual e coletiva da natureza social humana. É na relação entre homem e natureza e em sua relação com os outros homens que o sujeito social surge como construção coletiva e sua individualidade como objetividade e subjetividade humana. Nesse sentido, as dimensões objetivas e subjetivas da individualidade humana se constroem na coletividade humana, na experiência coletiva da práxis humana, como desenvolvimento autônomo do sujeito social. Com essa descaracterização, Giddens (2005, p. 44) atribui ao Estado de Bem-Estar social às condições para o desenvolvimento do “novo individualismo”. Com essa formulação o autor resignifica individualismo caracterizando como forma cultural plural, como diferentes estilos de vida, surgida por meio do progresso econômico e político do modo de regulação do Estado de Bem-Estar social (GIDDENS, 2005, p. 44-45). Essa resignificação se volta para justificar o abandono da perspectiva coletiva de sujeito social e a adoção da atomização humana por meio do individualismo de mercado. Na tentativa de diferenciar o individualismo neoliberal egoísta, econômico e pernicioso, como deterioração das relações sociais humanas, Giddens (2005, p. 45-46) explicita a relação de antagonismo entre valores morais tradicionais e valores morais pós-materialistas. Diferenciando a abordagem conservadora do individualismo neoliberal, egoísta e expresso na geração do primeiro “eu”, o novo individualismo se diferencia pela preocupação dos jovens por múltiplas inquietações morais. Essas múltiplas abordagens, como múltiplos estilos de vida, são evidenciadas como incompatíveis à concepção de um Estado limitador das

liberdades individuais. Assim, o projeto neoliberal mediado pela Terceira Via traz a seguinte definição de individualismo:

O novo individualismo, em suma, está associado ao afastamento da tradição e do costume de nossas vidas, um fenômeno mais relacionado com o impacto da globalização num sentido amplo do que com a mera influência dos mercados. O *welfare state* desempenhou seu papel. Erigidas sob a égide do coletivismo, instituições do *welfare* ajudaram a libertar os indivíduos de algumas fixidades do passado (GIDDENS, 2005, p. 46).

Com a ameaça do desenvolvimento de um individualismo pernicioso que abale as estruturas sociais, Giddens (2005, p. 46-47) atribui à responsabilidade social o elo coletivo para estabelecer um novo equilíbrio entre os vários estilos de vida e a aceitação ativa das consequências dos hábitos e estilos de vida adotados. Essa relação entre individualismo e responsabilidade social será o fundamento para novas formas de representação política, como construção do consentimento ativo da sociedade civil em torno da salvação do ordenamento social do capital em crise. É como fundamento de uma racionalização política que Giddens (2005) define a relação entre o novo individualismo e o aprofundamento da democracia como podemos evidenciar na seguinte relação:

O novo individualismo segue de mãos dadas com pressões por maior democratização. Todos nós temos de viver uma maneira mais aberta e reflexiva que gerações anteriores. Essa mudança não é em absoluto apenas benéfica: novos temores e ansiedades passam a ocupar o primeiro plano. Mas muitas possibilidades adicionais emergem também (GIDDENS, 2005, p. 47).

O aprofundamento da democracia restrita tem como função mediadora a manutenção da ação política fragmentada, como forma de rebaixamento da consciência política e manutenção da ação política coletiva e individual nos limites de funcionamento do ordenamento social do capital. Assim, a ampliação da socialização da política como mais democracia visa difundir o novo individualismo, como fragmentação da existência humana e neutralização da capacidade política de reação das classes subalternas às mazelas desencadeadas pelo desenvolvimento do ordenamento social imperialista do Capital.

Para construir uma relação de equilíbrio caracterizada como uma “Terceira Via”, nem esquerda e nem direita, Giddens (2005, p. 48) aponta a exaustão dessas categorias desde o final do século XIX, por sindicalistas e defensores do solidarismo. Além dessa abordagem, o autor relativiza as categorias de esquerda e direita apontando a

posição de classe subalterna da burguesia no período feudal, como posicionamento à esquerda dessa classe (GIDDENS, 2005, p. 48). Para justificar as apropriações do ideário neoliberal por Tony Blair, Giddens (2005, p. 49) apresenta essa apropriação como estratégia política. Essa estratégia está centrada na síntese de posições opostas aopositor, como forma de salvaguardar os próprios valores, como forma de neutralizar opositor. Nesse sentido, o autor explica sua própria estratégia política de apropriação do projeto de sociabilidade neoliberal, combinando elementos de oposição para resignificar as bases do projeto. Essa estratégia fica explícita no seguinte trecho:

A afirmação de que Tony Blair se apossou da maior parte das ideias do thatcherismo e as reciclou como algo novo é compreensível a partir desse ponto de vista. Desta vez é a esquerda que mais tem a ganhar afirmando que as velhas categorias já não fazem nenhum sentido (GIDDENS, 2005, p. 50).

A evidência de uma essência do projeto de sociabilidade neoliberal na mediação política da Terceira Via, caracteriza os elementos de direita na fundamentação do projeto. A partir dessa evidência Giddens (2005, p. 50-51) procura delinear elementos de esquerda que ainda podem justificar a posição socialdemocrata. Com esse objetivo o autor estabelece como elemento central a igualdade ou justiça social e caracteriza a forma de ser de esquerda com a seguinte concepção: “Em vez de falar de justiça social como tal, é mais preciso dizer que ser de esquerda é acreditar numa política de emancipação. A igualdade é importante sobretudo por ser relevante para as oportunidades de vida, o bem-estar e a autoestima das pessoas” (GIDDENS, 2005, p. 51).

Na busca de evidenciar elementos de esquerda, a resignificação da emancipação humana assume contornos de naturalização da dominação de classes. Com esse pano de fundo, a emancipação como eliminação da fragmentação da existência humana e destruição da hierarquia e estratificação de classes na sociedade, ganha o sentido individual de autorrealização, bem-estar e autoestima. Giddens (2005, p. 52) evidencia a mediação das desigualdades sociais como condição básica para a manutenção da coesão social e inibição da violência nas sociedades. Essa preocupação central em amenizar as desigualdades sociais geradas pelo projeto de sociabilidade neoliberal aparece como política de mediação de descontentamentos e conflitos sociais (GIDDENS, 2005, p. 52). Além dessa preocupação, a ascensão política da extrema-direita é evidenciada como ameaça à sociabilidade humana, como aprofundamento das

desigualdades, por meio do fomento ao nacionalismo protecionista econômico e culturalmente (GIDDENS, 2005, p. 52).

Para estabelecer um posicionamento entre a relação esquerda e direita, a morte do socialismo, apontada por Giddens (2005, p. 53), evidencia a naturalização da ambiguidade na aceitação dos benefícios e riscos trazidos pelo desenvolvimento tecnológico. Nessa aceitação, segundo o autor, os limites da ação política socialdemocrata se deslocam para uma posição comum à esquerda e à direita, incluindo pautas centrais com questões ecológicas, mudanças na natureza da família, trabalho, identidade pessoal e cultural (GIDDENS, 2005, p. 53). Nesse deslocamento, Giddens (2005, p. 53-54) define o posicionamento de centro-esquerda, como meio termo entre alternativas bem definidas, estabelecendo sentido político ligado à emancipação humana fundamentada na diversidade de estilos de vida. De forma ambígua, a emancipação humana se sorna ampliação da fragmentação da existência em uma suposta política emancipatória fundamentada na diversidade de estilos, como política de respeito à identidade, escolha e oportunidades de vida.

Com a resignificação da emancipação humana, o autor define os seguintes objetivos de reforma do Estado de Bem-Estar social: “Um *welfare state* reformado, por exemplo, tem de corresponder a critérios de justiça social, mas também de reconhecer e incorporar a escolha ativa de estilos de vida, estar integrado com estratégias ecológicas e responder a novos cenários de risco” (GIDDENS, 2005, p. 55). Segundo Giddens (2005, p. 56), esse deslocamento para o centro coloca na ordem política temas comuns ao desenvolvimento, dentro da ordem social do capital, como a questão da reforma do sistema previdenciário. Ainda segundo Giddens (2005, p. 56), essa questão passa a exigir a mudança radical na sua constituição, considerando as mudanças na natureza do envelhecimento, saúde, doenças e etc.

Para estruturar as linhas centrais na mediação do projeto de sociabilidade neoliberal, a ação política passa a ser costurada a partir da reafirmação do poder do Estado como regulador social e de estratégias para restabelecer o poder político dos partidos. Como pano de fundo dessa costura, Estado e governo político passam a ser a mesma coisa e ação política é construída com estratégias de fragmentação social expressa

em novos movimentos sociais organizados por interesses específicos. Essa noção de esvaziamento do poder político fica explicada no seguinte trecho do projeto:

Os partidos socialdemocratas surgiram originalmente como movimentos sociais no final do século XIX e princípio do século XX. Hoje, além de sofrerem suas crises ideológicas, eles se veem flanqueados por novos movimentos sociais e, com outros partidos, surpreendidos numa situação em que a política ficou desvalorizada e o governo aparentemente esvaziado de poder (GIDDENS, 2005, p. 55).

A partir de uma extensa lista de funções do Estado e governo, Giddens (2005, p. 57-58) busca reafirmar o papel do Estado na regulação social, evidenciando seu papel intrínseco à existência do ordenamento social capitalista. Nesse sentido, como administrador dos negócios burgueses por excelência, Giddens (2005, p. 57-58) coloca em evidência a centralidade no papel de educador para o consenso, como mediação do conflito de classes. Nesse aspecto, sua análise tece uma crítica a regulação pura pelo mercado, conforme a visão neoliberal, como podemos evidenciar na seguinte afirmação: “Os mercados não podem substituir os governos em nenhuma dessas áreas, mas tampouco o podem fazer os movimentos sociais ou outros tipos de organização não governamental (ONG), por mais significativos que se tenham tornado” (GIDDENS, 2005, p. 58). Agora, essa reafirmação do papel do Estado e governo não significa o restabelecimento dos ideais políticos com caráter universal, pois a função do governo político deve se ater às questões específicas identificadas como demandas de movimentos sociais (GIDDENS, 2005, p. 58). Essa orientação política é justificada como demanda de movimentos sociais que não eram atendidas pelo projeto da socialdemocracia de tipo clássico, envolvendo as pautas de ecologia, direitos dos animais, sexualidade, direitos do consumidor etc. (GIDDENS, 2005, p. 58).

Como afirma Giddens (2005, p. 59), a demanda acionada pelos movimentos sociais produziu mudanças no comportamento de empresas privadas, como instituições de uma sociedade global. Segundo o autor, essa demanda tem origem na mudança de comportamentos impulsionada pelo avanço das tecnologias de informação, com impactos em comportamentos individuais e coletivos (GIDDENS, 2005, p. 59). Nesse sentido, a racionalização política do Estado deve ter como fundamento a despolitização pela ótica universalista e repolitização pela ótica fragmentada com questões específicas. Essa repolitização é afirmada como exaustão da política tradicional e ascensão da subpolítica com centralidade nas questões ecológicas e a evidência dessa exaustão é percebida como

mudanças no comportamento da juventude em função das novas tecnologias de informação. Conforme a afirmação de Giddens (2005, p. 61), “os jovens têm uma atitude mais reservada em relação à política parlamentar que as gerações mais velhas, embora os jovens tenham maior interesse que os mais velhos em questões de ‘subpolítica’”. Ou seja, na interpretação trazida no projeto neoliberal mediado pela Terceira Via, a perda de credibilidade na democracia restrita burguesa é apropriada como mudanças evidenciadas no desenvolvimento de um novo individualismo e impulsionada pela globalização como revolução social.

A repolitização da política é apreendida pela Terceira Via como estratégia de construção de consenso em torno da mediação do projeto neoliberal por esse partido político. No final dos anos 1990, a percepção desse partido político subestima a capacidade de crescimento político da extrema-direita e estabelece uma suposta política de radicalização centrada nas questões ecológicas (GIDDENS, 2005, p. 62). A subestimação fica explícita no seguinte trecho do projeto político:

Não há nenhum sinal de que esses partidos vão ganhar mais apoio eleitoral do que já conseguiram até agora, embora isso por vezes os ponha na posição de quem controla a influência política de terceiros. Como ocorre com os movimentos sociais e grupos ativistas, sua importância é em grande parte simbólica: eles impõem questões para o programa político, e dão forma concreta às lutas que as cercam. Partidos e movimentos de extrema-direita se tornariam perigosos caso passassem a ser algo mais que preocupações minoritárias (GIDDENS, 2005, p. 62).

Essa suposta radicalidade centrada em questões específicas se constitui em estratégia de construção de consenso e rebaixamento da consciência política das classes subalternas em âmbito mundial. Assim, podemos afirmar que o projeto socialdemocrata para o século XXI tem a função político-ideológica de difundir uma renovada sociabilidade burguesa adequada às necessidades de hegemonia do capital financeiro e aprofundamento do imperialismo totalizante do capital. Concebido como governo, o Estado é acionado para educar essa sociabilidade renovada, como podemos confirmar na seguinte afirmativa:

Uma das principais funções do governo é precisamente conciliar as reivindicações divergentes de grupos de interesse especial, na prática e de direito. Mas “governo” aqui deveria ser compreendido num sentido mais geral que o de mero governo nacional. Os socialdemocratas têm de considerar de que maneira o governo deve ser mais bem reconstruído para atender às necessidades da época (GIDDENS, 2005, p. 63).

Na direção de estabelecer um sentido mais amplo para os objetivos do projeto socialdemocrata, as questões ambientais passam a ser associadas ao desenvolvimento econômico e à democracia. Com base na crítica ao fundamentalismo de mercado neoliberal destrutivo do meio ambiente, Giddens (2005, p. 66-68) estabelece no desenvolvimento sustentável o elemento teórico para compatibilizar o desenvolvimento capitalista à amenização dos impactos ambientais relacionados às mudanças climáticas. Como fundamentalismo de mercado neoliberal, o autor aponta o descaso e descrédito às teorias e evidências das mudanças climáticas em torno do aquecimento global, fundamentados em uma regeneração infinita da natureza (GIDDENS, 2005, p. 64-65). A partir de uma crítica superficial da postura conservadora, o projeto neoliberal mediado pela Terceira Via passa a envolver, de forma contraditória, a destruição ambiental como legitimação política-ideológica para a continuidade do modo destrutivo de produção do Capital. Assim, a forma destrutiva da produção capitalista ganha novo alento fundamentado nos conceitos de desenvolvimento sustentável e modernização ecológica, estabelecendo o cimento social necessário para a hegemonia do projeto de sociabilidade burguês.

Com base na dubiedade do conceito de desenvolvimento sustentável, Giddens (2005, p. 66-67) estabelece a necessidade de definição desse conceito. Nessa naturalização do modo de produção capitalista, o desenvolvimento sustentável é definido da seguinte forma: “o desenvolvimento sustentável é definido como evitar as tecnologias poluidoras em favor de modos de produção planejados desde o início para impedir ou limitar a poluição” (GIDDENS, 2005, p. 66-67). O caráter de conciliação de classes contido no conceito de desenvolvimento sustentável fica explícito na sua significação como modernização ecológica, como podemos evidenciar na definição desta modernização: “a modernização ecológica implica uma parceria em que governos, empresas, ambientalistas moderados e cientistas cooperam na reestruturação da economia política capitalista em linhas mais defensáveis ambientalmente” (GIDDENS, 2005, p. 67).

A clareza do caráter mistificador da radicalidade ambiental socialdemocrata está na resignificação de perigo do desastre ambiental em risco inevitável como relação entre oportunidade e inovação. Podemos ver esse caráter de naturalização do processo destrutivo de produção capitalista na seguinte definição da relação entre oportunidade e inovação: “oportunidade e inovação são o lado positivo do

risco. Ninguém pode escapar ao risco, é claro, mas há uma diferença básica entre a experiência passiva de risco e a exploração ativa de ambientes de risco” (GIDDENS, 2005, p. 73). Com essa naturalização, a resignificação de risco evidencia o processo de conformação da renovada sociabilidade burguesa como processo de racionalização econômica e política, envolvendo todas as dimensões da produção e reprodução da existência humana. Como podemos evidenciar na seguinte conceituação:

Risco não é exatamente o mesmo que perigo. Risco se refere a perigos que buscamos ativamente confrontar e avaliar. Numa sociedade como a nossa, orientada para o futuro e saturada de informação, o tema do risco une muitas outras áreas da política em outros sentidos inteiramente dissimilares: reforma do *welfare state*, compromisso com os mercados financeiros mundiais, reações à mudança tecnológica, problemas ecológicos e transformações geopolíticas. Todos precisamos de proteção contra o risco, mas também da capacidade de enfrentar e assumir riscos de uma maneira produtiva (GIDDENS, 2005, p. 73).

A partir da apresentação e discussão que fizemos até o momento, o arcabouço teórico metodológico da mediação do projeto neoliberal pela socialdemocracia apresenta elementos de naturalização da insustentabilidade do ordenamento social do capital. Assim, a globalização é apresentada como um fenômeno social positivo e a rejeição a este fenômeno deve ser combatida. A naturalização das mazelas sociais provocada pela globalização como fenômeno atrelado à hegemonia do capital financeiro é resignificado como transformações culturais positivas de estilos de vida. Essa naturalização pode ser compreendida no objetivo estabelecido pelo atual projeto socialdemocrata, como: “O objetivo geral da política da terceira via deveria ser ajudar os cidadãos a abrir seu caminho através das mais importantes revoluções de nosso tempo: globalização, transformações na vida pessoal e nosso relacionamento com a natureza” (GIDDENS, 2005, p. 74). Com a abordagem despolitizada, a naturalização da globalização ganha sentidos de reordenamento das relações de poder na sociedade de classes com a necessidade de forjar um novo tipo humano ajustado à flexibilidade, como fragmentação em todas as formas de produção e reprodução da existência humana. A expressão dessa fragmentação é o novo individualismo, como apropriação fragmentada de toda a potencialidade da existência omnilateral. Essa existência aos pedaços deve ser religada no coletivo, como participação em torno de questões ecológicas e interesses específicos como forma de limitar as conquistas sociais com dimensões pontuais. Essa estratégia ampla de fragmentação social tem fundamento na discussão que fizemos no segundo capítulo com a construção do trabalho estranhado. Com base na cisão entre concepção e

execução do trabalho, a sociabilidade burguesa foi construída por uma pedagogia política que cindiu a existência humana e religou no coletivo como relações sociais de trabalho estranhado.

O novo individualismo é o espírito político do novo cidadão empreendedor que deve limitar sua práxis humana, política e econômica, à capacidade de criar alternativas para a manutenção da hegemonia burguesa e da decorrente necessidade de acúmulo de capital. A evidência desse espírito fica explícita na resignificação de justiça e liberdade como autonomia para a ação. Essa concepção expressa as formas educacionais do projeto mediado pela Terceira Via, a racionalidade instrumental deve embasar as formas de educação da ação política como dimensão estratégica para a hegemonia como forma política e econômica da dominação burguesa.

Com base no fomento de liberdades individualizadas em interesses de grupos, o novo individualismo se constitui em espírito com nexos contraditórios entre igualdade formal e liberdade individual, mediado pela salvação do ordenamento social do capital, como salvação de toda a humanidade. Nessa salvação, a responsabilidade social com a salvação do capitalismo é definida como um novo relacionamento entre indivíduo e comunidade, exigindo a redefinição de direitos e obrigações. Assim, a pedagogia política expressa no projeto neoliberal mediado pela Terceira Via se configura como reordenamento das relações de poder, estabelecendo o momento dialético entre despolitização e repolitização em uma existência humana ainda mais cindida. Como pressuposto para esse reordenamento, podemos evidenciar a seguinte fundamentação de Giddens (2005, p. 75): “tendo abandonado o coletivismo, a política da terceira via busca novo relacionamento entre indivíduo e comunidade, uma redefinição de direitos e obrigações”. O reordenamento das relações de poder tem na relação entre “indivíduo atomizado” e “responsabilidade social” o fundamento da nova sociabilidade, do novo individualismo, do novo tipo humano, do novo cidadão empreendedor empenhado ativamente no desmonte do modo de regulação do Estado de Bem-Estar Social e consolidação do regime de acumulação flexível. Para confirmar nossa análise, a relação entre o “novo indivíduo” e a responsabilidade social legitima as formas de desmonte da proteção social materializada no Estado de Bem-Estar social fica explícita na seguinte preceito:

Com o individualismo em expansão deveria vir uma extensão das obrigações individuais. Auxílio-desemprego, por exemplo, deveriam acarretar a obrigação de procurar trabalho ativamente, e cabe aos governos assegurar que os sistemas de bem-estar social não desencorajem a procura ativa. Como um princípio ético, a máxima “não há direitos sem responsabilidades” deve se aplicar não apenas aos beneficiários do *welfare*, mas também a todos (GIDDENS, 2005, p. 75).

Nesse contexto, a nova cidadania burguesa precisa de um novo individualismo, um novo espírito coletivo e individual para manter a práxis política humana cindida, como fundamento da socialização da política caracterizada pelo aprofundamento das restrições limitadas à democracia formal “participativa”. Para estabelecer o momento desse aprofundamento, outro preceito é definido como: “não há autoridade sem democracia”. Nesse sentido, a hegemonia burguesa precisa de novos mecanismos de mediação do conflito de classes, nova sociabilidade, com novo horizonte limitado à dinâmica de desenvolvimento do ordenamento social do Capital. Essa relação fica clara no seguinte trecho da exposição:

Numa sociedade em que a tradição e o costume estão perdendo seu domínio, a única rota para o estabelecimento da autoridade democrática. O novo individualismo não corrói inevitavelmente a autoridade, mas exige que ela seja remodelada de forma ativa ou participatória (GIDDENS, 2005, p. 76).

No reordenamento das relações de poder, o aprofundamento da democracia participativa pode deixar brechas para o desenvolvimento de políticas de caráter universal. Com base nessa possibilidade a centralidade nas questões ecológicas passa a atender ao movimento de reordenamento das relações de poder com as seguintes dimensões: mistificação da destruição do modo de regulação do Estado de Bem-Estar social; naturalização do imperialismo hegemônico do capital financeiro expresso no suposta globalização como revolução social; e a limitação da ação política à participação democrática na salvação do Capital.

O conceito de desenvolvimento sustentável apresenta um caráter mistificador da destruição econômica capitalista envolvendo a sociedade civil na manutenção e salvação por meio da conciliação de classes em torno do processo de modernização ecológica. Para concretizar a grande política de conservação da hegemonia burguesa, o projeto neoliberal mediado pela socialdemocracia estabelece a contrarreforma estatal como reforma do aparelho de estado e construção de uma sociedade civil ativa na salvação do ordenamento social capitalista. Assim, o Estado

burguês com ações na sociedade civil e sociedade política explicita seu papel de educação do consenso em torno do projeto burguês de sociabilidade.

A redefinição da estratégia política socialdemocrata representa o estabelecimento de modificações na relação entre aparelho de Estado e sociedade civil. A política de renovação para conservar a hegemonia do bloco histórico do Capital estabelece a naturalização da destruição do modo de regulação social do Estado Bem-Estar social como exigência da construção de uma sociedade civil ativa, ou seja, uma sociedade conformada e empenhada na salvação do ordenamento social do Capital. A sociedade civil é acionada como espaço de mediação política para promover a continuidade da dominação burguesa na dinâmica de aprofundamento da crise orgânica do capital, estabelecendo nova sobrevida à dinâmica de destruição econômica e política que representa a hegemonia do capital financeiro e sua voracidade sobre o Trabalho.

O crescimento da extrema direita no cenário mundial vem colocando em dúvida a capacidade do projeto neoliberal mediado pela Terceira Via como pedagogia política capaz de conformar a população mundial às mazelas produzidas pelo avanço do imperialismo sob a hegemonia do capital financeiro. Esse crescimento pode ser evidenciado a partir do aprofundamento da crise orgânica do capital e da materialidade da crise do capital financeiro, em 2008, com a quebra de bancos e seguradoras americanas com abrangência mundial, afetando principalmente bancos americanos e europeus. A solução para a bancarrota financeira foi a injeção de dinheiro público. Os efeitos sociopolíticos e econômicos desencadeados pelo aprofundamento constante da crise orgânica do capital e a incapacidade de soluções passam a delinear a conjuntura necessária à ascensão do neoconservadorismo.

Nessa conjuntura, o crescimento do discurso neoconservador ganha impulso, projetando partidos e lideranças como Victor Orban na Hungria, Donald Trump nos Estados Unidos, Marine Le Pen (Frente Conservadora), estabelecendo a criação e concentração de poder à partidos políticos como: Alternativa para a Alemanha (AFD), a Frente Nacional na França (FN), o Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ) e o Aurora Dourada na Grécia.

A ampliação dos espaços de poder ocupados pela extrema direita no Brasil pode ser evidenciada com o crescimento dos partidos conservadores a partir de 2010 e

seu constante crescimento no cenário político Nacional. Esse crescimento ganha impulsão com a desestabilização política provocada pela disputa entre as frações burguesas, culminando no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em agosto de 2016, como um golpe parlamentar entre essas frações. A compreensão desse fenômeno não está restrita à política Nacional como uma particularidade brasileira ou uma particularidade latino-americana e sua compreensão exige a ampliação da análise para a dinâmica do capitalismo mundializado.

A disputa eleitoral brasileira de 2018 foi marcada pelos discursos envolvendo xenofobia, nacionalismo, racismo, intolerância religiosa, ataques aos avanços políticos das minorias Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT), negros e indígenas. Essa disputa envolveu os cargos de presidente e vice-presidente da República, governador e vice-governador de estado e do Distrito Federal, senador, deputado federal, estadual e distrital. Assim, pudemos evidenciar nessa conjuntura o crescimento da extrema direita no Brasil, envolvendo elementos de radicalização dos individualismos de mercado, autoritarismo e restrição de direitos e liberdades de opinião.

Na disputa eleitoral, o neoconservadorismo foi marcado por estratégias de inviabilização do diálogo, discursos simplistas e agressivos, uso de redes sociais como forma irrestrita de disseminação de mentiras e ataques, com acusações de ilegitimidade e corrupção por todos aqueles contrários aos seus apelos morais. A consolidação desse fenômeno caracteriza a ascensão da extrema direita ao poder, com a vitória de Jair Messias Bolsonaro à presidência da República, o crescimento do seu partido – Partido Social Liberal (PSL) – e partidos menores com ideias morais e conservadores, associando política, religião e moralidade. Com esse quadro, o ano de 2019 começa com a extrema direita na presidência e o Congresso mais conservador da história brasileira.

A materialidade da extrema-direita no Brasil evidencia formas diferenciadas reafirmando as relações de dependência na geopolítica mundial. Como alguns aspectos, a política de extrema-direita nas sociedades hegemônicas tem sido caracterizada por forte nacionalismo, com movimento de restabelecimento de barreiras comerciais às suas economias. Esse protecionismo tem sido reafirmado, com formas de restrição dos movimentos das empresas nas transferências de plantas industriais e

atividades comerciais e de serviços. Além disso, podemos evidenciar medidas de atrelamento de regras para as isenções fiscais como compromisso com o desenvolvimento nacional.

No caso brasileiro, a extrema-direita tem demonstrado elementos de oposição em relação aos Estados Unidos e às sociedades europeias. A entrega ao capital financeiro internacional tem se materializado em diferentes formas. A dilapidação dos nossos recursos naturais e materiais têm sido evidenciada em diferentes políticas de privatização e desvinculação ampliada de impostos das áreas sociais e redirecionamento para os interesses do capital financeiro internacional. Comprometimento amplo do desenvolvimento científico e tecnológico, por meio da submissão a interesses de grupos privados, com ramificações internacionais. Política de degradação ampliada de nosso solo via liberação desenfreada de agrotóxicos, muitos destes banidos pelas sociedades hegemônicas, em atendimento aos interesses de empresas americanas e com potencial de comprometimento de nossa produção agrícola e da saúde da população brasileira. O golpe maior está em curso com a apropriação da previdência, como direito e patrimônio dos brasileiros, redirecionando o fundo público para o voraz capital financeiro internacional via pagamentos de juros da dívida pública. Esses elementos apontam para o acirramento do imperialismo total, como submissão de toda a existência humana aos seus imperativos, com materialidade extremada nas sociedades periféricas.

Nesse movimento de crescimento da extrema-direita subestimado pelo partido socialdemocrata europeu no final dos anos 1990 vem colocando em dúvida a capacidade desse partido político de desenvolver uma pedagogia política que mantenha o domínio burguês. A ascensão da extrema-direita representa o acirramento do imperialismo total, como forma destrutiva da sociabilidade humana e da natureza. Nesse sentido, as preocupações apontadas por Mézaros (2011, 2014) evidenciam a necessidade da emergência do projeto de sociabilidade socialista como condição para a existência da sociabilidade humana.

4. O CLAD COMO INTELECTUAL ORGÂNICO DO CAPITAL

Para responder ao nosso problema de pesquisa, nesse capítulo fizemos uma síntese do conhecimento teórico-metodológico realizada nos capítulos anteriores, evidenciando suas contribuições para explicar as estratégias político-pedagógicas do CLAD na contrarreforma dos Estados latino-americanos.

Com fundamento nos elementos teórico-metodológicos de um renovado projeto de sociabilidade, realizamos uma análise política das estratégias de mediação do conflito de classes contida nos documentos e ações concretas do CLAD e do Estado brasileiro. A materialidade da reforma administrativa do Estado brasileiro e da decorrente implantação do modelo gerencial foi explicada no conjunto das mudanças socioculturais e político-econômicas do novo imperialismo, evidenciando suas singularidades para as sociedades dependentes. Com essa fundamentação, buscamos explicar o papel político-pedagógico do CLAD na contrarreforma do Estado brasileiro, evidenciando seu papel de intelectual orgânico coletivo do capital. Assim, as estratégias de constituição e ampliação de uma rede articulada de escolas e institutos de formação em administração, em níveis nacionais e supranacionais teve o sentido de ampliação de aparelhos privados de hegemonia, com objetivo de construção de consenso em torno do atual projeto de sociabilidade burguesa. Assim, evidenciamos os sentidos e significados das ações pedagógicas do CLAD e do Estado brasileiro para a formação/conformação de novo tipo humano.

4.1. FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA CONTRARREFORMA DOS ESTADOS LATINO-AMERICANOS

A influência dos países hegemônicos na administração pública dos países latino-americanos pode ser evidenciada a partir dos anos 1920. As primeiras missões

financeiras norte-americanas surgem pela primeira vez na América Latina nos anos 1920, sob a direção do economista americano Edwin Walter Kemmerer (ABREU, 1974, p. 1). Com a posição de perito e consultor do Governo Americano, Kemmerer visitou os seguintes países: Colômbia (1923, 1930), Chile (1925), Equador (1926/27), Bolívia (1927) e Peru (1931). Em estudos com base em fontes e documentos primários do *Foreign Office* britânico, Abreu (1974, p. 14-15) afirma a ocorrência de uma visita sem grande repercussão do próprio Kemmerer ao Brasil em 1923. As missões norte-americanas influenciaram a criação de escritórios de Controladoria Geral da República nos países visitados, estabelecendo como referência as regras estabelecidas pelo *General Accounting Office* (GAO) dos Estados Unidos. Essa ausência de repercussão da missão norte-americana no Brasil reflete a hegemonia britânica em relação à política e à economia brasileiras. Nesse sentido, as primeiras missões financeiras no Brasil foram britânicas, como as missões de Montagu (1924) e de D'Àbernon (1929) (ABREU, 1974, p. 14-15). Nesse contexto, missões financeiras britânicas e norte-americanas eram enviadas para verificar e estabelecer critérios para reformas monetárias, atividades bancárias, estabelecimento de orçamentos públicos, criação e regulação de bancos centrais, além de controles contábeis e gestão financeira (ABREU, 1974, p. 14-15). A hegemonia britânica vinha enfraquecendo na América Latina com a crescente influência dos Estados Unidos, porém a hegemonia norte-americana somente se consolida no pós Segunda Guerra Mundial.

A partir do final do século XIX e início do século XX, a configuração de uma crise orgânica do capital pode ser evidenciada em movimentos revolucionários em oposição ao projeto burguês de sociabilidade e no desencadeamento da Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918). Como expressão da luta de classes, o projeto socialista dá forma a União Soviética em 1917. A crise orgânica do capital fica mais evidente no final dos anos 1920, tendo como marco a quebra da bolsa de Nova York em outubro de 1929. A reação burguesa à ameaça de dissolução do bloco histórico do capital envolve um movimento de recomposição burguesa com impactos estruturais e superestruturais. Nesse movimento contrarrevolucionário, o capital aprofunda as mudanças no padrão de acumulação, desenvolvendo uma racionalização de tipo taylorista-fordista e desencadeia o desenvolvimento de políticas keynesianas voltadas para restabelecer a regulação social. Como uma das dimensões da reconfiguração da relação entre o aparelho de Estado e a

sociedade civil, no final dos anos 1930, uma ampla reforma da administração pública dos Estados Unidos desenvolve um tipo burocrático de administração. Esse tipo americano de burocratização da administração pública combina uma racionalização de tipo taylorista-fordista e a legitimação na cultura do *management* americano, fundamentada no ideário da competitividade, nas ciências do comportamento humano, no tecnicismo positivista e nas concepções de democracia restrita burguesa. Essa burocratização da administração pública norte-americana estabelece a administração como dimensão estratégica para a readequação do aparelho de Estado americano ao novo padrão imperialista de desenvolvimento do capital.

A reforma administrativa do aparelho de Estado norte-americano vai influenciar reformas da administração pública na América Latina. É nesse contexto que o Governo ditatorial de Getúlio Vargas cria o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) como órgão federal subordinado à Presidência da República. A criação desse Órgão já estava prevista na Constituição de 1937 e foi pioneiro em reformas administrativas de Estados latino-americanos, criado pelo Decreto-Lei nº 579, de 30 de julho de 1938. Na visão de Wahrlich (1979, p. 44), a reforma administrativa do aparelho de Estado norte-americano vai se constituir em um movimento reformista dos aparelhos de Estado latino-americanos.

Na América Latina, porém, as concepções de Gulick vieram reforçar as de Fayol, Taylor e Willoughby, todos pertencentes à escola prescritiva de organização. Vale ainda mencionar que Gulick foi um dos três membros do *President's Committee on Administrative Management*, que assessorou o Presidente Roosevelt na reforma administrativa do governo federal dos EUA, executada em fins da década de 30 e no princípio da de 40. Suas ideias se encontram refletidas nesse movimento reformista, que, por sua vez, reforçou na América Latina as concepções prescritivas de organização (WAHRLICH, 1979, p. 44).

A consolidação da hegemonia dos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra Mundial exigiu o estabelecimento de um sistema econômico e financeiro com caráter mundializado, submetendo os países às regras e funcionamento desse sistema.

Como expressão das transformações na geopolítica mundial do pós Guerra, a criação dos organismos internacionais ampliou os poderes de planejamento e de intervenção na sociabilidade dos países, de acordo com os interesses dos vencedores (MELO, 2005, p. 70). Essa ampliação dos poderes teve como direção a consolidação da

hegemonia dos Estados Unidos na direção e dominação do bloco histórico do capital (MELO, 2005, p. 70).

O conceito de interdependência se torna fundamental para a compreensão das formulações e do planejamento dos organismos internacionais, além da realização do consenso keynesiano (MELO, 2005, p. 70). A realização desse consenso foi atrelada à consolidação da interdependência e o sucesso da multinacionalização das corporações estadunidenses, que significou a associação dependente dos países da América Latina ao capitalismo mundial (MELO, 2005, p. 70-71). Essa associação dependente se caracterizou pela dependência em todas as dimensões da produção e reprodução social, como dependência financeira, econômica, política e cultural (MELO, 2005, p. 70-71).

A hegemonia econômico-financeira e política foi estabelecida no Acordo de Bretton Woods em uma Conferência monetária e financeira das Nações Unidas em julho de 1944. Assim, a legitimação desse acordo foi estabelecida com um plano de reconstrução da Europa, com o desenvolvimento do Plano Marshall. No desenvolvimento desse Plano, fica evidente a necessidade norte-americana de controle sobre a formação de intelectuais dirigentes da administração pública dos países em âmbito mundial. Em dezembro de 1944, a Fundação Getúlio Vargas é criada no final da ditadura Vargas, com objetivo de formar quadros para a administração pública brasileira.

Entre 1945 e 1960, a adesão dos países à relação de interdependência foi construída com base em empréstimos de grandes somas, com articulação entre uma coalizão de empresas americanas, na direção da internacionalização, e o keynesianismo militar global (MELO, 2005, p. 70-71). A legitimidade dessa articulação se fundamentou nas promessas de desenvolvimento econômico e de construção do pleno emprego (MELO, 2005, p. 71).

Como processo educativo voltado para a consolidação da interdependência, os organismos internacionais passaram a combinar políticas de reformas e ajustes com o atendimento das pautas da classe trabalhadora, nos limites de funcionamento do capitalismo (MELO, 2005, p. 70-71). Essa combinação passou a delinear os objetivos macroeconômicos de organismos como o Banco Mundial e o FMI e foi denominado como “desenvolvimentismo”, impulsionando a consolidação do modo de produção social capitalista (MELO, 2005, p. 70-71).

Os objetivos macroeconômicos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) voltados para a consolidação da interdependência envolviam o desenvolvimento de uma economia aberta mundial, com a recuperação do poder de compra dos trabalhadores assalariados e o fortalecimento dos mercados internos dos países (MELO, 2005, p. 70-71).

Para o desenvolvimento de uma economia aberta em âmbito mundial, o Banco Mundial e o FMI promoveram uma política monetária com cooperação e conversibilidade de moedas, a liquidez da economia mundial, a eliminação de restrições de câmbio, a criação de um ambiente favorável para investimentos externos diretos e segurança para investimentos privados (MELO, 2005, p. 70-71). A conformação social ao projeto de interdependência envolveu a construção do Estado de Bem-Estar social com materialidade diferenciada entre países do centro e da periferia do capitalismo (MELO, 2005, p. 71).

Com um nível mais elevado de conformação social, as estratégias políticas integradas com a dimensão social, nos países centrais, envolveu a mediação entre os interesses dos empresários e as demandas da classe trabalhadora, delineando a consolidação dos limites jurídico-legislativo da democracia formal (MELO, 2005, p. 71).

Ao mesmo tempo, nos países periféricos, o Estado de Bem-Estar social se estruturou a partir de ações seletivas e de políticas não integradas com as demandas sociais, em uma relação de confronto cada vez mais intenso com a formação de demandas das classes populares (MELO, 2005, p. 71).

A diferença na construção do Estado de Bem-Estar social, centrada nas ações do aparelho de Estado, impossibilitou maior aprofundamento nas relações de colaboração até meados dos anos 1980 (MELO, 2005, p. 71).

A necessidade de controle sobre a formação de intelectuais voltados para a difusão da sociabilidade burguesa, com um padrão de acumulação taylorista-fordista, com regras norte-americanas sobre o sistema econômico-financeiro em âmbito mundial, e uma regulação de tipo keynesiana, desencadeou a criação de escolas e centros de treinamento de pessoal administrativo. Nesse sentido, a criação estimulada de escolas de administração pública passa a se consolidar na América Latina. Nesse movimento são criadas duas Escolas de Administração Pública como centros irradiadores regionais. Esses dois centros se constituem na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), criada

na FGV, no Rio de Janeiro, em 1952 e a Escola Superior de Administração Pública da América Central, criada em 1954 em São José, Costa Rica.

A influência do governo americano na criação estimulada de Escolas de Administração fica evidenciada na articulação voltada para a criação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP). Essa criação estimulada envolve a Universidade do Estado de Michigan em 1953, assim a EAESP é criada em 1954.

A criação da EBAP ampliou a atuação da Fundação Getúlio Vargas como intelectual orgânico responsável pela difusão e reformulação da pedagogia política do capital para a América Latina. A EBAP é gestada com papel regional, assim podemos perceber essa ampliação na seguinte afirmação de Wahrlich (1979, p. 51):

A Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) foi, na realidade, nos seus primeiros 5 anos, uma escola latino-americana, pois durante aquele período frequentaram seus cursos intensivos de curta duração (4 meses) 233 alunos recrutados nos demais países da região. Isto deveu-se às bolsas de estudo que lhes foram concedidas pelas Nações Unidas, patrocinadoras, ao lado do Governo Brasileiro, do projeto de criação da escola, o qual também contou com a ajuda da UNESCO.

Nos anos 1960, o delineamento da crise orgânica do capital e sua compreensão pelos países hegemônicos podem ser evidenciados na influência de organismos internacionais voltados para a Educação dos Estados latino-americanos. Com esse objetivo, a readequação da administração pública latino-americana ao novo padrão de desenvolvimento imperialista passa a fazer parte de ações e formulações de organismos internacionais como construções de experiências direcionadas para contrarreforma estatal. Nesse contexto, a reforma da administração pública latino-americana passa a envolver articulações e financiamento por parte de organismos internacionais, com objetivo de dar direção a essa “reforma administrativa”. A importância da Educação dos Estados latino-americanos nesse contexto pode ser evidenciada pela instalação no Brasil da representação da UNESCO. Esse fato ocorre em 1964, no mesmo ano do Golpe empresarial-militar que instalou o regime ditatorial.

O desenvolvimento do Estado de Bem-Estar social articulado ao fordismo permitiu maior aprofundamento do ordenamento social do capital ao mesmo tempo em que complexificava a organização econômica e social, envolvendo as dimensões da ciência, vida e trabalho (MELO, 2005, p. 71). A partir dos anos 1970, essa articulação entra

em crise e exigindo novas condições para a hegemonia internacional. A salvação do ordenamento social do capital eternamente em crise exigiu novas condições para a “liberalização do capital e do trabalho” (MELO, 2005, p. 71).

A crise orgânica do capital se caracterizou pelo desequilíbrio na balança de pagamento dos países endividados e o risco de insolvência dos países “doadores” e o acirramento da crise foi impulsionado pela crise do petróleo (MELO, 2005, p. 71). Com a direção do FMI e Banco Mundial, a solução para a crise foi imposta aos países devedores, por meio de reformas e ajustes no formato de pacotes com medidas de austeridade, que promoveram a desintegração do Estado e a destruição das economias nacionais e seus mercados internos (MELO, 2005, p. 71-72). Esse movimento promoveu o remodelamento dos mercados internos dos países devedores, o rebaixamento dos salários reais e o redirecionamento da produção desses países para o mercado mundial (MELO, 2005, p. 72).

A partir dos anos 1980, os processos de “liberalização do capital” promoveram a inserção intensa de ciência e tecnologia na produção, fortalecimento do capital privado e seu desenvolvimento, com medidas macroeconômicas de austeridade, privatização e desregulamentação contrárias aos interesses da maioria das populações (MELO, 2005, p. 72). Essa “liberalização do capital” foi combinada com a “liberalização do trabalho”, promovendo alterações nas relações de trabalho associadas ao crescente desemprego que se tornou estrutural (MELO, 2005, p. 72). Como podemos verificar na seguinte afirmação de Melo (2005, p. 72):

A implantação de medidas macroeconômicas cada vez mais conservadoras e a intensa exploração pelos países capitalistas periféricos fizeram com que ficassem cada vez mais claras e declaradas as intenções dos representantes do grande capital mundial na exploração e conformação da classe trabalhadora, estabelecendo um discurso legitimador que, incorporando demandas das classes populares, planeja a condução de ações estratégicas focalizadas e restritivas e, ao mesmo tempo, de incentivo ao pluralismo e à democracia de caráter universalista.

Nesse contexto de crescente concentração de renda e desigualdades sociais, as ameaças ao ordenamento social passam a fazer parte das preocupações do FMI e Banco Mundial. Assim, o desenvolvimento de estratégias de conformação social se tornam emergentes para a manutenção do ordenamento social (MELO, 2005, p. 72).

Na busca por soluções para a manutenção do ordenamento social, a ortodoxia neoliberal criava obstáculos ao desenvolvimento de estratégias para educar o

consenso em torno dos problemas gerados pelas políticas econômicas restritivas (MELO, 2005, p. 72). Dessa forma, a proposta de um terceiro caminho é apresentada pela social democracia da Terceira Via, como caminho intermediário entre o neoliberalismo e a antiga socialdemocracia (MELO, 2005, p. 72-73). E é essa proposta que começa a embasar as ações e formulações dos organismos internacionais a partir dos anos 1990 (MELO, 2005, p. 72-73).

Com base nos documentos do Banco Mundial, “Estado num mundo em transformação”, de 1997, e “Desenvolvimento e redução da pobreza”, de 2004, Melo analisa a agenda de governação desse organismo internacional para o século XXI (MELO, 2005, p. 74-76).

Fundamentados nas relações de interdependência, a partir de 1985, o FMI e Banco Mundial intensificam suas ações no ordenamento das políticas de desenvolvimento dos países periféricos, por meio de empréstimos e pacotes para o desenvolvimento (MELO, 2005, p. 73). Esses empréstimos e pacotes condicionados foram direcionados para processos de estabilização, liberalização do comércio, privatizações e reformas em diferentes áreas, como: tributária, financeira, trabalhista, previdenciária (MELO, 2005, p. 73). Assim, a necessidade de manter a dominação do bloco histórico do capital exige mudanças na relação entre o aparelho de Estado e a sociedade civil.

Nesse contexto, o Banco Mundial estabelece a reforma dos Estados nacionais como necessidade para a adequação a um mundo em transformação. Assim, a gestão de reformas menores para alcançar maiores surge como parte das novas funções do Estado, com objetivo de construção de um novo ordenamento, uma nova conformação social (MELO, 2005, p. 73-74).

A reforma do Estado aparece nos objetivos e metas do Banco Mundial como suposta “preocupação” com o empobrecimento dos países periféricos e ameaça à desestabilização econômica e política na periferia do sistema, sendo necessário um mínimo de compensações para a garantia da coesão social (MELO, 2005, p. 72-74).

Nos anos 1980, com o empobrecimento dos países periféricos gerado pelas reformas neoliberais direcionadas pelo FMI e pelo Banco Mundial, a preocupação com a desestabilização socioeconômica e política desses países e ameaça de hegemonia do

capital evidencia a necessidade de novas estratégias e uma nova agenda para a conformação social (MELO, 2005, p. 73-74). Nessa agenda para o século XXI, o aumento da participação social da população na formulação de políticas públicas adquire nova função e natureza, a partir dos anos 1990 (MELO, 2005, p. 73-74). Melo (2005, p. 74) afirma que, a partir dos anos 1970, a importância da participação social das comunidades na gestão de programas financiados pelo FMI e pelo Banco Mundial já pode ser evidenciada nos relatórios deste Banco e em boletins informativos daquele Fundo. Essa importância adquire o sentido de potencializar a eficiência e o retorno social do financiamento feito por esses organismos internacionais (MELO, 2005, p. 74).

Para implantar reformas necessárias à manutenção e sobrevivência da ordem social capitalista, a participação social ganha novo sentido estratégico, assumindo o caráter de conformação, voltado para a facilitação e a consolidação das reformas (MELO, 2005, p. 74). Essa mudança no sentido tem como legitimação argumentos em torno da ineficiência de um Estado centralizador, pesado e burocrático, como opositor das reformas necessárias, e a incapacidade de lidar com a crescente demanda social por direitos e serviços (MELO, 2005, p. 74).

Nesse contexto, a nova relação entre o aparelho de Estado e sociedade civil se fundamenta na necessidade de maior participação social da população, com ações de “novos atores sociais” em processos de planejamento, monitoramento, avaliação de programas, em uma suposta relação harmônica e homogênea (MELO, 2005, p. 74-75). A harmonização e homogeneização são concebidas na divisão entre Estado e atores sociais, sendo esses atores divididos entre cidadãos e comunidade empresarial (MELO, 2005, p. 74). Essa harmonização e homogeneização assumem o caráter estratégico para afirmar e disseminar um pensamento único em favor do capital, como podemos verificar na seguinte afirmação de Melo (2005, p. 75):

Em uma sociedade em processo intenso de ocidentalização, a luta de classes adquire um aspecto menos homogêneo, no sentido de que tanto os sujeitos políticos coletivos representantes da burguesia financeira e industrial quanto os trabalhadores expressam seus projetos de sociabilidade em uma multiplicidade de demandas e estratégias de ação para realizar essas demandas. Os organismos internacionais utilizam-se desse aspecto de heterogeneidade da luta de classes atual para reafirmar sua concepção de mundo, que inclui uma intensa divisão de interesses sociais e, ao mesmo tempo, a defesa de um pensamento único em favor do capital (MELO, 2005, p. 75).

A compreensão dos impactos da recomposição burguesa nos sistemas educacionais brasileiros exige a ampliação da discussão para as concepções de educação em disputa no conjunto da contrarreforma do Estado. Nessa compreensão, as relações entre educação e administração tornam-se dimensões essenciais para a realização da contrarreforma do Estado como dimensão da recomposição burguesa.

A iniciativa de diversificação e flexibilização do ensino superior brasileiro ocorre a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) nº 4.064/1961 (1961), colocando em pauta a reformulação da organização escolar e o desenvolvimento de cursos experimentais com flexibilização de currículos, métodos pedagógicos e de avaliação (SANTOS e JIMÉNEZ, 2009). Essa estratégia de diversificação se configura em experiências concretas de aprofundamento da dualidade educacional expressa na ótica empresarial de educação interessada, pragmática e fragmentada.

Os primeiros cursos superiores de curta duração ocorrem a partir de 1965, fundamentados no Decreto Federal nº 57.075/1965 (1965). A primeira experiência buscou subsidiar a criação do curso intermediário na área de engenharia. Essa experiência foi construída como parceria entre a Escola Técnica do Rio de Janeiro e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, criando o curso de engenharia operacional. Contudo, encontrou obstáculos para seu crescimento pela dificuldade de reconhecimento e inserção no mercado de trabalho (SANTOS e JIMÉNEZ, 2009).

Além das estratégias de diversificação e flexibilização do ensino superior brasileiro, os interesses dos organismos internacionais no desenvolvimento de cursos superiores de curta duração não são novidades. Ou seja, a contrarreforma²⁸ da educação brasileira se voltou para a garantia dos interesses da hegemonia dos países centrais do capitalismo, principalmente, do imperialismo dos Estados Unidos.

O BIRD e a *United States Agency for International Development* (USAID) passam a financiar a criação e consolidação de cursos superiores de curta duração (SANTOS e JIMÉNEZ, 2009). No contexto posterior ao golpe empresarial-militar de 1964, o financiamento da contrarreforma universitária ocorreu na forma de cooperações

²⁸ Verificar o conceito de Fernandes de contrarreforma preventiva para evidenciar a continuidade no desenvolvimento de mecanismos de subsunção das nações latino-americanas à lógica da dependência.

internacionais entre o Estado brasileiro e os referidos organismos internacionais (SANTOS e JIMÉNEZ, 2009). O acordo de cooperação entre o Ministério da Educação e Cultura²⁹ (MEC) do Brasil e a USAID deu materialidade ao Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio e Superior de Curta Duração (PRODEM) (SANTOS e JIMÉNEZ, 2009).

Para o desenvolvimento dos cursos superiores no formato do PRODEM, as Escolas Técnicas Federais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná foram acionadas e, como contrapartida, passaram a receber um volume significativo de recursos do BIRD (SANTOS e JIMÉNEZ, 2009). Além dessas Escolas, a criação do Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo (CEET/SP), em 1969, reflete a impulsão da criação dos cursos superiores tecnológicos. Mais tarde essa Escola é renomeada como Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEET/PS) (SANTOS e JIMÉNEZ, 2009).

A diversificação das instituições de ensino superior brasileiro passa a fazer parte das ações e formulações dos organismos internacionais e para a efetividade dessa estratégia os Centros Federais de Educação Tecnológica passam a ter função estratégica nesta consolidação. A *cefetização* da educação profissional se torna política estratégica do MEC articulada com o Banco Mundial, a partir de meados dos anos 1970 (SANTOS e JIMÉNEZ, 2009). Outra instituição que atua como intelectual orgânico coletivo do capital para difusão de sua pedagogia política voltada à educação superior foi a Fundação Getúlio Vargas, cuja atuação demonstra a ampliação de seu papel político-ideológico na contrarreforma administrativa do aparelho de Estado brasileiro.

A necessidade de ampliação do papel educador da Fundação Getúlio Vargas fica evidente em acordos de cooperação técnica e serviços especiais entre Brasil e Estados Unidos da América. Nesse movimento de articulação, foi firmado um convênio, em março de 1959, entre a EBAP e o governo americano com objetivo de difundir o *management* americano, por meio da criação de cursos de administração em universidades brasileiras. Esse convênio envolveu ações voltadas para a assistência técnica em elaboração de currículos, métodos e técnicas de ensino, bibliotecas e formação de professores. O estreitamento das relações entre a Fundação Getúlio Vargas e os Estados Unidos vai

²⁹ Atualmente denominado Ministério da Educação, embora continue a utilizar a sigla MEC.

materializar a criação da Escola Ibero-Americana de Governo e Políticas Públicas (EIAP)³⁰, no Rio de Janeiro, com o envolvimento do MEC e organismos internacionais como a OEA e o BID. Essa escola ganha dimensão supranacional, com objetivo de difundir o *management*³¹ americano. Em 1967, a Escola Superior de Administração Pública da América Central (ESACAP) é elevada à instância supranacional se transformando no Instituto Centroamericano de Administração Pública (ICAP) (SPINK, 2005; MATTOS, 1965).

A criação do CLAD estabelece um salto qualitativo para a contrarreforma estatal na América Latina. Esse organismo público internacional se constitui em uma iniciativa de criação conjunta dos governos do México, Peru e Venezuela, em 1972 (CLAD, 2013). A partir da criação desse Organismo internacional, a centralidade de suas ações envolveram formulações e processos formativos em torno da “reforma” dos Estados latino-americanos. Esse envolvimento foi direcionado para a construção ampla de um tipo de “modernização da administração pública” dos Estados latino-americanos. Assim, a institucionalidade criada em torno da modernização administrativa como pressuposto para a sua concepção de “reforma” do Estado, envolveu acordos firmados com outros organismos multilaterais ou bilaterais, acordos e convênios firmados com Estados e instituições governamentais. Como parte das atividades do CLAD, são desenvolvidas ações de cooperação técnica entre os países membros e outros países, publicações de estudos e pesquisas e desenvolvimento de reuniões internacionais, direcionados para a “reforma” dos Estados e “modernização da administração pública”.

Em meados dos anos 1990, a inscrição do CLAD em uma rede articulada de organismos internacionais potencializa seu raio de ação e influência. Como articulação é direcionada a países de Língua Portuguesa e Espanhola, podemos evidenciar a construção de uma concertação social, estabelecendo a concepção de “reforma” estatal com alinhamento ao projeto neoliberal mediado pela social democracia liberal ou Terceira Via. Esse alinhamento indica a “reforma” como contrarreforma dos Estados latino-americanos e o aprofundamento das relações de dependência e subordinação destes Estados aos interesses dos países do centro do capitalismo. Para compreendermos esse movimento,

³⁰ Essa Escola foi instituída em 1964, como intelectual orgânico voltado para a formulação e difusão do americanismo para os países latino-americanos. Nesse sentido, sua construção se deu como centro de estudos e pesquisas atreladas à administração pública. Com o fim do financiamento do BID, a Escola foi extinta em abril de 1988.

³¹ Concepção norte-americana de gestão do trabalho e da produção.

fizemos no próximo tópico uma análise de declarações, consensos e documentos orientadores.

4.2. O CLAD E A EDUCAÇÃO DOS ESTADOS LATINO-AMERICANOS

Para a compreensão do papel do CLAD na “reforma” dos Estados latino-americanos, precisamos inscrevê-lo em uma articulação ampla materializada na criação da Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo. Criado em 1991 e formalizado pela Declaração de Guadalajara, no México, esse Fórum vai se constituir em uma instância internacional, como engenharia institucional fundamentada na concertação social, no formato de diálogo social, entre as nações Ibero-americanas, de língua portuguesa e espanhola (SEGIB, 1991). Assim, o crescimento do CLAD como organismo internacional se confunde com o desenvolvimento dessa instância internacional, como uma comunidade ibero-americana de nações. Na forma e no conteúdo da concertação social já podemos evidenciar o ideário da pedagogia política renovada, como construção de um diálogo social entre nações ibero-americanas, com afinidades históricas e culturais, voltado para a cooperação entre nações em um mundo em transformação. A finalidade de concertação social fica evidente no seguinte artigo da Declaração:

Desejamos um futuro de certezas, paz e segurança para nossos povos. Isso só será possível mediante o respeito ao Direito Internacional e através do desarmamento geral e completo que desestime o uso da força e propicie a solução negociada de controvérsias. Reafirmamos nosso apoio às metas para a década das Nações Unidas contra o colonialismo. Diante do abuso do poder, invocamos a razão e o diálogo (SEGIB, 1991, p. 1).

Além da evidência do formato de concertação no diálogo social, podemos explicitar vários elementos que fundamentam a pedagogia política renovada, como: a defesa das liberdades individuais, com foco na defesa de identidades culturais, reconhecimento da identidade cultural dos povos indígenas, a necessidade de centrar esforços políticos na questão ecológica mundial, a ameaça de ruptura da coesão social em função da contrarreforma do Estado e da liberalização econômica (SEGIB, 1991, p. 1).

Podemos evidenciar nos artigos 9 e 10 da Declaração de Guadalajara, a preocupação com a coesão social se torna elemento central da consolidação do Fórum Internacional. A ameaça à hegemonia burguesa, representada pelo desenvolvimento do projeto de sociabilidade neoliberal, fica clara no artigo 9, com o seguinte comprometimento:

Estamos comprometidos em um processo de profundo reajuste de nossas economias com objetivo de conseguir, com eficiência, a recuperação e o crescimento. Nossos países tiveram avanços significativos em seus processos de modernização por meio da reforma do Estado e da liberalização econômica. Tais processos entranharam sacrifícios que devem cessar para que seja possível estabelecer uma verdadeira justiça social (SEGIB, 1991, p. 2).

Assim, a busca pela justiça social ganha o sentido de contenção da miséria ameaçadora da coesão social, como podemos evidenciar no artigo 10:

Empregaremos todos os esforços necessários para livrar nossos povos, antes do século XXI, do flagelo da miséria. Para isso, procuraremos o acesso geral a serviços mínimos nas áreas de saúde, nutrição, moradia, educação e previdência social, de acordo com as metas estabelecidas pelas Nações Unidas nas Estratégias Internacionais do Desenvolvimento. Assim, contribuiremos para o fortalecimento de nossa região (SEGIB, 1991, p. 2).

Essa declaração estabelece um marco nas mudanças sociopolíticas e econômicas na América Latina como articulação Ibero-Americana, alinhada à ONU e ao Banco Mundial na promoção de um pensamento único, voltado para a mediação do conflito de classes, por meio de estratégias educativas, com formação de intelectuais orgânicos e difusão da sociabilidade burguesa. A difusão da sociabilidade burguesa fundada na lógica de mercado fica evidente na transformação das formas de produção e reprodução da existência humana em mercadorias. Essa afirmação poder ser evidenciada na transformação dos direitos sociais em serviços, com perda de sentido de universalidade evidenciada no fomento de políticas sociais focalizadas. No campo da educação, a capitalização ou mercadorização da vida ganha sentido internacional, com a proposta de formação de um mercado comum do conhecimento, com a comercialização de educação e cultura. A relação entre cultura e a mediação de trocas entre os países ibero-americanos pode ser compreendida na seguinte proposta:

Identificar as áreas educativas que, de acordo com cada país, apresentem vantagens comparativas e das quais possam derivar-se benefícios para a região ibero-americana como países individuais ou em seu conjunto e, em função de suas prioridades, desenhar

programas específicos de cooperação, seja a nível bilateral ou multilateral (SEGIB, 1991, p. 5).

Na relação entre Educação e Cultura, a identificação de áreas educativas com vantagens comparativas pode ser evidenciada como pontos de partida para reordenar a divisão internacional do trabalho educacional. Essa análise que fazemos encontra suporte na seguinte proposta:

Promover um mercado comum do conhecimento como um espaço para um saber, as artes e a cultura, liberalizando os intercâmbios de materiais culturais, didáticos e educativos, facilitando o intercâmbio e a provisão de equipamento científico e tecnológico, e criando incentivos para a comunicação e transmissão de conhecimentos (SEGIB, 1991, p. 5).

Podemos evidenciar nas trocas educacionais e culturais, como formas “liberalizadas”, a mercadorização da educação como dimensão e diretiva da mercadorização da existência humana. É nessas bases que a ampliação do raio de ação do CLAD se desenvolverá.

A articulação do CLAD com uma rede de organismos internacionais evidencia a amplitude de seu papel como intelectual orgânico do capital centrado na reconfiguração administrativa dos aparelhos de Estado latino-americanos. Em uma articulação com uma rede, esse Organismo Internacional foi se consolidando como referência sobre reforma do Estado e da Administração pública para governos ibero-americanos. A articulação política entre o CLAD e o Governo FHC vai materializar o I Congresso Internacional do CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, realizado na cidade de Sintra – Portugal, em 1996³². A realização anual deste Congresso demonstrou a regularidade nas ações voltadas para aprofundar as mudanças na relação entre aparelho de Estado e sociedade civil em toda a América Latina. Em 1998, esse fortalecimento institucional decorrerá na criação da I Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado, no âmbito da Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo em Lisboa – Portugal (CLAD, 1998). A consolidação se desenvolveu na função de secretaria técnica dessa conferência, com a

³² A evidência desse papel protagonista aponta para os elementos identificados por Marini (1977) como o papel imperialista do Brasil na América Latina. Essa relação dual entre subordinação e dependência estabelece o papel do Estado brasileiro como um representante e sócio menor do capital financeiro mundial. Essa característica do papel do Estado brasileiro na manutenção das relações de dependência na América Latina é conceituada por Marini (1977) como um subimperialismo. É com origem nesse conceito que Fontes (2010) atualiza, para os dias de hoje, esse papel do Estado brasileiro como capital-imperialismo.

ampliação do raio de abrangência do CLAD para Países fora do eixo ibero-americano, estabelecendo convênios com órgãos públicos internacionais e instituições de pesquisa e ensino na Europa, Estados Unidos e Canadá (SEGIB, 2015). A materialidade da articulação político-institucional do CLAD se desenvolve em formas de cooperação, de assessoria técnica e do desenvolvimento de pesquisas estratégicas à consolidação do gerencialismo.

A dinâmica de construção teórico-metodológica do CLAD se estabelece na relação de forças políticas aglutinadas em torno do Congresso Internacional do CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública e sua inter-relação com a Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado. Assim, as formulações teóricas e os mecanismos formativos de intelectuais orgânicos envolve a aprovação na Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado respaldada pela Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

É nesse contexto que, em outubro de 1998, o documento orientador “Uma Nova Gestão Pública para América Latina”³³ se torna principal instrumento orientador para as ações formativas e formulações em torno da contrarreforma dos Estados latino-americanos. Esse documento será o marco para o estabelecimento de um movimento orgânico e sistemático voltado para a esta contrarreforma dos Estados latino-americanos. A vinculação com o projeto neoliberal mediado pela Terceira Via fica explícita logo na apresentação do contexto da reforma e dos aspectos negativos que representaram a suposta crise do Estado de Bem-Estar Social. Assim, o advento de uma idealizada “sociedade pós-industrial” e a inadequação do neoliberalismo vão fundamentar as necessidades de reconstrução do aparelho de Estado. Com base na discussão que estabelecemos sobre o projeto neoliberal mediado pela Terceira Via, podemos afirmar que a proposta de “reconstrução” dos Estados latino-americanos assume o caráter de uma contrarreforma burguesa. Podemos perceber essa vinculação na seguinte afirmação apresentada no documento:

³³ A elaboração desse documento orientador pelo Conselho Científico do CLAD foi aprovada pelo Conselho diretor do CLAD composto por representações dos 25 países ibero-americanos. Além disso, a composição do Conselho Científico evidencia o papel do Governo brasileiro na direção da contrarreforma do Estado na América Latina (CLAD, 1998). No momento de elaboração desse documento o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira é o presidente do Conselho Científico do CLAD.

Trata-se de construir um Estado para enfrentar os novos desafios da sociedade pós-industrial, um Estado para o século XXI, que além de garantir o cumprimento dos contratos econômicos, deve ser forte o suficiente para assegurar os direitos sociais e a competitividade de cada país no cenário internacional. Busca-se, desse modo, uma Terceira Via entre o *laissez faire* neoliberal e o antigo modelo social-burocrático de intervenção estatal (CLAD, 1998, p. 1).

Podemos perceber nessa formulação a afinação com o conceito de Estado necessário, como um suposto meio termo entre o Estado de Bem-Estar e o Estado mínimo neoliberal. Nesse sentido, o Estado mínimo caracterizado pelo predomínio total do mercado é visto como desmantelamento do Estado e ameaça à coesão social. No objetivo apresentado de “reconstrução” do aparelho de Estado para um “novo ordenamento social”, a ameaça à desestabilização dos Estados latino-americanos pelas políticas neoliberais aparece como preocupação central das mudanças propostas. Essa preocupação estabelece a busca pela coesão social em torno do projeto burguês de sociabilidade como elemento estruturante da pedagogia política do CLAD. Na apresentação de argumentações sobre as necessidades da contrarreforma do Estado, podemos perceber esse caráter estruturante na seguinte afirmação:

Ressalte-se que Estado também deve atuar para que novos ciclos de desenvolvimento e a elevação da produtividade sejam virtuosos no que se refere ao uso de recursos naturais, ao incremento da base tecnológica e à distribuição de renda, saindo assim do círculo vicioso do “crescimento empobrecedor” que caracterizou a América Latina no passado (CLAD, 1998, p. 2).

Nesse aspecto, o desenvolvimento econômico e o empobrecimento na Região são elementos centrais nas formulações e argumentações em torno da reconfiguração estatal. Com a ameaça de rompimento da coesão social, do bloco histórico do capital, o CLAD elege como problemas centrais a serem enfrentados na dinâmica da contrarreforma dos Estados latino-americanos os seguintes: consolidação da democracia, retomada do desenvolvimento econômico, redução da desigualdade social. Esses problemas centrais são definidos com base no projeto neoliberal mediado pela Terceira Via, feita a devida mediação para as sociedades da América Latina. Em relação ao enfrentamento dos problemas centrais, o reconhecimento positivo das medidas de estabilização da economia, como medidas de equilíbrio fiscal e controle inflacionário, não são suficientes para promover um desenvolvimento econômico sem concentração de riqueza e o agravamento das desigualdades sociais. Com esse pano de fundo, o sucesso da contrarreforma depende da capacidade do Estado de estabelecer condições para o desenvolvimento econômico com medidas financeiras e administrativas voltadas para

amenizar a pobreza gerada. Essa noção fica clara na seguinte reflexão sobre os problemas centrais:

Sem resolver estes problemas específicos da América Latina, o atual projeto de reforma do Estado tende, no curto prazo, a perder legitimidade social. As reformas até então realizadas resolveram apenas a questão da estabilização econômica, pois o desenvolvimento não foi retomado com firmeza, a concentração de renda não foi revertida e a democracia ainda não se consolidou (CLAD, 1998, p. 3).

Nessas formulações e argumentações, a preocupação com a coesão social, as concepções sobre as causas da crise orgânica do capital e a crítica superficial à solução neoliberal-conservadora evidenciam seu embasamento no projeto neoliberal mediado pela Terceira Via. Podemos perceber essa superficialidade na seguinte percepção da crise orgânica do capital e das propostas contidas no projeto neoliberal:

A reforma do Estado tornou-se o tema central da agenda política mundial. A origem desse processo ocorreu quando o modelo de Estado montado pelos países desenvolvidos no pós-guerra, responsável por uma era de prosperidade sem igual no capitalismo, entrou em crise no final da década de 70. Num primeiro momento, a resposta foi a neoliberal-conservadora. Dada a imperiosa necessidade de reformar o Estado, restabelecer seu equilíbrio fiscal, e equilibrar o balanço de pagamento dos países em crise, aproveitou-se a oportunidade para se propor, simplesmente a redução do tamanho do Estado e o predomínio total do mercado. A proposta, entretanto, fazia pouco sentido econômico ou político. Depois de algum tempo constatou-se que a solução não estaria no desmantelamento do aparelho estatal [sic] mas em sua reconstrução (CLAD, 1998, p. 1).

As causas da crise orgânica do capital são apresentadas como uma crise do modo de regulação social do Estado de Bem-Estar social. Essa percepção nega a crise orgânica do capital que se arrasta desde o final dos anos 1960, em suas dimensões sociopolítica e econômica. Além dessa concepção restrita da crise orgânica do capital, a superficialidade apresentada na crítica ao projeto neoliberal reforça a vinculação das formulações do CLAD ao projeto mediado pela Terceira Via. Com esse sentido, a intensificação do imperialismo totalizador fica camuflada em problemas de reconfiguração do Estado e, principalmente, como problemas de Gestão. Esse ofuscamento envolve as seguintes dimensões: a apropriação e redirecionamento do fundo público para a salvação da ordem social imperialista; a subsunção das nações periféricas à expropriação proporcionada pelo reordenamento da divisão internacional do trabalho; e a intensificação da precariedade social do trabalho e ampliação da precariedade da existência humana. Podemos perceber essa camuflagem ou ofuscamento fundamentado na análise com ausência de historicidade, no seguinte trecho do documento que aborda o balanço das reformas neoliberais na América Latina:

O diagnóstico atual afirma que o Estado continua sendo um instrumento fundamental para o desenvolvimento econômico, político e social de qualquer país, embora deva hoje funcionar de uma forma diversa do padrão nacional-desenvolvimentista adotado em boa parte da América Latina, bem como do modelo social burocrático que vigorou no mundo desenvolvido do pós-guerra (CLAD, 1998, p. 1).

Neste diagnóstico, o caráter classista do Estado burguês fica evidenciado na importância que possui para a existência e continuidade da ordem social imperialista. Além disso, o modelo burocrático de administração pública passa a ser colocado como paradigma a ser superado por um novo modelo adequado às necessidades de competitividade no mercado mundial.

Na análise das particularidades latino-americanas da crise orgânica do capital, apresentada como suposta crise fiscal, a contrarreforma dos Estados proposta pelo CLAD parte da crítica ao endividamento dos Estados latino-americanos e do esgotamento do modelo desenvolvimentista, com sua política de substituição de importações (CLAD, 1998, p. 1). Com esse ponto de partida, as concepções sem historicidade e fetichizadas de uma sociedade pós-industrial, do avanço tecnológico, materializado na Terceira Revolução Industrial, e da inevitabilidade de inserção no processo de “globalização” evidenciam a articulação com a pedagogia política renovada do capital. Podemos perceber na inevitabilidade de inserção dos países latino-americanos ao processo de “globalização intensificadora”, novos marcos para a hierarquização entre as nações periféricas e as nações do centro do capitalismo. O sentido deste reordenamento político e econômico pode ser evidenciado na análise do CLAD sobre as mudanças mundiais e sua compatibilização com as particularidades da América latina, conforme o seguinte trecho:

No processo de reconstrução do Estado latino-americano, o maior desafio é compatibilizar as tendências mundiais de mudança com as especificidades da região. No que se refere às mudanças estruturais com impacto mundial, a América Latina tem que, em primeiro lugar, preparar-se para enfrentar a competição econômica internacional trazida pela globalização. Neste caso, o Estado deve alterar suas antigas políticas protecionistas, substituindo-as por medidas que induzam as empresas a serem mais competitivas no ambiente econômico mundial. Para atingir esta meta, é preciso ter um sólido projeto para o setor de comércio exterior, visando aumentar a participação dos países no fluxo de comércio mundial; além disso, os recursos públicos e privados devem ser canalizados estrategicamente para programas nas áreas de educação e ciência e tecnologia (CLAD, 1998, p. 1).

Como podemos analisar, a inevitabilidade de inserção no suposto processo de “globalização” ofusca e naturaliza o reordenamento econômico e político de acordo

com os interesses do capital financeiro mundial para a manutenção e aprofundamento das relações de dependência, como forma de dominação entre nações hegemônicas e dependentes. Essa inserção inevitável e estímulo à competitividade entre nações negam as formas do imperialismo total, como relações de dominação das nações hegemônicas sobre as nações periféricas. Dessa forma, a competição é tomada como fenômeno em condições de igualdade, dependendo somente de mudanças nas formas de administrar o Estado e do aumento de produtividade das empresas.

Neste quadro, a educação é acionada como dimensão estratégica para a conformação do renovado padrão imperialista de sociabilidade burguesa. As formulações e ações do CLAD se voltam para a formação de intelectuais orgânicos e difusores da sociabilidade burguesa renovada. O papel educador do Estado fica mais explícito na análise das mudanças administrativas e educacionais. A racionalização econômica e política na reconfiguração administrativa do Estado gerencial envolve a racionalização da educação escolar, com o sentido do redirecionamento interessado para o processo produtivo. A concepção de educação interessada, fragmentada e pragmática fica explícita na proposta de redirecionamento da educação superior e das pesquisas acadêmicas para os interesses de funcionamento da economia capitalista. Podemos perceber a concepção empresarial de educação e pesquisa na seguinte análise sobre o papel do Estado e sua relação com a universidade:

Nesse sentido, em termos econômicos, em vez da intervenção direta como produtor, o aparelho estatal deve concentrar suas atividades na regulação. Privatizações e a criação de agências reguladoras fazem parte deste processo. Além disso, o Estado deve desenvolver sua capacidade estratégica de atuar junto ao setor privado e à universidade para criar um entorno adequado ao aumento da competitividade das empresas (CLAD, 1998, p. 2).

As concepções apresentadas na proposta do CLAD estão afinadas com o projeto neoliberal mediado pela Terceira Via, principalmente com fundamento nos pressupostos de uma “nova ordem pós-tradicional”, de uma “globalização intensificadora” e da “expansão da reflexividade social. Nas formulações desse organismo internacional, os pressupostos passam a ser base para as formulações da contrarreforma Estatal, como modificação na relação entre o aparelho de Estado e a sociedade civil em toda América Latina. Com essa evidência, podemos afirmar que o CLAD compõe um conjunto de organismos internacionais como frente móvel do capital, voltado para a construção do consenso em torno do projeto de sociabilidade burguês. Dessa forma,

podemos afirmar seu papel de intelectual orgânico coletivo do capital com funções de formulação, articulação e difusão da pedagogia política renovada. Esse papel fica ainda mais explícito com a análise do papel estratégico definido por esse Organismo Internacional.

Nesse quadro, o Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), cuja missão é de colaborar para a difusão e o debate das ideias e práticas sobre a reforma do Estado, particularmente da Administração Pública, tem um papel estratégico: promover a Reforma Gerencial do Estado latino-americano. Isto porque a Reforma Gerencial da Administração, que vem ocorrendo em um número crescente de países, é que a [sic] oferece as melhores respostas aos desafios econômicos, sociais e políticos presentes na América Latina (CLAD, 1998, p. 3).

Com base na explicitação desse papel, o CLAD assume a direção para difundir o gerencialismo como modelo para a reconfiguração administrativa dos aparelhos de Estado latino-americanos, como estratégia para dinamizar a contrarreforma dos Estados latino-americanos. Nesse sentido, podemos afirmar que esse intelectual orgânico coletivo vem se tornando principal referência da contrarreforma estatal na América Latina, com ações e formulações voltadas para o aprofundamento do gerencialismo, como uma burocratização de novo tipo e política condensada da dominação de classes. Essa afirmação que fazemos fica clara na própria análise do CLAD sobre a proposta da reforma gerencial, como podemos evidenciar na afirmação de que, “o CLAD propõe uma nova burocracia e não o seu fim” (CLAD, 1998, p. 14). Para compreendermos com maior profundidade esse movimento de contrarreforma estatal, faremos a análise dos documentos orientadores e consensos com as seguintes categorias: “reforma” do Estado, Estado, sociedade civil, política social, educação, política educacional, práxis política e gerencialismo ou reconfiguração administrativa.

A compreensão da contrarreforma estatal e o papel político ideológico do CLAD nesse movimento exige a reflexão sobre os limites constituídos pela sociabilidade burguesa. Na constituição da sociedade burguesa, a democracia e cidadania passam a se constituir em limites associados à manutenção da hegemonia do capital. Com o caráter de um padrão de dominação burguês, a democracia burguesa se consolidou na falácia de uma suposta dicotomia entre economia e política. Dessa forma, a democracia formal burguesa está assentada em uma teoria que não possui materialidade, pois economia e política são dimensões sociais inseparáveis. Com essa suposta dicotomia, a dominação de classe foi ofuscada e apresentada como uma relação justa entre iguais.

O avanço na contrarreforma estatal exige redefinições das formas e limites da democracia restrita burguesa como redefinição da mediação dos conflitos de classe. Assim, podemos evidenciar o reordenamento das relações de poder proposta pela Terceira Via, como “democratização da democracia”, nas estratégias do CLAD para aprofundar a contrarreforma estatal na América Latina, conforme a seguinte afirmação:

A redemocratização é um aspecto importante para a reforma do Estado na América Latina primeiramente porque afeta a dinâmica e o timing do processo. Muitas das reformas dependem da criação de novas instituições, de mudanças constitucionais ou de alterações profundas no sistema administrativo, atingindo o *status quo* de diversos grupos, alguns encastelados há décadas no aparelho estatal. Este dilema foi colocado quando se passou da primeira geração de reformas, realizada por um pequeno grupo de técnicos e burocratas insulados dentro do Estado, para a seguinte, na qual é fundamental a montagem de coalizões democráticas que sustentem o processo de reforma do Estado (CLAD, 1998, p. 2).

A relação de dominação encontra na democracia formal e na cidadania burguesa sua naturalização, justificando a desigualdade social como liberdade individual assentada no individualismo como valor moral radical. A partir dessa reflexão, o direcionamento da luta de classes pela democracia formal burguesa estabelece limitações à manutenção das relações de dominação imperialista do capital. Em um movimento orgânico de despolitização e repolitização da política, o CLAD evidencia na fragilidade das democracias latino-americanas a ameaça à coesão social ao mesmo tempo em que se torna dimensão estratégica para mediação do conflito de classes e aprofundar a sociabilidade burguesa proposta na pedagogia política renovada. Nossa análise toma por base a concepção da relação entre democratização e a “reforma” estatal, conforme a seguinte afirmação:

A nova etapa de reformas precisa ser aprovada por sistemas políticos que saíram do ciclo autoritário, mas que, em sua maioria, não consolidaram imediatamente suas democracias. O fato é que a política latino-americana ainda é marcada por uma mistura de partidos fracos, clientelismo, corporativismo e lideranças personalistas. Mas as lições a respeito do significado nefasto dos regimes ditatoriais nas nações latino-americanas reforçam a ideia de que não basta a aprovação de reformas do Estado; é preciso realizá-las sob o contexto democrático, aperfeiçoando ou criando novas instituições políticas (CLAD, 1998, p. 2-3).

Como delimitações da sociabilidade burguesa, a cada período de desenvolvimento da ordem social do capital a democracia restrita burguesa e a cidadania ganham novos contornos. A modificação no significado dessas categorias sociais fica mais explicitada nas configurações de crise orgânica do capital e no movimento de recomposição da hegemonia burguesa. Nesses períodos, a luta para manter a hegemonia

do bloco histórico do capital exige o reordenamento entre economia e política com uma pedagogia política capaz de reconfigurar as relações entre o aparelho de Estado e a sociedade civil e resignificar democracia e cidadania como expressões da sociabilidade burguesa. Essa reconfiguração e resignificação funcionam como mecanismos limitadores, com significado de rebaixamento da consciência de classe, fundamento para dinamizar a economia imperialista e mediar o conflito de classes.

Nas estratégias de reorganização das relações de poder, o CLAD explicita a fundamentação no projeto de sociabilidade mediado pela Terceira Via, com a associação entre democratização e responsabilização. Essa estratégia estabelecida neste projeto aparece como formas de mediação do conflito de classes estabelecendo a direção da socialização da política combinada com limitação dos direitos sociais e políticos aos limites de funcionamento da ordem social imperialista. A Terceira Via estabelece nesta articulação a estratégia para desmontar o modo de regulação do Estado de Bem-Estar social, estabelecendo como momento a consolidação do Estado Gerencial. Com embasamento nas propostas do relatório do Banco Mundial “O Estado num mundo em transformação”, a “democratização” associada à responsabilização aparece como limitações às demandas políticas e sociais crescentes. Essa associação pode ser evidenciada na seguinte análise do CLAD (1998, p. 3):

É bem verdade que está havendo um crescimento brutal das demandas democráticas da população, o que pode ser visto claramente no processo de descentralização política que atingiu os mais diversos países latino-americanos. O Relatório do Banco Mundial de 1997 revela que hoje aproximadamente 13 mil governos locais da região elegem os seus dirigentes, contra menos de 3 mil no final dos anos 70. Ainda assim, é preciso reforçar as formas democráticas de relacionamento entre o Estado e a sociedade, aumentando o grau de *accountability* (responsabilização) do sistema. Com isso, busca-se capacitar os cidadãos para controlar as políticas públicas, podendo torná-las, a um só tempo, mais eficientes e com melhor qualidade.

Para compreendermos a concepção de “reforma” explicitada pelo CLAD, precisamos analisar as formas de privatização do público expressas no surgimento de parcerias público-privadas e o papel destas como elemento estrutural na reconfiguração da relação entre aparelho de Estado e sociedade civil. Esse elemento estrutural insere nova dinâmica na construção dos limites entre as dimensões pública e privada, como fundamento para a construção de um novo individualismo, uma renovação da sociabilidade ou cultura cidadã, um novo tipo humano, um novo trabalhador coletivo. Para essa construção a naturalização da sociedade civil como espaço de ajuda mútua fica

explícita na sua concepção como um Terceiro Setor. Essa concepção evidencia o direcionamento da contrarreforma como construção do consentimento ativo das populações latino-americanas ao projeto burguês de sociabilidade, como sociedade civil ativa na salvação do ordenamento social imperialista. A combinação da forma cindida e integrada à lógica de mercado das organizações não governamentais aparece como o reino de conciliação entre indivíduos transformados em atores sociais da cena tramada pelo Capital financeiro internacional. Assim, o novo individualismo é forjado com uma nova forma de fazer política centrada na fragmentação da existência humana. É nesse quadro que as políticas sociais são acionadas para a promoção de um alívio da miséria para manter a coesão social. Podemos perceber a concepção de política social na seguinte transformação da sociedade civil em Terceiro Setor:

Na área social, o caminho é reforçar o papel do Estado como formulador e financiador das políticas públicas. Para isso, torna-se fundamental o desenvolvimento da capacidade catalisadora dos governos em atrair a comunidade, as empresas ou o Terceiro Setor para compartilhar a responsabilidade pela execução dos serviços públicos, principalmente os de saúde e educação básica. Mas um primeiro alerta deve ser feito para o caso latino-americano: é necessário manter o poder de intervenção estatal direta quando não houver as condições sociais mínimas para compartilhar as atividades com a sociedade. Portanto, é preciso diferenciar as situações nas quais os serviços poderão ser prestados por mais de um provedor e/ou por entidades públicas não estatais daquelas em que o aparato estatal será o único a garantir a uniformidade e a realização continuada das políticas públicas (CLAD, 1998, p. 2-3).

A contrarreforma do Estado se materializa no reordenamento da economia e da política, na reconfiguração da relação entre o Aparelho de Estado e a sociedade civil. Para consolidar a contrarreforma do Estado, a reconfiguração administrativa envolve o desenvolvimento do gerencialismo como aproximação entre administração pública e privada. Na concepção de reforma como “reconstrução” do Estado para recuperar a governança, o CLAD estabelece os parâmetros da contrarreforma voltada para recuperar a coesão social. Com esse objetivo, a transição do modelo burocrático para o gerencial é apresentado como potencial para estabelecer um nexos entre redemocratização, desenvolvimento econômico e a mítica distribuição da riqueza. É com base nessa construção que o Clad se propõe a estabelecer os parâmetros da contrarreforma estatal como “reforma gerencial”. Nesse sentido, esse organismo internacional se propõe a estabelecer a mediação da contrarreforma gerencial para a América Latina, configurando-se como principal intelectual orgânico coletivo voltado para a contrarreforma dos Estados

latino-americanos. Essa mediação fica evidente na seguinte proposição do CLAD (1998, p. 3):

A Reforma Gerencial vem ocorrendo na administração pública de vários países, como mostram diversos estudos comparados. No entanto, apesar das características comuns às experiências de reforma, não há um sentido unívoco, um único paradigma organizacional que guie todas as nações. Neste sentido, procuraremos neste documento definir a Reforma Gerencial que mais se adapta à realidade e às necessidades dos países latino-americanos.

A proposição esclarece a posição do CLAD como organismo voltado para dar direção à contrarreforma dos Estados latino-americanos, como reordenamento das relações de poder na Região. Em relação à racionalização da estrutura do aparelho de Estado, o modelo gerencial se caracteriza por uma administração por resultados fundamentada em mudanças nas técnicas organizacionais e nas relações sociais de trabalho e produção, combinada com a inserção intensa de ciência e tecnologia nos processos de trabalho e produção. O desenvolvimento desse modelo como administração pública evidencia o avanço do americanismo como forma política da dominação de classes.

A reconfiguração administrativa explicita a construção de uma burocratização de novo tipo e reafirma nossa análise sobre a pedagogia política do capital fundamentar a emergência da cultura urbano-industrial, como o modo de ser humano construído na fábrica. Nesse sentido, a racionalização econômica e política do aparelho de Estado têm como objetivo aprofundar a pedagogia política estabelecida na dialética entre as dimensões estruturais e superestruturais. Os elementos dessa racionalização ficam evidentes na transformação do Estado em fábrica ou empresa nos seguintes elementos: na transição do modelo burocrático para a administração por resultados; a inserção intensa de ciência e tecnologia; na flexibilização de processos de trabalho e produção fundamentados na qualidade total. Com essas mudanças podemos ver o ajustamento da estrutura do aparelho de Estado às mudanças estruturais na sociedade civil, com a justificativa de dotar o aparelho de Estado de maior agilidade e para responder às transformações socioeconômicas produzidas pela “globalização intensificadora”. Esse ajustamento fica claro na explicação sobre o governo confundido como Estado, afirmando que o governo não pode se transformar em uma empresa, mas deve ser mais empresarial (CLAD, 1998, p. 4). Essa transformação se volta para tornar o Estado mais ágil e flexível

frente às mudanças ambientais, como mudanças decorrentes da competição no mercado capitalista, impactando todas as organizações (CLAD, 1998, p. 4).

Nesse contexto, a pedagogia política estabelecida como cultura fabril se expande na racionalização do aparelho de Estado, com objetivo de aprofundar a cultura mercantil fundamentada em uma cidadania empreendedora. Em nossa análise, a administração capitalista se consolidou como forma condensada da política de dominação burguesa. Nesse sentido, a racionalização econômica e política gerencial visa estabelecer a política de racionalização econômica como flexibilização dos recursos materiais e radicalizar a fragmentação da existência humana expressa nas formas de subsunção do Trabalho ao Capital.

A dinâmica de flexibilização das relações sociais de trabalho e da produção no âmbito da administração dos aparelhos de Estado latino-americanos ganha legitimidade com novos arranjos institucionais, caracterizado pela socialização da política, como participação no controle social sobre as políticas públicas, nas dimensões da gestão e avaliação. É com esse sentido que o CLAD estabelece o crivo democrático e a responsabilização como dimensões legitimadoras da racionalização gerencial, como podemos evidenciar na seguinte afirmação:

Mas é a necessidade de se ter o crivo democrático que torna a ação de políticos e burocratas passível de controle público. Controle este presente nos arranjos da democracia representativa, nos mecanismos da democracia direta ou, mais recentemente, na participação dos cidadãos na avaliação e na gestão de políticas públicas, formas típicas do modelo gerencial. Esse tipo de controle democrático não encontra similar nas organizações privadas (CLAD, 1998, p. 4).

Para legitimar a reconfiguração administrativa fundamentada no modelo gerencial, o CLAD estabelece a diferenciação entre o controle público e privado, com ênfase nos ritmos e formas da tomada de decisão, em função da legitimidade. Nesse sentido, a legitimidade do controle público envolve um número grande “atores” sociais enquanto a legitimidade do controle privado é a sobrevivência da empresa no mercado capitalista (CLAD, 1998, p. 4). Com base nessa diferenciação, a reconfiguração administrativa passa ser legitimada como necessidade de “modernização do setor público”, para compatibilizar eficiência, flexibilidade organizacional e democratização do serviço público (CLAD, 1998, p. 4-5). Essa modernização é associada à transição do modelo “burocrático weberiano” para as formas flexíveis do modelo gerencial, como necessidades de racionalização dos

recursos destinados às políticas sociais e de potencializar os Estados latino-americanos para acompanhar as mudanças desencadeadas pelo avanço tecnológico expresso na Terceira Revolução Industrial (CLAD, 1998, p. 4-5). O sentido da otimização de recursos voltados para políticas sociais se desenvolve na crítica à administração pública burocrática com regras e normas com caráter universais inadequadas às demandas dos cidadãos. Essa construção teórica indica a crítica ao modelo burocrático como crítica à universalização de políticas como direitos sociais com caráter universal, indicando a transformação dos direitos sociais em prestação de serviços focalizados, como redirecionamento dos recursos com caráter focalizado no alívio da miséria.

A realização da contrarreforma do Estado depende do aprofundamento da flexibilização do trabalho e da produção no âmbito do aparelho de Estado, apropriada como “modernização do serviço público” e direcionada pela implantação do modelo gerencial. Para a concretização da flexibilização, o CLAD evidencia na profissionalização do serviço público o pressuposto para realizar a transição do modelo weberiano para o gerencial. Nesse sentido, a falta de consolidação do modelo weberiano na América Latina é visto como obstáculo à reconfiguração administrativa, como podemos evidenciar na seguinte afirmação:

E neste ponto se encontram a especificidade e desafio da América Latina: nenhum país da região completou a construção do modelo burocrático weberiano nos moldes das nações desenvolvidas, apesar de ter ocorrido a implantação de importantes núcleos de excelência e de regras de mérito no serviço público em vários casos latino-americanos. Estes espaços de administração pública burocrática conviveram com a persistência do patrimonialismo em vários setores e com o preenchimento dos cargos do alto escalão através de práticas clientelistas, aspecto que por muitas vezes inviabilizou a profissionalização da alta burocracia. Por essa razão, fazer a Reforma Gerencial do Estado na América Latina é um desafio bem maior do que realizá-la na Europa ou nos E.U.A. (CLAD, 1998, p. 4).

A profissionalização de um núcleo central formado por um corpo de funcionários qualificados e treinados constantemente passa a ser a estratégia voltada para completar a parte que falta do modelo burocrático e fundamentar as bases de impulso do modelo gerencial. Podemos ver esse caráter de alicerce e fundamento da profissionalização da burocracia para a concretização da reconfiguração administrativa, na seguinte análise:

A Reforma Gerencial tem como alicerce a profissionalização da burocracia que exerce funções no núcleo de atividades centrais do Estado, por isso pressupõe o aspecto meritocrático contido no modelo weberiano. A proposta do CLAD é que, antes de mais

nada, constitua-se um núcleo estratégico dentro do aparelho estatal, capaz de formular políticas públicas e exercer atividades de regulação e controle da provisão dos serviços públicos. E neste setor do Estado é fundamental a existência de funcionários públicos qualificados e treinados constantemente, protegidos das interferências políticas, bem pagos e motivados. Isso é uma condição *sine qua non* para a implantação do modelo gerencial (CLAD, 1998, p. 5).

Como eixos norteadores para a concretização da profissionalização da burocracia e promover a transição do modelo burocrático para o gerencial, o CLAD estabelece os seguintes:

- 1) flexibilização organizacional como critério de agilidade para os governos;
- 2) a construção de arranjos democráticos em rede como meio para estabelecer relações mais democráticas entre a prestação de serviços públicos e os cidadãos-consumidores;
- 3) implementar um novo contrato social, baseado em um novo modelo de fazer políticas públicas orientado para a competitividade, como pressuposto para o aumento da eficiência e efetividade destas políticas (CLAD, 1998, p. 5).

Podemos perceber a lógica de mercado perpassando os três eixos norteadores, com significados de fragmentação da existência humana. Essa fragmentação fica expressa nas seguintes dimensões: na flexibilização do trabalho e da produção no âmbito da administração pública como intensificação da precariedade social do trabalho; na transformação de direitos sociais em serviços prestados pelo Estado público não estatal, representando a privatização na forma de apropriação das políticas sociais; e no aprofundamento do individualismo expresso na transformação do sujeito social de direitos em cidadão consumidor.

A partir da definição dos eixos norteadores, o CLAD apresenta a definição da “reforma gerencial” com o seguinte significado:

A Reforma Gerencial é uma modificação estrutural do aparelho de Estado. Não pode ser confundida com a mera implementação de novas formas de gestão, como a da qualidade total. Trata-se de mudar os incentivos institucionais do sistema, de modo a transformar as regras burocráticas mais gerais, o que permitiria aos administradores públicos adotar estratégias e técnicas de gestão mais adequadas (CLAD, 1998, p. 5).

Como dimensão da pedagogia política do capital, o modelo gerencial envolve o desenvolvimento da cultura empreendedora construída em bases de fetichização das relações de mercado. É nesse sentido que a proposta de reconfiguração administrativa é acionada para potencializar o papel educador do Estado para a renovação da sociabilidade burguesa. Essa ampliação das mudanças propostas pelo CLAD pode ser compreendida na dialética entre a reconfiguração administrativa e a contrarreforma estatal. A pedagogia política contida no modelo gerencial é acionada para estabelecer um novo pacto social envolvendo políticos, funcionários públicos e a sociedade civil, por meio de uma burocratização de novo tipo, como nova cultura organizacional ou administrativa. Como forma condensada da pedagogia política da dominação burguesa, a reconfiguração administrativa tem o sentido de potencializar a mediação do conflito de classes com caráter ampliado, como redefinição da relação entre Estado e sociedade civil, um novo pacto social para restabelecer a governabilidade, ou seja, a capacidade de manter a hegemonia burguesa. Na concepção do CLAD, o conceito de governança é construído como resultado da contrarreforma estatal, como podemos verificar na seguinte afirmação:

O CLAD acredita que a reconstrução da administração pública através da Reforma Gerencial levará ao aumento da governança do Estado. Governança é entendida aqui como a capacidade do Estado de transformar em realidade, de forma eficiente e efetiva, as decisões politicamente tomadas. O que parece um truísmo [sic] na verdade não o é: vários governos da América Latina formularam projetos corretos mas não tiveram – e continuam não tendo – capacidade de implementá-los (CLAD, 1998, p. 6).

Podemos perceber na concepção de governança, apresentada pelo CLAD, a busca pelo consenso em torno do projeto de sociabilidade neoliberal. Nessa concepção, as medidas contidas neste projeto estavam corretas e o que faltou foi a capacidade de construção de consenso ou governabilidade para implementar a contrarreforma estatal. E para a construção do consenso, a socialização da política se torna estratégia para a contrarreforma estatal e consolidação da sociedade civil ativa. Com esse objetivo, fica claro o caráter mediado do projeto neoliberal pela Terceira Via, como busca de consenso em torno do aprofundamento desse projeto e a afinação do CLAD com essa pedagogia política renovada expresso na construção de um “novo Estado democrático”. Essa afinação fica explícita na seguinte afirmação:

A Reforma Gerencial do Estado, aliás, atua diretamente sobre uma dessas grandes preocupações latino-americanas, a consolidação da democracia. O modelo gerencial tem um papel importante no aperfeiçoamento da governabilidade democrática na medida em

que pressupõe e procura aprofundar os mecanismos democráticos de responsabilização e transparência da administração pública. Para o CLAD, não se trata, portanto, apenas de criar um Estado mais efetivo e eficiente; é fundamental instituir um Estado verdadeiramente democrático na América Latina (CLAD, 1998, p. 6).

Nesta definição do suposto caráter democrático da reconfiguração administrativa, a socialização da política se configura em novas formas de participação e representação da política, como estratégias de mediação do conflito de classes e construção do consenso em torno da racionalização econômica e política do aparelho de Estado.

Para instrumentalizar a reconfiguração administrativa do aparelho de Estado, o CLAD estabelece a profissionalização como o cerne das mudanças, como podemos evidenciar na seguinte afirmação:

A profissionalização da alta burocracia é o ponto de partida da Reforma Gerencial. Para isso, deve-se constituir um núcleo estatal estratégico, fundamental na formulação, supervisão e regulação das políticas, e formado por uma elite burocrática tecnicamente preparada e motivada. Esta elite burocrática terá também que desenvolver a capacidade de negociação e responsabilização perante o sistema político (CLAD, 1998, p. 6).

O desenvolvimento da profissionalização exige a redefinição do papel da alta burocracia e das estratégias utilizadas para instrumentar a flexibilização da administração pública. A partir de uma crítica à tecnocracia, oportunista e irracional, estruturada pelos regimes autoritários latino-americanos, o CLAD busca resignificar o papel da alta burocracia e legitimar a forma dual da constituição dessa camada burocrática como formuladores de políticas públicas. Na relação entre políticos, funcionários e sociedade, o caráter mediador da alta burocracia é evidenciado na responsabilização política, na legitimidade construída em torno da inibição do clientelismo e corporativismo e na suposta diferenciação em relação à tecnocracia. Esse caráter mediador fica explícito na seguinte análise sobre a necessidade de constituição de um novo padrão burocrático:

Para que um padrão burocrático de *policymaker* se afirme na América Latina é essencial que haja uma maior estabilidade da alta burocracia, diminuindo o clientelismo, mas sem que haja um insulamento da sociedade, cujos resultados perversos podem ser o recrudescimento do corporativismo defensor do *status quo*, a falta de responsabilização perante os cidadãos ou até mesmo o incentivo a comportamentos autoritários (CLAD, 1998, p. 6).

Em nossa análise, a articulação entre conhecimento especializado e responsabilização política se constitui em uma renovada tecnocracia como exigência da burocratização de novo tipo.

Com fundamento na administração por resultados, a profissionalização se torna a política de flexibilização, como radicalização da fragmentação do trabalho e da produção na administração pública. Essa estratégia de poder estabelece a radicalização da dualidade entre trabalho manual e trabalho intelectual em novas bases, como formação de um novo tipo humano, de um novo tipo trabalhador coletivo, um novo homem-prático. A cisão entre concepção e execução do trabalho em novas bases se estabelece com a sofisticação das formas de subsunção do Trabalho ao Capital, expressas nas técnicas e filosofias da qualidade total para a captura da subjetividade do trabalhador.

A dualidade entre trabalho manual e intelectual pode ser evidenciada na cisão estabelecida pela proposta de profissionalização do setor público. Nessa cisão, a proposta do CLAD estabelece a necessidade de formar uma elite burocrática especializada na mediação das relações entre políticos, funcionários e sociedade, ou seja, como intelectuais orgânicos responsáveis pela impulsão da reconfiguração administrativa do aparelho de Estado como dimensão da contrarreforma estatal. A conformação dessa camada de trabalhadores da administração pública ganha o sentido de construção do consentimento ativo em torno da flexibilização da administração pública. A necessidade do consentimento ativo dessa camada de intelectuais fica explícita na lição apontada pelo CLAD (1998, p. 7):

A segunda lição é que o apoio e a mobilização da alta burocracia constituem peças-chave no processo de Reforma Gerencial do Estado. O Clad acredita firmemente no papel fundamental desta burocracia não só no início das mudanças, mas, sobretudo, na atuação contínua para transformar as atuais estruturas da administração pública latino-americana. Por isso, propomos a organização da alta burocracia em carreiras ou corpos de Estado, tornando-a mais autônoma, porém ciente de sua responsabilidade política.

Para essa construção, as estratégias de cooptação e construção de consenso e, principalmente, do consentimento ativo desses intelectuais em torno da reconfiguração administrativa serão constituídas da organização de uma alta burocracia com carreiras, regime jurídico e salários diferenciados. Esses intelectuais orgânicos serão responsáveis pela formação de novos intelectuais engajados na flexibilização da administração pública e desenvolver essa flexibilização como proletarização dos trabalhadores da

administração pública. Enquanto essa elite será formada para impulsionar as mudanças necessárias à renovação da sociabilidade burguesa, a flexibilização da administração pública deverá estabelecer o sentido de proliferação de vínculos diversificados, descaracterizando a identidade coletiva de servidor público para a dualidade entre servidores efetivos e trabalhadores que exercem função pública. Essa intensificação da flexibilização como fragmentação e proletarização dos trabalhadores da administração pública fica evidente na seguinte análise do CLAD (1998, p. 7):

É bem verdade que o grau de profissionalização da administração pública não será o mesmo por todo o funcionalismo. Seguindo tendência mundial de reformas gerenciais, a América Latina não pode adotar um padrão único de regime jurídico ou de contratação, tratando os burocratas igualmente em termos de direitos e deveres, até porque parte das atividades públicas poderá ser realizada por profissionais que não necessariamente serão servidores públicos. Determinadas tarefas auxiliares ou de apoio ao núcleo duro do Estado serão de modo geral terceirizadas, desde as mais simples, como limpeza, até as mais complexas, como serviços de informática. Apesar disto, cabe ter uma política ativa para dignificar todos aqueles que exercerem função pública, valorizando-os e exigindo em troca a observância de rígidos padrões éticos.

Para consolidar a renovada tecnocracia e a burocratização de novo tipo, em junho de 2003 a “*Carta Iberoamericana de la Función Pública*”³⁴ estabelece os parâmetros para a profissionalização como flexibilização voltada para a proletarização dos trabalhadores da administração pública. Esse objetivo fica explícito na desconstrução da identidade coletiva do trabalhador da administração pública, por meio da resignificação da função pública e o estabelecimento de mecanismos para a diversificação dos vínculos institucionais. A associação entre democratização e flexibilização da administração pública evidencia a despolitização e repolitização da política. Assim, a pedagogia política do CLAD se volta para a naturalização da proletarização dos trabalhadores da administração pública, como paradigma para a ampliação da intensificação da precariedade social do trabalho em todos os Estados latino-americanos. Esse objetivo fica

³⁴ Essa Carta foi aprovada pela V Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado, em junho de 2003, respaldada pela Resolução nº 11 da XIII Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em novembro do mesmo ano (CLAD, 2003). Esses eventos ocorrem em concomitância na mesma cidade e país e a Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado é vista como evento preparatório para a Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo. Em 2003, ocorreram em Santa Cruz de la Sierra na Bolívia, no *Centro de Formación de la Cooperación Española*. Com a iniciativa do CLAD, esses eventos aglutinam forças políticas em diferentes instâncias governamentais e organismos, como: *Ministerio de las Administraciones Públicas de España*; *Agencia Española de Cooperación Internacional (AECI)*; *Fundación Internacional e Iberoamericana para la Administración y las Políticas Públicas (FIIAPP)*; *Ministerio de Hacienda de Bolivia y el Servicio Nacional de Administración de Personal (SNAP)* da Bolívia (SEGIB, 2003). O envolvimento do Governo brasileiro, no início do Governo Lula da Silva, pode ser evidenciado na participação do secretário executivo do (MPOG), Nelson Machado, como vice-presidente dos eventos realizados em parceria com o ministro das finanças da Bolívia, Javier Comboni, como presidente e de Rodrigo Egaña Baraona, vice-ministro da Secretaria-Geral da Presidência do Chile (SEGIB, 2003).

explícito na definição conceitual de função pública, como podemos verificar no seguinte elaboração do CLAD (2003, p. 6):

Los sistemas de función pública pueden incluir uno o más tipos de relación de empleo entre las organizaciones públicas y sus empleados, más o menos próximas al régimen laboral ordinario. La función pública de un país puede albergar relaciones de empleo basadas en un nombramiento o en un contrato, reguladas por el derecho público o por el derecho privado, y cuyas controversias se sustancian ante órganos judiciales especiales o ante tribunales comunes.

Como parâmetros para a naturalização da proletarização dos trabalhadores da administração pública latino-americana, o CLAD (2003, p. 8-9) estabelece como eixos centrais a formação dos trabalhadores pela ótica de capitalização, estabelecida como formação de capital humano e a profissionalização atrelada à elevação de qualidade dos serviços públicos. Com esses eixos, os administradores públicos segmentados em uma elite burocrática são acionados para construir o consenso em torno da flexibilização do trabalho e da produção na administração pública, como necessidades de transformação da sociedade (CLAD, 2003, p. 8-9). A construção de consenso por meio do diálogo social tem como direção a conformação do “novo individualismo”, fundamentado em estratégias de inclusão de identidades coletivas segmentadas. Podemos perceber a construção de uma ética individualizada no seguinte critério de inspiração da Carta: *“El impulso de políticas activas para favorecer la igualdad de género, la protección e integración de las minorías, y en general la inclusión y la no discriminación por motivos de género, origen social, etnia, discapacidad u otras causas”* (CLAD, 2003, p. 9). Com base nessa ética individualizada, a construção de um sistema de função pública se volta para a conformação do novo individualismo como conformação social necessária à flexibilização da administração pública, como proletarização legitimada pela conformação comportamental baseada na ideologia mercantil da meritocracia e da competência profissional. Esse ideário mercantil tem como objetivo naturalizar a radicalização da separação entre concepção e formulação do trabalho na administração pública, com a criação da alta burocracia como elite burocrática formuladora e reguladora de políticas públicas. Para a consolidação dessa ética individualizada, em 2006, o CLAD aprova o *“Código Iberoamericano de Buen Gobierno”* como instrumento orientador para a difusão do “novo individualismo”, como forma de ser do trabalhador coletivo em toda administração pública latino-americana. Esse novo instrumento teórico-metodológico, explicita o papel educador do Estado para uma renovada sociabilidade, como podemos evidenciar no seguinte fragmento:

Promoverá, reconocerá y protegerá los derechos humanos y las libertades de los ciudadanos y los pueblos, evitando toda actuación que pueda producir discriminación por razón de nacimiento, etnia, sexo, religión, opinión o cualquier otra condición o circunstancia personal o social que atente contra la dignidad humana (CLAD, 2006, p. 343).

Em um movimento único, o Código de Bom Governo é criado em conjunto à EIAPP. Nesse sentido, o “*Consenso de Santa Cruz*” representou a instrumentalização para a formação de um novo tipo humano, um novo trabalhador para a administração pública latino-americana.

A formação dessa elite burocrática exige uma despolitização e repolitização, condicionando a formulação de políticas públicas à racionalização instrumental da administração capitalista, contida na administração por resultados. Essa dialética entre despolitização e repolitização fica explícita nas características que o CLAD estabelece para a reconfiguração administrativa, conforme a seguinte afirmação:

A administração pública deve ser transparente e seus administradores, responsabilizados democraticamente perante a sociedade. Isto porque a profissionalização da burocracia não a torna completamente imune à corrupção, fenômeno mundial que tem aumentado demasiadamente na América Latina. Neste ponto, vários estudos comparados e o Relatório do Banco Mundial de 1997 são unânimes: é preciso atuar diretamente na relação entre política e administração, diminuindo a politização da máquina governamental, tornando mais transparentes as decisões públicas e investindo no reforço dos padrões salariais e éticos do funcionalismo (CLAD, 1998, p. 7).

Como aspectos desse condicionamento, transparência e responsabilização se configuram em estratégias de reordenamento das relações de poder envolvendo a alta burocracia como mediadora de um novo pacto social entre políticos, funcionários e sociedade. Ao mesmo tempo em que a responsabilização condiciona a ação e formulação da alta burocracia à racionalidade instrumental do capital, ela estabelece os parâmetros e limites à socialização da política como estratégia de mediação do conflito de classes e conformação da sociabilidade burguesa renovada. Nesse sentido, podemos afirmar que a redefinição do papel da alta burocracia se constitui em uma tecnocracia de novo tipo, como exigência do modelo gerencial, caracterizado por uma administração por resultados. Esta tecnocracia é estabelecida como fundamento para a reconfiguração institucional do aparelho de Estado, como pressuposto para a construção do Estado público não estatal e da sociedade civil ativa. A constituição dessa tecnocracia de novo tipo é legitimada como uma concepção particular de autonomia com responsabilização voltada para uma idealizada defesa do patrimônio público e dos princípios republicanos.

Com esse sentido, a autonomia para o desenvolvimento de políticas públicas transforma o trabalhador coletivo em um autômato com atividade intelectual condicionada aos interesses da hegemonia burguesa. A preocupação com a formação interessada desses intelectuais orgânicos do capital é evidenciada no treinamento e aperfeiçoamento como diretrizes do modelo gerencial.

A partir de uma crítica ao centralismo democrático como característica das administrações públicas latino-americanas, o CLAD estabelece as bases para a reconfiguração institucional ou administrativa do aparelho de Estado. Assim, a burocratização de novo tipo envolve a flexibilização como momento orientador da fragmentação do trabalho e da produção na administração pública, com impactos na formação do trabalhador coletivo, na cultura organizacional, com a radicalização da dualidade entre concepção e execução do trabalho. Assim, a flexibilização é significada como profissionalização do setor público, envolvendo a radicalização da fragmentação das relações sociais de trabalho, como base do “novo individualismo”.

A flexibilização, como radicalização da dualidade entre concepção e execução do trabalho, torna-se momento ampliado na dialética entre centralização e descentralização institucional do aparelho de Estado. Nessa dialética, a descentralização da execução é significada como suposta “modernização da administração pública”, como estratégia de flexibilização do trabalho e das organizações. A dialética entre centralização e descentralização direciona a radicalização da dualidade entre concepção e execução do trabalho entre as esferas de poder do aparelho de Estado, na hierarquização de agências descentralizadas e na relação deste com a sociedade civil.

Como particularidades da descentralização da execução de “serviços públicos” para os governos subnacionais latino-americanos, o CLAD evidencia o aprofundamento da desigualdade social e regional, além de uma competição predatória entre os níveis governamentais, com o crescente endividamento dos governos subnacionais. Para resolver esses problemas, a reafirmação do papel da administração pública central na garantia de serviços mínimos e o desenvolvimento de mecanismos de cooperação entre os níveis governamentais se torna essencial (CLAD, 1998, p. 8). Podemos perceber a preocupação com os efeitos negativos da descentralização da execução de políticas públicas na seguinte afirmação:

O CLAD opta normativamente pela descentralização, mas faz ressalvas quanto à adoção de uma perspectiva em que o processo descentralizador seja sempre, em qualquer circunstância, o único modo de resolver os problemas da administração pública. Isto porque, em primeiro lugar, a relação entre centralização e a descentralização não é dicotômica e sim complementar. O Governo Central continuará tendo papel estratégico para garantir a equidade, sobretudo em países com grandes desequilíbrios socioeconômicos regionais, financiando parte da provisão dos serviços públicos. A descentralização realizada sem contrapartidas aos lugares mais pobres tende a reproduzir a desigualdade social existente, mantendo assim o padrão histórico de desenvolvimento perverso do continente latino-americano (CLAD, 1998, p. 8).

Com a aparência de maior autonomia no desenvolvimento das políticas públicas e controle social dos cidadãos, a dialética entre centralização e descentralização se configura em um renovado centralismo burocrático. Essa afirmação fica explícita na transferência da responsabilidade da execução das políticas públicas para os governos subnacionais e na fragmentação funcional das agências estatais, como fundamento institucional da separação entre concepção e execução do trabalho. De forma contraditória, a transferência de responsabilidade da execução de políticas públicas para os governos subnacionais é conceituada como maior autonomia dos administradores públicos, camuflando a radicalização da centralidade na alta burocracia da formulação e regulamentação das políticas públicas. Esse mecanismo de descentralização da execução e concentração da concepção na alta burocracia é imprescindível para que haja o distanciamento necessário dos sujeitos políticos da definição e concepção das políticas públicas. Podemos verificar este caráter estratégico da descentralização da execução de políticas públicas na seguinte formulação do CLAD (1998, p. 8):

Além disso, a Reforma Gerencial do Estado no âmbito subnacional será mais bem sucedida à medida que avançarem as reformas político-institucionais, uma vez que a burocracia local latino-americana tem sido *locus* privilegiado do patrimonialismo. Deste modo, o potencial de democratização das relações entre o Poder público e os cidadãos contido no modelo gerencial só poderá ser plenamente realizado caso sejam transformadas as relações entre a classe política, a burocracia e a sociedade civil no plano local.

Legitimado como medida de combate ao patrimonialismo, o desenvolvimento do modelo gerencial envolve a resignificação dos direitos sociais em serviços públicos e o distanciamento do Estado no desenvolvimento de políticas com caráter universal. Esse distanciamento se torna estratégico para permitir a diminuição de recursos aplicados em políticas sociais e seu redirecionamento para impulsionar a valorização do capital financeiro.

A radicalização da divisão entre concepção e execução do trabalho fica explícita na descentralização como flexibilização organizacional conceituada pelo CLAD como “desconcentração organizacional” (CLAD, 1998, p. 8). Assim, nas atividades exclusivas de Estado, o CLAD propõe a hierarquização entre os órgãos centrais e agências descentralizadas e segmentadas por funções de execução de políticas públicas (CLAD, 1998, p. 8). Essa segmentação fica explícita no seguinte princípio norteador estabelecido pelo CLAD (1998, p. 8):

Os órgãos centrais devem delegar a execução das funções para agências descentralizadas. O princípio que norteia esta mudança é o de que deve haver uma separação funcional entre as estruturas responsáveis pela formulação de políticas e as unidades descentralizadas e autônomas, executora dos serviços, e, dessa maneira, orientar a administração pública pelo controle dos resultados obtidos pelas agências autônomas.

A aproximação com o conceito de autonomia da qualidade total explicita o tipo de autonomia restrita à execução e aperfeiçoamento nos limites definidos pelo modelo gerencial. Para estabelecer os mecanismos de controle e condicionamento à autonomia restrita, o CLAD (1998, p. 8-9) explicita a necessidade de mediação da flexibilização proposta pelo modelo gerencial com a manutenção de normas e procedimentos essenciais à estabilidade do Estado de direito. Segundo o CLAD (1998, p. 8-9), a associação entre democratização do espaço público e as condições para a eficiência dos mercados exigem da autoridade estatal a garantia da segurança jurídica, a imparcialidade administrativa e a responsabilidade judicial de autoridades e funcionários. Nessa mediação, as atividades exclusivas do Estado passam a concentrar as normas e procedimentos enquanto a flexibilidade deve ser intensificada na organização interna das agências públicas e, principalmente, na prestação de “serviços públicos” (CLAD, 1998, p. 9).

Como processo de intensificação da inserção de ciência e tecnologia e da qualidade total na administração pública latino-americana, em 2007 o CLAD aprova a “Carta Ibero-Americana de Governo Eletrônico” e, em 2008, a “Carta Ibero-Americana de Qualidade na Gestão Pública”. Nesses dois instrumentos, o novo individualismo se torna o elemento central para a edificação da sociedade do conhecimento. Os dois instrumentos tem como fundamento os pressupostos da Terceira Via e a flexibilidade da administração pública como solução para todos os males das sociedades latino-americanas.

Para instrumentalizar o desenvolvimento da reconfiguração administrativa do aparelho de Estado, o CLAD evidencia a necessidade de estabelecer um modelo contratual entre o órgão central e as agências descentralizadas, como contrato de gestão (CLAD, 1998, p. 9). Esse mecanismo é imprescindível para viabilizar a flexibilização proposta como administração por resultados, estabelecendo objetivos e metas qualitativas e quantitativas mensuráveis e acompanhadas das respectivas penalidades, premiações, além de formas de correção dos erros (CLAD, 1998, p. 9). Como sofisticação da pedagogia política do capital, a administração por resultados estabelece mecanismos superiores de subsunção do trabalho ao capital. Nesse sentido, o contrato de gestão tem como objetivo viabilizar o controle por meio de avaliação de resultados, com objetivos e metas estabelecidos pela administração central. Como legitimidade da racionalização econômica e política fundamentada na administração por resultados, o contrato de gestão é significado como mecanismo responsável pela transparência e responsabilização da administração pública. Nesse sentido, a responsabilização por metas e objetivos é essencial para a flexibilização da hierarquia e a construção de uma cultura organizacional baseada na racionalidade instrumental da administração por resultados. A responsabilização dos trabalhadores da administração pública com os objetivos e metas do órgão público é caracterizada como política motivacional baseada em um idealizado aumento do poder decisório. Essa afirmação fica clara na seguinte análise do CLAD sobre o contrato de gestão:

Tal mecanismo altera a forma de gestão e a cultura organizacional dos integrantes da burocracia, que poderão inclusive ficar mais motivados num sistema marcado pelo aumento do poder individual de decisão e da responsabilidade perante os objetivos de seu órgão público. Supõe-se que a motivação dos funcionários tenda a crescer ainda mais se compararmos sua nova inserção na Administração Pública Gerencial com o papel que tinham no modelo burocrático weberiano, no qual eram apenas peças de uma engrenagem ancorada em regras nem sempre claras ao que exerciam as tarefas (CLAD, 1998, p. 10).

A suposta autonomia de decisão evidencia a dimensão ideológica do gerencialismo, como racionalidade instrumental voltada para a construção do consentimento ativo dos trabalhadores da administração pública à flexibilização administrativa. Assim, de peças de engrenagem do modelo weberiano os trabalhadores são conformados à participação ativa no aperfeiçoamento da racionalização administrativa gerencial. Para essa conformação, a administração por resultados elege a educação como dimensão estratégica para a reconfiguração administrativa e

conformação dos trabalhadores da administração pública à renovada sociabilidade burguesa. A evidência do papel da educação na reconfiguração administrativa fica explícita na seguinte afirmação:

Por fim, a administração pública baseada nos resultados terá que investir fortemente na construção de instituições e no treinamento de pessoal qualificado, de modo a tornar possível a realização da avaliação de desempenho, tanto organizacional como individual. Esse é um ponto central da Reforma Gerencial do Estado. Neste sentido, o CLAD acredita que os Estados latino-americanos precisarão nos próximos anos montar sólidos sistemas de avaliação de desempenho, caso queiram de fato transformar as atuais estruturas da administração pública (CLAD, 1998, p. 10).

A avaliação de desempenho é um elemento estrutural da reconfiguração administrativa, como mecanismo responsável pelo condicionamento dos trabalhadores da administração pública aos controles e imperativos da racionalidade instrumental por resultados. Esse condicionamento pode ser evidenciado no estreitamento da relação entre trabalho e educação voltada para a conformação da sociabilidade burguesa fundamentada em uma racionalidade instrumental da vida. Podemos confirmar essa afirmação na seguinte reflexão do CLAD (1998, p. 8-9):

A avaliação do desempenho burocrático não serve apenas para aferir se as metas foram ou não cumpridas. A administração pública gerencial utiliza-se do controle *a posteriori* dos resultados como um instrumento técnico capaz de fazer as organizações aprenderem com seus erros e, a partir disso, elaborarem suas estratégias futuras. Isto é o que tem sido denominado princípio do aprendizado organizacional, fundamental para que a administração por objetivos não seja meramente uma forma de punir ou encontrar responsáveis pelo eventual mau desempenho dos órgãos públicos, mas sim consiga desenvolver a capacidade de aprender com sua performance e melhorar continuamente a prestação dos serviços públicos.

A ampliação das formas de controle representa a sofisticação da subsunção real do trabalho ao capital, fundamentado nos mecanismos da administração por resultados. Essa ampliação será direcionada para instrumentalizar a contrarreforma do Estado, com a reconfiguração da administração pública e o desenvolvimento de uma institucionalidade para a conformação da sociedade civil ativa. Com esse objetivo, a reconfiguração administrativa é estruturada com quatro tipos de controle, envolvendo os seguintes mecanismos de construção do consentimento ativo dos trabalhadores: controle de resultados baseado em indicadores de desempenho mensuráveis; controle contábil de custos, como conformação da racionalidade de custos; a cultura de competição de mercados, caracterizada por uma suposta competição por “quase-mercados” voltada para a conformação da sociabilidade burguesa e a naturalização da transformação de direitos

sociais em serviços públicos; controle dos cidadãos consumidores ou usuários de serviços públicos envolvidos na avaliação ou participação na gestão destes, como capitalização ou mercadorização dos direitos sociais. Para instrumentalizar as formas de participação política limitada aos parâmetros do diálogo social, em 2009, o CLAD aprova a Carta Ibero-Americana de Participação do Cidadão na Gestão Pública e, em 2013, o novo tipo humano ganha consistência com a “Carta Ibero-Americana de Direitos e Deveres do Cidadão em Relação à Administração Pública”. A centralidade na inclusão como fomento às identidades individualizadas, a mediação do conflito de classes envolve a construção de um novo tipo de trabalhador coletivo empreendedor. Como existência cindida, a práxis política limitada ao aperfeiçoamento da ordem social imperialista do capital, ganha sentido estratégico para a conformação da sociedade civil aos limites deste ordenamento social.

Em 2015, a construção de uma Comunidade Ibero-Americana de Nações terá impulso com a formação de um sistema de organismos internacionais ibero-americanos, formado por quatro organismos setoriais, uma Secretaria Geral Ibero-Americana e vinte e dois países membros. Esse conjunto de organismos setoriais é composto pelos seguintes: OEI; o Organismo Internacional de Juventude para Ibero America (OIJ), Organização Ibero-Americana de Segurança Social (OISS) e a Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos (COMJIB). A OEI é um organismo internacional voltado para a cooperação entre os países de língua portuguesa e espanhola, com foco na educação, ciência, tecnologia, cultura em uma perspectiva de integração regional e afirmação da democracia formal.

Com uma institucionalidade que articula instituições governamentais voltadas para a cooperação e pesquisas direcionadas à “reforma” estatal, o CLAD envolve instituições de diferentes países e regiões da América Latina, Estados Unidos da América, Europa e Canadá. A partir do X Congresso do CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, a educação aparece como dimensão estratégica para a consolidação das mudanças propostas pelas políticas de “reforma” do Estado e “modernização da administração pública” de países ibero-americanos. Nesse Congresso, surge a proposta de criação da Escola Ibero-americana de Governo e Políticas Públicas. Essa escola está voltada para a articulação e coordenação de intercâmbio de informações com a forma de cooperação internacional na formação de dirigentes e servidores públicos.

Essa formação é apresentada com o propósito de fomento de aprimoramento da capacidade de gestão do Estado e profissionalização das funções públicas. Com o alinhamento do CLAD à pedagogia política renovada do capital, a profissionalização passa a ter o sentido de desprofissionalização e proletarização dos servidores públicos de forma ampliada. Assim, a educação assume função estratégica para a conformação social de diretores e servidores públicos à intensificação da precariedade social do trabalho do serviço público. Nesse sentido, a promoção da contrarreforma estatal terá como função a educação dos Estados Latino-Americanos ao consenso em torno da sociabilidade burguesa.

A articulação promovida pela Escola Ibero-americana de Governo e Políticas Públicas vem integrando escolas e Institutos de formação administrativa em uma rede de escolas de governo do grupo ibero-americano. Essa rede passa a consolidar programas de formação direcionados pelas diretrizes do CLAD, como o Programa Escola Ibero-americana de Governo e Políticas Públicas (IBERGOP). Esse programa envolve escolas, institutos em diversos países, como: Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Espanha, México e Portugal. Esse programa tem como dinâmica de reuniões anuais e a definição de programas acadêmicos, voltados para o desenvolvimento da governabilidade democrática; intercâmbio de experiências e cooperação para mudanças na administração pública; apoio direto aos chefes de governo com interesses na “reforma do Estado”; formação, ensino especializado e pesquisa sobre servidores públicos ou equivalentes da administração de países ibero-americanos; governabilidade e políticas públicas; coordenação e intercâmbio de professores, bolsas e programas entre as diferentes instituições escolares (CLAD, 2013).

A FGV e a ENAP são as principais articuladoras das políticas e programas do CLAD e da Escola Ibero-americana de Governo e Políticas Públicas. Essas instituições vêm promovendo e sediando os principais eventos promovidos pelo CLAD, além da coordenação técnica, formação e capacitação voltada para dirigentes e lideranças da administração pública. Além disso, a ENAP é membro do Conselho Acadêmico Assessor da EIAPP/CLAD e mantém atividades inter-relacionadas como trabalho de apoio e realização de atividades de formação e capacitação para o público ibero-americano (ENAP, 2017).

Na XVI Conferência Ibero-americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado, a modernização da administração pública passa a ter como diretrizes o aprofundamento das ações em torno da educação, inovação e desenvolvimento cultural, com a difusão das competências como eixo essencial para a profissionalização de servidores públicos na Ibero América.

As articulações do Governo FHC, por meio do MARE vão aproximar e aprofundar os impactos das formulações do CLAD na realidade brasileira, determinando o ritmo de mudanças na administração pública e na contrarreforma da educação brasileira. As mudanças desencadeadas pelo MARE na realidade brasileira evidenciam o protagonismo do Governo brasileiro no ritmo de mudanças estruturadas e formuladas pelo CLAD. Os intelectuais orgânicos do capital que compõem o MARE também farão parte da composição do CLAD. Nesse próximo tópico explicitamos os impactos da contrarreforma do Estado e da reconfiguração administrativa na realidade brasileira.

4.3. A CONTRARREFORMA DO ESTADO BRASILEIRO E O MODELO GERENCIAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A reforma do aparelho de Estado se insere como dimensão da reforma do Estado de forma ampla, assumindo um caráter público não estatal (MACEDO, 2017). Esse caráter, segundo os autores, é legitimado pelas mudanças desencadeadas pela “globalização” e alterações na dinâmica social mundial (MACEDO, 2017).

No começo dos anos 1990, a necessidade da reforma do Estado e da mudança no modelo administrativo do aparelho de Estado pode ser evidenciada nos objetivos de organismos internacionais, como a CEPAL (MACEDO, 2017). Essa necessidade e a mudança no modelo administrativo são justificadas pela inevitável inserção dos países periféricos no movimento de “globalização” (MACEDO, 2017). Segundo Macedo (2017), a justificativa é apresentada com base na crítica ao Estado com administração burocrática, com caráter centralizador e dirigista que emperra as inovações voltadas para a visão estratégica, autônoma, com regulação e controle de resultados (MACEDO, 2017).

As razões apresentadas pelo Governo brasileiro para o desenvolvimento da reforma administrativa do Estado estão fundamentadas em alguns aspectos, como: a) a afirmação da crise da década de 1980 como uma crise de Estado, em que o mesmo assumiu uma presença ampliada no setor produtivo, deixando de concentrar-se em suas funções básicas (BRASIL, 1995, p. 9-12). O impacto desse desvio de função foi o agravamento da crise fiscal e o decorrente processo inflacionário, além da degradação das condições e prestação dos serviços públicos (BRASIL, 1995, p. 9-12). b) reformas administrativas que desestruturaram os sistemas de informações administrativas necessários ao processo decisório (BRASIL, 1995, p. 9-12). c) os limites da administração pública burocrática e formal, com padrões rígidos de hierarquização e ênfase no controle dos processos, sendo incapaz de dar soluções adequadas às necessidades atuais de integração à economia globalizada (BRASIL, 1995, p. 9-12).

Nesse contexto, a reformulação da relação entre aparelho de Estado e sociedade civil exige a construção de novas formas de representação social e política, possibilitadas por modificações no sistema constitucional-legal, fundamentadas na mudança da concepção de democracia representativa para uma democracia participativa (MACEDO, 2017). As novas formas de representação social exigidas pela democracia participativa pressupõem a resignificação dos conceitos de cidadania e democracia. Em relação à cidadania, os autores apontam a exigência de cidadãos dispostos a agir, pressionando e contribuindo para a consolidação da nova “sociedade do conhecimento”. E em relação à democracia, a noção de “empoderamento” traz um sentido de individualização da participação do cidadão, dos empresários e das organizações não governamentais (ONGs) (MACEDO, 2017).

Com a resignificação da democracia e da cidadania e novas representações sociais e políticas, o modelo gerencial é apresentado como mais compatível com as mudanças voltadas para o desenvolvimento de uma democracia participativa e consolidação da “sociedade do conhecimento” (MACEDO; LAMOSA, 2015, p. 135). Esse modelo está fundamentado na lógica da governança democrática com responsabilização social ou *accountability*, estabelecendo à função controle o caráter político próprio aos limites de participação individual em uma democracia participativa (MACEDO, 2017). Além desses fundamentos, os autores apontam a administração por resultados e auditoria de resultados, com estímulo à competitividade de mercado (MACEDO, 2017).

E para a consolidação do modelo gerencial como modelo de administração pública hegemônico, torna-se essencial o envolvimento do servidor público nessa mudança, como podemos evidenciar no seguinte fragmento de apresentação do plano diretor da reforma por FHC:

Se quisermos avançar na adoção de formas modernas de gestão pública, é imprescindível, também, que os servidores passem a ter uma nova visão de seu papel, pois é no dia a dia do exercício das funções públicas que a mais profunda e verdadeira reforma vai realizar-se (BRASIL, 1995, p. 7).

Na agenda desse movimento, as reformas administrativas e previdenciárias são fundamentais para consolidar as bases da administração pública gerencial. Nesse contexto, os conteúdos das reformas afetam diretamente o servidor público, nesse sentido o plano da reforma administrativa intitula as mudanças envolvendo “medidas impopulares” e algumas que se propõem à valorização do servidor público (BRASIL, 1995, p. 7-10). Como “medidas impopulares”, podemos evidenciar a flexibilização da estabilidade do funcionalismo público e permissão de modalidades de contratação e regimes jurídicos diferenciados, o tempo mínimo de aposentadoria atrelado ao tempo de contribuição do servidor (BRASIL, 1995, p. 63-65). Como conteúdo de valorização do servidor público, o Plano aponta a necessidade de profissionalização do servidor público e a percepção de remuneração justa condizente com os patamares salariais do mercado privado (BRASIL, 1995, p. 63-65).

Considerando as propostas da reforma administrativa, a implementação da reforma significaria melhores condições de vida para a população brasileira e para o trabalhador da administração pública. Assim, a readequação da administração pública às necessidades atuais de modernização e racionalização seria direcionada para o melhor atendimento das necessidades da população brasileira. Para essa melhoria no atendimento, a valorização do trabalhador da administração pública seria condição essencial. Nesse sentido, o envolvimento do trabalhador da administração pública teria como contrapartida maior valorização, envolvendo melhores condições de trabalho, com ambiente favorável a criatividade, com envolvimento da responsabilidade e objetivo de melhor servir a população.

Em relação à “valorização” do servidor como diretiva do plano diretor da reforma administrativa, a partir de 1995, podemos evidenciar contradições entre a

política de gestão do trabalho no serviço público com orientação para a “valorização do servidor” e as prioridades fiscais que materializaram ampla política de enxugamento do aparelho de Estado.

A consciência da possível resistência do servidor ante as mudanças profundas a serem implementadas fica evidenciada na seguinte afirmação de FHC:

Por implicar a flexibilização da estabilidade do funcionalismo, a reforma administrativa tem sido identificada como contrária aos interesses dos servidores. Nada mais incorreto: os bons funcionários, que constituem a maioria absoluta, nada têm a temer. Muito pelo contrário: pretende-se valorizar o servidor público, proporcionando-lhe motivação profissional, remuneração condizente com o mercado de trabalho nacional, além de razoável segurança no emprego. Só assim será restaurada a criatividade, a responsabilidade e a dignidade do servidor público, cuja aspiração maior deve ser a de bem servir a população (BRASIL, 1995, p. 7-8).

Ainda em relação à eliminação de postos de trabalho no período do Governo FHC, segundo Cardoso Jr. e Nogueira (2011, p. 243),

A medida mais significativa para a redução do pessoal ativo ocorreu por meio da contenção do número de ingressados por concurso público e do aumento das aposentadorias, em função da expectativa de perdas salariais por parte dos servidores.

Com essa configuração, a política de gestão do trabalho no setor público assume um caráter fiscal, expresso na contenção da admissão de novos servidores, quase não havendo admissão de novos servidores no âmbito federal, no período compreendido entre 1999 e 2002 (CARDOSO JR.; NOGUEIRA, 2011, p. 243). Essa ausência de admissão de novos servidores entra em contradição com o plano da reforma administrativa quando trata da flexibilização das formas de admissão de novos servidores. Nessa crítica ao estabelecimento de um regime jurídico único pela Constituição de 1988, a valorização do processo seletivo público para funcionários celetistas tem como fundamento a flexibilização do recrutamento de pessoal, com objetivo de facilitar esse processo (BRASIL, 1995, p. 27-29). Com base nessa crítica o concurso público é caracterizado como obstáculo a novas admissões de servidores. Como podemos confirmar no seguinte trecho do plano diretor da reforma administrativa:

Os concursos públicos, por outro lado, são realizados sem nenhuma regularidade e avaliação periódica da necessidade de quadros, fato que leva à admissão de um contingente excessivo de candidatos a um só tempo, seguida de longos períodos sem uma nova seleção, o que inviabiliza a criação de verdadeiras carreiras (BRASIL, 1995, p. 27).

Nesse contexto, a contradição entre a necessidade de flexibilizar a forma de recrutamento de novos servidores, para facilitar o processo, e a política de gestão do trabalho com caráter fiscal, com eliminação de postos de trabalho, aponta para a flexibilização voltada para a precarização do trabalho e deterioração dos direitos do trabalho. Com base nos estudos de Cardoso Jr. e Nogueira (2011, p. 243-253) na dinâmica de desenvolvimento da Reforma Administrativa no Brasil, a implantação do modelo gerencial desencadeia a procura pela aposentadoria por parcela significativa dos trabalhadores da administração pública. Essa busca indica o movimento de deterioração dos direitos trabalhistas no setor público, no conjunto das reformas administrativas e previdenciárias.

Além da contradição entre valorização e enxugamento, ou seja, eliminação dos postos de trabalho no âmbito estatal, as inovações organizacionais e modificações jurídico-institucionais dão sentido a diferentes formas de vinculação ao serviço público, como: terceirizados, contratados informais de cooperativas, contratos intermediados por agências internacionais.

Tomando-se como referência as mudanças implementadas no Governo FHC, a aproximação entre a administração estatal e empresarial desencadeou alterações profundas nas formas do trabalho vinculadas ao Estado brasileiro.

Ao analisar a nova morfologia do trabalho no caso brasileiro, Antunes (2013, p. 13) verifica que as configurações atuais das formas do trabalho são desencadeadas por um movimento amplo e mundial, em função do processo de reestruturação produtiva e da crise estrutural do capital. Assim, em sua visão, o sentido multiforme, com intensificação da precariedade do trabalho e tendências à informalidade dá sentido à nova morfologia do trabalho.

Nesse contexto de mudanças em nível global, as análises de Antunes (2013) sobre as mudanças no mundo do trabalho permitem a compreensão das medidas fundamentadas na administração gerencial como ações voltadas para a flexibilização dos direitos trabalhistas e precarização do trabalho no setor público. Essas ações podem ser evidenciadas na flexibilização da estabilidade do funcionalismo público, na constituição de diferentes contratos e regimes jurídicos diferenciados, como a adoção do regime contratual celetista para as funções não essenciais do Estado, o aumento do controle da

gestão do trabalho expresso na generalização da avaliação de desempenho, na reorganização das funções e carreiras essenciais do Estado.

Com base na compreensão das ações estatais fundamentadas na administração gerencial como ações voltadas para a flexibilização dos direitos trabalhistas e precarização do trabalho no setor público, a tese de Antunes (2013) sobre a constituição de uma nova era de precarização do trabalho pode ser evidenciada no setor público.

Compreendemos a precarização do trabalho como fenômeno inerente ao desenvolvimento da ordem social do capital. Como elemento estrutural, a precariedade toma formas diferenciadas em cada em cada conjuntura e dinâmica da luta de classes no processo histórico. Nas sociedades dependentes a precarização, como fenômeno, assume formas intensificadas de precariedade, com a configuração da hiperexploração do trabalho e em tempos de crise orgânica do capital, a intensificação da precariedade ameaça a existência humana.

Segundo Antunes (2013, p. 20-21), a nova era de precarização pode ser caracterizada pelos seguintes aspectos: a deterioração dos direitos do trabalho formal, envolvendo o desenvolvimento e crescimento do trabalho atípico, precarizado e estímulo ao trabalho “voluntário”; a criação de cooperativas voltadas para a intensificação e exploração do trabalho, com a precarização da força de trabalho, flexibilização e deterioração dos direitos do trabalho; a mistificação das formas de flexibilização de horário, salarial, funcional, por meio da disseminação do empreendedorismo. A partir dessa configuração, a reflexão sobre a precarização do trabalho no setor público, fundamentada na administração gerencial, pode ser corroborada também pela necessidade de modificar a cultura gerencial por meio da disseminação e construção da cultura empreendedora e estímulo à competitividade no serviço público. Nesse sentido, a cultura empreendedora funcionaria como aspecto mistificador da flexibilização do trabalho no setor público, naturalizando relações de informalidade no trabalho formal. Nesse movimento, como afirma Antunes (2013, p. 23), a terceirização do trabalho e a flexibilização do trabalho seriam expressões do movimento de precarização do trabalho, com a intensificação dos tempos e movimentos das atividades de trabalho.

Segundo Cardoso Jr. e Nogueira (2011, p. 244), a mudança de governo e o cenário de crescimento econômico, com início em 2004, apresentam mudanças na dinâmica da reforma administrativa do Estado. Essas modificações se desenvolvem com rupturas e conservações em relação à dinâmica anterior.

A partir de 2004, ocorre a expansão do quadro pessoal da administração federal, com uma política de reajustes graduais (CARDOSO JR.; NOGUEIRA, 2011, p. 243). Nesse período, inicia-se também a realização de concursos públicos com objetivo de atender as áreas prioritárias para pessoal permanente e temporário. Nesse movimento, os concursos públicos foram direcionados para substituir os terceirizados e os contratos com caráter informal, ou seja, à margem da legalidade, envolvendo a administração direta e indireta (CARDOSO JR.; NOGUEIRA, 2011, p. 243). Como vimos anteriormente, esse quadro expressa rupturas em relação ao Governo FHC, pois a dinâmica é oposta à eliminação substancial de postos de trabalho na administração do Estado, à retração dos salários dos servidores, com aprofundamento das formas de contratação com vínculos precários de trabalho, expressos na intensificação da terceirização.

Em relação à terceirização, Alves e Tavares (2006, p. 439) apontam esta como um processo sofisticado de generalização das relações de trabalho informal. Nesse processo é envolvida a disseminação da pequena empresa, da cooperativa, do trabalho domiciliar para a maximização da exploração e mistificação das relações de informalidade (ALVES; TAVARES, 2006, p. 439).

Nesse contexto, a política de gestão do trabalho no Governo Lula da Silva procurou envolver os servidores federais na dinâmica de modernização da administração pública e implementação das mudanças necessárias. Com esse objetivo, foram implementadas “[...] mesas de negociação com servidores federais, no âmbito do MPOG, que funcionaram com regularidade” (CARDOSO JR.; NOGUEIRA, 2011, p. 244). Além disso, buscou aprofundar as formas jurídico-institucionais que envolvem a administração pública indireta, com objetivo de proporcionar maior autonomia na execução de políticas e serviços públicos.

Esse cenário de modificações profundas no mundo do trabalho e na forma de gerir o aparelho de Estado exige reflexões para além da reforma administrativa e entendê-la no conjunto das mudanças sociopolíticas e econômicas em âmbito global. Em

relação à esse conjunto de mudanças, no campo estrutural elas são expressas pela busca da recomposição do capital e o decorrente processo de reestruturação produtiva, alterando profundamente as relações sociais de trabalho (SOUZA, 2008, p. 313-316). No campo superestrutural, a hegemonia do modelo neoliberal de regulação social exige a reforma do Estado, em âmbito mundial, como condição para a consolidação da sociabilidade fundamentada nesse modelo de regulação social (SOUZA, 2008, p. 313-316). Com o impacto negativo da implementação desse modo de regulação social no mundo, a Terceira Via é apresentada como alternativa ao projeto neoliberal, apresentando uma nova roupagem e com a aparência de um capitalismo “mais humanizado”, possibilitando o aprofundamento do projeto neoliberal (LIMA; MARTINS, 2005, p. 43-45). Nesse projeto mediado e mediatizado pela Terceira Via, a construção de consenso passa a ser central, evidenciada na diretriz do diálogo social como mecanismo de construção de consenso em torno do projeto neoliberal.

A continuidade na orientação fiscal, fundamentada nos pilares econômicos, ou seja, na política macroeconômica de ajuste fiscal, na manutenção do equilíbrio do câmbio e combate à inflação pelo regime de metas, são evidenciada por Cardoso Jr. e Nogueira (2011, p. 243-245). Nesse contexto, ocorrem mudanças substanciais na política de gestão do trabalho no Governo Lula e sua continuidade com o Governo Dilma. Na dinâmica dessas mudanças, evidenciamos a necessidade de construção de consenso em torno do projeto de desenvolvimento do Governo, com o incentivo à negociação no âmbito do MPOG.

A necessidade de construção de consenso e da negociação ser direcionada pelo MPOG indica uma limitação na conquista de direitos sociais e trabalhistas, condicionada pelo andamento da economia e pelo orçamento elaborado e definido no âmbito desse Ministério. Com esse quadro, a construção de consenso limitada pelo campo de ação definido pelo MPOG aproximaria da prática de construção de consenso fundamentada no projeto neoliberal mediado e mediatizado pela Terceira Via. Além disso, poderíamos afirmar que essa política está relacionada com as mudanças nas relações sociais de trabalho, aprofundando as relações de informalidade no trabalho formal, mistificada pela cultura empreendedora, pela flexibilização, contribuindo para o que Antunes (2013, p. 20-23) aponta como uma nova era de precarização do trabalho, especialmente no setor público.

Nesse contexto, a consolidação da reforma administrativa do aparelho de Estado exige o envolvimento do servidor público na dinâmica de construção e disseminação de seus princípios e diretrizes. Esse envolvimento exige a readequação das estruturas organizacionais e descentralização das ações, com a orientação de modelos gerenciais por resultados capazes de superar as formas tradicionais da administração pública burocrática (BRASIL, 1995, p. 37-40). Nesse sentido, a consolidação da reforma administrativa significa a modificação da cultura gerencial, enfatizando a eficiência e efetividade nas diferentes dimensões dessa cultura expressa pela cultura empreendedora e estímulo à competitividade no serviço público (BRASIL, 1995, p. 37-40).

Como aspectos de busca por maior dinamismo na gestão pública, no Plano Diretor da Reforma Administrativa do Aparelho de Estado (1995) as inovações organizacionais e modificações institucionais dão sentido ao crescimento das agências reguladoras, transformando as autarquias e fundações, que exercem atividades exclusivas do Estado, em agências autônomas. Além dessas mudanças, a política de “publicização” dos serviços não exclusivos do Estado, fundamentada no conceito de público não estatal, proporciona papel fundamental às organizações sociais na prestação de serviços à população brasileira (BRASIL, 1995, p. 59-60). Dessa forma, a “publicização” proporciona a participação organismos não governamentais, empresas privadas, a comunidade escolar na construção da educação com qualidade. Como aspectos do estreitamento entre o público e o privado, diferentes organizações empresariais passaram a participar ativamente dos programas e projetos resultantes da reforma dos sistemas educacionais no Brasil³⁵.

Como modificações essenciais, as dimensões institucional-legal e de gestão do trabalho assumem caráter estratégico para a boa gestão. Como boa gestão, o Plano Diretor trás a seguinte definição:

A boa gestão é aquela que define objetivos com clareza, recruta os melhores elementos através de concursos e processos seletivos públicos, treina permanentemente os funcionários, desenvolve sistemas de motivação não apenas de caráter material mas também de caráter psicossocial, dá autonomia aos executores e afinal, cobra os resultados (BRASIL, 1995, p. 38).

³⁵ Como exemplo de organizações empresariais envolvidas em projetos educacionais e programas públicos têm: o Instituto Ayrton Senna; o Instituto Camargo Corrêa; a Fundação Pitágoras (EVANGELISTA; SHIROMA, 2007).

A contrarreforma da educação brasileira ganha sentido com a reconfiguração administrativa do aparelho de Estado, estabelecendo a modificação do modelo burocrático para o modelo gerencial. Esse sentido estabelece novo modelo para a gestão pública e como decorrência para a gestão da educação brasileira (MACEDO, 2017).

4.4. CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO E OS IMPACTOS DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA GESTÃO DE SISTEMAS PÚBLICOS DE ENSINO NO BRASIL

Com a direção dos organismos internacionais o avanço do modelo gerencial na administração pública proporcionou a ampliação da eficiência e maior regulação da gestão do trabalho (MACEDO; LAMOSAS, 2015, p. 136). Na dimensão educacional, essa ampliação tem se materializado nos processos de mercantilização da educação que imprime uma pedagogia de mercado fundamentada na lógica da governança democrática (MACEDO, 2017).

Nesse contexto, alguns autores vêm apontando os efeitos em todos os níveis da educação brasileira. No nível superior, Lima (2015) aponta a intensificação do privatismo, com o empresariamento da educação superior. Esse privatismo ocorre das seguintes formas: por meio do aumento significativo das instituições de ensino superior (IES) privadas; incentivo à parceria público-privada e o financiamento privado da educação, por meio do Programa de Financiamento Estudantil (FIES); a expansão do ensino à distância com o significado de menores custos com educação; Programa Universidade para Todos (PROUNI) com financiamento público para os estudos em IES privadas; Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); além do nível de pós-graduação com ações da CAPES e Universidade Aberta do Brasil (UAB) (LIMA, 2015).

No âmbito da educação básica, Hypolito (2008) evidencia a aproximação do Banco Mundial no desenvolvimento do Projeto de Melhoria da Qualidade da Educação Básica (Pró-Qualidade) no Estado de Minas Gerais. Esse projeto envolve uma série de medidas fundamentadas no gerencialismo e na qualidade total, evidenciadas nos seguintes aspectos: descentralização da gestão escolar, preocupação com o treinamento

e retreinamento dos professores, distribuição de material didático e racionalização dos recursos e gestão da rede física (HYPOLITO, 2008).

É com fundamento nessa lógica de governança e mercantilização da educação que, as parcerias público-privadas estabelecem formas de participação dos empresários na definição e direção da educação pública brasileira (MACEDO, 2017). Nesse sentido, como parte integrante da sociedade civil, os empresários se apresentam como salvadores da “escola falida” e disseminam a lógica mercantil à totalidade da produção e do trabalho escolar, desde a concepção curricular, processos e práticas pedagógicas, políticas de avaliações e controle, além da subordinação do trabalho e da carreira docente, com fundamento no “mérito” (MACEDO, 2017).

As formulações dos organismos internacionais estão fundamentadas em uma concepção de “sociedade pós-capitalista” e na ideologia da pós-modernidade que dá sentido à mercantilização da cultura e afirmação do esgotamento das concepções clássicas de sociedade e sujeito, além do descrédito da modernidade e da vanguarda revolucionária (MACEDO, 2017). Com essa concepção e ideologia, o capital tem consolidado seu poder, influenciando até mesmo entre os setores de esquerda, com uma teoria superficial, transitória e mutável, forjando um tipo de “analfabetismo político”, que favorece o direcionamento das políticas educacionais para a disseminação das noções de neoliberalismo e “globalização”, além de naturalizar o atual padrão de acumulação capitalista (MACEDO, 2017). Esse ideário se torna direção para as definições das políticas educacionais para o século XXI (MACEDO, 2017).

A consolidação do ideário pós-moderno exige a disseminação pela totalidade social, perpassando as diferentes instituições e formas de administração, gestão e organização do trabalho (MACEDO, 2017). Nesse contexto, a educação se torna dimensão estratégica para a formação de um trabalhador de novo tipo, adaptado à nova lógica de disciplina e controle do trabalho, além do controle sobre a vida social dos trabalhadores (MACEDO, 2017).

As primeiras referências documentais que serviram para as mudanças na educação básica brasileira surgem a partir da Conferência Mundial da Educação para Todos em 1990 (MACEDO, 2017). Essa Conferência foi realizada na Tailândia, em Jomtien (MACEDO, 2017). Como produtos dessa Conferência, podemos evidenciar o documento da

Cepal, que relaciona educação e conhecimento voltado para a transformação social e busca da equidade (MACEDO, 2017). Além desse documento, o texto apresenta o Relatório Jacques Delors que é um relatório da UNESCO (MACEDO, 2017).

Macedo e Lamosa apontam o Plano Decenal de Educação como marco referencial de diretrizes e normas para a reforma educacional brasileira (MACEDO, 2017). Além desse marco, os autores evidenciam o pioneirismo de Guiomar Namó Mello na construção de propostas educacionais fundamentadas na concepção neoliberal de educação, a partir dos anos 1990 (MACEDO, 2017). Como intelectual orgânica do capital, Mello participou diretamente como consultora do Banco Mundial, vinculando sua produção teórica às diretrizes deste Banco, ou seja, contribuindo para a contrarreforma do Estado brasileiro (MACEDO, 2017).

Embasada na concepção de mundo disseminada pelos diferentes organismos internacionais, Guiomar Namó Mello justifica a reforma educacional pela ineficiência da escola pública brasileira, com baixa qualidade no ensino e expressa nos altos índices de evasão e repetência, além do elevado desperdício de recursos e da falta de qualificação do professor (MACEDO, 2017). Esse quadro é apontado como elementos de reforço das desigualdades que impedem o alcance da equidade social (MACEDO, 2017).

Fundamentada na concepção de “sociedade pós-capitalista” e na ideologia da pós-modernidade, a educação disseminada pelos organismos internacionais, desde os anos 1990, aparece sistematizada no discurso da Unesco, em 1996 estabelecendo os pilares para a educação do século XXI (MACEDO, 2017). Esses pilares são os seguintes: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser (MACEDO, 2017). Nessa concepção o conhecimento aparece como elemento potencializador da modernização e do desenvolvimento humano. Assim, a educação passa a ter o papel de formação para o exercício da cidadania que contribua para a consolidação da “sociedade do conhecimento” (MACEDO, 2017). Com esse papel, a educação para o século XXI deve transmitir de forma intensificada saberes e comportamentos necessários à vivência em uma civilização cognitiva, fundamentada na democracia participativa (MACEDO, 2017).

Com o objetivo compreender a articulação entre gerencialismo e profissionalismo, como eixos estruturantes da política educacional contemporânea, Shiroma (2006, p. 1-2) desenvolve estudos com as seguintes dimensões: o conjunto das

mudanças decorrentes da reforma educacional inglesa e suas relações com a reforma educacional brasileira, buscando explicar o crescente interesse na formação de gestores e líderes escolares; na identificação das concepções que orientam a dinâmica da gestão escolar em unidades que compõem o sistema educacional de Santa Catarina; e nos impactos da reforma gerencial no trabalho docente, em uma escola estadual de ensino médio de Florianópolis.

A partir dessas investigações, Shiroma (2006, p. 2) identifica duas ideias principais, difundidas pelos organismos internacionais, que direcionam e legitimam o gerencialismo e sua assimilação por governos locais. Essas ideias são: a eficácia na gestão promove qualidade nos sistemas e unidades escolares; a eficácia está atrelada à profissionalização do trabalho educacional e principalmente, dos professores e gestores (diretores) (SHIROMA, 2006, p. 2).

Partindo dessas ideias, Shiroma (2006, p. 2-3) evidencia a imbricação entre a reforma educacional inglesa e a reforma educacional brasileira. Essa imbricação pode ser evidenciada nas ações de instituições interligadas, voltadas para a formação de lideranças com propósito de disseminação do gerencialismo e de um tipo de liderança ajustada a esse modelo de gestão (SHIROMA, 2006, p. 2-3).

Como instituições, a autora aponta a articulação entre o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), que é responsável pela coordenação do Pro-Gestão no Brasil; o *British Council*; e a Fundação Victor Civitta (SHIROMA, 2006, p. 3). Essas instituições promovem intercâmbios de dirigentes escolares brasileiros e britânicos, além de eventos, seminários voltados para a formação de lideranças, como o “Seminário Nacional de Liderança” (SHIROMA, 2006, p. 3). Além dessas instituições, as publicações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) trazem uma afinação com a lógica gerencial, como evidenciada na publicação sobre critérios para mensuração de lideranças apresentados como preocupação de planejadores educacionais brasileiros (SHIROMA, 2006, p. 3).

Com a evidência das relações entre instituições brasileiras e britânicas engajadas na formação de lideranças, Shiroma (2006, p. 3) delinea um quadro de referência para análises sobre o gerencialismo e liderança na reforma educacional inglesa

que permita a compreensão dos reais objetivos na disseminação desse modelo de gestão e de liderança nos sistemas educacionais brasileiros.

Para a construção do quadro de referência, Shiroma (2006, p. 3) parte de uma revisão bibliográfica que aponta para mudanças nos conceitos que envolvem a gestão educacional na Grã-Bretanha. Essas mudanças são visualizadas nos estudos sobre gestão educacional, na adoção do conceito *administration*, até os anos 1980, sendo modificado para *management*, nos anos 1990, e a articulação deste ao conceito de *leadership*, nos anos 2000 (SHIROMA, 2006, p. 3). Assim, os significados de conceitos, a linguagem do gerenciamento e o papel da liderança vão se modificando com o desenvolvimento da ordem social capitalista e o aprofundamento da cultura de mercado na sociedade e no âmbito escolar (SHIROMA, 2006, p. 3-4).

Na análise de Shiroma (2006, p. 3), a cultura da liderança do século XIX na Inglaterra estava fundamentada em dois tipos de autoridade ligados à hierarquia de classe e à hierarquia ordenada por Deus. Assim, a liderança no âmbito educacional estava voltada para a escolarização das classes subordinadas, naturalizando a hierarquia de classe e o controle da cultura de classe (SHIROMA, 2006, p. 4). Nesse processo de naturalização da hierarquia de classe, o diretor assume o principal papel de manter professores e alunos subordinados à estrutura e a lógica da sociedade de classes, fazendo do gerenciamento uma forma de efetivação do controle social nas escolas (SHIROMA, 2006, p. 4). No século XX, essa busca pelo controle social dá lugar à consolidação dos valores da cultura de mercado e da gestão financeira na educação (SHIROMA, 2006, p. 4).

Com a ascensão dos valores mercadológicos nos discursos educacionais, principalmente no pós-guerra, a autora aponta a rejeição ao gerenciamento com controle social e a adoção da educação como campo de transformações culturais desencadeando nova era do gerencialismo moderno (SHIROMA, 2006, p. 4).

Antes dos anos 1960, as concepções sobre administração escolar tinham a compreensão de administração eficiente decorrente da experiência de diretores profissionais, com competências gerais, sem a necessidade de treinamentos específicos (SHIROMA, 2006, p. 4).

Em sua primeira fase, o gerencialismo moderno com viés socialdemocrata, vigente entre os anos 1960 e início dos anos 1980, modifica os sentidos da administração escolar, exigindo uma liderança meritocrática, comprometida com o trabalho em equipe e inovação, formando uma equipe de dirigentes e professores profissionais que deveriam receber treinamento específico para ocupar os cargos (SHIROMA, 2006, p. 4). Assim, a autora aponta como reflexo do desenvolvimento do gerencialismo a ascensão da cultura do profissionalismo nos anos 1960 (SHIROMA, 2006, p. 4).

Como segunda fase do gerencialismo, a partir da metade dos anos 1980, a cultura do mercado predomina nas políticas sociais e a oferta de serviços públicos ganha um caráter de fornecimento de produtos ao mercado. Assim, a predominância da visão de educação como mercadoria passa a impregnar no discurso educacional, estabelecendo leituras da educação regulada pela relação custo-benefício, como centro de negócios (SHIROMA, 2006, p. 4). Nessa radicalização do discurso mercadológico no campo educacional, como opção clara do governo Thatcher, o papel dos diretores também sofrem modificações radicais, distanciando-se da meritocracia fundada nos valores e qualidades pessoais e profissionais e aproximando-se da capacidade de sobrevivência, identificação e exploração de oportunidades de mercado (SHIROMA, 2006, p. 5).

O caráter harmonioso da concepção educacional disseminada pelos organismos internacionais está voltado para a reestruturação da sociedade capitalista e sua manutenção, contribuindo para subserviência individual e dos povos (MACEDO; LAMOSA, 2015, p. 138). Nesse sentido, as políticas educacionais devem estar voltadas para a adaptação dos sistemas educacionais aos interesses do sistema produtivo, impulsionando a inovação em ciência e tecnologia e a responsabilização na gestão educacional (MACEDO; LAMOSA, 2015, p. 138-139). Essa responsabilização envolve a capacidade do gestor escolar de racionalizar recursos materiais e humanos, contribuindo para profissionalização e para a elevação da produtividade do trabalho escolar, com incentivos a maiores responsabilidades, formação permanente, avaliações meritocráticas (MACEDO; LAMOSA, 2015, p. 139). Essa direção vem modificando o papel do gestor escolar, como podemos perceber na seguinte afirmação de Macedo e Lamosa (2015, p. 139):

Sendo assim, o gestor escolar contribuirá com a ideia de que a educação para o século XXI deve ser capaz de promover o desenvolvimento do espírito humano, a competência para resolver problemas, ter um espírito criativo e flexível para enfrentar os desafios

colocados pela reestruturação da sociedade e adequar-se à nova racionalidade imposta pela pós-modernidade.

Segundo Evangelista e Shiroma (2007), com a reforma administrativa e dos sistemas educacionais brasileiros, o gerencialismo vem avançando em todas as dimensões do trabalho educativo, exercendo o controle político-ideológico. Esse avanço, segundo as autoras, ocorre no “currículo, livro didático, formação inicial e contínua, carreira, certificação, lócus de formação, uso das tecnologias da informação e comunicação, avaliação e gestão” (EVANGELISTA; SHIROMA, 2007, p. 537).

Nesse contexto, o controle político-ideológico apontado Evangelista e Shiroma (2007) deve ser exercido sobre os gestores e professores para a consolidação do modelo gerencial na educação brasileira. Nesse sentido, a construção do consenso se faz necessária para a consolidação do modelo gerencial e disseminação da cultura empresarial, harmonizando um discurso conciliatório entre Estado, gestores e professores.

Para a compreensão dos impactos da reforma gerencial na educação brasileira, Macedo e Lamosa (2015) analisam a Gestão Integrada da Escola (GIDE) e tomam como referência empírica sua implantação na rede estadual do Rio de Janeiro, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), em 2011.

A GIDE é um modelo de gestão fundamentado na racionalização de recursos materiais e humanos, instrumentalizando a administração pública com uma regulação do trabalho escolar pautada na eficiência empresarial (MACEDO; LAMOSA, 2015, p. 139-141). Esse modelo foi criado por um grupo de intelectuais da Fundação de Desenvolvimento Gerencial (FDG), criada em 1998 (MACEDO; LAMOSA, 2015, p. 139-141). Em 2003, essa instituição foi transformada no Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), voltando seu desempenho para projetos sem fins lucrativos em instituições carentes (MACEDO; LAMOSA, 2015, p. 139-141). Com o desenvolvimento de suas atividades, passou a ser liderança em consultoria de gestão por resultados no Brasil e posteriormente, realizando consultorias para empresas privadas e públicas na América do Sul, América Latina, Estados Unidos e Europa (MACEDO; LAMOSA, 2015, p. 139-141).

Em outubro de 2012, o INDG se transformou em Falconi Consultores de Resultado (FALCONI) (MACEDO; LAMOSA, 2015, p. 140-141). Com foco em resultados, a

FALCONI vem implantando sistemas gerenciais no Brasil, nos entes federados e nos três poderes, com focos na racionalização de recursos humanos e materiais, apresentada como a busca pelos seguintes objetivos: redução de despesas com orientação para a eficiência, realizando mais com menos; racionalização de compras e consumo, com a redução de preços e eliminação de “desperdícios”; aumento das receitas de arrecadação de impostos, como a racionalização de processos e disseminação de “melhores práticas” (MACEDO; LAMOSA, 2015, p. 140-141).

Em 2015, a FALCONI vem avançando sua atuação na educação pública, implementando o modelo gerencial, por meio de parcerias público-privadas, com os estados do Ceará, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro (MACEDO; LAMOSA, 2015, p. 141). Esse modelo vem sendo legitimado pela imagem de modelo, com base científica, voltado para identificar os empecilhos para a melhoria dos resultados escolares, além da possibilidade de acompanhamento sistemático da evolução das melhorias e estabelecimento de metas a serem atingidas (MACEDO; LAMOSA, 2015, p. 141-142).

Com o quadro negativo expresso na vigésima sexta posição no *ranking* estadual do Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a GIDE passa a ser apresentada como solução para a melhoria do sistema de ensino estadual do Rio de Janeiro no âmbito da SEEDUC (MACEDO; LAMOSA, 2015, p. 141-142). Dessa forma, a implantação da GIDE passou a fazer parte do plano estratégico dessa Secretaria, abrangendo aspectos estratégicos, políticos e gerenciais, com foco em resultados atrelados às metas estabelecidas pelo Ministério da Educação, expressas no IDEB (MACEDO; LAMOSA, 2015, p. 142).

Com o avanço na reforma da educação, as concepções pós-modernas, a lógica de mercado e a construção da “sociedade do conhecimento” fundamentam as mudanças na regulação do trabalho docente (MACEDO; LAMOSA, 2015, p. 144-146). Esse movimento tem caráter mundial tanto nos países do centro do capitalismo, quanto nos países periféricos. E seu avanço tem estabelecido uma distinção entre a formação dos diretores e a formação dos professores, apontando para a transformação dos diretores escolares em gerentes executivos, com função de captação de recursos e professores como

técnicos voltados para a conformação dos valores e espírito embasado na pós-modernidade (MACEDO; LAMOSA, 2015, p. 144-146).

Nesse contexto, a profissionalização docente tem sido acionada como elemento necessário ao desenvolvimento de competências, habilidades e saberes pedagógicos diversos para a consolidação à “sociedade do conhecimento” (MACEDO, 2017). Assim, a política de melhoria da qualidade e motivação do trabalhador docente vem embasando as mudanças na formação inicial dos professores, nos sistemas de gestão escolar e nas condições do trabalho docente (MACEDO, 2017). Dessa forma, o professor está sendo formado para a eficácia na compreensão do que deve ser ensinado e de que forma deve ser realizado o processo de ensino-aprendizagem (MACEDO, 2017). E a busca da eficácia no trabalho docente tem se configurado como execução de tarefas voltadas para funções próprias da educação familiar, além de questões político-sociais, envolvendo violência, drogas, conflitos familiares, maternidade na adolescência e/ou infância etc. (MACEDO, 2017).

A nova regulação docente desencadeada pela reforma da educação e pelo modelo gerencial tem determinado o trabalho docente com caráter de execução de tarefas, distanciando-se do papel da educação escolar de transmissão de conhecimentos humanos acumulados ao longo do processo histórico (MACEDO; LAMOSA, 2015, p. 146-148). Esse distanciamento de uma formação sólida, com embasamento na relação entre teoria e prática, tem assumido configurações de formação superficial com construção no cotidiano da escola (MACEDO, 2017). Todos esses elementos evidenciam que, o modelo gerencial vem gestando uma regulação do trabalho docente com perda da autonomia na direção do processo de ensino-aprendizagem e na construção de conhecimento (MACEDO, 2017). Esses elementos caracterizam a desvalorização e precarização, além da perda da identidade no processo de desprofissionalização, ou seja, a expropriação e proletarização do trabalho docente (MACEDO, 2017)

Segundo Oliveira (2004), as medidas de flexibilização desencadeadas pela reestruturação do trabalho educacional impulsionam o processo de precarização que envolve uma lista extensa, caracterizando o sobretrabalho e alargamento das funções docentes. Como aspectos desse alargamento, podemos apontar as seguintes: o aumento do número de alunos por turma e alunos que possuem necessidades especiais; a

participação de atividades com a comunidade; o controle da violência escolar; a missão de educar para o empreendedorismo; a elaboração de estratégias voltadas para a captação de recursos (OLIVEIRA, 2004). Esse processo de precarização impacta na saúde física e mental do trabalhador-professor, com o aumento de suas atribuições e controle sobre a produtividade, eficiência e competitividade.

Em relação ao aprofundamento da “gestão democrática”, a autonomia do trabalho educacional é imprescindível e envolve a capacidade de deliberação e decisão. E para a compreensão da relação entre gestão democrática e “autonomia” no contexto de desenvolvimento do modelo gerencial, a concepção de qualidade se torna essencial.

A perda de autonomia, com processos de desprofissionalização e proletarização do trabalho docente vem sendo acentuada com a implantação da GIDE na SEEDUC do Rio de Janeiro. Com valores meritocráticos e apresentado com caráter de “valorização” do trabalho docente, o novo modelo de gestão do trabalho atrela um sistema de bonificação ao atingimento das metas estabelecidas no plano estratégico da SEEDUC.

Com base no levantamento do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ), Macedo e Lamosa (MACEDO, 2017) apontam os elementos que configuram o aumento da precariedade e a perda da autonomia do trabalho docente. Esses elementos estão expressos no aumento substancial do afastamento de docentes da rede estadual, por meio de pedidos de exoneração e por motivos de tratamento de saúde (MACEDO, 2017). O aumento da precariedade se expressa também pelo ataque aos direitos dos trabalhadores docentes, como: a Ação Direta de Inconstitucionalidade impetrada pelo Governo Estadual, voltada para o não pagamento dos triênios aos servidores; o não cumprimento da Lei no 11.738/08 referente ao piso nacional e reserva de carga horária para atividades extraclasse; e com a política de otimização das escolas que vem provocando o fechamento de escolas, desencadeando enorme queda no número de matrículas estaduais desde a implantação do modelo gerencial (MACEDO, 2017).

Segundo Macedo (2017), existe uma relação de causalidade em relação à implantação do modelo gerencial na educação e o aumento dos processos de desprofissionalização e proletarização docente. Assim, a GIDE vem implementando a lógica do mercado na administração pública escolar e estabelecendo novas formas para a

regulação do trabalho docente, por meio de instrumentos de controle de resultados e racionalização de recursos humanos e materiais (MACEDO, 2017). Essa implementação vem sendo legitimada pelo pressuposto da eficiência empresarial (MACEDO, 2017).

Em relação ao exercício do controle, o modelo gerencial define papéis para os gestores e professores na busca pela eficácia nos resultados do trabalho educativo. Para a compreensão desses papéis, segundo Shiroma (2006), as relações entre gerencialismo e liderança definem uma direção única.

O desenvolvimento do gerencialismo evidencia o espaço escolar como campo de disputa de hegemonia, disseminando a ordem social capitalista como único horizonte a ser seguido. Assim, a liderança exercida pelos gestores educacionais deve possuir o caráter de transformação subjetiva dos professores, conformando a cultura empresarial necessária à consolidação do modelo gerencial no trabalho educativo (SHIROMA, 2006). Nesse aspecto, a liderança exercida com base nos princípios do modelo gerencial proporciona o afastamento da crítica e reflexão, além do comprometimento da autonomia e do poder deliberativo e decisório. Podemos evidenciar o impacto na direção das escolas na seguinte afirmação de Shiroma (2006, p. 5):

A sobrevivência das escolas dependeria da capacidade do gerente em manter e mostrar a elevação dos resultados. Nesse “sistema aparentemente fechado”, o diretor que resistir e não se adaptar sofrerá sanções tanto de superiores quanto de colegas, tendo que aprender a conviver com os dilemas gerados pela competitiva cultura contemporânea.

A responsabilização pela sobrevivência da escola e de administrá-la como qualquer empresa nos moldes capitalistas vem promovendo mudanças nos papéis dos servidores, professores, diretores (SHIROMA, 2006, p. 5). Nesse sentido, a estratégia gerencial é apresentada com a racionalidade necessária à otimização de recursos públicos, ao aumento de produtividade e à eficiência referendada em indicadores de desempenho e resultados (SHIROMA, 2006, p. 5). Assim, os diretores ou administradores escolares são transformados em gerentes executivos que precisam ser estratégicos, centrados no cliente, com capacidade de inovação e dinamismo para competir no mercado (SHIROMA, 2006, p. 5). A racionalidade instrumental fundada no positivismo pode ser verificada na seguinte afirmação:

Gerentes são pragmáticos, precisam ser capazes e estratégicos, serão responsabilizados por aquilo que fazem, mas não importa como fazem, por isso a ênfase gerencialista maior recai sobre os resultados. A gestão por resultados é compatível com a autonomia da

equipe sobre o processo, posto que se trata de uma autonomia regulada, controlada pela avaliação que incide sobre o produto (SHIROMA, 2006, p. 5).

A mudança de administrador escolar para gerente executivo é justificada pela necessidade de maior dinamismo na tomada de decisão, pois o administrador é visto como aquele que interpreta e implementa decisões tomadas por outros (SHIROMA, 2006, p. 5). Esse maior dinamismo está relacionado com a capacidade do gerente de estabelecer um elo com a comunidade escolar para atingir as metas organizacionais, envolvendo instrumentos como a elaboração coletiva de projetos, plano de desenvolvimento da escola etc. (SHIROMA, 2006, p. 5). Além dessa mudança de papel, o discurso gerencial possui uma estrutura de linguagem voltada para a mudança da cultura escolar, transformando a subjetividade de servidores, professores e diretores, alterando a forma de ser destes e suas práticas (SHIROMA, 2006, p. 5-6). Nesse sentido, a mudança do servidor burocrático assume a direção de formação/conformação de um líder dinâmico capaz de influenciar sua equipe e naturalizar o discurso gerencialista (SHIROMA, 2006, p. 6). Uma nova linguagem para a conformação da sociabilidade burguesa radicaliza o caráter instrumental do discurso gerencial, como podemos verificar no seguinte trecho:

O discurso gerencial institui uma nova linguagem para promover a mudança na cultura da escola. Embasado na ideologia técnico-burocrática, incorpora o léxico da reengenharia, o discurso participativo da transformação, do empreendedorismo, do cidadão pró-ativo. Fala da mudança orientada pelo planejamento estratégico, pela missão e pelas metas (SHIROMA, 2006, p. 5-6).

O discurso gerencial é embasado em uma concepção tecnicista de gestão que promove uma visão estreita e linear da realidade organizacional, estabelecendo a construção de um pensamento único capaz de legitimar as fronteiras entre pensamento e ação, políticas e fornecimento, estratégia e implementação (SHIROMA, 2006, p. 6). Assim, essa visão estreita e particular da realidade nega a dimensão política da organização e a composição de relações de poder, despolitizando o debate sobre a finalidade das atividades e da produção organizacional que fica delimitado à discussão sobre os meios para o desempenho eficiente e qualificado voltado para a consolidação de organizações eficazes (SHIROMA, 2006, p. 6).

Nesse contexto, o diretor se torna sujeito central na mediação e consolidação das mudanças estruturais e culturais fundamentadas na reforma educacional (SHIROMA, 2006, p. 6). Assim, o diretor-gerente é um sujeito político essencial

para mobilizar, motivar e direcionar a comunidade escolar a desenvolver um novo nível de consciência política e ideológica, inibindo e comprometendo a reflexão crítica, a autonomia e a capacidade de deliberação coletiva (SHIROMA, 2006, p. 6). Para a compreensão do papel desse líder convocado a realizar as mudanças na dimensão educacional, Shiroma (2006, p. 6) caracteriza a liderança transacional e transformacional. A liderança transacional está ligada às relações de troca entre líderes e seguidores e a liderança transformacional está ligada à capacidade de um líder para inspirar e mobilizar seguidores para a realização de uma nova condição social, ou seja, para modificar a realidade para uma condição melhor (SHIROMA, 2006, p. 7).

No contexto do gerenciamento burocrático, o líder perde sua capacidade de mobilização para a transformação social, em prol dos interesses de seus seguidores, e torna-se um promotor de metas e mobilizador de grupos para atingir metas organizacionais, ou seja, fazer com que o empregado realize os objetivos do gerente (SHIROMA, 2006, p. 7). Assim, o papel da liderança é expresso da seguinte forma:

A ideia de liderança como prática transformadora, como empoderamento de seguidores e como veículo para a mudança social foi tomada, adaptada e cooptada por pesquisadores do gerenciamento e agora a liderança aparece como uma forma de melhorar organizações, não mais para transformar o mundo. O líder transformacional é agora, aquele que dirige a organização para obter melhores resultados (SHIROMA, 2006, p. 8).

Com o comprometimento com a lógica do capital, a liderança reduzida a políticas de gerenciamento de grupo assume no contexto educacional a função de desenvolver escolas eficazes, com produtividade pautada no melhor desempenho dos profissionais em equipe e dos alunos (SHIROMA, 2006, p. 6-7). Essa redução não se reverte em melhoria na qualidade do ensino, pois o pragmatismo característico desse tipo de liderança nega o conteúdo filosófico e princípios necessários à tomada de decisões (SHIROMA, 2006, p. 6-7). Esse comprometimento transforma a linguagem da liderança assumindo o seguinte papel:

A linguagem da liderança foi traduzida para as necessidades da burocracia. Talvez, o elemento mais crucial do uso do gerencialismo nas escolas esteja na criação de um tipo particular de liderança que é delineado para desempenhar um papel central no redesenho do setor público que deixa a direção política para o centro, mas a responsabilidade por sua implementação para a periferia. Extraí-se, com este processo, o centro da liderança total reduzindo-a a mera função técnico-racional (SHIROMA, 2006, p. 8).

Como aspecto ideológico do discurso gerencial, Shiroma (2006, p. 8) aponta a contradição entre uma liderança que reforça a burocratização e o discurso gerencial direcionando a liderança e a administração gerencial como elementos necessários à superação da burocracia.

A necessidade de mudança na cultura escolar para legitimar a reforma gerencial da educação exige a formação de profissionais da educação e os professores da educação básica têm sido alvos preferenciais das políticas de Estado (SHIROMA, 2006, p. 8). Nesse sentido, a produção do sujeito docente adequado aos princípios gerenciais está expressa no controle pela formação inicial e formação em serviço, a responsabilidade pela formação permanente ao longo da vida, além dos constrangimentos às normas e regulações das instituições em que trabalham (SHIROMA, 2006, p. 8). Segundo Shiroma (2006, p. 7-8), essa produção vem ocorrendo com relações contraditórias de cooperação-competição, em meio à intensificação do trabalho e condições de trabalhos precárias, com a transferência do controle da gestão para os trabalhadores que serão vigias uns dos outros, com o cultivo da incerteza e a produção da instabilidade do professor no domínio do conhecimento, além da incerteza do mercado de trabalho e das mudanças nas finalidades do trabalho educacional.

Nesse contexto, novos sentidos para práticas pedagógicas delineiam processos de repolitização da política, como podemos evidenciar na seguinte afirmação:

A apropriação dos princípios do gerencialismo pela gestão escolar orienta as novas práticas pedagógicas, dando ênfase ao trabalho em equipe, ao comprometimento com o projeto político pedagógico, com o plano de desenvolvimento da escola, ao estabelecimento de metas para cuja consecução precisam uns dos outros, ao mesmo tempo em que concorrem uns contra os outros (SHIROMA, 2006, p. 9).

Em relação às mudanças no trabalho educacional, o professor vem sendo avaliado pelas características pessoais e pela capacidade de responder às demandas de pais e alunos em detrimento de seu conhecimento (SHIROMA, 2006, p. 8). Assim, a nova cultura escolar vai ser fundamentada em comportamentos, competências e performatividade individual devidamente quantificada e comparada entre colegas e outras escolas, materializando as diferentes formas de ranqueamentos e autoavaliações que legitimam diferenças entre remunerações para um mesmo cargo ou função, comprometendo a isonomia em detrimento da equidade (SHIROMA, 2006, p. 8-9).

O modelo gerencial avança sobre a totalidade do sistema educacional, imprimindo sua lógica à organização do sistema educacional e de forma mais radical e invasiva que os modelos anteriores de administração escolar, pretende gestar novos tipos de professores e gestores educacionais (SHIROMA, 2006, p. 9-10). Essa gestação expressa a necessidade de atingir a subjetividade dos educadores por meio de mecanismos objetivos de controle e avaliação afetando a totalidade da gestão do trabalho docente (SHIROMA, 2006, p. 9-10). Nesse processo, a difusão e impregnação do discurso gerencial nas escolas e nos discursos profissionais consolidam novas identidades e papéis aos professores e diretores (SHIROMA, 2006, p. 10).

Nesse contexto, os diretores transformados em gestores de negócios assumem funções além da captação e administração de recursos, assumindo “[...] a responsabilidade de gerir os casos e os acasos, as emoções, os conflitos, as crises e o caos” (SHIROMA, 2006, p. 10).

A lógica gerencial técnica e pragmática pautada na eficiência e produtividade legitima a precariedade do trabalho educacional, com a orientação para a racionalização de recursos, popularizando a orientação de fazer mais com menos (SHIROMA, 2006, p. 10). Como exemplo, Shiroma (2006, p. 10) evidencia a recomendação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para a contratação de *cheap teachers* para racionalizar o custo-professor (SHIROMA, 2006, p. 10). Nesse processo, o projeto do capital fica claro, pois os objetivos manifestos não são alcançados, como a melhoria da qualidade do ensino, mas os objetivos não manifestos ficam mais evidentes, como a produção de docentes e educadores tecnicamente competentes e politicamente inofensivos (SHIROMA, 2006, p. 10). Assim, Shiroma afirma a necessidade de aumentar a virulência dos cursos com horizonte de ir além do capital, instrumentalizando os alunos para a compreensão da realidade e como primeiro passo, recomenda o resgate de utópicos e rebeldes da história (SHIROMA, 2006, p. 10-11).

Nesse contexto, a “gestão democrática” fundamentada no gerencialismo apresenta elementos de proximidade com as formas conciliatórias e de mediação do conflito de classes no discurso desenvolvido na engenharia institucional da política pública de trabalho, qualificação e geração de renda. Nessa institucionalidade, o diálogo social direciona a harmonização do discurso conciliatório entre classes antagônicas por

meio da participação tripartite e paritária, estabelecendo uma aura de igualdade entre representantes dos trabalhadores, governo e empresários. Assim, a participação ou socialização política sob a tutela e hegemonia do capital funciona como estratégia de repolitização da política e mediação do conflito de classes. Com essa perspectiva, se a gestão “democrática” do trabalho educacional disseminada pelo Estado brasileiro assume essa forma, podemos afirmar que o gerencialismo no trabalho educativo se configura como estratégia de repolitização da política. E as ações estatais em torno do gerencialismo se configuram como ações pedagógicas para a formação e conformação dos trabalhadores da educação à nova dinâmica de sociabilidade do capital, tornando esses trabalhadores acrílicos e sujeitos ativos na manutenção da hegemonia burguesa. Dessa forma, o Estado com sua base de classe, como superestrutura político-ideológica de manutenção da sociedade de classes tem assumido o papel de educador da sociabilidade necessária à continuidade da ordem social imperialista do capital.

CONCLUSÃO

Em nossa conclusão, buscamos responder aos questionamentos que deram origem a esse trabalho de investigação.

Com o objetivo de compreender as relações entre a contrarreforma educacional e a reconfiguração administrativa do Estado, partimos da categoria trabalho como centralidade para a análise social. Com a análise da ontologia do trabalho, construímos as bases teóricas das relações estabelecidas entre administração, educação e política na sociedade de classes.

A compreensão do trabalho estranhado como origem da atomização humana e princípio educativo de uma existência fragmentada estabeleceu os parâmetros para a análise das formas intensificadas da precariedade social do trabalho na atualidade, envolvendo todas as dimensões da produção e da reprodução da existência humana.

No estabelecimento da ontologia da administração, educação e política, pudemos evidenciar a fábrica como momento cultural para a emergência da cultura urbano-industrial. Nesse sentido, a racionalização política e econômica no interior da fábrica estabelece a administração capitalista como função mediadora e construtora de uma nova sociabilidade, de um novo tipo humano adequado a um novo ordenamento social. Nessa função político-pedagógica da administração capitalista pudemos evidenciar a impossibilidade da construção de uma gestão democrática condicionada à sociabilidade burguesa. A partir dessa evidência, conseguimos estabelecer as relações entre a racionalização da burocracia fabril com todas as formas de organização humana para a produção e reprodução de sua existência. Assim, a racionalização da burocracia fabril tem relações diretas com a racionalização da burocracia estatal e com o surgimento de sistemas educacionais como formas burocratizadas e atreladas à mediação do conflito de classes e manutenção da hegemonia burguesa.

Com o desencadeamento da crise orgânica do capital, as formas totalizadoras do imperialismo capitalista deram sentido à redefinição da pedagogia política do capital. Essa redefinição tem como direção a contrarreforma do Estado, como modificação da relação entre o aparelho de Estado e a sociedade civil. Nessa contrarreforma, a reconfiguração da administração pública se configura em uma dimensão da pedagogia política do capital voltada para uma burocratização de novo tipo. É na evidência dessa burocratização de novo tipo atrelada à pedagogia política do capital que foi explicitada as relações da reconfiguração administrativa proposta pelo CLAD com dimensão de um amplo projeto de sociabilidade burguesa. Nesse sentido a proposta de “reforma” do Estado contida nas ações e formulações do CLAD se configurou em uma contrarreforma dos Estados latino-americanos. Assim, o caráter da contrarreforma explicitou CLAD como composição da frente móvel do capital voltada para a conformação de uma renovada sociabilidade burguesa. Com o papel de educar os Estados latino-americanos para o consenso em torno da sociabilidade burguesa pudemos explicar a natureza orgânica desse intelectual coletivo para a manutenção da dominação de classes.

A reconfiguração da administração pública se constituiu em estratégia para a conformação de um novo individualismo, uma renovada cultura cívica fundamentada em uma práxis política individualizada por interesses segmentados. A racionalização econômica e política da administração pública estabeleceu a profissionalização como estratégia radicalizada de separação entre concepção e execução do trabalho na administração pública. Nesse sentido, a flexibilidade do trabalho humano, com possibilidade de separação entre concepção e execução potencializou novas formas de hierarquização e fragmentação do trabalho, caracterizando a intensificação da precariedade social do trabalho com forma ampliada para toda a administração pública. Essa intensificação envolveu o desenvolvimento de uma nova forma de ser empreendedora, como práxis humana cindida e condicionada a flexibilização da administração pública. A intensificação da flexibilidade foi possibilitada pela inserção da ciência e tecnologia na produção do trabalho da administração pública, como estratégia de eliminação de postos de trabalho e subsunção do trabalho ao capital. Assim, a conceituação do governo eletrônico como administração pública estabeleceu a flexibilização ainda mais intensificadas de precariedade do trabalho. O sentido que

evidenciamos na identificação do problema de pesquisa pôde ser constatado como profissionalização ou proletarização do trabalhador da administração pública.

Com funções de formulação, articulação e difusão da pedagogia política renovada, o CLAD foi se consolidando como referência para a contrarreforma estatal, com foco no gerencialismo como forma condensada da política de dominação burguesa. Essa consolidação se desenvolveu em uma engenharia institucional fundamentada no diálogo social como concertação social ou forma de mediação do conflito de classes, no âmbito da Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo. Neste fórum com caráter de integração das sociedades ibero-americanas, o CLAD ampliou seu papel de intelectual orgânico estabelecendo como mecanismos o Congresso Internacional do CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública e Conferência Ibero-Americana de Ministros da Administração Pública e Reforma do Estado. Na dinâmica regular destes eventos, um terceiro mecanismo é criado para integrar as escolas e institutos de administração pública em toda a América Latina. A criação da EIAPP, como terceiro mecanismo, evidenciou a educação como dimensão estratégica para a formação e conformação dos trabalhadores da administração pública. Essa formação ampliou o *ethos* gerencial como dimensão da pedagogia política do capital, como construção de um pensamento único e conformismo atrelado ao avanço da subsunção do trabalho ao capital. Essa Escola de Governo e Políticas Públicas coordenada pelo CLAD, vem criando uma rede de aparelhos privados de hegemonia voltados para a conformação do novo individualismo, uma nova forma de ser empreendedora na dinâmica da gestão do trabalho e da produção nas administrações públicas latino-americanas.

Encontramos nas bases teórico-metodológicas formuladas e difundidas pelo CLAD a fundamentação da contrarreforma do Estado brasileiro e seu desdobramento na reconfiguração administrativa e na contrarreforma da educação brasileira. Assim, a consolidação do *ethos* gerencial estabeleceu os fundamentos para a conformação do novo individualismo, com sentido de construção de um novo tipo humano, um novo trabalhador coletivo adequado à precariedade da existência no ordenamento social imperialista do capital. Como forma cindida de existência, as novas formas da educação para a mítica “sociedade do conhecimento” naturaliza a forma obsoleta de ser, nas construções em torno dos quatro pilares para aprender a ser um sujeito social atomizado e incapaz de reagir ao imperialismo total sob a hegemonia do capital financeiro.

Acrescentamos à análise o quinto pilar que representa o aprender a empreender, como construção da existência humana atomizada, com práxis política e econômica condicionada à valorização do capital e base da construção da sociedade civil ativa na salvação do ordenamento social imperialista em crise orgânica.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva. A missão Niemeyer. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 14, no. 4, p. 07-28, Agosto de 1974 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901974000400001&lng=en&nrm=iso]. Acessado em 04/04/2019.

ABRUCIO, F. L. O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. **Cadernos ENAP**, Brasília, n. 10, 1997.

ABRUCIO, F. L. Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (Org.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 6ª edição. São Paulo: FGV, 2005.

ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública**, Edição Especial Comemorativa, p. 67-87, 2007.

ALVES, Aparecida A.; TAVARES, Maria A.; A dupla face da Informalidade do Trabalho: “autonomia” ou “precarização”. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 423 – 444.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª edição. Londrina: Praxis, 2007.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do Capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. 2ª Edição. Londrina (PR): Praxis, 1999.

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12ª edição. Campinas: Cortez, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **O Toyotismo, as novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação)**. Caderno CRH, Salvador, Vol. 15, N. 37, 2002, p. 23-45, jul/dez, 2002. Disponível em <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewissue.php?id=14&OJSSID=dd8f14f07b74e7dee2e2cf601d98403a>> Acesso em: 17 out. 2013

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. (Coleção Mundo do Trabalho).

BALL, S. J. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa de Educação**, Portugal, n. 15, v. 2, p. 3-23, 2002.

BANCO MUNDIAL. **Desenvolvimento e redução da pobreza**: reflexão e perspectiva. Preparado para as reuniões anuais de 2004 do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Washington, 2004.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial, 1997**: o Estado num mundo em transformação. Washington, 1997.

BATISTA, Roberto Leme. Reestruturação produtiva, ideologia e qualificação: crítica às noções de competência e empregabilidade. In: BATISTA, Roberto Leme e ARAÚJO, Renan (Org.). **Desafios do trabalho**: Capital e luta de classes no século XXI. Maringá (PR): Praxis, 2003. p. 143-172.

BEHRING, Elaine Rossetti. Fundamentos de política social. In: MOTA, Ana Elizabete *et alli* (Orgs.). **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. 2006. 27 p. Disponível em: [http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf]. Acessado em 04/01/2012.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília, 1995.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**: a degradação do trabalho no Século XX. 3ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Construindo o Estado republicano**: democracia e reforma da gestão pública. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. K. (Orgs.). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 75-121.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Reforma do Estado para a cidadania**: reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. Brasília: ENAP; São Paulo: Editora 34, 1998a.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reforma gerencial da Administração Pública no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 49, n. 1, p. 5-42, 1998b.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (Org.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 6ª edição São Paulo: FGV, 2005.

BRUNO, L. Gestão da educação: onde procurar o democrático? In: OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. F. (Orgs.). **Política e Gestão da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CARDOSO JR, José Celso; NOGUEIRA, Roberto Passos. Ocupação no setor Público brasileiro: tendências Recentes e questões em aberto. **Revista do Serviço Público**. Vol. 62 nº 03, jul-set 2011. Brasília: Enap, 2011.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 8ª edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

CASTELO, Rodrigo. **O social liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CHÂTELET, François. **Uma história da razão**: Entrevistas com Émile Noël. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

CHESNAIS, François. Mundialização, regulação e depressão longa. In: CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 295-321.

CHIARELLI, Carlos Alberto Gomes. Encontro sobre qualidade da educação. São Paulo: **Fundação Carlos Chagas, estudos em avaliação educacional**, nº. 2, jul./dez. 1990, p. 5-6.

CLAD - CENTRO LATINO-AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. **Acerca del CLAD**. 2013. Disponível em: [<http://old.clad.org/portal>]. Acessado em: 06/05/2018.

CLAD - CENTRO LATINO-AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. Uma nova gestão pública para a América Latina. In: **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 50, nº 01, Janeiro / Março, 1999, p.121-144.

CLAD - CENTRO LATINO-AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. **Congresos anteriores**. 2004. Disponível em: [<http://old.clad.org/congresos/congresos-anteriores>]. Acessado em: 06/05/2018.

CLAD - CENTRO LATINO-AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. **Ata Constitutiva do CLAD**. 1972. Disponível em: [<http://old.clad.org/documentos/otros-documentos/acta-constitutiva-del-clad>]. Acessado em: 06/05/2018.

CLAD - CENTRO LATINO-AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. **Congresos anteriores**. 2017. Disponível em: [https://www.clad.org/congresos/congresos-anteriores]. Acessado em: 06/05/2018.

CLAD - CENTRO LATINO-AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. **Escuela Iberoamericana de Administración y Políticas Públicas**. 2006. Disponível em: [https://www.clad.org/escuela-iberoamericana] Acessado em: 06/05/2018.

CLAD - CENTRO LATINO-AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. **I Conferência Ministerial Iberoamericana sobre la Reforma del Estado y la Modernización de la Administración Pública**. 27 a 28 de julho de 1998. Disponível em: [http://old.clad.org/reuniones-internacionales/eventos-realizados/i-conferencia-ministerial-iberoamericana-sobre-la] Acessado em: 06/05/2018.

CLAD - CENTRO LATINO-AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. **Carta Iberoamericana de la Función Pública**. Bolívia, 2003. Disponível em: [http://old.clad.org/documentos/declaraciones/cartaibero.pdf] Acessado em: 06/05/2018.

CLAD - CENTRO LATINO-AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. **Carta Ibero-americana de Qualidade na Gestão Pública**. El Salvador, 2008. Disponível em: [http://old.clad.org/documentos/declaraciones/carta-iberoamericana-de-calidad-en-la-gestion-publica-portugues] Acessado em: 06/05/2018.

CLAD - CENTRO LATINO-AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. **Carta Ibero-americana de Governo Eletrônico**. Chile, 2008. Disponível em: [http://old.clad.org/documentos/declaraciones/cartagobelec_pt.pdf/view] Acessado em: 06/05/2018.

CLAD - CENTRO LATINO-AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. **Carta Iberoamericana de los Derechos y Deberes del Ciudadano en Relación con la Administración Pública**. Panamá, 2013. Disponível em: [http://old.clad.org/documentos/declaraciones/Carta%20Iberoamericana%20de%20los%20deberes%20y%20derechos%20-%20documento%20aprobado.pdf/view] Acessado em: 06/05/2018.

CLAD - CENTRO LATINO-AMERICANO DE ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO. **Carta Iberoamericana de Participación Ciudadana em la Gestión Pública**. Portugal, 2009. Disponível em: [http://old.clad.org/documentos/declaraciones/carta-iberoamericana-de-participacion-ciudadana/view] Acessado em: 06/05/2018.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: UNESCO, MEC, Cortez Editora, 1999.

DIAS, Edmundo Fernandes. **A liberdade (im) possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização**. 2ª edição revista e ampliada. Campinas, (SP): IFCH/UNICAMP, setembro de 1999. [Textos Didáticos nº. 29].

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, Vol. 24, N. spe 1, p. 37-57, 2011. Disponível em <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=889&layout=abstract>> Acesso em: 22 jun. 2014.

ENAP – ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento**. Disponível em: [http://antigo.enap.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1602&Itemid=299]. Acessado em: 26/04/2017.

ENAP – ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Programa Escola Ibero-americana de Governo e Políticas Públicas – IBERGOP**. Disponível em: [http://antigo.enap.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1609&Itemid=299]. Acessado em: 06/05/2018.

ENGELS, Friedrich. Sobre o Papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. Professor: protagonista e obstáculo da reforma. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 531-541, setembro-dezembro/2007.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4ª edição. São Paulo: Global, 2009.

FISCHER, T. O ensino de administração pública no Brasil: da tutela estrangeira à autonomia necessária. In: Reunião Nacional da Anpad, Belo Horizonte, 1985. **Anais da Reunião Anual da Anpad**. Florianópolis (SC): 1985. UFSC, p. 165-170, 1985.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista.** 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

GAULEJAC, Vincent. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social.** Tradução Ivo Storniolo. Aparecida (SP): Ideias & Letras, 2007. (Coleção *Management*, 4).

GENTILI, Pablo (Org.) **Pedagogia da Exclusão: crítica ao neo-liberalismo em educação.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia.** Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 5ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: vol. 1,** 5ª edição. [Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: vol. 2,** 5ª edição. [Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: vol. 3,** 4ª edição. [Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: vol. 4,** 2ª edição. [Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** [Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves]. 15ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo [Tradução de João Alexandre Peschanski]. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. [Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves]. 8ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HYPOLITO, A.M. Estado gerencial, reestruturação educativa e gestão escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 63-78, jan./abr. 2008.

IASI, Mauro Luis. **O capital-imperialismo**: determinações econômicas e formas políticas. *Margem Esquerda*, v. 15, p. 162-164, 2010.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRUPPA, S. M. P. O Banco Mundial e as políticas públicas de educação nos anos 90. **Anais da 24ª Reunião anual da ANPED**. Caxambu: ANPED, 2001.

LEHER, R. **Um novo senhor da educação?** A política do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. *Revista Outubro*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999.

LEHER, R.. 25 Anos de Educação Pública: notas para um balanço do período. In: Guimarães, Cátia; BRASIL, Isabel; MOROSINI, Márcia Valéria. (Org.). **Trabalho, educação e saúde**: 25 anos de formação politécnica no SUS. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2010, p. 29-72.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo**: etapa superior do capitalismo. Apresentação de Plínio de Arruda Sampaio Júnior. Campinas (SP): FE/UNICAMP, 2011.

LESSA, Sérgio. Trabalho imaterial. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio Cesar França (Orgs.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fiocruz/ESPJV, 2009. Disponível em: [<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/traima.html>]. Acesso em 06/05/2018.

LIMA, Kátia Regina de Souza e MARTINS, André Silva. Pressupostos, Princípios e Estratégias. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 43-67.

LIMA, Kátia. Ensino a Distância, Organismos Internacionais e mercantilização da Educação. In: Mercantilização do Ensino e Ensino a Distância. **Revista PUCVIVA**, maio a agosto de 2009, ano 10 nº 35.

LIMA, Kátia. Plano Nacional de Educação 2014-2024: nova fase do privatismo e da certificação em larga escala, In: **Universidade e Sociedade**, nº 55, ANDES, 2015.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e o positivismo na sociologia do conhecimento**. Tradução Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MACEDO, Jussara Marques de. A Contrarreforma do Estado Brasileiro: de FCH a Lula da Silva. **Revista de Educação, Gestão e Sociedade**, v. 1, p. 1-17, 2011a.

MACEDO, Jussara Marques de. A mundialização do capital e seus reflexos nas políticas de formação de professores no período 1990-2010. 2011b, 2v. 494 f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), PP. 133-152.

MACEDO, Jussara Marques de. **Formação para o trabalho docente**. Curitiba: Appris, 2017.

MACEDO, Jussara Marques de. Gestão do Trabalho Docente no Século XXI: do capital humano ao capital intelectual. **Revista FAEEBA**, v. 21, no 38 (jul.dez.) 2012. Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Campus p. 41-55, 2012.

MACEDO, Jussara Marques de; LAMOSA, Rodrigo de Azevedo da Cruz. A Regulação do Trabalho Docente no Contexto da Reforma Gerencial da Educação. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 10, p. 133-152, 2015.

MACHADO, Lucília R. S. Racionalização produtiva e a formação no trabalho. **Trabalho & Educação – Revista do NETE**, Belo Horizonte, Nº 0, p. 41-61, julho-dezembro/1996.

MANDEL, Ernest. **A natureza do reformismo socialdemocrata**: a social democracia sem amparo. 1993. 32p. Disponível em: [http://www.marxists.org/portugues/mandel/1993/09/21.htm]. Acessado em 12/12/2010.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. Tradução de Marcelo Dias Carcanholo. In: STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. El subimperialismo brasileño. Chile: CESO/FACEA, 1977. Disponível em: [http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/041_subimperialismo_brasil.pdf]. Acessado em 26/05/2017.

MARTINS, A. S. Burguesia e a nova sociabilidade: estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo. 2007. 284 f. **Tese** (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

MARTINS, André Silva *et alii*. Fundamentos teóricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia M. W. (Org.). **A direita para o social e a esquerda para o capital**: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia. São Paulo: Xamã, 2010.

MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia M. W. (Org.). **Educação básica**: tragédia anunciada? São Paulo: Xamã, 2015.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção capitalista. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Traduzido por Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.

MATTOS, Alexandre Morgado. A Escola Interamericana de Administração Pública (EIAP). **Revista do Serviço Público**, v. 97, n. 2, p. 65-76, 1965.

MEDEIROS, Sonayra da Silva; RODRIGUES, Melânia Mendonça. O gerencialismo, reforma do Estado e da educação no Brasil. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 48, n. 34, p. 216-240, janeiro-abril/2014.

MELO, A. A. S. de. **A mundialização da educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina: Brasil e Venezuela**. Maceió: EDUFAL, 2004.

MELO, Adriana Almeida Sales de. Os organismos internacionais na condução de um novo bloco histórico. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 69-82.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. [Tradução de Francisco Raul Cornejo et alli]. 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. A ordem do capital no metabolismo social da reprodução. **Ensaio Ad Hominem – Revista de Filosofia, Política e Ciência da história**. Nº 1, Tomo I, p. 83-124, 1999.

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. P. 26-44.

MÉSZÁROS, István. Marx, nosso contemporâneo, e seu conceito de globalização. ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 25-35.

NEVES, Lúcia M. W. (Org.). **A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2010.

NEVES, Lúcia M. W. **Educação e Política no Brasil de Hoje**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1999. p. 11-38.

NEVES, Lúcia M. W.; PRONKO, Marcela Alejandra. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

NEVES, Lúcia M. W.; SANT'ANNA, Ronaldo. Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005. p. 19-38.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 89, p. 1127-1144, 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Os docentes no Plano Nacional de Educação: entre a valorização e a desprofissionalização. **Retratos da Escola**, v. 8, p. 447-462, 2015.

OLIVEIRA, Saulo Barbará de (Org.). **Gestão por processos: fundamentos, técnicas e modelos de implementação**: foco no sistema de gestão de qualidade com base na ISO 9000:2000. 2ª edição. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2014.

PAES DE PAULA, Ana Paula. Administração pública brasileira: entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 36-49, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 1993.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ EPSJV, 2006.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. [<http://www.portaltransparencia.gov.br/>]. Acessado em: 06/05/2018.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ROSSO, Sadi Dal. **O ardil da flexibilidade**: os trabalhadores e a teoria do valor. São Paulo: Boitempo, 2017.

SEGIB – SECRETARIA GERAL IBERO-AMERICANA. Consenso de México. **Organismos Ibero-americanos**. Espanha. 2015. Disponível em: [<https://www.segib.org/pt-br/organismos-ibero-americanos/>]. Acessado em: 06/05/2018.

SEGIB – SECRETARIA GERAL IBERO-AMERICANA. Consenso de México. **XVI Conferencia Ibero-americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado**. México. 03 e 04 de julho de 2014. Disponível em: [https://www.segib.org/wp-content/uploads/Consenso_de_Mexico_POR.pdf]. Acessado em: 06/05/2018.

SEGIB – SECRETARIA GERAL IBERO-AMERICANA. Consenso de Montevidéu. **VIII Conferencia Ibero-americana de Ministros de Administração Pública e Reforma do Estado**. Montevidéu. 22 e 23 de junho de 2006. Disponível em: [<https://www.segib.org/wp-content/uploads/DECLAadminpublicaportu.pdf>]. Acessado em: 06/05/2018.

SEGIB – SECRETARIA GERAL IBERO-AMERICANA. Consenso de Santa Cruz. **Organismos Ibero-americanos**. Bolívia. 2003. Disponível em: [[https://www.segib.org/wp-content/uploads/VConferenciaministrosadministracinpblica\(1\).pdf](https://www.segib.org/wp-content/uploads/VConferenciaministrosadministracinpblica(1).pdf)]. Acessado em: 06/05/2018.

SEGIB – SECRETARIA GERAL IBERO-AMERICANA. Declaração de Guadalajara. **I Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e Governo**. Guadalajara. 18 e 19 de julho de 1991. Disponível em: [<https://www.segib.org/wp-content/uploads/declaracao%20guadalajaraport.pdf>]. Acessado em: 06/05/2018.

SERVA, Maurício. Contribuições para uma teoria organizacional brasileira. **Revista de Administração Pública**, v. 24, n. 2, p. 10-21, fev./abr. 1990.

SHIROMA, Eneida Oto. Gerencialismo e Liderança: novos motes da gestão educacional. Mesa redonda apresentada no VI Seminário de Pesquisa em Educação na Região Sul – **ANPEd Sul**, Santa Maria, junho, 2006.

SHIROMA, Eneida Oto. Redes sociais e hegemonia: apontamentos para estudos de política educacional. In: AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; LARA, Angela Mara de Barros (org.). **Políticas para a Educação**: análises e apontamentos. Maringá: Eduem, 2011. p. 15-38.

SILVA JUNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Universidade Pública Brasileira no Século XXI: educação superior orientada para o mercado e intensificação do trabalho

docente. **Espacios en Blanco, Series Indagaciones**, Argentina , v. 23, nº. 1, jun. 2013 . Disponível em: [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-94852013000100007&lng=es&nrm=ISO]. Acesso em: 13/12/2014.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3ª edição. Florianópolis: Laboratório de Ensino à distancia da UFSC, 2001.

SOUZA, José dos Santos e ARAÚJO, Renan (Org.). **Trabalho, educação e sociabilidade**. Maringá (PR): Práxis; Massoni, 2010.

SOUZA, José dos Santos. A “nova” cultura do trabalho e seus mecanismos de obtenção do consentimento operário: os fundamentos da nova pedagogia do capital. In: BATISTA, Roberto Leme e ARAÚJO, Renan (Org.). **Desafios do trabalho**: Capital e luta de classes no século XXI. Maringá (PR): Praxis, 2003. p. 173-200.

SOUZA, José dos Santos. A EJA no contexto das políticas públicas de inclusão de jovens no mercado de trabalho. In: SOUZA, José dos Santos e SALES, Sandra Regina (Org.). **Educação de Jovens e Adultos**: políticas e práticas educativas. Rio de Janeiro: NAU Editora: EDUR, 2011. p. 15-28.

SOUZA, José dos Santos. A Formação do Trabalhador no Contexto da Reconfiguração do Trabalho, da Produção e dos Mecanismos de Mediação do Conflito de Classe. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 10, p. 50-66, 2015.

SOUZA, José dos Santos. A qualificação do trabalhador no contexto da construção de nova regularidade para a produção social da vida material no capitalismo contemporâneo. In: TUMOLO, Paulo Sérgio e Batista, Roberto Leme (Org.). **Trabalho, economia e educação**: perspectivas do capitalismo global. Maringá (PR): Práxis; Massoni, 2008. p. 313-341.

SOUZA, José dos Santos. Crise orgânica do capital, recomposição burguesa e intensificação da precariedade do trabalho docente: fundamentos sócio-históricos da (dês) configuração do trabalho docente. Trabalho apresentado na Sessão Especial Subárea 4 dos GTs 05-09-11. In: Reunião Nacional da ANPED, XXXVIII, UFMA, São Luís, outubro de 2017. **Anais da 38ª Reunião Nacional da ANPED**. São Luís (MA): ANPED, 2017. Disponível em: [http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/sessoes_38

anped_2017_4_desconfiguracao_do_trabalho_docente_texto_jose_dos_santos.pdf].

Acessado em: 15/10/ 2017.

SOUZA, José dos Santos. Mediação entre a Escola e o Novo Mundo do Trabalho na Formação de Técnicos de Nível Médio. **Trabalho, Educação e Saúde** (online), v. 16, p. 123-140, 2018.

SOUZA, José dos Santos. **O sindicalismo brasileiro e a qualificação do trabalhador**. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2009, 197p.

SOUZA, José dos Santos. Reforma Gerencial e Novos Desafios para a Gestão do Trabalho Escolar. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 1, p. 09-20, 2016.

SOUZA, José dos Santos. Trabalho, educação e luta de classes na sociabilidade do capital. In: SOUZA, José dos Santos e ARAÚJO, Renan (Org.). **Trabalho, educação e sociabilidade**. Maringá (PR): Práxis; Massoni, 2010. p. 133-157.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil: anos 90**. Campinas (SP): Autores Associados, 2002. 223 p.

SOUZA, José dos Santos. Trabalho, qualificação, ciência e tecnologia no mundo contemporâneo: fundamentos teóricos para uma análise da política de educação profissional. **Revista FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 13, nº 22, p. 1-15, julho-dezembro/2004.

SPINK, Peter. Possibilidades técnicas e imperativos políticos em 70 anos de reforma administrativa. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (Org.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 6ª edição. São Paulo: FGV, 2005. p. 141-172.

TROTSKY, Leon. **A revolução permanente**. Tradução Hermínio Sacchetta. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Tradução Luiz Fernando Cardo. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WAHRLICH, Beatriz Marques de Souza. Evolução das ciências administrativas na América Latina. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, nº. 1, p. 31 a 68, mar. 1979. Disponível em:

[<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7496/5960>]. Acesso em: 8/10/ 2017.

WEBER, Max. **O que é a burocracia?** Brasília: Conselho Federal de Administração. 2018. Disponível em: [http://bluehost1.cfa.org.br/wp-content/uploads/2018/02/40livro_burocracia_diagramacao.pdf]. Acessado em: 10/04/ 2019.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.